

REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 4, julho/dezembro, 2013



GEPEM-Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero

Coordenação

Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)

Vice-Coordenação

Eunice Ferreira dos Santos (UFPA)

Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA); Benedita Celeste de Moraes Pinto (UFPA); Cecília Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo(UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Araújo (UFF); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Iraíldes Caldas Torres (UFAM); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana(UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).

REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 4, julho/dezembro, 2013

Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCG/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É jornalista de “OLiberal”/PA; coordenadora do GEPEM/UFPA e coordenadora Regional do OBSERVE.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); graduada em Letras, Mestra em Teoria Literária, Doutora em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM; coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Gênero na Amazônia, Belém, n. 4, julho/dezembro, 2013.

Copyright ©-2012-2013. Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/19.02.1998.

STAFF EDITORIAL

Edição: Maria Luzia Miranda Álvares.

Eunice Ferreira dos Santos.

Web Designer: Leandro Machado de Sousa.

Projeto Gráfico: Eunice Ferreira dos Santos

Formatação Eletrônica: Maria Auxiliadora Prado.

Capa (criação e arte): André Stenico.

Copidesque: Eunice Santos (português).

Izabel Maria Silva (inglês).

Antônio Maldonado (espanhol).

Lilian Adriane Ribeiro (espanhol).

Revisão Técnica: Eunice Ferreira dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.
- n. 4 (jul./dez.. 2013). - Belém: GEPEM, 2013.

ISSN 2238-8184

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).

Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110

Fone: (91)3201-8215.

E-mails: secretariagepem@ufpa.br; luziamiranda@gmail.com;
efsantos47@gmail.com

Sites: www.ufpa.br/projetogepem; www.jornaliaras.ufpa.br;
www.generonaamazonia.ufpa.br

Sumário/Sumario/Contents

Dossiê/Dossier

Dossiê Mulheres na Política, 9

Dossier Mujeres en la Política

Dossier Women in Politics

Maria Luzia Miranda Álvares

Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres, 15

Ciudadanía de Género, Democracia Paritaria e Inclusión Política de las Mujeres

Gender Citizenship, Parity Democracy and Women's Political Inclusion

Jussara Reis Prá

Por que uma Reforma Eleitoral mais Ampla É Importante para as Mulheres?, 37

¿Por qué una Reforma Electoral más Amplia Es Importante para las Mujeres?

Why is a Broader Electoral Reform Important for Women's Political Participation?

Clara Araújo

Mulheres nas Eleições para as Câmaras Municipais no Brasil em 2012, 51

Mujeres en las Elecciones para los Ayuntamientos en Brasil en 2012

Women's Performance in the 2012 Elections for City Councils in Brazil

Thais Baptista Lino

José Eustáquio Diniz Alves

Denise Britz do Nascimento Silva

Histórias de Mulheres, Empoderamento e Ativismo Político, 73

Historia de Mujeres, Empoderamiento y Activismo Político

Women's Histories, Empowerment and Political Activism

Maria Luzia Miranda Álvares

Vereadoras e a Política Local: construção de um projeto de igualdade de gênero?, 101

Concejales y la Política Local: construcción de un proyecto de igualdad de género?

Councilwomen and Local Politics: is the construction of a gender equality project in progress?

Mary Ferreira

Quando as Mulheres São Bem Votadas: o caso das deputadas federais no RS/2010, 123

Cuando las Mujeres Son Bien Votadas: el caso de las diputadas federales en RS/2010

When Women are Expressively Voted: the case of the federal female deputies who were elected in the State of Rio Grande do Sul, southern Brazil, in 2010

Maria Lúcia Moritz

Rosangela Schulz

Mulheres no Poder: entre os espaços privados de convivência e a arena pública e política, 153

Mujeres en el Poder: entre los espacios privados de convivencia y la arena pública y política

Women in Power: between the private spaces of contact and the public and political arena

Nilson Almeida de Sousa Filho

Maria Luzia Miranda Álvares

Multiplicidade/Multiplicidad/ Miscellaneous

La Maternidad y sus Dificultades Laborales, 179

A Maternidade e suas Dificuldades de Trabalho

Maternity and the Difficulties Faced at Workplace

Eva Canto Alcón

A Questão da Autoria Masculina e Feminina em Orgulho e Preconceito e Senhora, 199

La Cuestión de la Autoría Masculina y Femenina en Orgullo y Prejuicio y Señora

The issue of Male and Female Authorship in Pride and Prejudice and Senhora: profile of a woman

Dignamara Pereira de Almeida Sousa

Daise Lilian Fonseca Dias

Por um Feminismo Plural: escritos de Lélia Gonzalez no jornal Mulherio, 225

Por un Feminismo Plural: escritos de Lélia Gonzalez en el periódico Mulherio

Writings by Lélia Gonzalez in the Newspaper Called Mulherio: a cry for feminisms

Luana Diana dos Santos

Conceição y Noemi: alter egos de Rachel de Queiroz, 239

Conceição e Noemi: alter egos de Rachel de Queiroz

Conceição and Noemi: two alter egos of Rachel de Queiroz

Lilian Adriane Ribeiro

Análise Socioambiental e Relações de Gênero: um estudo na hidrelétrica de Santo Antônio/ Rondônia, 259

Análisis Socioambiental y Relaciones de Género: un estudio en la hidroeléctrica de San Antonio/ Rondônia

Socio-environmental Analysis and Gender Relationships: a study carried out at the hydroelectric dam of Santo Antônio, in Rondônia, Northern Brazil

Edilson Bacinello

Otacílio Moreira de Carvalho

Discutindo Feminismo e Aborto no Âmbito do Catolicismo Romano no Brasil, 285

Discutir Feminismo y Aborto en el Âmbito del Catolicismo Romano en Brasil

Discussing Feminism and Abortion Within the Roman Catholicism in Brazil

Ana Patrícia Ferreira Rameiro

Entrevista/ Interview

Denise Machado Cardoso, 315

Universidade Federal do Pará-Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM/UFPA)

Maria Luzia Miranda Álvares, 319

Universidade Federal do Pará - Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM/UFPA)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Dossiê Mulheres na Política

Dossier Mujeres en la Política

Dossier Women in Politics

Maria Luzia Miranda Álvares

A democracia considerada como um dos valores mais importantes da sociedade contemporânea, por suposto, tende a estar comprometida com a igualdade e com a justa distribuição de poder entre todos/as os/as cidadãos/ãs, independente das características pessoais, identitárias e das preferências e opiniões que os/as identificam enquanto indivíduos. Entretanto, este princípio vem sendo questionado em sua origem e significado considerando o formato que assumiu em relação à presença feminina no sistema político. Se na democracia dos antigos, na Atenas democrática, as mulheres eram excluídas da cidadania ao lado dos escravos e da maioria dos estrangeiros, na democracia dos modernos, enquanto sistema representativo diferenciado da visão grega, o caráter da cidadania demonstra que essa qualidade ainda se acha em meio a tensões porque há ausência das mulheres em muitos espaços de decisão política.

A *invenção democrática* moderna definiu os direitos civis e políticos pela participação ativa dos indivíduos, considerando o direito do voto um dos arranjos institucionais da cidadania política. As mulheres não foram incluídas nestes direitos. Por isso, elas questionaram este tratamento desigual. E, paralelamente, criaram estratégias de persuasão visando ao alcance de habilidades para a eficácia deste acesso. Considerando essas proposições, observa-se que a democracia se traduz: a) como um processo

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e Doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. Jornalista de “O Liberal”/PA. Coordenadora do GEPEM/UFPA. Coordenadora Regional do OBSERVE.

E-mail: luziamiranda@gmail.com

de organização do sistema político, com engrenagens que favorecem a participação do cidadão na *polis*; b) que o voto enquanto um forte componente num dado nível de participação política e, principalmente, na democracia representativa moderna, subsidia a participação eleitoral; c) que o direito do voto das mulheres sofreu intercorrências das barreiras culturais do sistema ao se tornar instrumento institucionalizado de inclusão na *polis* com a organização feminista desenvolvendo estratégias para a conquista do “*lugar do político*” para as mulheres; d) e que as barreiras culturais forjadas pelo sistema patriarcal, somando-se aos demais fatores do não-crescimento proporcional entre mulheres eleitoras e elegíveis, contribuíram para a baixa motivação à competição feminina por um cargo eletivo.

Assim, avaliando-se o sistema democrático representativo, vê-se que este se legitima pelo consenso que se verifica pelas eleições livres e do sufrágio universal, sendo os atores principais, neste sistema, os partidos políticos e os cidadãos e cidadãs que participam, quer com direito a eleger-se, quer com direito a eleger outrem para um determinado cargo político, em um período específico. O sistema eleitoral, que dita as regras do escrutínio, e o sistema partidário, que expressa a organização dos/as cidadãos/ãs para a conquista de cargos eleitorais, constituem as instituições mais importantes para o desempenho da participação via representação política formal.

Considerando todas essas nuances presentes na democracia representativa que se inscrevem em pleno século XXI, a proposta deste **Dossiê Mulheres na Política** é avaliar as tendências do sistema político brasileiro no momento em que, pela primeira vez, tem-se uma mulher, Dilma Rousseff, como presidenta do Brasil, cargo máximo de uma República de 122 anos (1891-2013).

O olhar metodológico para o enfoque de estudiosas/os desse tema considerando o objeto de análise, parte de um problema: sub-representação feminina na política formal, com vistas a compreender esse fenômeno. Repassa uma abordagem do problema utilizando-se de pesquisas classificadas como **qualitativas e quantitativas**. Justifica-se

este enfoque, devido à recorrência aos meios de avaliar quantitativamente o problema, com base no crescimento ou não do número de mulheres na política formal, tanto no Brasil quanto nos demais países, usando-se, regularmente, o sistema de agregação de dados eleitorais de candidaturas e de eleitas no âmbito parlamentar e majoritário, algumas vezes comparando esses dados, em série histórica. Nessa argumentação de que os números agrupados fragilizam o olhar para a constituição das personagens femininas no campo político, supôs-se que uma outra metodologia de abordagem empírica contribuiria para o conhecimento do perfil mais substancial das mulheres que concorrem e/ ou são exitosas nos cargos eletivos. Dessa forma, o estudo da cidadania feminina, neste dossiê, traz significativas contribuições de outros campos de análise transitando entre enfoques sobre a histórica cultura patriarcal e a situação de gênero na sociedade democrática contemporânea, quer seja em dados agrupados configurando-se a dimensão deficitária na escalada ao poder político e/ ou em informes teóricos sobre o acúmulo de capital político na dimensão pessoal, além do papel do coletivo (no caso, dos movimentos de mulheres) em se tornar mediador nesse percurso entre o privado e o público, facilitador da conquista dos direitos humanos.

Jussara Reis Prá, partindo de uma questão de Cecília Lavallo (2010, p. 1): *“Por que as mulheres querem governar?”*, me perguntaram um dia. Não todas, respondi, e em caso afirmativo, por que não?, analisa a cidadania feminina e os avanços que esta conquistou, em trajetória de muitos obstáculos culturais, com preeminência da luta feminista, e evidencia, no plano da democracia representativa, quais estratégias e ações seriam necessárias para incluir, na reforma política, a implantação de lei da paridade como eixo de ampliação da presença feminina, em nível mundial, da representação das mulheres nos espaços de decisão política. E considera necessário um “ativismo constante para garantir o exercício efetivo dos direitos políticos femininos”.

Analisando as propostas da Reforma Política debatidas no Brasil, Clara Maria Araújo resume alguns dos temas clássicos da democracia representativa que têm propiciado avaliações pontuais de teóricas feministas. São eles: os referentes aos sistemas políticos e eleitorais; os

tipos de sistemas de representação política e os que são mais ou menos “amigáveis às mulheres”; o financiamento de campanha; o sistema de votação em listas e o processo de reeleição. A autora aponta os limites das propostas aprovadas no ano de 2013 para as eleições de 2014, no Brasil. E considera que essas mudanças poderiam alterar o quadro da sub-representação feminina.

Propiciando avaliar o quadro das eleições no Brasil e o desempenho das mulheres para as Câmaras Municipais em 2012, Thais Baptista Lino, José Eustáquio Diniz Alves e Denise Britz do Nascimento Silva argumentam, inicialmente, com base em Tabak, 2002, Avelar, 2001 e Blay 1994, sobre as raízes históricas da desigualdade de gênero evidenciadas por um *status quo* clássico, no qual as mulheres tinham presença refratária aos espaços de poder e integradas/associadas à assistência familiar e/ou em funções subalternas da sociedade patriarcal. Neste recorte, ao serem avaliadas as conquistas femininas para a ascensão à cidadania política, desde a conquista do direito do voto em 1932 às cotas partidárias de 1995, observam que ainda se mantém o *déficit* democrático de gênero, visto que as mulheres continuam sub-representadas. Considerando o marco dos 80 anos de conquista do direito ao voto feminino, e tendo uma mulher na presidência da República no Brasil, os autores exploram, por meio de um quadro, no qual registram as características individuais das candidatas e as características dos municípios brasileiros, “a importância dos fatores socioeconômicos e da política de cotas para a diminuição da desigualdade de gênero nas eleições municipais.”

Utilizando a metodologia quali-quantitativa, Luzia Álvares apresenta o resultado de uma pesquisa realizada no período de 2008-2010, analisando os recursos pessoais acumulados e o padrão de representatividade social construído pelas associadas de alguns movimentos de mulheres paraenses. A ação nestes movimentos contribui com as demandas por políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e dos residentes nos seus locais de moradia. Esta atuação se torna um fator de incentivo para a carreira político-partidária dessas associadas. Entretanto,

vale ressaltar que, embora esses fatores influenciem o empoderamento feminino, estas mulheres não se interessam pela competição eleitoral.

Como atuam as parlamentares dos municípios de Senador La Roque e Chapadinha, no Maranhão? Esse é o mote de Mary Ferreira ao analisar a ação de parlamentares municipais em 2012, nessas duas cidades maranhenses. Apresenta dados parciais da pesquisa “Ação Política de Vereadoras e Prefeitas no Maranhão” (2010-2012), baseando-se numa série histórica demonstrativa da presença de mulheres exitosas nesses distritos, em relação ao número de cadeiras ocupadas por homens, o que evidencia a sub-representação feminina. Para tratar da atuação das parlamentares, faz, inicialmente, um interessante painel sobre o cenário brasileiro e das Câmaras Municipais a partir dos anos setenta, considerando estes espaços de poder como locais que oportunizam “a discussão e/o confronto de ideias no plenário, mediante conhecimento sobre determinados problemas que afetam o município.” E avalia os projetos propostos pelas vereadoras maranhenses que trataram da situação feminina afirmando que parte deles “teve como estratégias transformar as relações de gênero, embora grande parte não tenha sido aprovada.”

Outro cenário eleitoral presente no **Dossiê Mulheres na Política** é composto por Maria Lúcia Moritz e Rosangela Schulz, ensejando as discussões sobre a sub-representação feminina na política formal. Com base no resultado das eleições gerais de 2010, no Rio Grande do Sul, as autoras avaliam, comparativamente, o desempenho das candidaturas à Câmara de Deputados, utilizando a categoria gênero como fator desse cotejo. Inicialmente, compõem um quadro de análises sobre a situação das mulheres na política, revisando a literatura de autoras nacionais e suas contribuições ao debate em três eixos: a atuação do movimento feminista; as políticas de ação afirmativa, suas possibilidades e limites; e os dados explicativos para a baixa presença feminina em cargos eletivos pós-cotas, eixo no qual inserem o artigo. Considerando um panorama geral sobre a disputa eleitoral no Rio Grande do Sul, em 2010, o texto evidencia os quadros de exitosos/as ao parlamento federal, demonstrando que as mulheres demandam um número insignificante de cadeiras nesse cargo e

continuam com as mesmas dificuldades de se elegeram para o legislativo, a apesar da lei de cotas. As autoras concluem que as que se elegem apresentam carreiras políticas tradicionais, aproximando-se do perfil dos “profissionais” da política.

Uma análise reveladora está exposta no texto que fecha este dossiê, subsidiada por procedimentos metodológicos aplicados para avaliar os espaços privados de convivência e a arena pública e política, em que transitam as mulheres no poder. Neste sentido, Nilson Almeida de Sousa Filho e Maria Luzia Álvares, inicialmente, discorrem sobre “a teoria democrática contemporânea considerando os aspectos de participação, competição e representação política feminina, com base na teoria de gênero e na de espaço social.” E com base em metodologia de história de vida, examinam significativa amostra de mulheres paraenses eleitas no pleito eleitoral de 2008 (vereadoras e prefeitas), mapeando os antecedentes sociais delas e suas formas de acesso ao espaço de representação parlamentar e/ou majoritário assumido. Desse modo, Nilson e Luzia evidenciam aspectos poucos conhecidos sobre as eleitas, configurados como elementos de sedução para o eleitorado, quais sejam: a trajetória pessoal e os vínculos e motivações para a competição eleitoral. Concluem demonstrando que se trata de mulheres com acúmulos significativos de capital social.

Como se observa, todas as discussões apresentadas neste dossiê envolvem estudos recentes visando à compreensão do que ainda é desconhecido e/ou de um conhecimento delineado em várias vertentes referentes à reprodução da baixa proporção de mulheres, que ocupam cadeiras nos parlamentos e nos cargos majoritários nacionais, estaduais, municipais.

Embora presentemente no Brasil haja mulheres em pontos-chave da administração pública, incluindo uma presidenta da República, Dilma Rousseff, e dez Ministras de Estado, a bancada feminina na Câmara de Deputados apresenta 8,77% do total de 512 membros e 14.1% no Senado, dentre os 81 lugares. O que as/os autoras/es evidenciam é que, ainda, há que ser averiguados os pontos de estrangulamento da presença das mulheres nos espaços de poder.

Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres

Ciudadanía de Género, Democracia Paritaria e Inclusión Política de las Mujeres

Gender Citizenship, Parity Democracy and Women's Political Inclusion

Jussara Reis Prá

Resumo: neste artigo, são analisadas questões da cidadania feminina, tendo em vista as barreiras para o seu exercício em instâncias de poder e decisão política, e as interpelações democráticas que promovem os direitos políticos das mulheres. Para tal, são examinadas as lutas das mulheres pelo direito de voto no Brasil e as ações feministas que buscam a igualdade política entre os sexos. Neste sentido, avaliam-se estratégias e ações direcionadas a introduzir o debate sobre democracia paritária e estimular a implantação de leis de paridade, abordando o contexto mundial e o latino-americano.

Palavras-chave: cidadania, gênero, democracia, mulheres, paridade.

Resumen: en este artículo, se analizarán cuestiones de la ciudadanía femenina, considerará los obstáculos para ejercer poder y la decisión política, y las interpelaciones democráticas que promueven los derechos políticos de las mujeres. Para ello, analizará las luchas de las mujeres por el derecho de voto en Brasil y las acciones feministas que buscan la igualdad política entre los sexos. En este sentido, evalúa estrategias y acciones con el objetivo de introducir un debate sobre democracia paritaria y para estimular la implantación de leyes de paridad, abordado desde el contexto mundial y desde el latinoamericano.

Palabras clave: ciudadanía, género, democracia, mujeres, paridad.

Abstract: this paper analyses women's citizenship issues by taking into consideration those that pose hindrances to its full enjoyment in instances of power and of political decision on the one hand and the democratic interpellations that improve women's political rights on the other hand. In order to carry out the study, it analyses women's fights for their right to vote that took place in Brazil and those women's actions that seek to promote political gender equality. Hence, it evaluates the strategies and actions that promote the debate about democracy parity and the implementation of parity laws regarding the worldwide context and in special the Latin American one.

Keywords: citizenship, gender, democracy, women, parity.

Jussara Reis Prá é Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo/USP; Professora no Departamento de Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul; coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Mulher da UFRGS; bolsista Produtividade do CNPq.
E-mail: jussarapra@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

“Por que as mulheres querem governar?”, me perguntaram um dia. Não todas, respondi, e em caso afirmativo, por que não?

Na pergunta e em minha resposta podem ser resumidos pelo menos 200 anos de luta das mulheres para conquistar seus direitos humanos, concretamente seus direitos políticos; porque enquanto nós temos que justificar nossa presença nas tarefas de governo ou, mais amplamente, nas que envolvem a tomada de decisões na esfera pública, algo está errado; e é errado, porque a outra metade do gênero humano não tem que justificar (LAVALLE, 2010, p.21).

No comentário de Cecília Lavalle, a objeção acima expõe que o âmbito público-político não é um lugar onde as mulheres devem ou podem estar. Isso requer seu empenho para legitimar a ocupação deste espaço, exigindo que expliquem e justifiquem cada direito conquistado. Tal contradição leva a autora a pensar na realidade daquelas que foram pioneiras em suas escolhas e comportamentos: as primeiras que quiseram aprender a ler e escrever; as que ingressaram na universidade para estudar direito e medicina no início do século passado ou, mais recentemente, engenheiras; aquelas que romperam com os padrões da época em que a igreja e a casa eram os territórios femininos e tiraram os “espartilhos” para usar roupas que lhes permitissem o movimento; aquelas que optaram por ser policiais, cientistas ou astronautas. Enfim, isto significa pensar “em todas as mulheres que, ao escolher o que queriam ser ou fazer, tiveram de explicar, argumentar, justificar e defender sua decisão. Continuamos a fazê-lo” (LAVALLE, 2010, p.28).

Acompanhando o mesmo raciocínio pode-se pensar naquelas mulheres que reivindicaram o direito de voto na passagem para o século vinte, mesmo que submetidas a valores e práticas enraizados em uma cultura patriarcal e excluídas do espaço público ao redor do mundo. Não por acaso a luta por esse direito foi longa e marcada por avanços e retrocessos. Para exemplificar, o Brasil se tornou um dos primeiros países da América Latina a reconhecer o direito ao voto feminino (1932),

depois do Equador (1929), do Chile e do Uruguai, ambos reconhecendo esse direito em 1931. Não obstante, naquele momento somente o último deles adotou o voto sem restrições. Assim, muitas vezes com mais de cem anos de atraso, o sufrágio feminino liberou o ingresso das mulheres nas estruturas político-eleitorais, porém representou apenas a primeira etapa para o exercício desse direito.

Tal insuficiência exigiu outras etapas de luta e novos investimentos, entre eles o de implantação das cotas políticas de gênero. Aqui podemos pensar nas mulheres europeias, em especial dos países nórdicos, que a partir dos anos 1970 buscaram os partidos políticos a fim de agenciar a inclusão política das mulheres, gerar uma “massa crítica” feminina (30% a 40%) e, ao mesmo tempo, questionar o funcionamento dos sistemas políticos (DAHLERUP, 1999). Igualmente, podemos pensar nas latino-americanas que, no decorrer dos anos 1990, se apoiaram no contexto internacional direcionado à equidade de gênero para reivindicar e negociar projetos voltados à adoção das cotas. Para ilustrar, “em 1991 a Argentina promulgou a primeira lei de cotas de gênero, e depois da Conferência de Beijing [1995] muitos países da América Latina legislaram sobre a matéria” (LAVALLE, 2010, p. 71), entre os quais o Brasil. Apesar da normativa favorável e de alguns êxitos na região, o sistema de cotas raramente interferiu nos processos eleitorais a ponto de distribuir o poder e a representação de forma equitativa entre os gêneros. Equivale dizer que a estratégia das cotas não incidiu sobre o patriarcado político. À conta disso, a agenda feminista, antes endereçada ao reconhecimento do direito de voto, voltou-para as ações afirmativas (cotas) e hoje direciona sua pauta à democracia paritária.

Ainda assim, medidas que propõem a partilha do poder entre homens e mulher não tendem a se concretizar facilmente, enfrentando desde críticas e resistências, inclusive de setores feministas, até lacunas legais. Nesse sentido, quando se referencia os países que adotaram a Lei da Paridade – uma dezena até 2013 -, verifica-se que em vários deles foram

buscadas brechas legais para garantir a “manutenção do *status quo*, ou seja, o predomínio masculino no exercício das decisões públicas e partidárias” (CABANILLAS, 2013, p. 39).

Contradições dessa ordem desnudam os déficits para o exercício da cidadania política feminina. Ao mesmo tempo, qualificam os investimentos feministas que, por meio da reivindicação por paridade, buscam dar “resposta a um sistema democrático representativo e a um conceito de cidadania, construídos, em sua origem, em nome de uma *universalidade* que assumiu o masculino como principal referência, excluindo as mulheres” (CABANILLAS, 2013, p. 20). Cenário no qual as mulheres e outros grupos subordinados são excluídos de debates e ações endereçados à construção das sociedades democráticas. Como esclarece Montserrat Sagot: “A teoria democrática e as práticas políticas tradicionais sempre assumiram a existência de uma cidadania abstrata, sem corpo, sem classe, sem etnia e sem gênero” (SAGOT, 2009, p.49).

Esse olhar retrospectivo evidencia o fato de a cidadania feminina ir se institucionalizando em cenários nos quais se “desvaloriza e desprestigia, no mercado político, a necessidade de predispor dotações sociais para ampliar as oportunidades às mulheres” (CAPPELIN, 1999, p. 297). Consequentemente, “o gênero feminino, ao qual compete passividade e exclusão da esfera pública, não pode por definição apropriar-se de uma prerrogativa de cidadania que implica **atividade e participação na soberania**” (GROPPI, 1995, p.19, grifos meus). As críticas a essa realidade adensaram a contribuição do feminismo à teoria democrática contemporânea, sustentadas por uma perspectiva “relacional”, qual seja, na das relações sociais de gênero. Contribuição esta a direcionar a elaboração do artigo ora apresentado.

Por este prisma, assume-se a noção de gênero como recurso analítico, dado seu alcance para identificar o impacto de construções socioculturais na conformação de relações desiguais de poder (SCOTT, 1995). Assim, se entende que quem adota o conceito de gênero “como categoria de análise e/ou como princípio ético-político admite que as desigualdades entre

homens e mulheres devam ser transformadas para alcançar uma sociedade plenamente democrática e justa” (BONDER, 2003, p. 1). Igualmente advoga-se, com Glória Bonder, que tal concepção é capaz de impulsionar a participação política, originar novas instituições e modificar normas e valores culturais.

Corroborando este olhar feminista e a perspectiva de gênero, interessa aqui refletir sobre a questão da cidadania feminina, tendo em vista os limites no exercício deste direito no que tange à representação das mulheres em espaços de poder e decisão. Alude-se, assim, à noção de cidadania abstrata e sem gênero à qual se refere Montserrat Sagot (2009). Por outro ângulo, a reflexão contempla as interpelações democráticas orientadas a promover e a garantir os direitos políticos das mulheres. Para tanto, levando em conta os desdobramentos da luta das mulheres, que parte da busca pelo voto feminino e chega ao pleito da igualdade política entre os sexos, tendo a democracia paritária como meta.

O texto está estruturado em duas partes. Após esta introdução, elabora-se um breve histórico da participação das mulheres na luta pelo direito de voto, referindo o caso brasileiro. Em seguida, enfocam-se a reflexão teórica sobre mulher e política e o investimento feminista voltado a reverter o quadro de sub-representação feminina nos espaços de decisão pública. Para tal, situando estratégias e articulações que trazem à cena política o tema da democracia paritária e fomentam a implantação da Lei de Paridade no contexto mundial e latino-americano. Dessa forma, estima-se somar a presente reflexão a outras que almejam a promoção da cidadania feminina e o fortalecimento do capital político das mulheres.

1. Voto Feminino e Direitos Políticos

O percurso seguido pelas mulheres para obter a inscrição legal como eleitora ou candidata assemelhou-se em quase todos os países, envolvendo sua participação em lutas gerais e específicas. As primeiras, voltadas a mobilizações revolucionárias ou reivindicatórias, vão estar associadas ao

advento do movimento feminista e à luta das sufragistas – termo do inglês *suffragettes* para nominar o ativismo pelo sufrágio feminino. As segundas canalizavam demandas por acesso ao mercado de trabalho, à educação e ao exercício do direito de voto e da elegibilidade.

As mulheres ingressam no espaço público na defesa de interesses coletivos em campanhas revolucionárias, abolicionistas ou emancipatórias, no decorrer dos séculos XVIII e XIX. No transcurso de diferentes mobilizações, o movimento feminista faz sua aparição política, trazendo à tona o discurso da emancipação feminina (MAGNOLI; BARBOSA, 2011). Dessa maneira, as pautas feministas usualmente ensejaram animosidades no interior das lutas gerais.

A reivindicação do sufrágio feminino e de sua normatização ocorre neste clima, gerando discussões infundáveis e inconclusas. Já os projetos de lei para garanti-lo, ora foram arquivados, ora levaram muito tempo até serem sancionados. Em algumas ocasiões foram votados, mas não ratificados e, em outras, aprovados em locais específicos de cada território nacional. Ademais, não faltaram medidas restritivas quanto ao exercício da cidadania política feminina, mediante a exigência da comprovação de vínculos trabalhistas, da posse de propriedade ou, mesmo, da autorização do marido para votar (ALVES, 1980). Requerimentos desse teor, além de realçar a oposição para incluir as mulheres no corpo eleitoral, expuseram o peso das concepções patriarcais, fundadas na legitimidade do poder masculino frente à emancipação feminina.

Como explica Alicia Puleo (2000), as reações do patriarcado à causa feminista são constantes na história ocidental. Os desdobramentos da Revolução Francesa (1789) refletem isso quando os próprios jacobinos reprimem suas parceiras ideológicas e extinguem, por decreto, os clubes políticos de mulheres. Entre 1789 e 1793 foram fechados 56 clubes republicanos femininos, que pleiteavam o direito de voto e a presença das mulheres na vida política francesa (VARELA, 2005). Para tal, os políticos jacobinos apoiaram-se na ideologia da domesticidade feminina, vez que, com base nos argumentos de Rousseau de que a casa é o “lugar natural

das mulheres, esses deputados silenciam os protestos das Republicanas Revolucionárias” (PULEO, 2000, p. 38).

O revide à ação das francesas por certo desfez e postergou um dos projetos pioneiros da luta pelo voto feminino. Nesse sentido, enquanto a França se tornava um dos primeiros países da Europa a instituir o sufrágio masculino (1848), as mulheres se tornariam eleitoras quase cem anos depois, em 1944. Afinal, “nas origens da democracia, ocorre mesmo uma exclusão das mulheres da cidadania política” (THÉBAUD, s/d, p. 6).

As reticências à luta das mulheres por direitos políticos são examinadas por Branca Moreira Alves (1980), de outro ângulo. A autora avalia a participação das norte-americanas nos movimentos pela abolição da escravatura e localiza nas dezenas de organizações femininas abolicionistas, surgidas nos anos 1830, o embrião das demandas pelo voto feminino. Demandas, segundo ela, compartilhadas com as inglesas no embate contra a sujeição da população negra; momento em que essas mulheres tomariam consciência de sua própria opressão, avivando seu pleito por emancipação nas fileiras da luta antiescravista.

Ironicamente, as pautas feministas não demoraram a ser excluídas do debate abolicionista, frustrando as expectativas de que o fim da escravidão resultaria na aprovação do voto feminino. E isso, apesar do empenho das mulheres no processo que aboliu a escravatura naquele país (1863). Logo, o isolamento das feministas adiava o debate político do voto feminino, demandando novos esforços para conquistá-lo. Para ilustrar, embora em 1913 as norte-americanas pudessem votar em nove estados da federação, elas tiveram o direito de voto efetivamente reconhecido apenas em 1920. Portanto, meio século depois da aquisição do voto masculino (1870) (ALVES, 1980).

No Brasil, a luta pelo voto segue trajetória diferente da empreendida por francesas, inglesas ou norte-americanas, estas protagonistas de abrangentes mobilizações. Assim, o engajamento das brasileiras foi constante em muitos eventos desde meados do século XIX, destacando-se

os que culminaram com a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Nestes momentos, elas questionam a estrutura política vigente e, também, denunciam a exclusão feminina do direito ao trabalho, à educação e ao voto. O ativismo feminista, contudo, foi pouco visível nos meios políticos da época, pois as mulheres continuavam submetidas a valores enraizados na ordem patriarcal da então emergente cultura brasileira e, em decorrência, formalmente excluídas dos espaços públicos daquela sociedade.

Regras e práticas da época realçavam a fragilidade inata das mulheres e sua incapacidade de ingressar em esferas de competência masculina, quais sejam: política, ensino superior e mercado de trabalho. Quanto à política, a habilidade para atuar nesse meio pressupunha refinamento intelectual – formação jurídica ou outra de nível superior – o que sedimentava uma elite do sexo masculino, branca e instruída, coesa em suas normas e valores. Aos homens, era facultada a preparação para a vida pública; já o aprendizado reservado às mulheres as direcionava para a esfera privada e ao exercício de atividades domésticas, entre as quais as tarefas pertinentes ao matrimônio e à maternidade. Com efeito, no contexto de uma “sociedade colonial e monárquica a ideologia do sexo dominante impregnava a família patriarcal, fundamentando a manutenção do status inferior da mulher” (ALVES, 1980, p. 87).

Com a República, a possibilidade de extensão do sufrágio às mulheres foi descartada no debate Constituinte de 1891. Defensores do voto feminino foram vencidos mediante argumentos de que a missão de esposa e mãe impedia as mulheres de conformar o eleitorado do país. Mudanças desencadeadas a partir da República, incluindo a modernização da economia e urbanização das cidades, propiciam a gradativa inserção das mulheres em diversos âmbitos da sociedade brasileira. Neste cenário, muitas delas denunciam sua subalternidade no núcleo familiar. Com isso, questionam a dominação masculina e as teses do “determinismo biológico” (fragilidade inata), que reduz sua função social às tarefas reprodutivas de

mãe, esposa e dona-de-casa. Enfim, elas protestam contra discursos e práticas usados para justificar sua exclusão social, econômica, política e cultural, pleiteando direitos equiparados aos dos homens (maridos, pais e irmãos) e,

Apesar das restrições legais e culturais à participação feminina na vida política, diversas mulheres foram ocupando espaços e levantando bandeiras, com a publicação de livros e artigos, a fundação de jornais dirigidos às mulheres, a participação em esferas consideradas masculinas, o desenvolvimento de campanhas, o envolvimento na luta sindical e a iniciação em atividades no campo das artes e dos esportes. Até mesmo um caso de eleitora registrada, ainda antes da implantação da República, pode ser assinalado em nossa história (AZEVEDO & RABAT, 2011, p. 29).

Ao iniciar o século XX, as reivindicações das mulheres mantinham-se divididas em torno da luta por educação, trabalho e voto. Demandas de certa forma isoladas e pouco afeitas a conjugar ações feministas. Estas muitas vezes oscilando entre posições emancipatórias e conservadoras com respeito à condição feminina. Não raro, a educação era defendida como imperativo para o exercício da função materna, enquanto o pleito por formação profissional pressupunha a ocupação de postos de trabalho adequados ao segmento feminino (ensino, saúde). O discurso das sufragistas seguia lógica semelhante.

O contexto de transformações sociais do Brasil dos anos 1920 propicia novo impulso à luta pelo voto feminino. Momento em que as feministas se aproximam dos movimentos de base operária, das manifestações da vanguarda intelectual de 1922 e das lutas de setores das classes médias pela conquista da cidadania política (expansão do sufrágio e da participação política). Cenário no qual as ações das sufragistas brasileiras podem ser equiparadas com as ações do movimento feminista de ressonância mundial. Neste processo, mesmo sem atingir contingentes expressivos de mulheres nos moldes das inglesas ou das norte-americanas, sua contribuição é inegável para a

intensificação do debate sobre o voto feminino em instâncias políticas e na imprensa do país.

Num clima pautado em argumentos contrários e favoráveis ao sufrágio feminino, assiste-se, no espaço de uma década (1917-27), a várias tentativas infrutíferas de normatizar o alistamento eleitoral das brasileiras

¹ Em ato isolado, o alistamento de mulheres é reconhecido no estado do Rio Grande do Norte, em 1927. Como resultado, várias mulheres depositam seu voto nas urnas e, em 1928, no estado potiguar, era eleita a primeira prefeita brasileira – Alzira Soriano (ALVES, 1980).

² Um estudo exaustivo da atuação destas e de outras líderes da luta pelo voto feminino, bem como das tensões provocadas entre as sufragistas no decorrer de suas ações, é encontrado em Alves (1980).

na Câmara e no Senado, aquele exitoso apenas em um estado da federação¹. Na mesma conjuntura, o sufragismo passa a ser referência para outros grupos de mulheres, incluindo os que reivindicam acesso à educação e à qualificação profissional. Afinidade sedimentada quando o voto passa a ser visto como instrumento de acesso à cidadania feminina (ALVES, 1980).

A campanha das sufragistas atinge sua meta com o reconhecimento do voto feminino no Código Eleitoral de 1932 (decreto nº 21.076) e sua incorporação na Carta Constitucional de 1934. Para o que contribuiu, sobremaneira, o empenho individual de mulheres que se posicionaram à frente da luta pela igualdade de direitos entre os sexos, a exemplo de Bertha Lutz e Nathércia Silveira. Ambas integrantes da comissão responsável pelo anteprojeto constitucional da Carta de 1934, que ratificaria o voto feminino².

A prerrogativa do direito de voto a servidoras públicas, no entanto, excluía dele a maioria das brasileiras, configurando uma conquista parcial da cidadania política feminina. A extensão do sufrágio, inscrita na Constituição de 1946, transfere a obrigatoriedade de voto a alfabetizadas e maiores de 18 anos, excluindo, conseqüentemente, parcela significativa de mulheres que se somavam ao contingente de analfabetos no país. Restrição eliminada muito depois, ou seja, somente na Constituição de 1988, com a concessão do voto facultativo aos analfabetos.

Paradoxalmente, a reivindicação do voto enunciava uma “ruptura política” sem precedentes, na medida em que as mulheres exigiam “pela primeira vez algo para si e nada menos que seu direito à igualdade, seu direito à cidadania formal” (BAREIRO, 2000, p. 16). Não obstante, depois de muito postergado, o sufrágio feminino foi aprovado de modo parcial. Assim, ficava em aberto o antigo problema da exclusão das mulheres na política, reforçando a ideia da existência de uma “cidadania abstrata”, sem gênero. Portanto, o voto não garantiu a efetividade dos direitos políticos das mulheres, demandando novas etapas de luta para responder ao quadro de sub-representação feminina na política, como visto a seguir.

2. Cidadania Política e Democracia Paritária

Neste segmento, interessa recuperar alguns matizes relativos à prática política feminista e às reflexões acadêmicas concernentes ao cenário de luta das mulheres pelo exercício do direito de voto. Trajetória que traz a questão das cotas ao centro da agenda feminista e resulta na defesa da democracia paritária (paridade de gênero na política), como pleito atual e do futuro.

A aquisição do direito de voto demarca um intervalo nas mobilizações pela cidadania política feminina no Brasil e no mundo. Manifestações esparsas e pouco articuladas encerram a denominada primeira onda do feminismo. O feminismo contemporâneo ressurgiu, então, como parte das mobilizações desencadeadas a partir da reestruturação das sociedades do segundo pós-guerra (1939-1945) e de protestos sociais ocorridos, em diferentes países, no decorrer dos anos 1960. Cenário a abranger desde as propostas libertárias das mulheres até o processo de construção do campo de estudos feministas, dos anos 1970.

Eventos relacionados ao Ano Internacional da Mulher (1975) e à Década da Mulher (1976-85), sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), reencaminham a luta das mulheres por cidadania. Mandatos oriundos de encontros mundiais reiteraram compromissos sociais

com a igualdade de gênero e cobram de governos a sua promoção. No marco de uma sequência de conferências mundiais sobre mulher – México, 1975; Copenhague, 1980; Nairóbi 1985 – e da Plataforma de Ação de Beijing (1995), fruto da quarta dessas conferências, são sistematizadas as diretrizes para o empoderamento das mulheres (educação, trabalho, renda e participação política) e para a garantia e promoção dos direitos humanos de mulheres e meninas (saúde e segurança). Pleitos reiterados em encontros globais sobre Meio Ambiente (Rio de Janeiro/1992); Direitos Humanos (Viena/1993) e População (Cairo/1994) e respaldados pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979 – que representa o primeiro instrumento internacional de proteção dos direitos humanos das mulheres (PIMENTEL, 2008; PRÁ & EPPING, 2012).

A reafirmação do debate da igualdade política de gênero emerge no mesmo cenário. Nele, estudos e pesquisas revelam o problema da sub-representação política feminina e as dificuldades de inclusão das mulheres em grupos historicamente dominados por homens (TABAK & TOSCANO, 1982; JAQUETE, 1984; CARROL, 1985; RANDALL, 1987). A isto se soma o interesse em desvendar o porquê desse dilema. Registra-se, então, o contraste entre o aumento da inserção feminina em instâncias sociais (trabalho e educação), o incremento do colégio eleitoral feminino e a escassa presença das mulheres em instâncias de poder e decisão política (PRÁ, 1992; AVELAR, 1996; COBO, 2002; SAGOT, 2009).

Tais análises reiteram a recorrência das desigualdades de gênero em espaços de poder e decisão, identificando-as como fenômeno mundial e reflexo da histórica exclusão feminina da política. Realidade evidenciada com o uso de dados estatísticos para demonstrar as distâncias de gênero em esferas de deliberação e poder, além das dificuldades para o ingresso das mulheres em grupos e espaços masculinos (DAHLERUP, 1999). Ao lado disto, avaliações sobre o funcionamento das cotas de gênero – sancionadas em países europeus no decênio de 1970 e na América Latina

no de 1990 – identificam a sua eficácia, mas também seus limites para promover o empoderamento político das mulheres (ARCHENTI & TULA, 2008; LAVALLE, 2010; ARAÚJO, 2011).

Consoante às cotas de gênero na política, cabe lembrar que sua adoção vinha sendo postulada desde a primeira Conferência Mundial sobre Mulheres (1975), passando a integrar artigo específico da CEDAW e os objetivos do Plano de Ação de Beijing. O panorama desenhado pelo uso das cotas (discriminação positiva) resenha seu êxito em poucos países. Assim, a dificuldade de reverter a lógica da sub-representação feminina demanda alternativas para confrontar este obstáculo (COBO, 2002; MONTANÕ, 2007; LAVALLE, 2010). Neste plano, a luta pela igualdade de direitos traz à tona o conceito de democracia paritária.

O termo é qualificado na Declaração de Atenas, de 1992, servindo de marco para a reivindicação paritária, de início na Europa e, mais tarde, em outras partes do mundo. O referido documento critica duramente a histórica exclusão política das mulheres dos espaços de poder, entendendo-a como um sério déficit da democracia. O conceito de “democracia paritária” emerge, então, como proposta para reverter este quadro: “uma proposta cujo fim é alcançar mudanças reais que vão além do reconhecimento formal de direitos que, na prática, as mulheres não conseguem exercer em igualdade de condições com os homens” (CABANILLAS, 2013, p.19). Este conceito, porém, não é novo:

Surgiu em 1989 durante um colóquio celebrado em Estrasburgo, organizado pelo Conselho da Europa, e adquiriu forma e impulso em 1992 depois da Declaração de Atenas, resultado da primeira cúpula europeia *Mulheres no Poder*, celebrada em Atenas, Grécia, com a participação de ministras e ex-ministras da Europa (LAVALLE, 2010, p. 43).

Quanto ao impulso e à forma adquiridos pela reivindicação por paridade, seu crédito, sem dúvida, deve ser concedido às feministas francesas, que se valeram do documento de Atenas e chegaram à aprovação da Lei da Paridade de gênero, em 2000. Ironicamente, isto ocorre logo no

país dos jacobinos, ou seja, de quem negligenciou o pleito político das revolucionárias francesas, interditou os clubes femininos e fez postergar a conquista do voto feminino sob o argumento de que “a casa é o lugar natural das mulheres”. Com efeito, a França, um dos últimos países da Europa a normatizar o direito de voto das mulheres (1944), seria um dos primeiros a reconhecer a paridade de gênero. Contudo, a aprovação da medida ainda não garante seu funcionamento a pleno título, como atestam resultados de eleições após a aprovação da lei, que não serão aqui discutidos. Independente disso:

Se fôssemos falar de um país onde a retórica deu lugar à ação, surgiria imediatamente o nome da França, onde a mobilização pela paridade foi concebida, pela primeira vez no mundo, ante a constatação dos insignificantes percentuais de representação das mulheres nas instâncias de decisão do país gaulês, paradoxalmente berço da Revolução Francesa e dos princípios da “Liberdade, igualdade e fraternidade” que tanto impacto tiveram na Era Moderna (CABANILLAS, 2013, p.23).

Ainda sobre o programa de Atenas, vale notar que o seu conteúdo viria a integrar documentos oriundos de outras conferências regionais e mesmo internacionais. Em Beijing (1995), por exemplo, a paridade é estabelecida como meta a ser atingida em uma década, embora sem êxito, pois foi alcançada em poucos países no período estimado para tal. Já no âmbito das conferências regionais, o tema é tratado em período recente. Em 2007, quinze anos depois do encontro de Atenas, ministras e representantes dos Mecanismos de Defesa da Mulher de países latino-americanos e caribenhos, reunidos na X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, subscreveram o denominado Consenso de Quito, reconhecendo “que a paridade é um mecanismo propulsor da democracia e constitui uma meta para erradicar a exclusão estrutural das mulheres” (CABANILLAS, 2013, p.19). Na ocasião, representantes dos países participantes acordaram, entre outros pontos³:

³ O texto do Consenso de Quito está disponível em: www.cepal.org/id.asp?id=29489

- adotar todas as medidas de ação afirmativa e todos os mecanismos, incluindo as reformas legislativas necessárias e dotações orçamentais, para garantir a plena participação das mulheres em cargos públicos e de representação política, a fim de **alcançar a paridade** na institucionalidade estatal (executivo, legislativo, judiciário e regimes especiais e autônomos) e nos âmbitos nacional e locais nacionais das democracias da América Latina e do Caribe;
- ampliar e fortalecer a democracia participativa e a **inclusão igualitária**, plural e multicultural das mulheres na região, garantindo e incentivando sua participação e valorizando o seu papel na esfera social e econômica e na definição de políticas públicas adotando medidas e estratégias para sua **inserção nos espaços de decisão**, de opinião, informação e comunicação (Consenso de Quito, 2007, grifos meus).

Sobre as normativas do Consenso de Quito, importa fazer breve menção aos termos grifados no texto, a saber: alcançar a paridade, inclusão igualitária e inserção nos espaços de decisão. Tal destaque teve a finalidade de cotejar a noção de paridade e a das cotas, visando a esclarecer que enquanto a paridade prevê a igualdade de acesso das mulheres e a sua inserção em cargos públicos e de representação política (igualdade de resultados), as cotas se limitam a igualar as condições de ingresso em instâncias parlamentares (igualdade de oportunidades). A implicação disto é a de que a adoção de medidas de paridade exige uma mudança significativa no âmbito das políticas públicas, vez que as ações afirmativas ou compensatórias - que regem as cotas -, deverão ser substituídas por políticas redistributivas. Neste caso, exigindo a redistribuição do poder político. A despeito disso, vale lembrar que:

O debate sobre a paridade põe em evidência que o cidadão não é neutro, que a cidadania é construída sobre modelos masculinos e que o acesso à representação se dá em um cenário de caráter sexuado, caracterizado pela exclusão - não acidental, mas, antes, estrutural - das mulheres (MONTAÑO, 2007, p.4).

Na esteira desse debate, os postulados da paridade estabelecidos em Quito foram reiterados no Consenso de Brasília (2010), durante a XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Momento em que representantes desta região reafirmaram seu compromisso com acordos regionais e internacionais sobre mulher,

⁴ Disponível em:

http://www.eclac.cl/mujer/noticias/paginas/2/40332/ConsensoBrasilia_POR.pdf

comprometendo-se a adotar um conjunto de medidas em defesa dos direitos das mulheres, entre elas, a de empreender os esforços necessários para assegurar a paridade de gênero na política⁴.

No intervalo das duas conferências, três países da América Latina incluíram dispositivos em suas legislações eleitorais contemplando a participação paritária de homens e mulheres nas listas eleitorais. Isso ocorreu consecutivamente no Equador (2008), na Bolívia (2009) e na Costa Rica (2009), em todos eles prevista a alternância paritária e sanção para o descumprimento da medida. Ao lado deles, viria a figurar a Nicarágua (2012), diferenciando-se dos demais apenas por não estabelecer sanção pela não observância do regulamento (CABANILLAS, 2013).

O pleito pela paridade repercute em outros países da região. No caso do Brasil, em agosto de 2011, a bancada feminina do Congresso Nacional entregou a primeira emenda de paridade ao anteprojeto de reforma política. “A emenda prevê a obrigatoriedade da alternância paritária entre os gêneros em listas fechadas e preordenadas dos partidos, propondo o indeferimento do registro da lista em caso de descumprimento da medida” (AZEVEDO; RABAT, 2011, p.289). Contudo, ainda não se vislumbra a possibilidade de que a reivindicação paritária das brasileiras seja avaliada em período próximo ou aprovada. Ocorre, porém, que a inclusão política das mulheres não depende apenas da aprovação de determinado regulamento. Como sustenta Beatriz Cabanillas, ao avaliar os três países latino-americanos (Equador, Bolívia e Costa Rica) que adotam a Lei da Paridade: “em

que pesem os progressos destas experiências, a desigualdade de gênero continua sendo um dos fenômenos mais universais da nossa era” (CABANILLAS, 2013, p. 39).

Por fim, retornando à questão do direito de voto, cabe afirmar que sem impeditivos legais para acessar cargos eletivos, as mulheres usufruem igualdade nesse campo, mas ainda como minoria na política. Afinal, a expansão da cidadania feminina, desencadeada com a obtenção do sufrágio e reforçada pelas cotas de gênero, não promoveu a inclusão política das mulheres a pleno título. Nesses termos, coube às teóricas feministas questionar “a legitimidade de uma democracia em que a maioria de suas instituições representativas exclui as mulheres, não legalmente, mas sim de fato” (COBO, 2002, p. 30). Ou como sustenta Cecília Lavalle: [...] Porque a democracia seja qual for o seu nome (representativa, liberal, deliberativa participativa), sem a metade do gênero humano ocupando cargos de representação e de decisão, ou seja, sem paridade, é um mito (LAVALLE, 2010. p.45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se realçou neste texto, a luta das mulheres pela cidadania política envolveu avanços e retrocessos. A conquista do voto representa a etapa inicial desta aquisição. É quando o patriarcado reconhece aquelas como possíveis portadoras de direitos políticos. Alcançar esses direitos, no entanto, “não resultou que as mulheres fossem eleitas na mesma proporção em que votavam ou em função do número de sua população ou em consonância com sua educação formal ou sua participação laboral ou política” (LAVALLE, 2010, p. 35). Fez-se necessário, então, um ativismo constante para garantir o exercício efetivo de seus direitos políticos.

A busca pela equidade política de gênero passou a requerer o fomento à igualdade de oportunidades (cotas), tendo como alvo a igualdade de resultados (paridade). Para tanto, ainda se faz imperativa a incidência das mulheres nas várias fases de um processo político, iniciando pela conformação de listas eleitorais, passando pela tomada de decisões

e chegando ao exercício e controle do poder político. Mas o efetivo posicionamento das mulheres nas esferas de poder também requer a modificação de atitudes tradicionais. Neste sentido, se faz necessária “a mudança da cultura de gênero ainda tradicional quanto aos papéis e expectativas em relação às mulheres e que são disseminados explícita ou sutilmente na mídia, nas relações interpessoais e institucionais” (ARAÚJO, 2011, p. 134).

Apesar dos desafios, é evidente o protagonismo das mulheres na definição de agendas públicas e governamentais. Pleitos estes compartilhados em contextos internacionais e firmados em documentos (acordos, tratados e documentos) pactuados em eventos chancelados pelas Nações Unidas. Portanto, pode-se pensar nas mulheres de diferentes partes do mundo que há décadas começaram a se reunir para “traçar estratégias, propor alternativas, promover a mudança, documentar a desigualdade, denunciar a injustiça e a discriminação, planejar ações, avaliar resultados, modificar leis ...” (LAVALLE, 2010. p.65).

Nomeadamente, desde a luta pelo direito de voto, as mulheres seguem partilhando experiências de mobilização nacional, regional e internacional. Por estes caminhos, elas ampliam seus espaços de participação e qualificam os conteúdos da agenda pública com o debate sobre a democracia paritária. Afinal, na medida em que elas questionam os *déficits* da cidadania política feminina ou os princípios da democracia contemporânea, deixam em aberto um amplo campo de ação política e uma extensa pauta de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca. Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 1996.

ARAÚJO, Clara. As mulheres e o poder político – desafios para a democracia nas próximas décadas. In. BARSTED, Leila Linhares;

PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 90-136

ARCHENTI, Nélide; TULA, María Inés. Algunas cuestiones iniciales sobre las leyes de cuotas. In: ARCHENTI, N., TULA, M. I. (Eds.). *Mujeres y política en América Latina: sistemas electorales y cuotas de género*. Buenos Aires: Heliasta, 2008. p. 9-29.

AZEVEDO, Débora. Bithiah; RABAT, Márcio Nuno (Orgs.). *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BAREIRO, Line. El Estado, las mujeres y la política a través de la historia latinoamericana. In: MEMORIA DEL II SEMINARIO REGIONAL. De poderes y saberes. Debates sobre reestructura política y transformación social. Montevideo: Doble clic ed./DAWN/REPEM, 2000. p.11-32

BONDER, Glória. *Equidade de gênero na educação: renovando compromissos*. 2003. Disponível em: <http://www.educoas.org/portal/pt/tema/editorial/nov03>

CABANILLAS, Beatriz Llanos. A modo de introducción: caminos recorridos por la paridad en el mundo. In: *La apuesta por la paridad: democratizando el sistema político en América Latina*. Los casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Perú: IDEA Internacional/ CIM Comisión Interamericana de Mujeres, 2013. p. 17-46.

CARROL, Susan J. *Women as candidates in American politics*. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

CAPPELLIN, Paola. As mulheres e o acesso à cidadania no Rio de Janeiro: anotações sobre a pesquisa “Lei, justiça e cidadania”. In: PANDOLFI, Dulce. C. [et al.]. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Carlos Chagas, 1999. p. 205-228.

COBO, Rosa. “Democracia paritaria y sujeto político feminista”. *Anales de la Cátedra de Francisco Suárez*, n° 36: 29-44, 2002. Disponível em: www.ugr.es/filde/pdf/contenido36_2.pdf.

DAHLERUP, Drude De uma pequena a uma grande minoria: uma teoria da “massa crítica” aplicada ao caso das mulheres na política escandinava. In: LAMAS, M. (Org.). *Debate feminista: cidadania e feminismo*. São Paulo: Melhoramentos, 1999, p. 142-183.

GROPPI, Angela. As raízes de um problema. In: BONACCHI, Gabriella; GROPPPI, Angela (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da UNESP, 1995. p. 11-25.

JAQUETE, Jane. Female political participation in Latin America: raising feminist issues. *Annual Meeting of the American Political Science Association*. Los Angeles: Occidental College, 1984.

LAVALLE, Cecilia Torres. *Paridad es la meta: mujeres en los ayuntamientos de Quintana Roo, 1975-2010*. México: Instituto Nacional de las Mujeres; Instituto Quintanarroense de la Mujer, 2010.

MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise. *Liberdade versus igualdade*. O mundo em desordem (1914-1945). Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 109-118

MONTAÑO, Sonia. A contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina e no Caribe. Chile: CEPAL, 2007.

PIMENTEL, Sílvia. *Experiências e desafios: Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW/ONU) – relatório bienal de minha participação*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. (Série Documentos).

PRÁ, Jussara Reis. *Representação política da mulher no Brasil (1982-1990): a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. *Revista Estudos Feministas* (UFSC), v. 20, p. 33-52, 2012.

PULEO, Alicia H. *Filosofía, género y pensamiento crítico*. Valladolid: Universidad de Valladolid. Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2000.

RANDALL, Vicky. *Women and politics: an international perspective*. London and Basingstoke: Macmillan. 1987.

ROSSI-DORIA, Anna. Representar um corpo. Individualidade e “alma coletiva” nas lutas pelo sufrágio. In: BONACCHI, Gabriella; GROPPi, Angela (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da UNESP, 1995. p.109-128.

SAGOT, Montserrat. É importante a participação política das mulheres? Representatividade democrática, ação afirmativa e cotas na Costa Rica. In: *Trilhas do poder das mulheres: experiências internacionais em ações afirmativas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. p. 49-61.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THÉBAUD, Françoise. Mulheres, cidadania e Estado na França do século XX. *Tempo*, Rio de Janeiro, s/d, nº 10, p. 119-135.

VARELA, Nuria. *Feminismo para principiantes*. Barcelona: Ediciones B.S.A, 2005.

Por que uma Reforma Eleitoral mais Ampla É Importante para as Mulheres?¹

¿Por qué una Reforma Electoral más Amplia Es Importante para las Mujeres?

Why is a Broader Electoral Reform Important for Women's Political Participation?

Clara Araújo

Resumo: este artigo é uma breve análise sobre o debate e as propostas para a Reforma Política no Brasil e suas implicações numa perspectiva de gênero. Neste sentido, são evidenciados alguns dos principais e mais clássicos temas envolvidos no escopo de uma Reforma e as limitações das propostas vigentes no Brasil, aprovadas em 2013 para as eleições de 2014. A base que subsidia as reflexões é empírica, fundamentada nos estudos da autora e em artigos que analisam dados comparados e os impactos sobre as mulheres nas disputas eleitorais. Em conclusão, indicam-se as restrições nas mudanças sugeridas e aspectos decisivos para alterar o quadro da sub-representação.

Palavras-chave: mulher, gênero, reforma, impactos, sub-representação.

Resumen: este artículo es un breve análisis sobre el debate y las propuestas para la Reforma Política en Brasil y sus implicaciones desde una perspectiva de género. En este sentido, evidencia algunos de los principales y más clásicos temas implicados en el objetivo de una Reforma y las limitaciones de las propuestas vigentes en Brasil, aprobadas en 2013 para las elecciones de 2014. La base que subsidia las reflexiones es empírica, se fundamenta en los estudios de la autora y en artículos que analizan datos comparados y los impactos sobre las mujeres en las disputas electorales. En resumen, indica restricciones en los cambios sugeridos y aspectos decisivos para alterar el cuadro de la sub-representación.

Palabras clave: mujer, género, reforma, impactos, sub-representación.

Abstract: this paper focuses on the Electoral Reform to be carried out in Brazil and brings an analysis of the debates on the reform, the proposals for it and its implications for the political scene from a gender perspective. Therefore, some of the most important and classical themes a Reform encompasses are highlighted and compared to the reduced scope of the reform proposals that comprise the Brazilian Electoral Reform bill enacted in 2013 and whose enforcement is to start with the 2014 elections. The reflections herein presented are empirical and grounded on the author's researches and on papers that analyse compared data and their impacts on women's performance at elections. In conclusion, the limited aspects of the reform are indicated and alternatives aimed at overcoming women's under-representation in it are proposed.

Keywords: women, gender, reform, impacts, under-representation.

¹ Este artigo foi originalmente publicado pela Agência Patrícia Galvão-SP (<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/>; www.institutopatriciagalvao.org.br). A republicação do texto na revista www.generonaamazonia.ufpa.br foi devidamente autorizada pela referida instituição, a quem agradecemos.

INTRODUÇÃO

A distribuição da participação por sexo nos legislativos nacionais serve de referência internacional para aferir o acesso das mulheres aos espaços da Representação Política. E o crescimento médio dos últimos

² Acessados em 25/08/2013 em www.ipu.org.

15 anos é significativo. Dados da União Inter-Parlamentar/IPU² mostram que o percentual de participação feminina em 1998 alcançava 12,8% nos Congressos Nacionais e 14,8% nas Câmaras Baixas ou Câmaras dos Deputados. Em agosto de 2013, a proporção passou para respectivamente 20,9% e 21,3%. Notadamente, em países em processos recentes de democratização, redemocratização ou remodelagens institucionais, parte do crescimento apontado se deveu à adoção de cotas para candidaturas eleitorais, uma espécie de “caminho curto” para romper com as barreiras encontradas na história das Democracias Representativas modernas. Não obstante, o crescimento indicado representa, em média, 1/5 do total de parlamentares no mundo.

Por isto, entre outros aspectos, no debate sobre a Reforma Política e Eleitoral há inúmeras razões que justificam abordar especificamente a perspectiva de gênero. Enquanto não existe consenso sobre todas elas, há concordância de que sua ausência expressa em *gap's* como os do Brasil diz muito sobre limites indiretos à participação democrática. Além dos aspectos já bem discutidos sobre a exclusão histórica deliberada e as diversas consequências, há que se considerar, também, que a representação da diversidade social na política tem se tornado algo cada vez mais relevante para a democracia representativa (NORRIS, 2006; CHILD e KROOK). Isto não implica abraçar a tese de que mais mulheres mudam o parlamento pelo fato de serem mulheres ou que há qualidades diferenciadas por sexo que melhoram ou pioram a democracia ou, ainda, que mulheres irão defender os interesses das mulheres e estes têm o mesmo significado ou sentido para todas as que forem eleitas. Com a ampliação de seu ingresso, há indícios de que sua presença contribui para alargar a agenda política. Mas, acima de tudo, há a questão democrática relevante de sua presença

como parcela substantiva ainda *out-sider* dos espaços decisórios. Como “simples” cidadãos ou como pessoas do “mundo político”, mulheres são recorrentemente confrontadas pela sua condição de gênero. Por isto, há algo a dizer sobre seu acesso à política e os impactos diferenciados neste acesso, de acordo com aspectos dos sistemas políticos e eleitorais. É sabido que esse diferencial no ingresso político não é um dado especificamente brasileiro. Há disseminada base histórica para tal ocorrência, sobretudo a exclusão formal das mulheres no nascimento das modernas Democracias Representativas e de suas duas bases: cidadãos e representantes. Apesar de direitos conquistados, outras formas de desigualdades permanecem como obstáculos e interferem nas suas chances eleitorais, inclusive e talvez, sobretudo obstáculos familiares. A simples ideia de mulheres deixarem “suas prioridades domésticas” para se envolverem com a política ainda é elemento de conflito entre casais e famílias.³ O mito da “natural apatia feminina na política” já foi derrubado, mas as condições que o reproduzem e o déficit de gênero nas instituições de poder permanecem forte.

³ Ver sobre isto pesquisa do Consórcio Bertha Lutz, *Mulheres nas Eleições 2010*.

1. A Reforma Política e as Mulheres

No Brasil, os números dos diferentes níveis legislativos, em especial da Câmara dos Deputados, são reveladores da persistência de dificuldades de acesso político, sobretudo nas eleições. Isto ocorre mesmo com a adoção de cotas eleitorais de um mínimo de 30% de candidaturas por sexo, e após novos itens serem incorporados na Lei de 2009. Os resultados eleitorais de 2010 e 2012 indicaram que tal revisão não surtiu efeitos e se mantêm fracos. Em 2010, cerca de 70% dos votos nas eleições presidenciais foram dados às candidatas Dilma Rousseff e Marina Silva. Dilma foi eleita a primeira Presidenta da República. Apesar disto, a presença feminina na Câmara dos Deputados permaneceu como estagnada, em apenas 8,6%. Nada menos do que 91,4% dos eleitos no Brasil em 2010 foram homens. Em julho deste ano, o Brasil ocupava o 120º lugar no ranking de 189 países elaborado pela IPU.

Diversos fatores influenciam e estão, comprovadamente, associados às chances das mulheres se elegerem e formam certo padrão de desigualdade de gênero na política. Fatores de ordem cultural, socioeconômicos, políticos e contextuais. Seria de esperar que países com históricos econômicos ou políticos parecidos também se assemelhassem nesses padrões de eleições segundo o sexo, e variassem pouco entre si. Isto não acontece de fato. O que se percebe, em números, é grande variação no grupo de nações consideradas como democracias consolidadas, estáveis e com níveis de desenvolvimento semelhantes. O mesmo ocorre com o grupo de países definidos como em desenvolvimento, ou ainda entre aqueles com históricos mais recentes de práticas institucionais democráticas. E isto inclui o Brasil e os seus vizinhos latino-americanos, inclusive entre os países com Leis de Cotas para as eleições.

2. Os Sistemas Políticos Eleitorais e o Acesso de Mulheres ao Poder

Nas últimas duas décadas, estudos comparados internacionais, baseados em estatísticas e em análises das “famílias” dos sistemas eleitorais, forneceram sólidas evidências de que, ao lado dos aspectos mencionados acima, os Sistemas Políticos e Eleitorais interferem e têm bastante influência no acesso de mulheres aos poderes eleitoralmente constituídos. Mostram ainda que mesmo o sucesso ou insucesso das cotas depende, em parte, de características dos sistemas eleitorais. E se é certo que não determinam os resultados, ajudam a explicar as distâncias e a compor os cenários numéricos encontrados na participação política segundo o sexo.

Ainda assim, cada contexto tem sua história própria. E um dos complicadores é que não existem “fórmulas de bolo” que definam um sistema perfeito. Fatores contextuais, socioeconômicos e culturais e características dos sistemas eleitorais é que compõem essas “receitas” cujo fermento e resultados podem variar bastante. Nosso próprio caso, Brasil, é emblemático dessa ausência de relação causal. Por isto nos deparamos com grandes variações, tanto entre as democracias consolidadas quanto

entre aquelas em consolidação, entre países mais ricos ou mais pobres e entre culturas mais ou menos liberais. Levando isto em consideração, serão brevemente destacados a seguir quatro itens relacionados com sistemas eleitorais e ampliação de presença das mulheres. São eles: os tipos de sistemas de representação política, a forma da escolha do candidato e do voto pelo cidadão, os tipos de financiamentos de campanha e a possibilidade, ou não, de reeleição de parlamentares e de quantas vezes isto pode ocorrer. Ressalte-se, porém, que nos debates e processos políticos efetivos tais aspectos estão conectados e possuem lógicas que formam modelos mais definidos.

2.1. Os tipos de sistemas de representação política

Começamos pelo tema mais geral, o dos tipos de Sistemas de Representação política. Há três tipos *básicos* ou três grandes *famílias* de sistemas eleitorais, definidos, sobretudo, pela forma de representação adotada para as chamadas Câmaras Baixas, o equivalente aqui à Câmara dos Deputados. A primeira família é a dos Sistemas Majoritários, que no Brasil é conhecido como Sistema Distrital Puro. Não obstante variações internas, não possíveis de serem expostas aqui, este sistema em geral é caracterizado pela organização de distritos eleitorais pequenos com 1(um) único representante (circunscrições ou regiões que não necessariamente são os estados geográficos e administrativos, como no caso atual do Brasil). Cada partido só pode lançar um candidato (em alguns casos mais de um com um segundo turno); e só um candidato de um único partido, o mais votado, é o eleito para representar aquele distrito\localidade\ região na Câmara dos Deputados. Entre as chamadas “democracias consolidadas”, são exemplos de sistemas majoritários ou distritais puros: a França, a Austrália e os Estados Unidos (embora este último tenha alguma singularidade). Os atuais percentuais de participação de mulheres nas Câmaras Baixas (Câmaras de Deputados) são respectivamente 26,9%, 24,9%, 17,7%. Entre aquelas democracias em processo de consolidação,

podem ser citados a República da Tanzânia e a República Checa, com respectivamente 36% e 17,3% de representantes mulheres.

O segundo tipo de “família” é a dos Sistemas de Representação Proporcional. Neste, como o nome diz, a natureza da representação é a proporcionalidade. O que conta para definir a distribuição do número de eleitos é a proporção de votos obtidos. Cada partido lança listas com vários candidatos para cada distrito\região\estado, ou ainda uma única lista nacional, como no caso do Uruguai. O Brasil está nesta *família* dos proporcionais, e seu distrito eleitoral são os próprios estados administrativos. Para corresponder à população de cada estado, e assim compor a representação da nação, o número de representantes varia de 70 em São Paulo a 8 em estados menos populosos como Acre e Rondônia, por exemplo. A quantidade de representantes e de eleitos varia de acordo com o tamanho da população do local definido. Mas as listas podem ser fechadas, abertas ou flexíveis. Exemplos de sistemas proporcionais em países com “democracias mais consolidadas” são a Suécia, a Holanda, a Itália, a Argentina e o próprio Brasil, com, respectivamente, 44,7%, 38,7%, 31,4%, 39,7% e 8,6% de mulheres nas Câmaras de Deputados. Entre países a caminho de democracias mais estáveis, estão Polônia, Moçambique e República Dominicana, com respectivamente, 23,7%, 39,2%, e 20,8% de deputadas.

O terceiro tipo de “família” é a dos Sistemas Mistos, ou Distrital Misto, conforme designação no Brasil. Com um espectro de variações internas não possíveis de detalhamento aqui, pode-se resumidamente dizer que ele combina características do sistema majoritário com as do sistema proporcional. No Sistema Distrital Misto, os distritos ou circunscrições eleitorais são divididos ou sobrepostos em duas partes. Uma parte majoritária, na qual cada partido lança só um candidato em cada distrito e só um candidato entre todos os partidos é eleito, o mais votado; e uma parte proporcional, na qual os partidos podem lançar mais candidatos, o número de eleitos é maior do que um e há regras de distribuição dos votos

entre partidos\candidatos mais votados. Em geral, o eleitor vota duas vezes: uma na circunscrição majoritária e outro na lista de cada partido. São exemplos atuais de sistemas mistos, entre as chamadas democracias consolidadas: a Alemanha, a Espanha e o Japão, com respectivamente, 32,9%, 36% e 8,1% de presença de mulheres. Entre países considerados em processo de consolidação, podem ser citadas a Bolívia e a Armênia, com respectivamente 25,4% e 10,7%.

2.1.1. Sistemas mais ou menos “amigáveis às mulheres”

Em se tratando da participação segundo o sexo, existem várias indicações consistentes que apontam para aquilo que Wilma Rule - uma das pioneiras em estudos comparativos sobre democracia, sistemas eleitorais e representação política feminina - identificou, em 1997, como um *contínuo* de sistemas mais ou menos “amigáveis às mulheres”. O termo designa sistemas, nos quais elas têm maiores ou menores chances de eleição e acesso ao poder. Comparando 70 países de democracias consolidadas e em processos de consolidação, a autora concluiu o seguinte: os sistemas de Representação Proporcional são os mais “amigáveis” às mulheres, ou seja, são aqueles nos quais estas têm mais chances de serem eleitas. Em seguida, encontram-se os Sistemas Mistos, ou Distritais Mistos e, por último, como menos amigáveis, os sistemas Majoritários, ou Distritais Puros. Em outras palavras, quanto mais proporcional o sistema maiores as chances, tanto das mulheres quanto dos chamados grupos *out-siders*, ou seja, aqueles tradicionalmente excluídos da elite política. Vale dizer que nos sistemas distritais mistos, a parte mais “amigável” é a da eleição proporcional.

⁴ Ver sítio www.pippanorris.org/havard.

Uma das explicações estaria no que a Profa. Pippa Norris,⁴ da Universidade Havard\ EUA, definiu como a “tendência inercial das competições eleitorais”, própria da natureza das disputas de poder nas instituições, sobretudo nas eleições. Assim, quando determinado

partido possui nomes já comprovados eleitoralmente e estabelecidos em determinados distritos, e só pode lançar um candidato ou muito poucos nomes para a competição eleitoral, a tendência é que não arrisque os espaços conquistados com nomes novos e ainda não testados. Os mais antigos e já eleitos seriam privilegiados. Segundo Norris, não só as mulheres, mas todos os indivíduos pertencentes a grupos tradicionalmente *out-siders* do sistema político tenderiam a encontrar mais dificuldades para ser indicados em contextos com direito a apenas um ou poucos competidores. Isto porque, menor número de candidatos lançados, menor chance de que a diversidade da sociedade seja considerada nas candidaturas cujas chances necessitam ser bem consistentes. Exceções seriam quando tais nomes surgem decorrentes de algum fenômeno ou processo político e adquirem rápida visibilidade. Os sistemas de representação proporcional tenderiam a ser mais abertos porque em todos os distritos\estados os partidos são mais *compelidos* a compor listas mais diversas, com nomes que representem a diversidade social e cultural de um determinado distrito eleitoral, inclusive para atrair eleitores de diferentes estratos e agrupamentos.

Dados recentes publicados pela União Inter-Parlamentar/IPU⁵ reforçam essa evidência. Foram comparados resultados obtidos em países que tiveram eleições no ano de 2012. Mostrou-se que nos países com Sistemas Majoritários as mulheres obtiveram uma média de 14% das vagas parlamentares contra 25% nos Sistemas Proporcionais. O estudo concluiu que o Sistema Proporcional possibilita maior “[...] incentivo para que os partidos ampliem seu poder de atração mediante a inclusão de mulheres em suas listas”. Outro dado interessante nesses levantamentos citados é que nos Sistemas Distritais Mistos os resultados mais favoráveis às mulheres são obtidos, sistematicamente, através da parte proporcional das eleições, fato constatado antes. Isto é claro, também, no ranking geral da IPU. Os 21 primeiros países com maior presença de mulheres nas Câmaras Baixas ou Câmara de Deputados, entre os 189 listados,

⁵ www.ipu.org/cronicadas_eleicoes/pdf/2013.

distribuem-se da seguinte forma: 15 Sistemas Proporcionais, 5 Sistemas Mistos e apenas 1 tem Sistema Majoritário.

2.2- As mulheres e o financiamento de campanha

O segundo tema de uma Reforma Eleitoral é dinheiro ou quem financia as campanhas. É comprovada a elevada correlação entre sucesso eleitoral e financiamento de campanha, para homens e mulheres. Então, o primeiro item a discutir é como tornar mais democrática uma competição na qual, cada vez mais, o dinheiro importa e as formas de consegui-lo vinculam interesses de doadores a representantes eleitos. No caso em foco, isto é mais importante, pois é sabido que, em média, homens e mulheres possuem rendimentos, bens materiais e capitais eleitorais desiguais e têm acessos desiguais aos recursos de campanha. É comprovado por vários estudos que homens arrecadam dinheiro de forma mais concentrada e de pessoas jurídicas, ao passo que fundos arrecadados pelas mulheres são mais fragmentados e advêm, majoritariamente, de pessoas físicas, conforme mostraram Teresa Sacchet e Bruno Speck em pesquisa do Consórcio Bertha Lutz em 2010. Se isto é fato, torna-se mais complicado competir num contexto sem muito controle democrático sobre os tipos de financiamentos aceitáveis. Isto é facilitado porque, em geral, homens dispõem de mais tempo, inclusive para a política, possuem redes partidárias e políticas mais estruturadas e tendem a ser mais conhecidos. Assim, se simplesmente aplicado o critério da “neutralidade” de gênero, mulheres tenderão a ser prejudicadas por suas trajetórias e condição. O debate sobre formas de apoio financeiros eticamente aceitáveis não é, portanto, neutro quanto ao gênero.

2.3. O sistema de votação em listas

O terceiro item é o sistema de votação em listas. E de fato não é problema de detalhes técnico ou pontual. Uma pergunta básica do “cardápio” desse debate democrático é: como resolver a relação entre

autonomia do eleitor\cidadão e sua escolha de voto no representante? Está em foco a forma mais razoável, no sentido democrático, de viabilizar *a triangulação necessária* entre candidatos, partidos e eleitores, e que legitima e viabiliza a Representação e a condição do Representante político. Em outras palavras, se trata das formas como eleitores exercem sua autonomia na escolha dos representantes; ao mesmo tempo como se viabilizam os compromissos desses representantes – os eleitos- e de suas organizações de pertencimento, os partidos, para com esses eleitores, as cidadãs e os cidadãos.

2.3.1. As três formas de listas partidárias e suas variantes

Basicamente há três formas gerais de listas partidárias, com muitas variações internas: a lista “aberta” com o voto dado ao candidato podendo ser também, mas não necessariamente, dado à legenda do partido; a lista “fechada e bloqueada”, na qual o partido ordena um ranking de prioridade de nomes que não pode ser mudada e o voto é no partido; e a lista “flexível”, quando se vota no partido, mas há, em geral, duas alternativas possíveis que permitem algum reordenamento de prioridades: votar na lista e indicar o nome preferido ou dar dois votos, um para a lista e outro

⁶ Institute for Democracy and Electoral Assistance (www.idea.org).

para um segundo nome. Mas a complexidade do problema é clara quando um levantamento de 2007, do Instituto IDEA⁶, identificou 12 diferentes tipos de combinações de listas que formam um Sistema Eleitoral, ou a maneira como o voto se traduz em Representação.

No caso das chances das mulheres, atualmente se relaciona muito os tipos de listas com o funcionamento das cotas. É comprovado que as cotas eleitorais por sexo funcionam mais quando as listas são fechadas e pré-ordenadas, como nos casos da Argentina e da Costa Rica. As condições atuais de competição, com voto individual e, sobretudo, baseado nos recursos do próprio candidato, exacerbam as dificuldades

enfrentadas pelas mulheres. Mas isto depende, também, de alguns fatores de transparência partidária, bem como da organização política das mulheres, fora e no interior dos Partidos. As indicações para candidaturas dependem dos grupos detentores de força na estrutura partidária e podem simplesmente reproduzir uma lógica oligárquica e tradicional, ainda que com mais mulheres. E quando certas condições político- partidárias são mais favoráveis, os resultados de cotas em lista abertas também podem ser positivos, a exemplo do Peru.

Há ainda um problema que não é menor: a contraposição posta apenas entre Lista Fechada ou voto na ordem de nomes pré-definida pelo partido e Lista Aberta ou Voto Único Individual simplifica ou desconhece outras possíveis combinações efetivamente existentes. Faz-se necessário, então, colocar para debate a alternativa de listas flexíveis que também propiciam a articulação entre a necessidade de partidos mais orgânicos e fortes - votar nas legendas-, com a autonomia do eleitor, ou seja, o direito de escolher *quem* quer ver representado – por meio da possibilidade de reordenamento dos nomes ou votar em mais um nome, e sem prejuízo de uma pré-indicação de alternância com base nas cotas. A Noruega, a Holanda e Moçambique são exemplos de países com listas flexíveis e que estão entre os 20 primeiros colocados em presença de mulheres no parlamento, segundo o ranking da IPU. Como mostrado em várias pesquisas, não é porque existe resistência do eleitorado que mulheres não são eleitas. Listas flexíveis deveriam entrar no debate como uma alternativa possível para essa tensão entre partido, eleitor e candidato, combinando a referência ao partido e, ao mesmo tempo, a escolha do eleitor, sem prejuízo das cotas. Estas viriam obrigatoriamente no ordenamento apresentado pelo partido.

2.4. Reforma política e eleitoral e a reeleição

Por fim, como o 4º. ponto de um debate mais amplo sobre Reforma Política e Eleitoral, está o problema da reeleição. E ainda, no caso desta

reeleição ser aceita, se ela pode ser indefinida ou há algum limite ao número de mandatos em que isto pode ocorrer. Também aqui há algo a dizer sobre ser este um procedimento neutro sob o ângulo do gênero ou não. Há países onde a reeleição só é permitida uma vez. E em alguns, o parlamentar só pode se candidatar após um período sem mandato. Comparações entre essas diversas situações mostram que onde se estimula mais a renovação de mandatos, permitindo apenas uma reeleição ou alternâncias, mulheres, assim como outros grupos sociais menos privilegiados, tendem a ter mais chances de eleição e acesso ao poder. Por várias razões, parte dos candidatos sempre se beneficia da reeleição, sejam estes homens ou mulheres. Mas se constata que outras condições sendo iguais, os homens tendem a ter bem mais chances de serem reeleitos do que as mulheres. Levantamentos de Clara Araújo e José Eustáquio Alves nas eleições federais de 2006 mostraram que candidatos do sexo masculino tentando reeleição tinham 25 vezes mais chances de serem eleitos do que candidatos que não eram deputados; enquanto para candidatas à reeleição essa chance de se eleger era 16 vezes maior do que mulheres que não eram deputadas. Estudo repetido em 2010 confirmou essa tendência. Fernanda Brollo (University of Alicante) e Ugo Troiano (Harvard University) demonstraram que isto ocorre, também, com candidatos de ambos os sexos que concorrem à reeleição para prefeituras no Brasil. Ou seja, em geral as chances eleitorais dos candidatos com mandatos eram bem maiores do que as daqueles que não tinham o mandato. E neste universo, as chances dos homens são ainda maiores do que as chances das mulheres.

Em suma, parece pouco plausível pensar que atualmente seja possível prescindir dos partidos políticos para viabilizar a própria democracia representativa. Mas, então como reaproximar essa cidadã\cidadão dessa organização tão chave? E como resolver a relação entre a autonomia do eleitor e da eleitora, na sua escolha de voto no\na Representante Político\? Algumas perguntas e questões emblemáticas da natureza da Representação Política não serão respondidas aqui, mas ficam como contribuição para debates posteriores.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, 520 p.

BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. *What happens when a woman wins a election? Evidence from close races in Brasil*”, 2013, p. 42. <http://www.ieb.ub.edu/files/paperswsff2013/brollo.pdf>. Acesso em: 19/09/2013.

DATA SENADO - Reforma Política - Secretaria da Transparência - Coordenação de Pesquisa e Opinião, pág. 19, 20, 22 e 23; Agosto de 2013. <http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/datasenado-pesquisa-reforma-politica-2013.pdf>. <http://www.senado.gov.br/pesquisas/2013>. Acesso em: 19/09/2013.

INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE
- <http://www.idea.org>

INTER-PARLIAMENTARY UNION – <http://www.ipu.org>; http://www.ipu.org/cronicadas_eleicoes/pdf/2013. Acesso em: 25\08\2013.

PIPPA NORRIS - <http://www.pippanorris.org/havard>

Mulheres nas Eleições para as Câmaras Municipais no Brasil em 2012

Mujeres en las Elecciones para los Ayuntamientos en Brasil en 2012

Women's Performance in the 2012 Elections for City Councils in Brazil

Thais Baptista Lino
José Eustáquio Diniz Alves
Denise Britz do Nascimento Silva

Resumo: neste artigo, objetivou-se elucidar os fatores associados à elegibilidade de mulheres para as Câmaras Municipais brasileiras, nas eleições de 2012, enfocando-se, neste sentido, a importância dos aspectos socioeconômicos e da política de cotas. Para isso, foram analisadas as características individuais das candidatas e dos municípios, procurando-se identificar os fatores que determinam o sucesso eleitoral das mulheres e, conseqüentemente, a diminuição da desigualdade de gênero nas eleições municipais.

Palavras-chave: mulheres, eleições, política, cotas, gênero.

Resumen: en este artículo, el objetivo es elucidar los factores asociados a la elegibilidad de mujeres para los Ayuntamientos brasileños en las elecciones de 2012; planteándose, en este sentido, la importancia de los aspectos socioeconómicos y de la política de cuotas. Para ello, se han analizado las características individuales de las candidatas y de los Municipios, se ha buscado identificar los factores que determinan el éxito electoral de las mujeres y, conseqüentemente, la disminución de la desigualdad de género en las elecciones municipales.

Palabras clave: mujeres, elecciones, política, cuotas, género.

Abstract: this paper aimed to elucidate the factors explaining women's performance at the elections for city councils held in Brazil in 2012. The socioeconomic aspects of the issue and the policy of quotas were given special emphasis in the analysis. The individual profiles of the female candidates and the characteristics of the municipalities were examined in order to identify the factors that had led to women's successful electoral performance and consequently to a decrease in gender inequality in the municipal elections in Brazil.

Keywords: women, elections, politics, quotas, gender.

Thais Baptista Lino é discente do Curso de Estatística da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE /IBGE). E-mail: linot45@yahoo.com.br

José Eustáquio Diniz Alves é Professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/ IBGE). E-mail: jed_alves@yahoo.com.br

Denise Britz do Nascimento Silva é Professora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE /IBGE). E-mail: denise.silva@ibge.gov.br

INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero é um problema que tem raízes históricas no Brasil. A mulher sempre teve um papel secundário na sociedade e nos espaços de poder, pois sua presença era quase sempre associada à família – cuidar da casa, dos filhos e do marido – ou em funções subalternas da sociedade patriarcal. Durante grande parte da história brasileira, as mulheres não tiveram acesso aos principais cargos de poder e suas atividades de cunho político tinham caráter subordinado (TABAK, 2002; AVELAR, 2001; BLAY, 1994).

Mesmo depois da conquista do direito de voto em 1932, o déficit democrático de gênero não foi revertido, pois as mulheres começaram a participar de forma crescente como eleitoras nos pleitos nacionais ou locais, mas poucas conseguiram ser eleitas. Ainda na primeira metade da década de 1990, o sexo feminino representava cerca de 7% dos membros das Câmaras Municipais brasileiras. O ano de 2012 marcou o aniversário de 80 anos do direito ao voto feminino, tendo uma mulher na presidência da República no Brasil.

Contudo, as eleições de 2010 não significaram a eliminação das desigualdades de gênero na política brasileira. As duas candidatas ao cargo máximo da República, Dilma Rousseff e Marina Silva tiveram dois terços (67%) dos votos no primeiro turno das eleições presidenciais. Isto mostra que o eleitorado não recusa o voto em mulheres (ALVES, PINTO e JORDÃO, 2012).

Porém, existe um processo de competição nas eleições proporcionais e de seleção de candidaturas por parte dos partidos que dificulta o crescimento da inserção feminina nos cargos de representação política (ÁLVARES, 2004).

Para reverter essa baixa participação feminina na política, o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.100 de 29 de setembro de 1995, que reservava, no mínimo, vinte por cento das vagas de cada partido ou coligação para candidaturas do sexo feminino.

Embora essa lei tivesse o objetivo de incentivar a participação feminina e promover a igualdade de gêneros, ela não conseguiu cumprir completamente o proposto. A reserva de vagas e a brecha dada pelo simples uso da palavra “reservar” permitiu que os partidos deixassem as candidaturas em branco, sem a necessidade de preenchê-las. Esta atitude fez com que os homens continuassem monopolizando os partidos e as mulheres continuassem excluídas da política no país.

Diante deste cenário, o Congresso Nacional elaborou a Lei 12.034 de 29 de setembro de 2009, que substituiu a palavra “reservar” da lei anterior pela palavra “preencher”. Desta forma, os partidos teriam, obrigatoriamente, que preencher no mínimo trinta por cento das vagas com candidaturas do sexo feminino, o que representou um avanço na questão de gênero, ainda que modesto.

Embora sejam maioria na população e do eleitorado, tenham ultrapassado os homens em todos os níveis de educação e possuam esperança de vida mais elevada, as mulheres ainda não conseguiram reverter a desigualdade de gênero na política no Brasil. Tendo como um dos obstáculos o domínio masculino nos partidos e coligações, elas são minoria nas candidaturas e contam com menos recursos para as campanhas, evidenciando as barreiras do sistema eleitoral do país e a competição desigual que existe nas disputas eleitorais (ARAÚJO e ALVES, 2007).

Tendo todas estas questões como referência, neste artigo objetiva-se elucidar os fatores associados à elegibilidade de mulheres para as câmaras municipais no Brasil, nas eleições de 2012, identificando-se quais as variáveis determinantes para o sucesso eleitoral feminino. Considerando-se dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), examina-se a associação entre a política de cotas e o aumento da representação parlamentar feminina. Deste modo, são testadas as hipóteses de que a política de cotas nas candidaturas está positivamente associada ao número de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais e que as maiores chances de eleição estão associadas ao nível de desenvolvimento dos municípios.

Após descrição dos principais resultados das eleições para vereadores em 2012, o método estatístico utilizado na análise multivariada é o modelo de regressão logístico. Neste sentido, foram consideradas informações sobre as características das candidatas (idade, estado civil, ocupação e nível de instrução) e estatísticas das eleições 2012 para os municípios (número de candidatas por vaga e percentual de candidatas do sexo feminino), disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações socioeconômicas dos municípios foram obtidas por meio do Censo Demográfico 2010 (taxa de urbanização, Produto Interno Bruto Municipal, entre outras) e do Registro Civil, ambos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1. As Mulheres nas Câmaras Municipais

Nas Câmaras Municipais, nas eleições de 1992 – antes da Lei de cotas – o percentual de mulheres eleitas era de 7,4%. Na Tabela 1, apresenta-se a evolução do número de mulheres vereadoras a partir dessas eleições. Nota-se que o maior salto no percentual de eleitas ocorreu entre as eleições de 1992 e 1996 – após a introdução da primeira política de cotas. Desde então, aconteceram pequenas mudanças. Em 2004, diminuiu o número geral de vagas para vereadores acarretando decréscimo do número de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais, mas, apesar disso, houve um aumento percentual para 12,7%.

Tabela 1 – Número e Percentual de Mulheres Eleitas para as Câmaras Municipais, Brasil: 1992-2012.

Ano	Número de vereadoras eleitas	Percentual de mulheres eleitas
1992	3.952	7,4
1996	6.536	11,1
2000	7.001	11,6
2004	6.555	12,7
2008	6.504	12,5
2012	7.648	13,3

Fonte: ALVES, 2012.

Embora o percentual mínimo de trinta por cento da lei de cotas tenha sido alcançado por todas as regiões do Brasil nas últimas eleições, a elegibilidade entre os sexos ainda se distribui de maneira desigual e, mesmo havendo uma elevação no percentual de mulheres eleitas, o percentual ainda é muito baixo.

As regiões Norte e Nordeste, que historicamente se mostram de forma mais expressiva e positiva quando se trata de participação feminina na política, continuam muito à frente das outras regiões mesmo dezesseis anos após a inclusão da primeira política de cotas nas eleições, mostrando que a relação entre desenvolvimento econômico e menor desigualdade de gênero não se aplica para o caso das eleições municipais.

A região Sul conseguiu reverter a inferioridade em relação à região Sudeste, deixando esta em situação mais desfavorável, com apenas 10,9% das mulheres eleitas – o percentual mais baixo do Brasil.

2. As Mulheres nas Eleições Municipais de 2012

Para as análises contidas no estudo, foram considerados apenas os candidatos aptos a concorrer à vaga de vereador. Neste grupo, encontram-se as pessoas com candidaturas deferidas, deferidas com recurso, indeferidas com recurso, substitutos pendentes de julgamento, cassadas com recurso e que possuíam situação final no turno no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral. Foram excluídos os candidatos que não completariam dezoito anos até à data da posse em 01 de janeiro de 2013¹.

Ao todo, foram computadas 415.637 candidaturas de 5.562 municípios brasileiros no âmbito desse estudo. Os municípios de Amarante do Maranhão, Arês, Águas da Prata, Araguaína, Colinas do Tocantins e Novo São Joaquim não apresentaram as situações no final do turno de seus candidatos aptos a vereadores, portanto foram desconsiderados.

¹ Segundo a Lei n.º. 9.504 de 1.997, a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse.

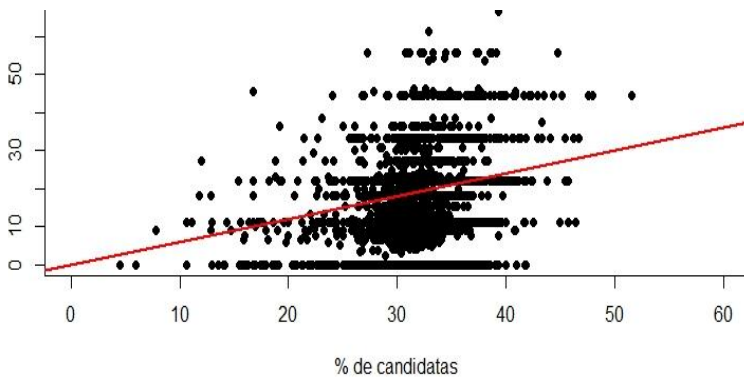
Observa-se no Gráfico 1 que dos 22 municípios, que obtiveram maioria feminina entre os eleitos, apenas um registrou percentual de candidatas mulheres menor do que o estabelecido pela lei de cotas. Nota-se também que há uma maior atração por alguns valores de percentuais de mulheres eleitas. Isto acontece porque grande parte dos municípios possui 9 vagas para vereadores a serem preenchidas. Desta forma, uma mulher eleita representa 11,1%; duas, 22%; três, 33%; e assim por diante.

² Reta de regressão linear entre o percentual de eleitas e o percentual de candidatas nos municípios.

A reta² apresentada no gráfico 1 indica uma tendência positiva entre o percentual de candidatas e o de mulheres eleitas, ou seja, quando há mais opções de candidatos do sexo feminino, o eleitor responde positivamente.

Nas últimas eleições municipais de 2012, houve um aumento considerável no percentual de candidaturas femininas em relação ao ano de 2008. O percentual de mulheres candidatas nas Câmaras Municipais passou de 21,9% em 2008 para 31,9% em 2012. Segundo Alves (2012), este aumento aconteceu porque os partidos se viram forçados a darem maiores oportunidades para as mulheres.

Gráfico 1 – Percentual de Candidatas e Eleitas em 5562 Municípios Brasileiros, 2012



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

O único município com o percentual de candidaturas femininas maior do que o masculino foi Santa Filomena, no Estado do Maranhão. O menor percentual foi encontrado no município de Cafeara, no Paraná, que teve as mulheres representadas em apenas 4,5% das candidaturas. 751 municípios não alcançaram o percentual mínimo estabelecido pela lei de cotas para candidaturas de mulheres, o que representa 13,5% do total de municípios brasileiros. Entretanto, conforme Tabela 2, alguns municípios conseguiram reverter a desigualdade de gênero e elegeram maioria do sexo feminino.

No Brasil, apesar do aumento no número de mulheres nas candidaturas, o acréscimo obtido no percentual de mulheres entre os eleitos foi modesto (13,3% em 2012 contra 12,5% em 2008), o que pôs em dúvida a efetividade da política de cotas. Alves (2012) afirma que a maioria dos partidos lançou candidatas que não tinham condições de concorrer – as chamadas candidatas “laranjas” – apenas para compor a lista.

Quando a análise é feita por região, verifica-se que há pouca diferença entre os percentuais de candidaturas femininas, sendo a região sudeste a que teve maior representação, porém a que menos elegeu mulheres para as Câmaras Municipais. Situação inversa aconteceu nas regiões Norte e Nordeste, que tiveram os menores percentuais dessas candidaturas, mas conseguiram os maiores percentuais de eleições femininas.

Tabela 2 - Municípios Brasileiros com Maioria Feminina entre os Eleitos para Vereadores, Brasil-2012.

UF	Município	% de candidaturas femininas	Mulheres eleitas	Total de eleitos
RS	Almirante Tamandaré do Sul	44,8	5	9
RS	Barra Funda	39,1	5	9
PI	Barras	32,9	8	13
MA	Brejo	38,1	7	13
CE	Fortim	35,5	5	9
PI	Fronteiras	39,3	6	9
RO	Governador Jorge Teixeira	27,3	5	9
MG	Ilicínea	32,1	5	9
CE	Ipaumirim	34,5	5	9
PB	Juarezinho	33,3	6	11
SC	Morro Grande	38,7	5	9
CE	Nova Russas	32,9	7	13
RN	Paraú	30,8	5	9
SE	Pirambu	31,1	5	9
PI	Santo Antônio de Lisboa	37,5	5	9
MG	São João do Munhaçu	37,3	5	9
RN	São Miguel do Gostoso	38,5	5	9
TO	São Miguel do Tocantins	32,4	5	9
RJ	São Sebastião do Alto	33,3	5	9
MA	Senador La Rocque	34,4	6	11
MG	Silvianópolis	30,9	5	9
RN	Sítio Novo	35,3	5	9

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tendo em vista a relevância do fator socioeconômico – embora com relação negativa quando se observa o desempenho das regiões do país – para o sucesso das mulheres, avaliou-se a existência de alguma correspondência entre as características socioeconômicas dos municípios e o desempenho feminino nessas últimas eleições.

A análise por Unidade da Federação indica que o maior percentual de candidaturas femininas encontra-se no estado de Roraima, que teve 33,2% das candidaturas representadas por mulheres. O único estado

que não conseguiu atingir o mínimo de trinta por cento estabelecidos pela lei de cotas foi Pernambuco, com apenas 28,2% de mulheres nas candidaturas.

Tabela 3 - Distribuição dos Candidatos a Vereadores por Sexo, Segundo a Região nas Eleições Municipais de 2012

Região	Sexo	
	% feminino	% masculino
Sudeste	32,2	67,8
Sul	32,1	67,9
Centro-Oeste	31,8	68,2
Norte	31,6	68,4
Nordeste	31,4	68,6
Brasil	31,9	68,1

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

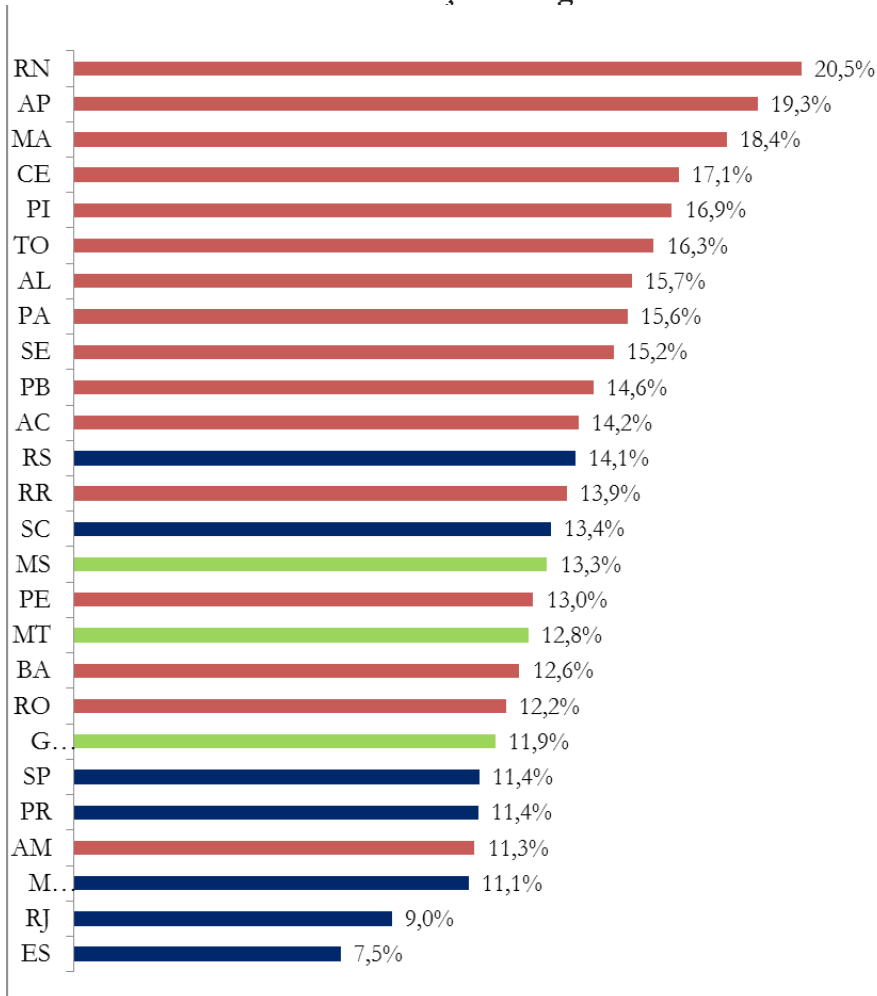
Nota: Dos 5568 municípios brasileiros, 5562 foram captados pelo estudo.

No caso das candidaturas, não se observa tendência de os estados do Nordeste e Norte terem os maiores percentuais, assim também não há evidência de padrão de comportamento por meio do qual os estados das regiões Sudeste e Sul obtêm os piores desempenhos nesta questão.

Entretanto, no que se refere ao grupo de eleitos, a situação é bem diferente. Neste caso, os estados das regiões Nordeste e Norte apresentam melhores performances, enquanto os estados das regiões Sudeste e Sul registram os menores percentuais de eleitas.

Quanto ao desempenho geral dos candidatos por sexo, as mulheres tiveram mais dificuldades para se elegerem do que os homens. Dentre todas as candidatas a representações nas Câmaras Municipais, apenas 5,8% obtiveram sucesso.

Gráfico 2 – Percentual de Eleitos do Sexo Feminino por Unidade da Federação e Região



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

3. Perfil das Candidatas e Eleitas Vereadoras em 2012

A maioria dos candidatos no âmbito do estudo (17,8%) têm ocupações nas áreas dos serviços, do comércio ou das indústrias. As mulheres que se candidatam estão, em grande parte (19,3%), ocupadas em cargos que exigem nível superior, são intelectuais ou já se encontram

presentes na política, seguidas pelas donas de casa ou estudantes, que representam 18,2% das candidaturas femininas.

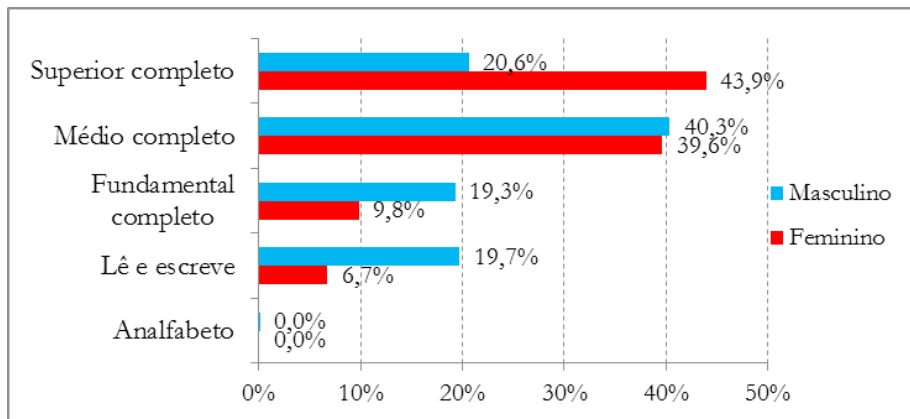
Embora os candidatos com ocupações nos serviços, no comércio ou nas indústrias sejam maioria, os eleitores escolhem como representantes, em maior parte, os candidatos que possuem cargos de nível superior, os intelectuais ou candidatos já ingressados na política. Dos 57.326 eleitos para as Câmaras Municipais, 31% estão ocupados em um desses cargos. Quando são mulheres, a existência de representantes com estas ocupações é muito maior (41,7% contra 29,3% entre os homens).

A maioria (40,7%) dos candidatos a vereador possui apenas o ensino médio completo. As mulheres candidatas ultrapassam os homens nos dois maiores níveis de instrução, situação que reflete o que acontece atualmente na população brasileira com 25 anos ou mais de idade.

A maior parte das pessoas que conseguiram se eleger possui o ensino médio completo, situação que ocorre porque o grande número de eleitos do sexo masculino tem, em sua grande maioria, esse nível de instrução. Em contrapartida, a maior parte das eleitas concluiu o ensino superior, o que evidencia a maior importância dada ao fator escolarização para a elegibilidade de candidatas do sexo feminino.

O percentual de eleitas com superior completo é mais do que o dobro do percentual nesta mesma categoria para os eleitos, ou seja, na hora de eleger representantes femininas para as Câmaras Municipais, os eleitores, em geral, votam em candidatas que possuem um nível mais avançado de estudo (cf. Gráfico 3)

Gráfico 3 – Distribuição dos Eleitos para as Câmaras Municipais nas Eleições de 2012 por Grau de Instrução, Segundo o Sexo

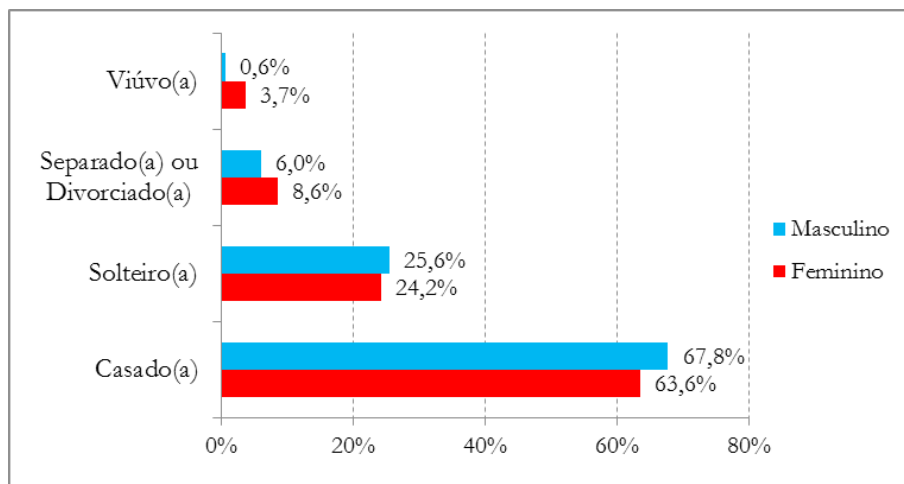


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

As pessoas casadas são maioria nas candidaturas (57,7%). No grupo dos homens, os casados são 62% e 48,5% no das mulheres, distribuindo-as mais entre as outras categorias. Esta diferença pode ser atribuída ao fato de elas exercerem tarefas domésticas, de cuidados com a família e de encontrarem dificuldades em conciliar os deveres políticos com as tarefas do lar.

No Gráfico 4, observa-se que as mulheres separadas ou divorciadas encontram mais facilidade em se eleger do que os homens nestas mesmas condições e que, independente do sexo, candidatos casados se elegem com maior facilidade do que candidatos solteiros, separados ou viúvos.

Gráfico 4 - Distribuição dos Eleitos para as Câmaras Municipais nas Eleições de 2012 por Estado Civil, Segundo o Sexo



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

4. Modelo Multivariado

Para um modelo de regressão multivariado, foram utilizadas, inicialmente, quatro variáveis relacionadas às características das 132.434 mulheres candidatas a vereadoras, em 2012, e quatorze variáveis relativas às características de 5562 municípios brasileiros. Em consequência, foram utilizados métodos de escolha de variáveis para um modelo de regressão logístico. O modelo final e as variáveis escolhidas para o estudo são apresentados a seguir.

Quadro 1 – Identificação das Variáveis Explicativas

OCUP	<p>Ocupação da candidata</p> <p>Grupo ocupacional 1 (Artista, profissional de comunicação, atleta, produtora de espetáculos, serviço/comércio/indústria, produção/manutenção/operadora de máquina e outros)</p> <p>Grupo ocupacional 2 (Direção, gerência, militar e funcionária pública)</p> <p>Dona de casa/estudante</p> <p>Médio/técnico/adm. e Rural</p> <p>Ocupação elementar</p> <p>Superior/intelectual/política</p>
CI	<p>Classe de idade da candidata</p> <p>25 a 34 anos e 55 a 69 anos</p> <p>35 a 44 anos</p> <p>45 a 54 anos</p> <p>Até 24 e 70 anos ou mais</p>
INS	<p>Grau de instrução da candidata</p> <p>Analfabeta ou lê e escreve</p> <p>Fundamental completo</p> <p>Médio completo</p> <p>Superior completo</p>
EC	<p>Estado civil da candidata</p> <p>Casada</p> <p>Separada, divorciada ou viúva</p> <p>Solteira</p>
RG	<p>Região onde a candidata está concorrendo</p> <p>Nordeste e Norte</p> <p>Sudeste, Sul e Centro-Oeste</p>
PREF	<p>Variável indicadora de existência de prefeita eleita no município</p>
PO	<p>Porte do município</p> <p>Pequeno → municípios com 9 a 14 vagas para as Câmaras Municipais</p> <p>Médio → municípios com 15 a 29 vagas para as Câmaras Municipais</p> <p>Grande → municípios com 30 ou mais vagas para as Câmaras Municipais</p>
PIB_MIL	<p>Produto Interno Bruto municipal per capita (em mil reais)</p>
SUP	<p>Percentual da população (25 anos ou mais) com ensino superior completo no município</p>
REN_CEM	<p>Renda domiciliar média per capita do município (em cem reais)</p>
TMI	<p>Taxa de mortalidade infantil do município</p>
CXV	<p>Número de candidatos por vaga a vereador no município</p>
PCM	<p>Percentual de candidaturas femininas a vereador no município</p>

Com a aplicação do teste da razão de verossimilhanças, analisou-se a relevância das interações e o poder explicativo das mesmas. Foi verificada a necessidade de incluir a interação ocasionada pelos fatores região e grau de instrução das mulheres. O modelo teórico final utilizado para estimar a probabilidade do evento mulher eleita vereadora nas eleições municipais de 2012 é apresentado a seguir.

Os resultados mostram que todas as variáveis/fatores/interações incluídos no modelo são significativos, considerando um nível de significância de 5%. A medida de bondade de ajuste utilizada para verificar a adequação do modelo foi o pseudo R^2 de McFadden. Esta medida compara o modelo sem variáveis preditoras (somente com o intercepto) com o modelo ajustado: corresponde à redução proporcional na variabilidade dos dados.

Tabela 4 – Resultados para o Modelo Final

Variável	Estimativa	Erro padrão	Estatística Wald	P-valor
Intercepto	0,31068	0,21070	2,17268	0,14035
RG				
NE+NO	-	-	-	-
SU+SE+CO	-0,15755	0,04793	10,80437	0,001012 **
OCUP				
Nível superior/intelectuais/ política	-	-	-	-
Grupo ocupacional 1	-0,94765	0,04109	531,76360	< 2e-16 ***
Grupo ocupacional 2	-0,48196	0,03329	209,64144	< 2e-16 ***
Dona de casa/estudante	-1,23313	0,05149	573,50670	< 2e-16 ***
Médio, técnico/administrativo e rural	-0,69154	0,04403	246,67844	< 2e-16 ***
Ocupações elementares	-1,64135	0,15243	115,94982	< 2e-16 ***
CI				
35 a 44 anos	-	-	-	-
25 a 34 e 55 a 69 anos	-0,15647	0,03040	26,50190	2,64e-07 ***
45 a 54 anos	-0,06958	0,03073	5,12570	0,023547 *
Até 24 e 70 anos ou mais	-0,51770	0,07029	54,24323	1,77e-13 ***

(Continua)

(Continuação)				
INS				
Superior completo	-	-	-	-
Analfabeta ou Lê e escreve	-0,90550	0,07776	135,60603	< 2e-16 ***
Fundamental completo	-0,47182	0,06515	52,44656	4,42e-13 ***
Médio completo	-0,27540	0,04217	42,65396	6,52e-11 ***
EC				
Casada	-	-	-	-
Separada, divorciada ou viúva	-0,30627	0,03818	64,33644	1,05e-15 ***
Solteira	-0,56219	0,02971	358,07993	< 2e-16 ***
PREF				
Prefeita não	-	-	-	-
Prefeita sim	0,14979	0,03596	17,35556	3,11e-05 ***
PO				
Grande	-	-	-	-
Médio	-1,01913	0,14405	50,05563	1,50e-12 ***
Pequeno	-1,11222	0,15161	53,81690	2,20e-13 ***
CXV	-0,16746	0,00426	1545,82649	< 2e-16 ***
PIB_MIL	0,00236	0,00083	8,05992	0,004532 **
SUP	-1,94980	0,65746	8,79716	0,003020 **
REN_CEM	0,02872	0,01077	7,10756	0,007676 **
PCM	1,95307	0,40401	23,36756	1,34e-06 ***
TMI	-0,00314	0,00157	4,00000	0,045544 *
RG:INS				
SU+SE+CO:Analfabeta/Lê e escreve	-0,36254	0,09945	13,28603	0,000267 ***
SU+SE+CO:Fundamental completo	-0,37330	0,08512	19,23700	1,16e-05 ***
SU+SE+CO:Médio completo	-0,12189	0,05439	5,02208	0,025026 *

O valor encontrado para o pseudo R^2 de McFadden foi 0,133. Este valor não é considerado adequado quando há interesse em fazer previsões. Entretanto, no caso deste estudo, deseja-se identificar se os fatores propostos têm associação conjunta com a probabilidade de ocorrência do evento e mensurar a magnitude dos efeitos na variação da probabilidade de interesse. Sendo assim, pode-se utilizar os resultados do procedimento de modelagem estatística para analisar o fenômeno em questão, visto que o modelo permite controlar apenas os efeitos das variáveis incluídas nele.

Por outro lado, é importante reconhecer que há efeitos associados à variação da probabilidade de ocorrência do evento que não foram considerados neste modelo. É fato que o banco de dados contém pouca informação sobre as características das candidatas. Além disso, verificou-se que a variação do fenômeno não apresentou associação com diversas características dos municípios. Isto pode indicar que fatores latentes inerentes ao fenômeno de interesse não são facilmente representados apenas pelas características da candidata ou do seu reduto eleitoral.

A razão de chance/vantagem em favor do evento sucesso nas eleições 2012 pode ser obtida por meio da aplicação da exponencial nos coeficientes estimados.

O quadro 2 ilustra os efeitos nas razões de chances produzidos pelos diferentes níveis das variáveis categóricas incluídas no modelo com relação às respectivas categorias de referência.

A interpretação dos efeitos de interação não é produzida de forma direta e semelhante à dos principais, pois o efeito ocasionado por uma variável depende dos valores/níveis de outra variável. Ao observar os coeficientes estimados na Tabela 4, nota-se o sinal negativo dos efeitos de interação dados pelas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste com os diferentes graus de instrução. A análise nessa situação diz respeito à intensidade do decréscimo nas chances de eleição de uma candidata.

Ao analisar os efeitos principais para os níveis de grau de instrução das candidatas (independente da região), concluiu-se que as chances de sucesso das mulheres decrescem à medida que o seu nível de instrução diminui. Após a inclusão do efeito de interação, há evidências de que essas chances diminuem com mais intensidade nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do que nas regiões Nordeste e Norte. Assim, considerando a interação, a redução nas chances de sucesso dada pelo decréscimo no nível de instrução é ainda mais forte nessas regiões.

Quadro 2 – Efeitos na Variação das Chances de Sucesso

Variável	Varição nas chances de sucesso
Ocupação	
Superior/intelectuais/política (referência)	-
Grupo ocupacional 2	-38,2%
Médio, técnico/administrativo e Rural	-50%
Grupo ocupacional 1	-61,2%
Dona de casa/estudante	-70,9%
Ocupações elementares	-80,6%
Idade	
35 a 44 anos (referência)	-
45 a 54 anos	-14,6%
25 a 34 e 55 a 69 anos	-15%
Até 24 e 70 anos e mais	-60%
Estado civil	
Casada (referência)	-
Separada, divorciada ou viúva	-26,4%
Solteira	-43%
Existência de prefeita	
Sem prefeita (referência)	-
Com prefeita	16,2%
Porte do município	
Grande (referência)	-
Médio	-64%
Pequeno	-67%
PIB_MIL	0,2%
Percentual da população com superior completo	-2%
Renda per capita domiciliar do município	2,9%
Taxa de Mortalidade Infantil	-0,3%
Candidatos por vaga	-15,4%
Percentual de candidaturas femininas	2%

CONCLUSÃO

Com base nas análises realizadas, foi avaliada a probabilidade de eleição de candidatas a vereadoras para as Câmaras Municipais em 2012. Além disso, o modelo de regressão linear logística possibilitou identificar os fatores que influenciaram o evento de interesse, assim como medir a magnitude dos efeitos das variáveis sobre as chances em favor do sucesso feminino nas últimas eleições.

Dessa forma, considerando a análise dos resultados obtidos no modelo, é possível concluir que fatores relacionados a características socioeconômicas dos municípios têm pouco efeito sobre o sucesso das mulheres nas eleições, sendo esse sucesso atribuído, em grande parte, a características individuais das candidatas.

Em geral, as maiores probabilidades são atribuídas a candidatas que possuem nível superior completo, e quanto menor o nível de instrução alcançado por elas, menor a probabilidade de se elegerem. A ocupação mostra-se também como fator de importante, pois está, em grande parte, correlacionada com o grau de instrução. As donas de casa/estudantes, que representaram significativa parcela das candidaturas nessas últimas eleições, têm as menores chances de eleição, o que se exprimiu em baixíssimas probabilidades de sucesso dessas mulheres.

A concorrência, refletida no número de candidatos por vaga, é um fator prejudicial para o sucesso feminino. Em contrapartida, o percentual de candidaturas femininas traduz a importância da Lei de cotas no país. Quando há mais opções de candidatas, o eleitor responde positivamente. Neste contexto, cabe ressaltar que para um resultado aceitável na questão de gênero na política, o bom perfil da candidata é mais importante do que o perfil socioeconômico do município e até mesmo mais importante do que o aumento do número de mulheres nas candidaturas.

Pode-se concluir, portanto, que neste ano de 2012, no momento em que se comemora os 80 anos do direito de voto feminino no Brasil, as mulheres deram um passo à frente na participação política em nível

municipal. Porém, de 1992 a 2012 o avanço foi, em média, de 1% no percentual de eleitas a cada eleição. Neste ritmo, a paridade de gênero nos espaços de poder municipais vai demorar 148 anos no Brasil.

Para aumentar a participação feminina na política no Brasil é preciso alterar a participação das mulheres na estrutura de poder dos partidos políticos. No dia 10 de maio de 2011, militantes (de ambos os sexos) dos partidos progressistas e de movimentos sociais estiveram reunidas, em Brasília, no auditório Petrônio Portella, no Senado, no seminário “As mulheres e a reforma política”. Na ocasião definiram, dentre outros pontos, a necessidade de participação paritária de homens e mulheres em todos os cargos de representação partidária, nos níveis nacional, estadual e municipal.

A baixa participação feminina na política não corresponde ao papel que as mulheres desempenham em outros campos de atividade. Elas são maioria da população, maioria do eleitorado, já ultrapassaram os homens em todos os níveis de educação e possuem uma esperança de vida mais elevada. As mulheres compõem a maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) com mais de 11 anos de estudo e são maioria dos beneficiários da Previdência Social. Nas duas últimas Olimpíadas (Pequim e Londres), as mulheres brasileiras conquistaram duas das três medalhas de Ouro. Portanto, a exclusão feminina da política é a última fronteira a ser revertida, sendo que o déficit político de gênero em nível municipal não faz justiça à contribuição que as mulheres têm dado à sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, L. Mulheres na Competição Eleitoral, Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil?. *Tese de Doutorado (Ciência Política)*-IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Mulheres em movimento: voto, educação e trabalho*. 1ª. ed.. Ouro Preto: Revista Escola de Minas (REM), 2003.

_____. *O avanço das mulheres nas eleições de 2012 e o déficit democrático de gênero*. Ecodebate, Rio de Janeiro, 17/10/2012

<http://www.ecodebate.com.br/2012/10/17/o-avanco-das-mulheres-nas-eleicoes-de-2012-e-o-deficit-democratico-de-genero-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). Associação Brasileira de Ciência Política/Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Mulheres nas eleições 2010*. ABCP, 1ª, ed., Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. “Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas”. *Dados*, v.50, n.3, p.535-577, 2007.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. 2ª. edição revista. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

BLAY, Eva Alterman (1994). Mulheres e movimentos sociais. *São Paulo em Perspectiva*, 8(3), p.45-47, 1994.

BRASIL. Lei n.º 9.100 de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 set.1995.

BRASIL. Lei n.º 9.504 de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 set.1997.

BRASIL. Lei n.º 12.034 de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 set. 2009.

DOBSON, A. J. *An Introduction to generalized linear models*. Chapman & Hall/ CRC texts in statistical science series, ed.3, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Publicação do Censo Demográfico 2010: Resultados do universo – Brasil*. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Publicação do Censo Demográfico 2010: Resultados da amostra – Brasil*. Rio de Janeiro, 2010.

LINO, T.B. Análise dos fatores associados a elegibilidade de mulheres vereadoras nas eleições municipais de 2012. Monografia, ENCE/IBGE, Rio de Janeiro, 2013.

TABAK, F. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TSE-Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições 2012*. Brasil. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br>>. Acesso em 21/04/2013.

UCLA – University of California, Los Angeles. Disponível em: www.ucla.edu. Acesso em 02/06/2013.

Histórias de Mulheres, Empoderamento e Ativismo Político¹

Historia de Mujeres, Empoderamiento y Activismo Político

Women's Histories, Empowerment and Political Activism

Maria Luzia Miranda Álvares

Resumo: neste artigo, são apresentados alguns relatos de experiências e os desafios para que associadas dos movimentos de mulheres do Pará tenham acesso ao empoderamento político-partidário. Avaliam-se outras demandas e fatores que influenciam o empoderamento, sem visar interesse para a competição eleitoral. Tal abordagem foi subsidiada pelas informações coletadas durante a pesquisa “Os Movimentos de Mulheres e sua Atuação no Avanço das Carreiras Femininas nos Espaços de Poder Político” (2008-2011, CNPq).

Palavras-chave: mulheres, empoderamento, ativismo, desafios.

Resumen: en este artículo, se presentan algunos relatos de experiencias y desafíos para que las asociadas de los movimientos de mujeres de Pará tengan acceso al empoderamiento político partidario. Se evalúan otras demandas y factores que influyen el empoderamiento, sin visar interés para la disputa electoral. Tal abordaje fue subsidiado por las informaciones recogidas durante la investigación “Los Movimientos de Mujeres y su actuación en el Avance de las Carreras Femeninas en los Espacios de Poder Político” (2008-2011, CNPq).

Palabras clave: mujeres, empoderamiento, activismo, desafíos.

Abstract: this paper brings some accounts of experiences and challenges aiming to assist the members of women's movement of the State of Pará, northern Brazil, in their way towards political and party empowerment. Non-electorally motivated demands and factors that have influenced women's empowerment are evaluated as well. The research called ‘Women's movements and their role in promoting women's careers within the political spheres of power’ provided the data for this study. The referred research was carried out from 2008 to 2011 and funded by The National Council for Scientific and Technological Development (CNPq).

Keywords: women, empowerment, activism, challenges.

¹ Este artigo foi originalmente publicado nos **Anais do I Congresso Pan-Amazônico e VII Encontro da Região Norte de História Oral** (Belém/PA). A republicação do texto na revista www.generonaamazonia.ufpa.br foi devidamente autorizada pela coordenação dos eventos, a quem agradecemos.

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e Doutorado em Ciência Política/IUPERJ, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É Coordenadora Regional do OBSERVE e do GEPEM/UFPA.

E-mail: luziamiranda@gmail.com

INTRODUÇÃO

“Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político” projeto proposto pelo GEPEM/UFPA ao CNPq-SPM (2008-2011), ressaltava um problema transnacional - sub-representação das mulheres nos espaços de decisão política – e uma avaliação, entre outros objetivos, sobre os caminhos dos debates dos movimentos de mulheres e feministas no Pará, considerando os acordos de Beijing (1995) e as atuais Metas para o Desenvolvimento do Milênio (MDGs) pelas Nações Unidas, com uma assertiva e duas questões: a) os movimentos de mulheres têm registrado/ contabilizado presença significativa nas demandas e no controle das políticas públicas conquistadas, com ênfase em agendas estimuladoras ao empoderamento feminino. Considerando essas ações relativamente à formação de lideranças, pergunta-se: a) que ações foram desenvolvidas por esses movimentos, incentivando as associadas para acesso aos cargos formais de representação parlamentar e/ou majoritários, conforme sugerido na Carta de Beijing e no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008)?; b) essas ações influenciaram/encorajaram diretamente (ou não) o acesso das associadas aos cargos formais, e de que forma e em que proporção isso se deu?

Neste sentido, e considerando que os recursos pessoais acumulados e o padrão de representatividade social, que constroem atuando nos movimentos de mulheres e em suas bases locais de moradia, podem ser fatores de incentivo para possível carreira política, o *core* deste projeto objetivou/intencionou identificar a contribuição dessas organizações, relativas a capacitações de suas associadas, estimulando-as ao empoderamento e interesse para a competição eleitoral. E com base nessa problemática, foi formulada a hipótese de dependência: a atuação dos movimentos de mulheres e feministas, entre as suas associadas, incentiva-as na formação de uma cultura de empoderamento estimulando candidatarem-se aos cargos parlamentares e/ou majoritários numa competição eleitoral.

Quanto às técnicas para o levantamento dos dados – além de questionários, entrevistas gravadas, observação direta e participante, uso de caderno de campo e câmera fotográfica – foram privilegiados dois procedimentos de aprofundamento das entrevistas e conhecimento detalhado do cotidiano dos movimentos de mulheres: – História Oral – usada, em parte, na aplicação dos questionários; e o Simpósio “Democracia e Participação Política nos Movimentos de Mulheres e Feministas no Pará²”, por meio do qual foram coletadas/registradas evidências das atividades das mulheres associadas nos movimentos, em narrativas /depoimentos pessoais durante o evento.

Desse material, foram extraídos os conteúdos para elaboração do artigo **Histórias de Mulheres, Empoderamento e Ativismo Político**³, no qual, por meio de dados estatísticos e de relatos particulares, serão analisadas as duas fases do processo metodológico usado na pesquisa, relativo ao trajeto social e acesso das associadas dos movimentos de mulheres ao empoderamento.

1. Os Movimentos de Mulheres no Pará: atores, cenas e cenários em nível local

1.1. Categorias e conceituação

Os movimentos de mulheres e feministas integram-se, em gênese, aos movimentos sociais. São vertentes que traduzem seu programa de reivindicações políticas pelos direitos das mulheres na ação coletiva e, como os seus congêneres mais ampliados, intentam provocar as mudanças necessárias em parte ou no todo das instituições sociais que abrigam padrões normativos de regras patriarcais. Procuram criar uma nova

² Evento ocorrido nos dias 5 e 6 de maio/2012, no GEPEM/UFPA, e que representou a síntese e finalização do projeto de pesquisa.

³ As/os bolsistas Carla Moreira, Keyla Araújo, Murilo Figueira e Thiago Paiva fizeram parte da equipe do projeto **Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político** e contribuíram na primeira versão deste artigo.

ordem social, esgarçando o preconceito e a desigualdade que atingem secularmente esse gênero. Antes de considerarmos as diferenciações entre movimentos de mulheres e movimento feminista, o olhar conceitual remete a uma simplificação sobre os movimentos sociais.

Num amplo estudo sobre a ação coletiva, a cultura e a sociedade civil, Jeffrey C. Alexander (1998, p. 1) considera que:

O termo movimentos sociais diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo freqüentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais.

⁴ O assunto deste enfoque referencia dois conceitos que às vezes são tomados como sinônimos. Ao considerar que o termo feminismo não contempla, necessariamente, o de associações de mulheres, desenvolvo alguns diferenciais subjacentes na teoria social que estuda estas categorias.

⁵ “São movimentos sociais que exibem uma heterogeneidade de objetivos e formas de associação ou de organização” (cf. Outhwaite & Bottomore, 1996, p. 493).

Este autor desenvolve um estudo apoiado na discussão de Alain Touraine, sociólogo francês, visando abordar o relacionamento entre movimentos sociais e sociedade civil na representação do neofuncionalismo (cf. ALEXANDER, 1998, p. 1-48).

Dentre os novos movimentos sociais, os movimentos de mulheres e feministas merecem destaque, pois transformaram profundamente a sociedade. Há, contudo, um diferencial que opera entre esses dois conceitos traduzidos por alguns autores como o aspecto moderador de certos antagonismos subjacentes em expressões

ideológicas contrárias ao feminismo. Sobre este caráter, é necessário uma explicação.

1.2. Feminismos & movimentos: heterogeneidade, objetivos e organização⁴

Os “movimentos de mulheres” antecedem o movimento feminista⁵. Desde a Antiguidade Clássica até à contemporaneidade, estes movimentos têm surgido fazendo história.

Outhwaite & Bottomore⁶ apontam três questões analíticas para evidenciar o caráter e a variedade do movimento de mulheres. A primeira é a “necessidade de diferenciação entre os vários graus de ação social (coletiva), de tal forma que o *movimento* significa um avanço qualitativo e quantitativo com respeito às formas de solidariedade ou de associação que podem ser em pequena escala, dispersas e relativamente de pouco poder”. Exemplificam com um movimento baseado em uma “cultura de mulheres” incluindo redes de comunicação, clubes e círculos literários.

⁶ Outhwaite, William & Bottomore, Tom, 1996. Este texto utilizará as asserções destes autores da pág. 493 a 496, sobre o movimento de mulheres e o feminismo.

A segunda proposição diz que “...o feminismo pode ou deve gerar objetivos capazes de ter uma aplicação universal”, entendendo-se dessa questão que “...os objetivos do feminismo estariam sujeitos a alguma variação e diferentes movimentos formularam suas prioridades de acordo com isso”, a exemplo do que ocorreu com as feministas negras e do Terceiro Mundo ao criticarem a hegemonia de um discurso de inclusão de que as “mulheres de todas as classes sociais e de todas as religiões, necessariamente, partilhavam interesses e laços de solidariedade”. Nesse sentido, a proposta deste grupo era de uma “visão diferenciada dos interesses das mulheres como sendo formados por fatores tais como classe e etnia, de modo que podiam levar as relações de dominação e subordinação entre mulheres”. Isto quer dizer que em que pese a base militante articular-se como ação coletiva e objetivos comuns, a “solidariedade entre as mulheres não era dada somente pelo fator gênero”.

A terceira questão diferencial entre os dois movimentos “gira em torno dos objetivos que os movimentos de mulheres, em oposição aos confessadamente feministas, têm tendido a buscar”. Historicamente, os movimentos de mulheres surgem “com base nos papéis das mulheres na família”, implicando na luta pelo provimento de “necessidades básicas ou por direitos de cidadania”, com duas características-chave: identificam-se com “construções sociais particulares de feminilidade e maternidade” com o envolvimento político das mulheres como “extensão natural de seus

papéis na família e sentimentos primordiais intrinsecamente femininos”. E a outra, como função desta, é da formulação “dos objetivos de suas ações em termos amplamente altruístas, e não em termos destinados a promover seus interesses pessoais como mulheres”.

Se a teoria social evidencia esses diferenciais para as duas categorias de movimentos, para o feminismo ela mostra, no entanto, que há feminismos (no plural) desde a variação do conceito liberação (BOBBIO & PASQUINO, 1995, p. 486-89). O feminismo emancipacionista – entendido/considerado/tido como herança dos movimentos do Século XIX, e o outro, contemporâneo, fase extrema e de superação da luta pela exigência de igualdade jurídica, política e econômica em relação ao homem-- amplia esse conceito para tratar do respeito à diferença das mulheres e a busca de novos valores visando à transformação social.

Ao discorrer sobre feministas e movimentos de mulheres, sem dispersão desses referenciais, deve-se considerar que as duas categorias integram-se, articulam-se, interagem e promovem o objetivo central de

⁷ Há uma rica literatura para tratar de feminismos e movimentos de mulheres, no âmbito nacional e internacional. Destaco os meus referenciais: Alvarez, Sonia (1988); Costa & Sardenberg (1994 a); Costa & Sardenberg (1994b); Costa (2005).

suas lutas que é o da valorização das mulheres como ser humano. Costa (2005, p. 2), analisando o ressurgimento do feminismo nos anos sessenta e a relação com os demais movimentos contestatórios, empresta a tese de Alvarez (1990, p.23) e evidencia um dos pontos mais importantes dessa nova trajetória, elaborando uma conceituação comparativa exemplar:

O movimento ressignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder as formas em que é exercido. Distingue-se dos outros movimentos de mulheres por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas⁷.

É com esta filosofia que as feministas brasileiras interagem com os movimentos articulados de mulheres e implementam suas práticas de discussão da/na esfera pública e sobre o conceito de político. Nessa acepção, será demonstrada a polarização das agendas de articulação das mulheres para o tempo da conquista de espaços, nos lugares da decisão política, e de melhorias da qualidade de vida por meio das ações de empoderamento.

2. Empoderamento & Trajetória Política das Associadas dos Movimentos de Mulheres

O conceito de empoderamento tornou-se eixo central dos debates sobre os temas da inclusão/exclusão dos sujeitos sociais aspirantes a uma identidade construída mediante a participação no poder público, avaliando-se os *déficits* das mulheres no âmbito do poder, quer no plano formal das normas institucionais, quer no da cultura. Nas últimas décadas, houve generalização desse conceito na esfera internacional, nacional e local para contemplar, primeiro, a exclusão da pobreza nos países do sul asiático, seguindo-se a situação das mulheres (cf. J. ROWLANDS, 1997 apud LÉON, 2001).

A ampliação do uso do conceito diluiu seu significado e criou ambivalências e contradições, visto que a pressuposição desse conteúdo refere-se à conquista do poder. Dessa forma

empoderarse significa que las personas adquieren el control de sus vidas, logran la habilidad de hacer cosas y de definir sus propias agendas. Al relacionarse con los intereses de los desposeídos de poder, el término se toma como expresión de un cambio deseable, sin ahondar en las especificidades que tal cambio implica; es decir, sin precisar su significado (MAGDALENA LEÓN, 2001, p. 96).

Esse processo de empoderamento referido, incluindo o autorreconhecimento do poder adquirido na conquista de capital social, subsidiou a elaboração e aplicação das questões relativas à trajetória

⁸ Política formal se refere às instâncias institucionais: partidos, governo, representação política, eleições. Nessa linha, considero política formal a que incide em participação política restrita aos cargos institucionalizados por eleições ou indicações às instâncias de poder político.

pessoal das associadas dos movimentos de mulheres enfocados na pesquisa, assim também a avaliação das estratégias e técnicas utilizadas pelos movimentos para capacitação política formal⁸ por meio de eventos temáticos com esse enfoque. Assim também, outras questões delinearam o cenário, a cena, os bastidores e os atores sociais responsáveis por essas atividades de formação.

Nessa intenção, em treze questões, foram explorados os meios, os modos, os temas e os mediadores da educação informal em programação de estudos disponível às associadas. Desse modo, foi possível observar que as lideranças nas cidades onde residem, e em relação a variados temas: organizam (92,98%) e ministram (72,8%): cursos (72,81%); palestras (71,93%); seminários (52,63%); encontros(50,88%); reuniões(85,96%); plenárias (14,91%), ressaltando-se que entre os ministrantes incluem-se também pessoas de partido e outros atores sociais, que intercambiam informações específicas.

Considerando que o processo de empoderamento converge para a demanda pela informação qualificada que assegura às mulheres o maior conhecimento sobre a autonomia, ou seja, a capacidade de elas decidirem sobre questões/aspirações/objetivos que lhes interessam alcançar/concretizar, foram elencados 20 temas de múltipla escolha, supondo-se a possibilidade de estarem na agenda de discussões das associadas.

Neste sentido, os assuntos mais assinalados com percentual acima de 70% foram referentes a: programas de geração de emprego, renda e capacitação (76,32%); violência doméstica e sexual (71,93%); política de apoio aos pequenos produtores (70,18%); políticas de atenção integral à saúde da mulher (70,18%).

Na faixa percentual de 60%, encontram-se outros temas registrados fortemente: direito à moradia, à educação, à bolsa família (68,42%); participação política e o direito de as mulheres se elegerem aos cargos

políticos (66,67%); estratégias de ação para acesso à educação; geração de renda e cultura (64,91%); combate à discriminação no trabalho (63,16%); desigualdade de gênero e seu impacto sobre as mulheres (63,16%); peso do trabalho doméstico (reprodutivo) e do trabalho fora de casa (produtivo) (60,53%).

Receberam apoio em 50% das assertivas do *script* temas como: autorreconhecimento como pessoas humanas, com direitos individuais (59,65%); história da luta das mulheres nos locais onde residem (57,02%). Tiveram percentual equivalente de respostas: acesso a terra, políticas públicas e programas dos governos contra as desigualdades no trabalho, na casa e na política (53,51%). Outro tema centrado em questão localizada⁹ ficou nessa faixa: eleições, campanha, filiação e militância partidária (50,0%).

Em relação aos assuntos respondidos na faixa de 40%, requerem atenção: previdência social às mulheres (48,25%); aborto legal e seguro (47,37%); história da cidade onde vivem e o que representam na sociedade (46,49%).

Desses temas, dois se situaram na política formal e foram menos mencionados, embora presentes na considerada “faixa nobre”, ou seja, entre os que ultrapassaram os inscritos numa outra perspectiva de recolher capital social para fortalecer o empoderamento perspectivado (o da dimensão tangente às demandas aos cargos de decisão política): participação política e o direito de as mulheres se elegerem aos cargos políticos; eleições, campanha, filiação e militância partidária.

As informações dos questionários foram fundamentais para consolidar/entender a definição de política e processo de empoderamento inscritos nas demandas do II PNPM, “Capítulo 5 – Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão: objetivos, metas e prioridades” –, no qual também se inscreve um “Plano de ação”¹⁰ e se detalham

⁹ Considerou-se o termo “localizado” porque não é um evento de atenção sistemática, ocorrendo de dois em dois anos.

¹⁰ O texto em referência foi publicado em 2008, com 236 p., 2ª. reimpressão em 2009, consubstanciado pelos debates nacionais da II Conferência de Política para Mulheres, que agregou as diversas abordagens das conferências estaduais realizadas entre os movimentos de mulheres dos 27 Estados brasileiros.

as carências que atingem as mulheres, ocasionando que sejam sub-representadas nas diversas instâncias de decisão política, e desse modo, historicizando a cultura sexista causadora da ausência desse gênero nos cargos parlamentares e executivos, e da baixa insistência delas em competir. Nessa acepção, vale ressaltar que algumas mulheres, mesmo propondo suas candidaturas nos períodos eleitorais, não obtêm êxito em decorrência de vários fatores, desde o formato do sistema eleitoral – embora as cotas de sexo pareçam ser impositivas para a melhoria da presença delas nas listas partidárias – às estratégias, geralmente partidárias, como a desigualdade no tempo de exposição na mídia, carência de recursos de financiamento de campanha e (precisa ser dito), também, autoexclusão do processo por se compararem/julgarem em inferioridade competitiva com os parceiros homens. A preocupação com a fluência da oralidade, a suposta falta de “postura política”, a inibição à exposição pública são alguns entre vários artificios do “jogo político” duro, articulados nos pleitos eleitorais, que celebram as artimanhas do sexismo na sociedade política que cobra um modelo e não contempla quem não está nos padrões já absorvidos pelo eleitorado.

Para detectar essas nuances, em maior ou menor intensidade, entre os objetivos da pesquisa, foi priorizada a identificação de quais temas/formas

¹¹ Essas questões geraram estudos que o grupo da pesquisa está fazendo internamente, com base na exposição das associadas presentes ao Simpósio “Democracia e Participação Política nos Movimentos de Mulheres e Feministas no Pará”.

de discussão subsidiavam o entendimento, pelas associadas dos movimentos de mulheres, sobre empoderamento, de modo a pleitearem acesso aos cargos de representação parlamentar e majoritários, entendendo-se o processo diferenciado para essa situação específica¹¹.

Provocando um resultado que se detivesse em temas mais específicos da política formal, nove outros tópicos foram agrupados em múltipla escolha objetivando sondar se entre as associadas ocorriam eventos temáticos de capacitação ou palestra com esse enfoque.

Os resultados apontam percentuais abaixo dos que foram dados aos assuntos de ênfase do cotidiano na comunidade. Tema como Democracia e Cidadania (47,37%) presentifica-se nos debates que se realizam sobre os direitos da mulher e os 20 tópicos sugeridos para apontar quais os que mais registram uma demanda de capacitação entre as associadas podem incluir esses dois conceitos. O tópico sobre Partidos Políticos se nivela ao anterior (47,37%). Sequencia-se Participação Política (44,74%); Política partidária (42,5%); Eleições (42,98%); Campanha eleitoral (36,84%); Empoderamento das mulheres para os cargos de decisão política (34,21%); Política partidária (34,21%) ; Reforma do sistema político brasileiro com base nos I e II PNPM – SPM/PR (25,44%); Reforma do sistema eleitoral(19,30%).

Outras questões precisavam aclarar o cenário compondo-se a cena, os bastidores e os atores sociais responsáveis por essas atividades de formação político-cultural: quem organiza, onde ocorre e quem ministra essas capacitações?

Pelas informações prestadas, 92,98% dessas atividades são organizadas pelas coordenadoras do Movimento, nas cidades onde residem. Quanto aos ministrantes, a maioria (73,68%) aponta pessoas de partido, embora outros atores sociais intercambiem essas informações mais específicas.

3. Mulheres em/dos Movimentos(s): ação, atuação e invenção de (novas/velhas) formas de empoderamento

Historicamente, na democracia representativa moderna, a ausência das mulheres da cidadania política tornou-se uma batalha do sufrágismo, pois este considerava que por meio do direito ao voto as mulheres teriam o apoio institucional necessário aos direitos naturais de liberdade e igualdade inscritos nos princípios democráticos. Essa conquista deu margem ao reconhecimento de que os benefícios da institucionalização da cidadania ampliariam as demandas políticas das mulheres por equidade de gênero e por *empowerment*. Contudo, a dimensão cultural revelada nos baixos índices

de mulheres filiadas aos partidos ou na representação parlamentar seguiram duas situações históricas vividas por este gênero: a baixa motivação para a carreira política e a submissão a um comando familiar para inscrever-se no partido. No primeiro caso, há toda a relação de exclusão que ela viveu em torno da participação política, desde a entrada tardia na cidadania civil e política às opções pessoais percorrendo outros interesses, não constando entre estes a atividade político-eleitoral. No segundo caso, a cooptação familiar dos chefes políticos conduzindo, para dentro do partido, homens e mulheres para garantir a legalidade da criação do partido, como filiadas/os-“laranja”, não racionaliza a importância delas em competir, pois servem apenas como “peso numérico” para o partido.

¹² Utilizou-se este procedimento como medida descritiva, buscando identificar as situações, eventos, atitudes ou opiniões entre as associadas do movimento de mulheres.

A pesquisa *survey*¹², como instrumento exploratório, favoreceu testar as evidências do processo da baixa motivação das mulheres na competição eleitoral, assim também verificar o comportamento desse grupo engajado em uma associação, em torno do fenômeno eleitoral e sua forma de participação político-partidária. Dezoito itens do questionário foram centrados na identificação dos partidos, meios de acesso à trajetória político-partidária e reconhecimento das cláusulas de recrutamento.

Ficou demonstrado que 58,77% das associadas são filiadas a um partido, sendo este o interesse inicial demonstrado para cultivar a área da política formal. Contudo, deve ser avaliada a convocação de pessoas, pelos dirigentes partidários locais, para compor o número de filiados necessários à abertura de uma seção do partido, que oficializa o registro de criação dessa organização e dá peso a sua manutenção na arena competitiva.

Ao identificar em quais partidos essas associadas estavam inseridas, observou-se que das associadas filiadas a um partido, o PT recebe o maior percentual (56,72%), seguindo-se o PCdoB (10,45%), PMDB (5,97%), PTB e PDT (4,48%), e o PSB, PSC e PSDB (2,99%). Os demais partidos

citados são: DEM, PMN, PP, PPS, PSDC e PV(1,49%). Das 114 associadas, 41,23% não se filiaram a nenhum partido, embora se evidencia que mais da metade projeta seu ativismo inscrevendo-se formalmente na organização partidária ou havendo uma opção suprapartidária entre elas.

A distribuição do tempo de filiação também é um dado interessante e demonstra que há associadas filiadas desde a década de 1970 até ao ano da eleição. Porém, observa-se que tanto o registro maior de duração entre 6 a 20 anos quanto o de 11 a 20 anos têm o mesmo percentual (22,39%). Os dados que referem um tempo de filiação de mais de 20 anos (16,42%) contestam o que alguns estudiosos sobre partidos anglo-americanos referem a respeito da existência de uma queda mundial de filiações partidárias, nesse período (MAIR & BIEZEN, 2001).

3.1. “Bastidores” do cenário investigativo: atores, odisseias e travessias singulares

Devido a inúmeros fatores, na maioria das viagens realizadas aos municípios paraenses em dois anos de atividades, as/os pesquisadoras/es viveram a própria odisseia para chegar ao local da visita. Desde a situação do clima amazônico ao transporte utilizado para atingir os municípios, além de os contatos nem sempre estarem presentes na hora marcada para os encontros e das dificuldades para alcançar a meta: reconhecer as características do movimento de mulheres. Alguns integrados a grupos de mães; outros constituídos em grupos apoiados em objetivos de melhoria da comunidade, ou em movimentos de mulheres dentro de associações ou sindicatos mais amplos que se agrupavam para suscitar conquistas pelos direitos das mulheres trabalhadoras, como é o caso dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e os Movimentos Sociais da Reserva Extrativista (RESEX). Além desses, foram contatados os movimentos de mulheres na área urbana distribuídos ou setorizados na área rural (MMCC e MMEPA) e os regidos por setores dos estatutos partidários e também setorizados nos municípios: União Brasileira de Mulheres UBM-seção Pará, do PCdoB; O FMAP - o Fórum de Mulheres

da Amazônia Paraense; Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres. Estes movimentos reúnem um conjunto de mulheres com características, traços, objetivos e interesses comuns e agregam representantes de todos os movimentos de mulheres urbanos e rurais e da sociedade civil, cujos membros são apontados ou eleitos como corpo consultivo e/ou deliberativo e/ou administrativo, das atividades públicas ou privadas dos direitos das mulheres, se mantendo divididas em zonas de ação municipais e estaduais, no combate defensivo dos direitos das mulheres na circunscrição territorial.

3.2. Formas de Ativismo: narrativas sobre práticas de empoderamento

O Simpósio “**Democracia e Participação Política nos Movimentos de Mulheres e Feministas no Pará: cenários, práticas de empoderamento e espaços de decisão política**” reuniu, em um espaço da UFPA, 22 movimentos de mulheres do Estado do Pará. As sessões foram dedicadas à exposição dos relatos das experiências das associadas e suas formas de ativismo. Algumas apresentaram em vídeo as imagens

¹³ Dos 21 depoimentos das mulheres da zona rural presentes no Simpósio “Democracia e Participação Política nos Movimentos de Mulheres e Feministas no Pará”, foram extraídos apenas cinco devido às exigências de páginas do presente texto. O nome social e relatos foram publicizados, mediante autorização das depoentes, conforme constam nos termos de cessão de direitos por elas assinados e arquivados no GEPEM/UFPA. Para preservação da originalidade da informação, foi mantido o registro linguístico coloquial.

do trabalho que fazem em sua associação e outras trouxeram seus materiais de formação e os produtos por elas fabricados no capítulo referente à política de geração de emprego e renda. Seus relatos são representativos de uma história singular de trajetórias, possibilitando avaliar o enfoque e as práticas dessas mulheres para criarem maneiras de empoderamento nas arenas da política formal. Neste sentido, enfatizam uma trajetória cotidiana de ativismo que as conduz às demandas de políticas públicas, por meio do enfrentamento contra a pobreza e a violência de gênero, assim também campanhas pela melhoria da comunidade onde vivem. É o que se constata nos depoimentos a seguir¹³.

➤ Associação de Mulheres de Jacundá

Bom dia! Para todos e todas. É um prazer imenso estar aqui com vocês, agradecer ao GEPEM pela brilhante iniciativa.

Meu nome é Maria Ene da Silva Lisboa, conhecida como Ene, sou da Bahia, cheguei em Jacundá em 1991. Foi uma trajetória muito forte. Quando cheguei aqui cheia de gás pra poder conhecer a Transamazônica, e foi em cima de um censo demográfico e eu me inscrevi, perguntaram se eu queria ficar na área urbana ou rural e eu preferi urbana e me jogaram pra Maracajá próximo a Pacajá que ainda pertencia a Jacundá e eu viajei nove quilômetros a pé. Nasci em Itabuna, mas me criei em Salvador. Já pensou sai da capital pra Transamazônica e isso foi uma experiência terrível. Hoje se me disserem assim – “era você mesmo?” e me beliscar eu não tenho certeza, eu não tenho coragem de fazer o mesmo percurso que eu fiz naquela época, hoje de jeito nenhum.

Então eu vim pra Jacundá e fui me envolvendo em comunidades, sindicatos dos trabalhadores rurais, e convidada pra abraçar a causa da aposentadoria que o sindicato tinha resgatado. E eu fui uma das pessoas que fui pra lá e ficar com essa parte. E depois achamos por bem criar uma associação de mulheres. Porque as mulheres lá eram muito sofridas, não tinham um órgão que lhes representassem e aí juntamos, eu e outras companheiras lá, com a Maria de Jesus que é vice-prefeita, outra é ex-vice-prefeita Elciene e tantas outras lá, juntando assim um grupo de sessenta mulheres e fundamos a Associação de Mulheres de Jacundá, em noventa e dois.

Então a associação de mulheres chegou a um ponto lá - que nos éramos uma cidade um tanto violenta - foi uma entidade que na época puxou, inclusive, juntamente com outras entidades, a discussão pra tirar o prefeito do governo. Era muita pistolagem e conseguiu com o governo do estado a intervenção e lutou, lutou muito, vem lutando por essas causas, tá entende. Conseguimos tirar o prefeito, a mulherada enfrentou, tomou a frente da prefeitura, os homens as laterais e o prefeito não entrou não, porque ele estava com a liminar se ele entrasse ele era prefeito. mais de mil mulheres na frente da prefeitura e aí isso foi em noventa e nove e dois. Graças a Deus, veio um outro administrador que melhorou a situação do município e aí foi quando nós lutávamos muito pela criação do conselho tutelar, fizemos fórum, enfim, e conseguimos fazer com que o prefeito, o novo prefeito criasse o conselho tutelar. Quando entrou o presidente Lula que criou a Secretária Nacional da Mulher e então nos precisávamos da Secretária Municipal da

Mulher, então em 2006 nós criamos o conselho, a ADMUJ, associação de mulheres na frente puxando essa causa, criou-se o Conselho Da Condição Feminina em 2006. E em 2007 nós viramos a peteca: vamos criar a Secretária Da Mulher, a SEPOM hoje está aí atuando, basta dizer que a ADMUJ foi quartel, foi abrigo, foi uma série de coisas. Quando as mulheres sentiam atingidas, violentadas corriam pra lá. hoje ela tá aí em ativa e já temos, graças a Deus, o Centro de Referência em Jacundá, está com uma estrutura boa. Nós já temos então uma associação de mulheres, um conselho da condição feminina, temos a secretária da mulher e temos o Centro de referência Maria do Pará. nós perdemos uma mulher, foi assassinada justamente no momento em que estava reunida com o juiz na cidade, pedindo apoio, mais apoio, Eu agradeço a todos, obrigada. (Aplausos).

➤ **Associação de Artesão de Canaã dos Carajás**

Bom dia a todos e a todas. Sou Maria Juciária de Souza Gomes e é com muita alegria que estamos aqui representando as mulheres de Canaã do Carajás e agradecer a todos vocês estão de parabéns, vocês foram lá na fonte vivenciaram eu não tive isso, eu fiz Letras.

Desde dois mil e cinco que eu cheguei em Canaã dos Carajás. Pela Igreja Católica nós começamos a desenvolver esse trabalho, cada grupo de quatro já forma um grupinho pra depois formar toda a associação Então são os princípios básicos da economia solidária, , um outro mundo acontece, um outro mundo é possível.. Mas têm homens também. No dia do artesanato nós fomos pra praça pública mostrar tudo que é feito, Há outro grupinho, mas esse é específico de roupas para dama de honra, aluguel e vai alugando essas roupas para a comunidade. Há colchas, foi bem interessante, porque nós fomos numa empresa, lá tem a Vale e antigamente eles jogavam os uniformes fora. Ai nos fomos lá e – Pode doar esses uniformes que estão velhos? E nós começamos a fazer colchas e essas colchas estão sendo vendidas para os empresários

Há a casa onde só se faz os consertos, Esta roupa que eu estou vestindo foi confeccionada por elas, quinze reais eu estou vestida. (risadas) A serigrafia é outro grupo, a reciclagem, fazem os brincos, dos refrigerantes, os banners - vamos em cada empresa pedindo, não jogarem fora que nos vamos fazer as sacolas e vendemos bastante

na feira em Salvador, da agricultura familiar. Produção dos pufes e arranjos, A distância é muito grande, então elas vão ensinando o que elas sabem, é uma troca dentro da economia solidária, o que outra sabe vai passando pra outra. Há a cestaria em jornal, a arte do saber reciclagem em jornal, vai para os leitores lerem depois da leitura vai para a cabeça que tem um chapéu. Temos uma loja no centro da cidade, também. Todos chegam lá pra comprar algo e não acredita. – Eu quero falar com a dona! Mas têm quarenta donas, ai é difícil. Outro dia chegou um vereador lá e foi conferir se as etiquetas estavam no nome da artesã e se era mesmo de várias donas. Há a agricultura familiar que extrai o mel, através do mel vem o pão de mel, derivados, o licor e o noni, vendemos bastante é um sucesso e a nossa horta que contamos também com homens. No fundinho da nossa casa tem a oficina, a rede também é feita, o grafismo – ela olha pra você e desenha, olhando assim alguns minutos. Produzimos vaso de areia, papelão e areia, colares, sandálias, tapetes, ponto russo e tapetes com a malha, a roupa da malha, enfim, ai vamos mandando pra outra comunidade de mulheres. Nós começamos a montar nosso museu com as ferramentas da agricultura familiar. Por que isso? Porque temos a mulheres precisava ter essa história, do pilão, de várias coisas mostrando como era o plantio do feijão, a enxada, enfim, essas coisas, e estão indo lá visitar pra não perder essas origens, saber por que o meu pai é agricultor, eu tenho que saber depois repassar. Então é um pouquinho disso, Canaã do Carajás é uma cidade ainda bebê. Tem um provérbio: “Muito pequena em lugares pequenos fazendo coisas pequenas mudarão a face da terra”. Canaã dos Carajás tem dezesseis anos sobre formação política saímos três, mas nenhuma chegou a vencer, uma chegou a cem votos outra com cinquenta e não chegamos a lugar algum, assim, no momento, mas o que eu acho que ainda precisa da formação, nós ficamos assim, temos que estudar, temos, a pergunta foi essa: o que nos temos e o que nos queremos. Temos que estudar.

Então nós estamos engatinhando pessoal. Então é isso que eu tenho pra contribuir, muito obrigada a todos vocês. (aplausos)

➤ **Associação de Mulheres de Dom Eliseu**

Bom dia! Às meninas e aos meninos eu quero agradecer ao Gepem em nome da professora Luzia, a vocês que fizeram um trabalho maravilhoso, por vocês serem jovens, vocês estão no caminho certo.

A Associação de Mulheres de Dom Elisen foi fundada no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil, registrada no dia vinte de junho de dois mil e as primeiras mulheres enfrentaram muitas dificuldades, elas não encontraram apoio, muitas abandonaram, a entidade ficou de dois mil até dois mil e nove sem nenhuma atividade, registrada, mas sem nenhuma atividade. Quando a ex-presidente me chamou. – Eu vou passar a entidade pra você, pra ver se você dá andamento a entidade. A entidade foi construída no intuito de garantir os direitos da mulher. Porque o nosso município é um município hiper violento, já houve muitos casos de assassinatos de mulheres continua até hoje, estupro de dentro da família de pai com filhas e irmãos, tios. Nós temos um alto índice de prostituição na fronteira, um alto índice de criminalidade, de criminalidade infantil, infanto-juvenil, adolescentes, também tem tráfico de drogas porque lá é o roteiro das drogas, tem pistolagem, têm muitos assaltos a bancos e a associação foi feita pra isso. Mas quando eu peguei a entidade muitas mulheres, muitas delas perguntaram. – Mas nós vamos ter o que em troca? Eu disse saber, conhecer os seus direitos. E eu comecei com capacitação. Porque o nosso município era um município madeireiro, o extrativismo vegetal lá chegava a 90% e quando o IBAMA começou com aquele projeto dele lá do fogo que incendiou todo mundo mesmo, acabou com todo o extrativismo.. Nosso município está entre os trinta e sete municípios que mais devastaram a natureza no país e se viu numa miséria completa, pessoas passando fome, pessoas sem dignidade nenhuma, tem o bolsa família, mas não atinge a todos não tem como, não dá conta. Pessoas estão a mercê da marginalidade e começamos a fazer a capacitação com higiene pessoal, ovos de páscoa, bombons de chocolate pra que as pessoas tivessem renda, nós temos muitas mulheres guerreiras, muitas mulheres que estão indo a luta, as mulheres rurais, nos temos o exemplo da Maria do casulo, do Projeto Casulo que ela é uma ruralista que trabalha, batalha, ela enfrenta todo mundo, ela vem aqui em Belém consegue recursos pras mulheres ruralistas. Nos temos a Associação de Idosos que são nosso parceiro, eles nos pedem pra ir lá com eles ajudar nas suas festas, fazer capacitação, fazer palestra, a associação de mulheres faz palestra sobre os direitos da mulher, os direitos das crianças e adolescentes, nos também temos um alto índice de contaminação pelo vírus HIV. Só da Associação de Prevenção a AIDS nós temos um histórico de dezenove óbitos fora as outras entidades, Nós temos na média de duzentos e oitenta pessoas contaminadas, nos temos mulheres de programa sob a nossa responsabilidade, mas não pode denunciá-las,

só quem pode denunciá-las é quem foi contaminado, mesmo sabendo, aconselha, chama, conversa e elas dizem: - Eu não vou morrer sozinha. Entendeu! Então é um caso muito sério, nós estamos enfrentando esses problemas Então a nossa luta é muito grande nos estamos com o Conselho já engatilhado e o problema é que não encontra apoio, nem dos empresários, já conversei com o secretário de assistência, ele: - Ah, vamos ver, vamos ver. Eu disse: - Rapaz, a associação de mulheres tem um objetivo muito grande, ela tem poder no município! Ela tem poder de angariar recursos, de lá fora buscar só que é muito difícil. eu sou uma mulher guerreira e lutadora. Muito obrigada. (aplausos)

➤ **Movimento de Mulheres Campo e Cidade de Tucuruí e Regiões**

Sou Maria Nunes e me chamam de Fezinha. Obrigada a todos, a todas. Primeiramente nós queríamos agradecer a Deus por estarmos aqui nesse momento maravilhoso que ele nos proporcionou. Parabenizar a professora Luzia, que tem sempre esse compromisso com essa classe de mulher, vendo essa necessidade que nos temos da luta; queremos dizer a todos e a todas as acadêmicas que vocês são o futuro do Brasil e o futuro é assim, vocês são gente que faz. O histórico do nosso movimento de mulheres é transversal, quer dizer trabalha todas as políticas públicas da mulher. Foi criado em 1978, motivado pela construção da barragem no município de Tucuruí onde ocorreu tráfico muito grande de mulheres e a exploração sexual. (...) Naquela época nós fomos obrigadas a criar o movimento pra poder defender as mulheres que estavam morrendo que estavam sendo exploradas e que realmente eram tratadas como um trapo. Nosso movimento tem um direcionamento: criar outros movimentos de mulheres, associações de bairros, outros grupos como o grupo mais recente que nos temos agora. Na política nós somos poucas, mas também nos somos muitas mulheres que não são doadoras de sangue, nos criamos agora o Grupo pela Vida no município do Breu Branco, onde nós temos 43 mulheres doadoras de sangue. A participação do movimento: nós temos participação em todos os conselhos criados nos municípios, , porque nós temos que estar lá porque lá é que a fiscalização das políticas públicas pra poder ter o melhoramento da nossa sobrevivência dentro do município, dentro do estado. Também fazemos parte do MMCC do estado, o qual tem uma regional que trabalhamos uma parte do sul e sudeste do Pará. Não trabalhamos 100% porque nossas pernas são curtas, mas 50% aonde

pode alcançar vai. Nosso objetivo principal sempre foi o enfrentamento da violência contra as mulheres. Agora focamos na violência psicológica que nós sabemos que a violência que fica escondida, a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que leve ao dano emocional e diminuição da autoestima que prejudica e perturbe o pleno desenvolvimento que visa desagradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça.

O empoderamento das mulheres nós decidimos dizer assim: - chega de ser rabo e vamos ser cabeça. O que quer dizer isso? Que antigamente era só secretária, vice de conselho fiscal, agora não, nós estamos partindo pra que nós vamos ser presidente, coordenadora e ser cabeça, sabe, nos estamos lutando, nesse ano agora 2010, 2011, nos elegemos três companheiras importantes pra nós dentro do município que foi no Sindicato Rural dos Médios Produtores Rurais, na STR, que é a segurança dentro do trabalho dos vigilantes. Aonde nós lutamos só tinha homens não tinha mulheres, mulheres não podiam ser vigilantes nos primeiro fomos pra justiça pra poder colocar vigilante lá, agora nos temos uma presidente da SIT lá dentro. É luta do nosso movimento lá, então com isso vê temos muitas brigas jurídicas, nosso movimento não tem assim:

Então a luta continua! Tem quinze anos que no estado não tinha mulheres mais fazendo curso pra soldados na policia militar ai teve o PTP em Tucuruí e nós fomos pra cima, queremos a vaga, se não nos dá nos vamos embargar o curso de soldados, ai deram dez vagas, foi anunciado na rádio, ai o que acontece pega essas dez vagas, vamos selecionar mulheres pra ir pra lá, pra passar nessas dez vagas. Conseguimos as dez mulheres que foram, se formaram.

Na política partidária sempre apoiamos mulheres. Na última eleição apoiamos no nosso município uma dobradinha, o prefeito Saint-Clair e a vice Nilda, no qual hoje nós fizemos uma pesquisa no estado do Pará e nos pudemos ver que Tucuruí hoje é 60%, 70% do secretariado mulheres e isso facilitou muito nossa situação dentro do município porque onde nós chegamos com a situação das políticas das mulheres é bem mais atendida. Os nossos parceiros de capacitação de emprego e renda dentro do município, SINE, SIT, a Secretária De Desenvolvimento E Ação Social, Eletronorte, Colônia de Pescadores, Secretária De Educação, Estado, MMCC e outros. A aplicação das leis. A aplicação das leis é o que mais nos usamos. Nós queremos concluir assim: dizer que o nosso movimento dentro de Tucuruí pegou uma credibilidade que todo mundo

ajuda. Então com isso nós temos uma luta muito árdua e com isso nos temos Então são essas as políticas que trança dentro do nosso município de Tucuruí e também dentro de outros municípios que é comprometida com a nossa regional. Obrigada. (aplausos)

➤ **Associação da Mulher Timboteuense Margarida Barbosa**

Boa tarde a todos e a todas, eu sou a Nilcilene, sou da Associação da Mulher Timboteuense Margarida Barbosa, do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense que também se articula com Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, com a Articulação de Mulheres Brasileiras, com a FETAGRI. Ao mesmo tempo em que a gente está aqui representando a nossa organização a nível municipal está representando a nossa associação a nível regional. Vou iniciar contextualizando mais ou menos o que foi a fundação da Associação da Mulher Timboteuense Margarida Barbosa. Na década de setenta havia um movimento dentro da igreja católica denominado Pastoral da Mulher e ai quem vem dessa época sabe o que foi isso, foi onde as mulheres começaram a descobrir os seus direitos estudando a fé e a política. Então lá em Nova Timboteua não foi muito difícil, porque nos tínhamos uma irmã chamava irmã Lígia Constantino, muitos de vocês devem ter conhecido, inclusive a professora Luzia. Então a irmã Lígia Constantino e o padre Francisco que quem é de Terra Alta também deve ter conhecido, os dois defendiam a teologia da libertação e começaram a trabalhar essas mulheres dentro da igreja, essas mulheres uma vez conscientizadas dos seus direitos, a maioria trabalhadora rural, resolveram fazer uma ação dentro do Sindicato Dos Trabalhadores E Trabalhadoras Rurais que na época era somente de trabalhadores rurais, além do sindicato não ser representado por pessoas da categoria não eram trabalhadores rurais os dirigentes do sindicato e ainda tinha mais, a questão que as mulheres não eram consideradas trabalhadoras rurais, pois não tinham o direito a sindicalizar-se, elas eram dependentes dos seus esposos ou pai e ai elas acamparam no prosseguimento da luta acamparam por dez dias e dez noites no sindicato inclusive minha mãe e outras, algumas que foram entrevistadas como Nazaré Andrade, Áurea do Nascimento e Beatriz também acamparam por dez dias e dez noites, às vezes revezavam, porque como tinham as crianças e as mulheres muito responsável também pelos cuidados se revezavam, por exemplo, a minha mãe às vezes ia e nos deixava com a minha tia Áurea

e às vezes a minha tia ia e deixava os dela com a minha mãe e assim fizeram em todas comunidades é venceram a luta tanto das mulheres que conseguiram sindicalizar-se, conseguiram mostrar pra sociedade que queria e porque queriam sindicalizar-se e pela pressão também e pela luta maior que era o direito de ocupar o sindicato pela categoria. Em meados de 80 conseguiram essa conquista geral que foi essa última citada e as mulheres não conseguiram ser dirigente sindical, nem do rabo nem da cabeça, como já foi citado aqui pela Fezinha, esse ditado me chamou muita atenção. E qual foi o papel na Associação da Mulher Timboteuense, fundada em 1992? Foi trazer essas mulheres que já tinham início de preparação, que já tinham início de formação tanto bíblica quanto social e política, resgatar essas mulheres que já estavam desarticuladas dentro do sindicato e aí essa luta ainda existe até hoje, resultado disso, duas das mulheres ainda que vieram desse processo que continuaram na associação, ainda foram candidatas a presidente do sindicato, duas dessas exerceram seus mandatos mas saíram muito infelizes. Porque quando entraram no sindicato alguns homens que já estavam na direção ainda continuaram como referência, e as mulheres elas têm essas triplas, quádruplas, não sei lá das quantas, jornadas de trabalho e não conseguiam, por exemplo, ficar no sindicato de segunda a domingo às seis horas diárias, acabava que ficava às vezes meio turno aí tinha que resolver mil e uma coisas, inclusive cuidavam da limpeza do sindicato, não ficavam exclusivamente pra aquela função a qual foram atribuídas, aí por conta disso também perdiam a referência também não saiam muito pra se capacitar, etc. As duas saíram muito angustiadas não quiseram nunca mais pleitear cargos de direção e hoje atualmente nos temos mulheres que ainda estão na direção mas não nos cargos de cabeça de gestão que é a questão das finanças e a presidência, estão mais lá nas secretárias setoriais que é tipo, secretaria da juventude, secretaria da mulher rural. É um outro desafio nosso também fazer parceria a Associação da Mulher Timboteuense com o sindicato no sentido de ampliar essa luta das trabalhadoras rurais, a gente tem muita dificuldade. Primeiro, os dirigentes são muito machistas, vocês sabem disso, e na minha fala dá pra perceber, isso é uma situação da região toda, nós temos três municípios que as mulheres fizeram um bom trabalho a frente do sindicato que é São Domingos do Capim, Salinópolis e Ourém. As mulheres conseguiram de fato fazer um bom trabalho a frente do sindicato, isso porque o movimento de mulheres também não deixou a peteca cair, é formação, é acompanhamento, é assessoria. Então esse é ainda um grande

desafio do movimento de mulheres do nordeste paraense, é acompanhar essas lideranças que estiveram e que estão em cargo de gestão. Assim também na política partidária, as mulheres tem se desafiado a concorrer a cargos de política partidária, só que do meu município pelo menos da associação de mulheres nenhuma mulher se elegeu até hoje e ai a gente têm algumas conclusões. Primeiro, mulher não vota em mulher, segundo as mulheres não conseguem convencer as mulheres de que tem plataforma, uma frente de luta pra concretizar e também porque as mulheres não tem dinheiro pra competir com os candidatos e as candidatas que tem muito dinheiro, que compram votos, isso aqui não é nenhuma realidade somente de Nova Timboteua, talvez do Pará, do Brasil. Então é mais ou menos isso, a gente tem muitos desafios, um dos grandes desafios é continuar fortalecendo os movimentos, os grupos de mulheres, as mulheres dentro dos sindicatos pra estarem exercendo cada vez mais os cargos de poder pra também estar concretizando as políticas públicas que tanto merecemos e precisamos. Obrigada. (aplausos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se entre os objetivos originários para a construção do projeto intencionava-se avaliar quais ações os movimentos de mulheres realizavam para cumprir as metas dos protocolos assinados pelos governos e previstas na Plataforma de Beijing, em recentes convenções e nos I e II PNPM, objetivando influenciar a superação da desigualdade de participação das mulheres em cargos legislativos e executivos da democracia eleitoral, as questões motivaram a equipe a investigar que maneiras de empoderamento estavam sendo criadas de modo a capacitar as parceiras para o enfrentamento ao *status quo* que definia a política como “prática masculina”. No convívio com a realidade dessas associadas, o grupo se deparou com tipos de estratégias supostamente de negação da política que se queria ver/buscar, porém inseridas plenamente na arena que as acolhia em seus cenários de convivência, explorando a arte de fazer política ao seu modo, mas sendo esse outro lugar, o dos “bastidores” da cena social que para elas era a própria arena onde enfrentavam o sexismo, as discriminações, as normas de “bem viver”

e, acima de tudo, suas necessidades básicas – e da própria comunidade. A partir da tomada de consciência da natureza dessas necessidades/ desigualdades presentes no interior da sociedade/comunidade em que viviam, na condição de exploradas/discriminadas, avaliaram o próprio potencial e inventaram/inventam modos de como atuar para modificar essa relação. Criam parcerias, animam outras mulheres para “entrarem no ritmo” e assim, muitas vezes desconhecendo os resultados, avançam para o enfrentamento.

Em suas falas e nas respostas ao questionário, não se percebe a aproximação com o partido político, embora quase 60% delas sejam filiadas, sejam chamadas para integrarem as cotas de gênero e partidária em tempo eleitoral, além de fazerem o serviço de campanha. Esse detalhe é indicativo de que a organização partidária não é vista como elementos de primeira necessidade em suas maneiras de empoderamento para a política formal. Outro agravante para pensar o distanciamento entre movimentos de mulheres e partido político é que as temáticas específicas para capacitação ao empoderamento de indicativo político são pouco representativas para elas, também esboçadas nos dois instrumentos usados para o dimensionamento da situação. E nas suas falas, há uma ausência incondicional de referências aos partidos.

Entretanto, na perspectiva da equipe de trabalho da pesquisa houve reconhecimento de que há estratégias de empoderamento representativas dos tipos de atuação que emergem para a superação das desigualdades enfrentadas. E os mesmos se acham permeando tanto as respostas recolhidas nos questionários quanto as intervenções

¹⁴ Na cidade de Belém, somente duas mulheres foram eleitas vereadoras num total de 35 cadeiras, mas nenhuma pertencia a qualquer movimento de mulheres.

que fizeram durante o simpósio recente e, principalmente, quando se constata que dentre as associadas entrevistadas somente uma delas fora eleita num cargo parlamentar municipal em 2008.¹⁴

Aliás, reeleita, segundo confirmação da mesma, Denise Gabriel, para a Câmara Municipal de Paragominas¹⁵.

Deduz-se que estas associações de mulheres estão criando o capital social essencial para o bem comum através da confiança (a que Putnam refere) que demonstram no processo de reconhecimento de suas ações. Alinhado à tradição republicana, transversalizando Platão e Maquiavel, Putnam atribui ao civismo comunitário tanto um aspecto de mobilizador como o de criador de um conjunto de referências comuns sobre a realidade. Isso está proposto nas estratégias das mulheres dos movimentos que se envolvem no acesso às suas demandas principais organizando-se entre as parceiras de mesmo destino em suas comunidades sem atribuir tanta importância à arquitetura organizacional do poder político formal. Mesmo assim, exploram sua capacidade de participar do processo de decisão política, que para R. Dahl (2005) é criada por mecanismos de “treinamento social”. Então, no caso em estudo, verifica-se que as associadas reconhecem que não estão mais interessadas em ser o “rabo”, mas sim a “cabeça” nas situações e das funções políticas que lhes cabe conquistar, entretanto, ainda não perceberam, conforme os motivos expostos, que o específico da participação política formal ainda está necessitando de um “treinamento”, se não como desempenhar essa representação, mas pelo menos entrar “no jogo” para chegar às câmaras e prefeituras.

Finalmente, a síntese para esta conclusão é a de que:

- ✓ as associadas dos movimentos de mulheres estão cumprindo as metas do milênio (ODM-ONU) ao criarem suas estratégias de empoderamento;
- ✓ elas privilegiam as necessidades básicas de demandas de outras mulheres de sua comunidade e da própria comunidade;

¹⁵ É preciso atentar para as atividades relatadas por esta coordenadora, haja vista que intitulou o movimento com o nome de uma parenta e às vezes os “políticos” criam grupos comunitários para desenvolver suas políticas de beneficência para fins eleitorais. E Denise já está no terceiro mandato, o que é algo incomum.

- ✓ a política formal não está nos seus planos não só porque as evidências de situações hostis de enfrentamento como a pobreza e a violência doméstica se constituem numa linha de fogo para atingir a superação;
- ✓ não são estimuladas à competição eleitoral, sentindo-se discriminadas pelas lideranças dos partidos na escolha de filiados homens vistos com mais prestígio;
- ✓ o partido político não se importa, visto não investir, numa formação política para essas mulheres dos movimentos, muito mais interessados em fazer o “jogo” de articulação política com a “cara masculina” em tempo de eleição..

Possivelmente, há outras demandas para uma síntese desse porte, contudo, foram esses pontos que a equipe considerou, neste primeiro momento de leitura dos achados na pesquisa.

E ainda como registro final, convém propor:

- a) revisão das formas de empoderamento com a inclusão de mais uma ênfase, inclusão de discussões sobre as temáticas específicas aqui reveladas e que se acham empobrecidas de debates;
- b) sensibilização dos partidos políticos à presença das mulheres filiadas e a criação de uma agenda de formação para as mulheres independente do tempo eleitoral;
- c) fortalecimento de candidaturas femininas sem que isso represente a obrigação das cotas ou serviço partidário para uma integração com as suas demandas nessa área, sem esquecer as básicas pelas quais elas tanto lutam.
- Criar responsabilização para avaliar a relação partido & mulheres & poder, hoje, e enfrentar os resultados sem medo de perdas eleitorais. Mulheres são a maioria do eleitorado no Brasil!
- Um lema para tratar esse assunto de empoderamento e mudança de regras seria alterar a cultura política

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, junho, 2000.

ÁLVARES, M.L.M.. Projeto “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”. Belém: GEPEM/UFPA; CNPq-SPM, 2008-2011.

ALVAREZ, Sônia. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BOBBIO, N. Matteucci, N. e PASQUINO, G. (org.). *Dicionário de política*, 7ª Edição. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2008.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES, IV, 1995. *Declaração e Plataforma de Ação de Pequim*. Beijing, 1995.

COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília Maria. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994 a.

COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: LABRYS, estudos feministas / études féministes janeiro / julho 2005 - janvier / juillet 2005. <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/> Acessado em 21/12/2007.

DECLARAÇÃO do Milênio. Cf . www.un.org/millenniumgoals

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999, (Clássicos 15).

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de gênero. *La Ventana*, núm. 13, 2001.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom, 1996 (org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone* apud NORRIS, Pippa. Tradução de Maria Luzia Álvares. www.pippanorris.com, 2003, p.1.

Vereadoras e a Política Local: construção de um projeto de igualdade de gênero?

Concejales y la Política Local: construcción de un proyecto de igualdad de género?

Councilwomen and Local Politics: is the construction of a gender equality project in progress?

Mary Ferreira

Resumo: as câmaras municipais são consideradas espaços de poder que oportunizam aos vereadores/as a discussão e/ o confronto de ideias no plenário, mediante conhecimento sobre problemas que afetam o município. Neste sentido e conforme dados coletados por meio de entrevistas e de observação, no presente artigo, analisa-se a ação das vereadoras e vereadores dos municípios Senador La Roque e Chapadinha/ Maranhão.

Palavras-chave: vereadoras, política, gênero, poder.

Resumen: los Ayuntamientos son considerados espacios de poder que dan oportunidad a los concejales/as para discutir y/o confrontar ideas en el pleno, por medio de conocimiento sobre problemas que afectan el Municipio. En este sentido y según datos recogidos a través de entrevistas y de la observación, en el presente artículo, se analiza la acción de las concejalas y concejales de los Municipios Senador La Roque y Chapadinha/Maranhão.

Palabras clave: concejalas, política, género, poder.

Abstract: city councils are considered to be spaces of power that afford their members opportunities for discussions and confrontation of ideas about the problems faced by the municipality. Bearing that in mind and grounded on data collected through interviews and field observation carried, the present study, analyzes the performances of both the councilmen and the councilwomen of the municipalities of Senador La Roque and Chapadinha, in the State of Maranhão, Northeastern Brazil.

Keywords: councilwomen, politics, gender, power.

Mary Ferreira é Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão; Mestre em Políticas Públicas e Doutora em Sociologia UNESP/FCLAr. **E-mail:** mmulher13@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a importância de o legislativo questionar o papel de deputadas, deputados, vereadores e vereadoras. Indaga-se também qual deve ser o real papel do prefeito e/ou prefeita. Os legislativos têm sido em grande parte um lugar destinados aos homens, haja vista que poucas mulheres conseguiram se inserir neste mundo ainda inacessível. A prova disto são os 12% de participação das mulheres nos diversos legislativos brasileiros. Vale ressaltar que, embora pouco saiba, grande parte dos projetos aprovados e de interesse do segmento feminino foram, em sua maioria, legislados por mulheres.

No Maranhão, por exemplo, a ação das deputadas é percebida em rápidas passagens pela tribuna, em discursos que marcam a diferença ao trazerem questões saídas da invisibilidade do mundo privado para constituírem matérias políticas, na medida em que se tornam leis sob pressão dos movimentos de mulheres e feministas.

Ao analisarmos o cenário político maranhense e avaliarmos os projetos encaminhados pelas parlamentares e que interferiram na vida das mulheres, consideramos que parte desses projetos teve como estratégia transformar relações de gênero, embora alguns não tenham sido aprovados. Nesse sentido, vale ressaltar os projetos de: reestruturação da Delegacia Especial da Mulher; criação da Defensoria Pública da Mulher; criação da Vara de Defesa da Mulher. Assim também, foram implementados, por iniciativa das deputadas, inúmeros projetos de geração de renda objetivando melhorar as condições de vida das mulheres pobres. Por esta razão, pode afirmar que as mulheres conscientes de seu papel social e político fazem a diferença nos legislativos (FERREIRA, 2010)

Ao refletirmos sobre a ação das parlamentares, chamamos a atenção sobre a forma de como discutem os projetos e atuam nas comissões legislativas e nas intervenções na tribuna. A atuação das deputadas se dá de diversas formas, dentre as quais destacamos a mediação com o executivo nos projetos de interesse das mulheres respondendo aos

apelos dos diferentes movimentos de mulheres nos seus diversos campos de atuação: rural, mulheres negras, indígenas, articulações de saúde, de direitos reprodutivos.

E as vereadoras? Como atuam? Quais as questões que norteiam sua ação política nas Câmaras Municipais? Embora não tenhamos ainda dados consolidados que demonstrem a ação das/os e vereadoras/es maranhenses¹ ressaltamos que o papel das mesmas está entre as funções municipais mais importantes.

Neste sentido e com base nos dados parciais da pesquisa “Ação Política de Vereadoras e Prefeitas no Maranhão”, coletados em cinco cidades maranhenses, no presente artigo é analisada a situação dos municípios de Chapadinha e Senador La Roque, os quais se destacam pela forte presença feminina nas Câmaras Municipais. Para isso, a abordagem privilegiará três aspectos: qual deve ser o papel de uma vereadora ou vereador; o olhar da população sobre a ação das vereadoras; e como tem se efetivado a ação das mesmas nos dois municípios mencionados.

1. As Mulheres nas Câmaras e Prefeituras Municipais: políticas públicas e relações de gênero no parlamento e no executivo

O Brasil possui 5565 Municípios. Desses, 666 são administrados por mulheres, eleitas em 2012, representando 11,9% em relação às eleições de 2008, em que se elegeram 506 prefeitas, representando 9,09% das mulheres. Houve um aumento de 31% em relação à eleição de 2008. Nesta, porém, foi eleita apenas uma mulher para administrar uma capital: Teresa Surita, do PMDB, eleita com 39,26% dos votos válidos para a Cidade de Boa Vista (Roraima). Em 2008, foram eleitas Luizianne Lins (PT), em Fortaleza

¹ O estudo **Ação Política de Vereadoras e Prefeitas no Maranhão** demonstra que ainda existe uma relação muito dúbia, visto que grande parte das prefeitas desconhece a importância da incorporação da categoria gênero na gestão pública. Em se tratando das vereadoras, estas reclamam do tratamento pouco respeitoso dispensado pelos prefeitos aos vereadores, em especial às vereadoras (FERREIRA, 2010).

(CE); e Mícarla de Souza (PV), em Natal (RN). Houve disputas acirradas de mulheres em prefeituras, como a de Manaus, que levou para a disputa do segundo turno a senadora Vanessa Grazziotte (PCdoB), perdendo a eleição para o ex-senador Artur Virgílio Neto (PSDB), forte adversário do Partido dos Trabalhadores.

Se considerarmos que nas eleições de 1972, segundo Eva Blay (1979), foram eleitas apenas 60 mulheres para as prefeituras municipais - período em que vigorava a ditadura e em que não eram permitidas eleições nas capitais, uma vez que os prefeitos eram nomeados pelo Presidente da República (muitos eram conhecidos nos meios políticos como prefeitos biônicos)-- podemos afirmar, então, que nos últimos quarenta anos não houve aumento acentuado, já que as mulheres representam apenas 11% das prefeitas eleitas e 13,3% das vereadoras. Os dados apresentados por Eva Blay ilustram claramente como tem sido lenta a ascensão das mulheres nos cargos decisórios.

No Brasil, pesquisa realizada em 1958 revelava que naquela época tinham sido eleitas 5 prefeitas. Destas, quatro foram por municípios da Região Nordeste do País e uma na Região Sul. Em 1973, a mesma instituição realizou outra pesquisa e constatou que, dos 3950 municípios brasileiros, 54 eram dirigidos por mulheres. Verificamos nesta pesquisa que, na verdade, são 60 (BLAY, 1979, p.19).

É importante ressaltar que a eleição de 2012 teve uma importância muito significativa para as mulheres, tendo em vista que foi a primeira realizada sob a vigência da Lei 12.034/2009, que alterou a Lei 9.096/95 e a Lei 9.504/97, estabelecendo que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. Embora grande parte dos diretórios municipais e regionais não tenha cumprido a lei, sabe-se que houve alertas por parte dos Tribunais Regionais aos partidos para o cumprimento das cotas.

Dentre os estados que alcançaram maior número de prefeitas eleitas, estão: Minas Gerais, setenta e uma prefeitas; São Paulo, sessenta

e sete; Bahia, sessenta e quatro, Paraíba, quarenta e nove; Maranhão, quarenta prefeituras eleitas. Regionalmente, “norte e nordeste foram onde as mulheres tiveram o melhor desempenho em termos percentuais, com 14,8% e 15,5%, respectivamente”: (ESCANDIUZZI, 2012, p.1). Relativamente aos partidos que mais elegeram prefeitos, o PMDB se destaca pela conquista de 1024 das 5568 prefeituras, seguido do PSDB, que elegeu 702, e do Partido dos Trabalhadores (PT), que elegeu 635. Segundo análise de Rodrigues (2012) com base em dados do TSE, o PT foi o partido que mais cresceu e que mais recebeu votos.

Esses dados refletem as alterações que a sociedade vivenciou nas três últimas décadas, notadamente a partir de 1988, quando o Brasil promulgou sua 7ª Constituição após um longo período ditatorial. Nas suas análises sobre o Brasil, Skidmore (1988, p.594) enfatiza que:

Somente de 1946 a 1964 o Brasil teve experiência de democracia eleitoral de massa. Este regime sucumbiu a um golpe possibilitado por uma crise econômica com profunda polarização política e grave deficiência de liderança política. Vinte e três anos depois, é possível institucionalizar uma nova e estável democracia de massa? Poderão seus líderes aplicar políticas que promovam o rápido crescimento econômico e também elevar o padrão de vida dos mais pobres?

Os indicadores sociais dos últimos cinco anos respondem de forma afirmativa ao questionamento do referido autor, principalmente se considerarmos que “o Brasil foi a primeira democracia latino-americana a sofrer um golpe militar na década de 60 e a última a se livrar da camisa de força do autoritarismo” (SKIDMORE, 1988, p.594).

Nos últimos anos, principalmente no período de 2002 a 2012, o Brasil sofreu mudanças significativas, quando a sociedade passou a vivenciar um novo momento após a eleição do ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva, eleito por dois mandatos, e a partir de 2010, com a eleição de Dilma Rousseff, eleita para o exercício de 2010-2014. Tais mudanças são evidentes na alteração de alguns indicadores sociais que transformaram a vida das camadas mais empobrecidas, na medida em que oportunizaram

acesso ao trabalho, à renda, ao ensino superior e aos espaços de cultura. Além disso, houve uma divisão mais equitativa dos recursos federais entre os Estados.

No que se refere à educação, houve avanços significativos, principalmente com a implantação da lei das cotas para negros nas universidades públicas, garantindo a inclusão de setores marginalizados e ampliando a democracia no País. Nesse período, o número de brasileiros com ensino superior completo aumentou em 400% na última década, passando de 5,5 milhões em 2000 para 25,5 milhões em 2010. Estes dados representam 13,39% da população brasileira. Embora seja ainda um número pouco representativo, podemos inferir que houve um aumento acentuado na última década, se considerarmos que em 2000 apenas 2,7% população possuía diploma de nível superior (IBGE, 2010). Houve também aumento nos indicadores de cultura com a implantação de um programa de políticas públicas para as bibliotecas, que passaram a ser integradas a uma rede de bibliotecas públicas, com acervos atualizados e de qualidade, levando leitura e informações a grande parte dos municípios brasileiros, embora esse programa não tenha sido implementado a contento no Maranhão.

Em se tratando de políticas de igualdade de gênero, o Estado brasileiro, desde 2002, vem adotando um conjunto de políticas públicas mediante o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPMM, cujas propostas estão articuladas em dez eixos temáticos, visando superar o problema da violência de gênero, educação diferenciada, sub-representação no poder, salários desiguais e, ao mesmo tempo, objetivando criar uma nova cultura política em que as mulheres passem a ser sujeito de direitos. Para Menicucci (2012, p.17):

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é um marco do compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento às desigualdades de gênero e demais formas de desigualdades que afetam as mulheres brasileiras. É um instrumento que permite tornar o compromisso do Estado em ações concretas para as mulheres.

Destacam-se neste plano as ações de combate à violência de gênero, entre as quais está a construção do Pacto Nacional da Violência

de Gênero, responsável por um amplo processo de discussão com a sociedade e movimentos de mulheres, que vêm, ao longo dos últimos anos, adotando medidas para melhorar as condições das Delegacias, capacitar os operadores de direito, criar casas abrigo e redes de proteção às mulheres vítimas de violência, entre outras ações.

Os dados apontados demonstram que o Brasil tem criado mecanismos para superar as desigualdades sociais mediante um conjunto de políticas e ações. E os Estados? E as Prefeituras? Como estas têm atuado? Como se dão as relações de gênero no poder municipal? E as vereadoras, como percebem seus mandatos? Quais as preocupações levantadas em seus mandatos parlamentares? Quais os projetos que têm apresentado? Quais as dificuldades que apontam no exercício parlamentar? Como se dão as relações de gêneros no poder municipal? Como a população percebe as vereadoras e vereadores?

2. Como Atuam as/os Vereadoras/es e qual Deve Ser a Atitude no Município?

O Brasil tem 57.337 vereadoras e vereadores, sendo 49.689 homens e 7648 mulheres eleitos na eleição de 2012. As mulheres representam 13,3% das vereadoras espalhadas nas 5568 câmaras dos municípios do Brasil. Houve um aumento simbólico, uma vez que ainda são muitos os desafios para construir paridade de gênero na política. Dos partidos que mais elegeram vereadores, destacamos o PMDB, PSDB e PT. Em termos proporcionais, o Partido dos Trabalhadores foi o que mais elegeu representantes do povo nas câmaras municipais. Segundo dados do TSE, o PT é o “partido com o maior número de cadeiras de vereadores nas capitais e também o que mais cresceu entre as maiores legendas” (ELEIÇÃO, 2012, p.1).

Os vereadores e vereadoras são eleitos com a responsabilidade de criar leis municipais, entre as quais a Lei Orgânica – considerada a “Constituição Municipal” – nesta Lei, estão transcritas as diretrizes que

devem ser seguidas pelos Poderes Executivo e Legislativo e também pelos moradores da cidade.

As câmaras municipais são parte do estado democrático de direito. A estas instituições é atribuído um conjunto de funções e designações e delas depende a fiscalização dos recursos públicos. Elas podem ser um espaço educativo para a população, à medida que cumprirem fielmente seu papel político e social. Para Vilaneto (2006, p.21):

As instituições municipais estão hoje presentes no mundo moderno e, cada vez mais, ganham espaço como vetores de desenvolvimento, como exemplo de aprendizado político, que tem como cerne da questão; a vida local e seus problemas, e nisso é que consiste a essência do Município.

Os vereadores têm quatro funções principais, segundo Sandro Hoice (2013, p.1):

- 1. Função Legislativa:** consiste em elaborar as leis que são de competência do Município, discutir e votar os projetos que serão transformados em Leis buscando organizar a vida da comunidade.
- 2. Função Fiscalizadora:** o vereador tem o poder e o dever de fiscalizar a administração, cuidar da aplicação dos recursos, a observância do orçamento. Também fiscaliza por meio do pedido de informações.
- 3. Função de Assessoramento ao Executivo:** é aplicada às atividades parlamentares de apoio e de discussão das políticas públicas a serem implantadas por programas governamentais, via plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual (poder de emendar, participação da sociedade e a realização de audiências públicas).
- 4. Função Julgadora:** a Câmara tem a função de apreciação das contas públicas dos administradores e da apuração de infrações político-administrativas por parte do prefeito e dos vereadores.

Cabe, portanto, aos vereadores o papel de fiscalizar a atuação do gestor público na administração das finanças do município, “atentando principalmente para o cumprimento da legislação acerca da contabilidade pública e da responsabilidade fiscal, a correta utilização do dinheiro no atendimento das necessidades sociais e o equilíbrio entre receitas e despesas” (O VEREADOR, 2009, p.26).

A necessidade de se estabelecer um controle dos gastos públicos não tem sido tarefa fácil, haja vista as várias formas que os gestores têm utilizado para burlar os mecanismos legais. Porém, o certo é que, se houvesse uma fiscalização rigorosa dos poderes legislativos, não haveria tanta corrupção.

Nesse contexto, a ação do Poder Legislativo municipal na fiscalização dos gastos públicos é fundamental para garantir que a sua aplicação esteja de acordo com os interesses coletivos. É importante salientar que o vereador quando controla a atuação do gestor público municipal está, na verdade, cumprindo uma obrigação fixada pelo texto da Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual estabelece em seu art. 31 que a fiscalização do município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo(O VEREADOR, 2009, p.8).

Para exercer sua função fiscalizadora e legisladora, o vereador deve estar inteirado dos recursos que o município arrecada, incluindo os de convênios que não devem ser assinados pelos prefeitos sem o aval das câmaras municipais. Porém, o que se observa é um total desconhecimento por parte dos vereadores sobre a arrecadação e os gastos do município.

As câmaras municipais são mais antigas do que o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas brasileiras. A primeira delas foi instalada por Martin Afonso de Souza na capitania hereditária de São Vicente, em 1532, e ficou conhecida como “Câmara Vicentina”. No Brasil colonial, embora os poderes constituídos fossem bastante precários, não se pode desconsiderar o valor e a importância das câmaras de vereadores. Nesse período, os proprietários de terras se constituem os verdadeiros chefes das colônias e também os vereadores, segundo Prado Junior (1994, p.30):

[...] são as colônias que explicam a importância das câmaras municipais, se constituem a verdadeira e quase única administração da colônia. [...] o poder das câmaras é, pois, dos proprietários rurais. Seu raio de ação é grande, muito maior que o estabelecido nas leis. Vemos as câmaras fixando salários e preços das mercadorias; regularem o curso e valor das moedas, proporem e recusarem tributos reais, organizarem expedições contra o gentio, e com eles celebrarem pazes [...] chegam a suspender governadores e capitães, nomeando-lhes substitutos, e prender e pôr a ferro funcionários e delegados régios.

Na visão de Vilaneto (2006), a força do municipalismo resultou de dois elementos básicos: o patriarcalismo e o latifúndio, os quais favoreceram o poder das aristocracias rurais sobre as câmaras municipais, contribuindo, em grande parte, para consolidar, por quase três séculos, “sua unidade territorial e política, a união das famílias formando o *Município*, e a união dos municípios formando o Estado” (VILANETO, 2006, p.25).

A situação atual demonstra que a autonomia dos municípios relativa aos tempos das colônias mudou radicalmente. Embora antes fossem subordinados aos proprietários rurais, contudo, mantinham certo poder e autonomia na fixação de leis e regulamentos; hoje são dependentes do poder executivo que os subordina a troco de apoios. Esta dependência torna os vereadores reféns do executivo. Este tem sido, talvez, o maior entrave para o exercício do papel dos vereadores. Mesmo assim, os/as vereadores/as continuam sendo vistos como representantes do povo, defendendo seus interesses e contemplando suas reivindicações coletivas por meio da elaboração e aprovação de leis ou normas legais que irão assegurar o desenvolvimento social, educativo, econômico, cultural e político aos munícipes. São os vereadores que fazem a articulação entre a população e o/a prefeito/a. Cabe a eles, a função de fiscalizar o trabalho do Executivo, garantir seriedade na aplicação dos recursos públicos. Para tanto, devem participar das discussões sobre o orçamento; realizar audiências públicas com temas de interesse coletivo, a fim de criar e fortalecer o debate público de interesse da população.

3. Ação Política das Vereadoras em Senador La Roque e Chapadinha/ Maranhão

No Maranhão, conforme demonstrado na Tabela 1, foram eleitas 435 vereadoras e 1923 vereadores nos 217 municípios. As mulheres contabilizam em torno de 18,44% da representação política nas diversas câmaras.

Tabela 1: Vereadores Eleitas no Maranhão						
	2012		2008		2004	
Mulheres	435	18,44%	334	16,82%	253	16,55%
Homens	1.923	81,56%	1.652	83,18%	1.275	83,45%
Total	2.358	100,00%	1.986	100,00%	1.528	100,00%

Fonte: Ferreira (2013, p.48).

Observa-se na tabela 1 que houve um pequeno aumento no percentual de mulheres eleitas de 2008 em relação à última eleição de 2012. Dos municípios que elegeram o maior número de mulheres em 2008, se destacam Senador La Roque, Amarante, Benedito Leite, Pedro do Rosário, Santana do Maranhão, Barreirinha e Chapadinha. Apenas nos dois primeiros as mulheres constituíram maioria e em trinta e seis municípios não foi eleita nenhuma mulher. Muitas dessas câmaras hoje são presididas por mulheres que começam a alterar as relações de gênero nestes espaços antes dominado pelos homens. Foi o que observamos em Senador La Roque e Chapadinha.

3.1 Vereadoras no Município de Chapadinha/MA

O Município fica a 252 km da capital São Luís com uma população de 73.350 mil habitantes, conforme dados do último censo (2010). Sua primeira denominação foi Chapada das Mulatas devido à configuração do terreno e à tez das mulheres da região. A atual sede do município teve origem no ano de 1783, quando os primeiros moradores se fixaram no lugar conhecido como Aldeia, hoje localizado dentro dos limites da cidade. Em 25 de setembro de 1802, foi criada por provisão régia a freguesia

de Nossa Senhora das Dores, subordinada à jurisdição da paróquia de Vargem Grande, então Comarca.

A Câmara Municipal de Chapadinha em 2008 era presidida por Maria das Graças Nunes e tinha um total de 10 vereadores, sendo 6 Homens e 4 Mulheres. No atual mandato, a câmara alterou para 15 o número de vereadores eleitos, sendo 10 homens e 5 mulheres. Proporcionalmente, as mulheres perderam cadeiras tendo em vista que nas eleições de 2008 eram 4 mulheres entre os 10 eleitos.

No período em que foi realizada a pesquisa - janeiro de 2011 - Chapadinha era administrada pela Prefeita Danubia Loyane Almeida Carneiro, sendo vice-prefeito Antônio Coelho da Silva, ambos do Partido Republicano. Eleita com 14.956 ou 41% dos votos, a prefeita foi empossada após a cassação do registro da candidatura do ex-prefeito Isaías Fortes Meneses (PP) -- candidato mais votado (15.373 votos) em disputa pelo quarto mandato, contudo, foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mediante recurso do Ministério Público sobre irregularidade de prestação de contas.

No período 2000 a 2012, Chapadinha teve 15 vereadoras e 56 vereadores. Na Tabela 2, observa-se que nas eleições de 2008 ocorreu o maior número de mulheres eleitas, correspondendo a 40% da câmara. E na última eleição – 2012 - o percentual de mulheres eleitas representou apenas 20% tendo em vista o aumento do número de vereadores/as ampliado de dez para quinze.

Tabela 2 - Total de Vereadores Eleitos Chapadinha								
	2012		2008		2004		2000	
Mulheres	3	20%	4	40%	3	37,50%	5	38,46%
Homens	12	80%	6	60%	5	62,50%	8	61,54%
Total	15	100%	10	100%	8	100%	13	100%

Fonte: Ferreira (2013, p. 57).

No mandato de 2008-2012 – período de realização da pesquisa - a Câmara Municipal de Chapadinha era composta de 10 vereadores, sendo seis vereadores e quatro vereadoras. Nesse período, a Câmara Municipal era presidida pela vereadora Márcia de Jesus Rocha. Os vereadores/as

representavam vários partidos, sendo o PDT e PTB os que tinham a maior bancada.

Na pesquisa, procuramos saber se existia uma escolha eleitoral marcada pelo gênero. Nesta intenção, a população foi arguida sobre ter votado em vereador ou vereadora: 62,96 dos informantes votaram em homens e 37,04 em mulheres. Esta informação traduz o contexto da política local, em 2008, com a eleição de seis homens e quatro mulheres. Na sequência, foi questionada a população sobre as motivações da escolha do voto: era o melhor candidato(37%); um parente indicou(13%); prometeu algum benefício(12%); devia algum favor ao candidato(4%)² – neste contexto, ressalva-se que 12% enfatizaram ser a escolha motivada pelo partido.

Uma questão central da pesquisa era saber se a população percebia algum tipo de particularidade ou diferença na atuação de vereador ou vereadora. A maioria (74% dos entrevistados enfatizou que não há diferença; 26% disseram haver alguma particularidade ou diferença na atuação das vereadoras e vereadoras – diferença percebida, sobretudo, pelos entrevistados do Centro, em sua maioria, mulheres. A exemplo, destacamos:

- A mulher é menos corrupta e é mais carinhosa; - As mulheres têm mais afinidade com as pessoas - Os homens representam apenas os homens, as mulheres representam as mulheres; - Elas assumem mais, trabalham mais e cobram mais que os homens- As vereadoras entendem a população melhor.

3.2 Vereadoras no Município Senador La Roque/MA

Antes denominado povoado Mucuíba e ligado ao município de João Lisboa/MA, em 10 de novembro de 1994, foi emancipado pela Lei 6.169/94, passando então a ser denominado de Município Senador La

² Os itens referentes à **promessa de benefício e a dever favor ao candidato** somam 16% e representam a realidade da motivação e escolha de grande parte dos votantes, que fazem do voto moeda de troca. A eleição para prefeito/a e vereador/a no Maranhão tem sido cada vez mais mercantilizada e os eleitores não têm receio de enfatizar essa situação.

Rocque, em homenagem a Henrique de La Roque – deputado, advogado, jornalista e senador maranhense(legislatura de 1975 a 1983).

A primeira eleição realizada no Município de Senador La Roque foi em 1996, sendo eleito o senhor Alfredo Nunes da Silva. Mas, logo muitas denúncias foram registradas, ocasionando ao prefeito a perda de legitimidade – situação agravada pelo fato de, neste período, ter sido reduzido o território do Município, causando cessão de espaços para os vizinhos Buritirana e João Lisboa e redução da população para 14.550 habitantes(SENADOR, 2013).

A população estimada para 2010 era de 17.998 habitantes, embora não tenha sido alterada, conforme informações do IBGE. A maior parte da população vive da agricultura de subsistência e em muitas comunidades rurais em situação de pobreza extrema. O índice de desenvolvimento humano de Senador La Roque é um dos mais baixos do Maranhão 0,588 (PNUD/2009).

As denúncias de descaso público em Senador La Roque são inúmeras. Algumas estão disponíveis na rede de internet onde é possível ouvir as reclamações das agentes de saúde que, além dos salários atrasados, reclamam da falta de condições mínimas de trabalho e de material básico para acompanhamento da saúde da população (SENADOR, 2011b). Situação semelhante foi observada neste município em uma das visitas realizadas ao Município em novembro de 2012, quando registramos uma passeata de professores que reivindicavam salários atrasados. Segundo Jailson Brito da Silva, presidente do Sindicato de Professores, a situação de Senador La Roque é caótica, há carência em todos os lados, é um município que não tem governo. Não é somente os salários dos professores que estão atrasados, o salário dos vereadores também. Isso porque segundo Jailson Silva (2012):

[...] os recursos públicos têm atendido outros interesses e não o público porque se tivesse atendendo os interesses públicos, nós não estaríamos em greve, a cidade teria obras pra ser mostrada e não há nada disso. Então, é sinal de que há uma desvirtuação na aplicação dos recursos público da parte do prefeito, infelizmente.

O município de Senador La Roque tem 19 anos de emancipado. E, ao longo de sua criação vivenciou cinco eleições municipais. Durante esse período, foi o município maranhense que proporcionalmente mais elegeu vereadoras. Nas três últimas legislaturas, elegeram-se 18 mulheres e 14 homens (cf. Tabela 3). Embora a proporção de mulheres tenha diminuído na eleição de 2012 – considerando que em 2008³ as mulheres contabilizaram 66,7% da representação na Câmara Municipal –, o percentual foi de 54,54%. Ainda assim, continuam sendo maioria das representantes do povo, fato que no Maranhão se compara ao município de Brejo, o qual também alcançou o mesmo percentual na eleição de 2012.

3 Nas eleições de 2008, o Município se destacou no cenário nacional ao eleger seis mulheres entre os nove vereadores eleitos. Foi uma das únicas câmaras de vereadores em todo o território nacional a ter maioria mulheres.

Tabela 3 - Total de Vereadores Eleitos Senador La Roque								
	2012		2008		2004		2000	
Mulheres	6	54,54%	6	67%	4	66%	2	34%
Homens	5	45,46%	3	33%	2	34%	4	66%
Total	11	100,00%	9	100%	6	100%	6	100%

Fonte: Ferreira (2013, p. 87).

Neste sentido, Alves (2012, p.4) ressalta que:

[...] embora a exclusão feminina na política seja grande na maioria dos municípios brasileiros, existem exceções, pois em um número pequeno de cidades as mulheres são maioria dos vereadores ou dividiam paritariamente as cadeiras da Câmara Municipal. No município de Dias D'Ávila, na Bahia, as mulheres conquistaram 70% das vagas da vereança municipal, em 2008. [...]. Outro destaque nas eleições de 2008, foi o município de Senador La Rocque, no Maranhão, que elegeu 6 mulheres num total de 9 vagas (66,7%)

Em se tratando de Senador La Roque, esses percentuais constituem uma exceção e retratam algo novo e até mesmo inusitado, haja vista

a cultura patriarcal que vigora em todos os municípios maranhenses e brasileiros reproduzindo velhas ideologias responsáveis pela exclusão da maioria --, considerando-se que 51% da população é composta por mulheres e que proporcionalmente também são maioria do eleitorado brasileiro. Por outro lado, entretanto, esses fatos não têm incidido no aumento do número de cadeiras ocupadas por mulheres nas instâncias de poder, tanto nos legislativos quanto nos judiciários e executivos.

Nas visitas realizadas em Senador La Roque, ouvimos cinco das seis vereadoras eleitas e um vereador. Assim também, a população entrevistada sobre o que pensavam da ação das mulheres na Câmara Municipal. Refletido em diversos depoimentos, o olhar da população revela alguns elementos importantes para pensar o poder das mulheres.

Nas entrevistas, percebemos que as vereadoras de Senador La Roque têm clareza de seu papel político. As respostas se assemelharam quando enfatizavam que cabe ao vereador/a “Defender os interesses do povo e fiscalizar. Procurar fazer projetos”. “Fiscalizar e legislar, isso é que define a atuação do vereador”.

Para uma das vereadoras entrevistadas o papel do vereador(as) é:

[...] responder pelos interesses do povo, de fiscalizar, buscar e cobrar. Até porque quando a gente sobe no palanque, a gente diz que vai defender. Depois que se elegem, percebo que alguns colegas começam a defender o prefeito. Atribuo as mazelas e descaso da administração pública do município a própria câmara que não busca, não fiscaliza e não defende os interesses do povo. Continuo na oposição (Vereadora 1, 2012)

Mas as vereadoras também criticam a forma como atuam em virtude das carências do município, por esta razão o papel dos vereadores se volta em grande parte para o trabalho assistencialista. Este fato é mencionado por todas as vereadoras entrevistadas que consideram esse o maior entrave para a realização de seu trabalho. O assistencialismo é, segundo uma delas, um empecilho para o trabalho político da vereadora porque “vamos deixando de lado o nosso verdadeiro papel que é legislar

e fiscalizar o poder público, que fica a desejar”. Esse problema também é visto pela segunda vereadora entrevistada que também acrescenta o fato de ser mulher:

Tenho consciência de que minha atuação fica muita coisa a desejar. Quando coloco a cabeça no travesseiro, sei que deixei de fazer muita coisa. Também vem o lado da mulher que entra na política. Já atuo há 8(oito) anos. Nesses últimos 4(quatro) anos, muita coisa passou em branco, a gente vê que deixou de fiscalizar, de atuar mais como legisladora. As coisas se tornam muito mais difíceis, quando se trata da mulher (Vereadora 2, 2012).

Os limites do trabalho dos vereadores, principalmente em cidades pequenas, é fato, principalmente em municípios cujas carências são visíveis, caso que se aplica a Senador La Roque. Por ser um município com indicadores sociais baixíssimos, carece de extrema dependência de políticas públicas. A ausência de políticas públicas obriga as vereadoras/es a suprirem de forma assistencialista esse papel. O depoimento da terceira vereadora ilustra essa situação:

O vereador pelo menos em cidade pequena faz o papel de tudo. Ele é um assistente social, leva as pessoas para o INSS pra garantir os direitos daquela pessoa na previdência. Ele leva para o posto de saúde dentro do seu próprio carro. Leva as mulheres pra ganhar nenê. É um assistencialista na verdade e faz o que é dever o município(Vereadora 3, 2012).

Observamos que as bandeiras de campanha giram em torno dos direitos sociais, haja vista as carências dos municípes. Este se constitui o principal foco, mas há vereadores defendendo a questão da qualificação profissional dos professores, há luta pela construção de maternidade para que as crianças possam nascer no município de Senador La Roque, conforme enfatiza a vereadora 1 “pois toda criança daqui nasce em Imperatriz”. Enfim, as bandeiras tocam em um ponto central: a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o papel de uma vereadora deve ser: lutar pela democratização das relações domésticas; combater a violência de gênero; criar legislação que possibilitem mudanças nos cotidianos das mulheres, incluindo, entre outras, estruturas públicas como: creches, políticas de formação, políticas de saúde, casas de partos.

É bastante comum ouvir comentários sobre a necessidade de as mulheres romperem com a timidez para chegar às tribunas das câmaras e assembleias ou para chegar ao poder, porém, é importante observar que a construção do sujeito é parte de um projeto político que a sociedade sempre pautou em torno dos homens, negando às mulheres, para desenvolverem sua autonomia, as mesmas oportunidades dadas aos homens. Observamos isso deste a constituição dos estados nacionais: às mulheres foi repassada a ideia de que não sabiam legislar, não sabiam determinar, governar. “Lugar de mulher é cuidando de filhos e do marido”, esta frase fazia eco na sociedade de então. Mas as mulheres disseram não! Disseram não, em passeatas, discursos, greves e inúmeros movimentos que se travaram no Brasil no século XVIII, XIX, XX e continuam no século XXI.

A luta iniciada há três séculos aponta alguns resultados que consideramos positivos, embora ainda não se tenha alcançado a paridade na representação política. As mulheres representam no Brasil apenas 12% das vereadoras e no Maranhão 18%. São essas mulheres que estão nas Câmaras Municipais que começam a dar respostas buscando superar as desigualdades de gênero com projetos voltados para a construção da igualdade.

Observamos que as transformações neste campo são lentas como demonstram os dados. É necessário que as ações do estado interfiram de forma mais incisiva na política para que se possa ampliar a presença de mulheres nas câmaras municipais. Para tanto, os partidos e as câmaras municipais devem abrir um amplo debate para pensar a sociedade sob o olhar das mulheres, e assim transformar as relações de gênero e poder.

O processo de superação será facilitado com a presença de um maior número de mulheres no poder, dividindo o espaço do legislativo de forma paritária. Isso foi possível perceber na Câmara Municipal de Senador La Roque onde as mulheres são maioria e atuam sem constrangimentos e com desenvoltura.

Neste estudo, é possível perceber que a ação das vereadoras maranhenses não passa mais despercebida: há inquietação dos pares sobre como as mulheres atuam; a sociedade assim como os próprios vereadores reconhecem a qualificação e preparo das mulheres ao exercício de vereadoras e prefeitas, dada a formação superior que a maioria delas tem. Observamos que municípios como Senador La Roque, Matões e Chapadinha grande parte da população percebe diferenças e singularidades no tratamento que as vereadoras dispensam à sociedade local. Em Chapadinha, a população consegue perceber diferenças no trabalho dispensado pelas mulheres no atendimento ao público, no modo de falar e até de atender as demandas. Ao enfatizarem que a mulher é menos corrupta, é mais carinhosa e que os homens representam a si mesmos, pois dá pouca atenção as questões do cotidiano das cidades, a população está expressando que existem diferenças no tratamento e assim vai construindo gradativamente uma diferença de gênero na ação dos vereadores e vereadoras.

Em Senador La Roque, é notória a desenvoltura com que as mulheres agem no espaço da Câmara Municipal. Nenhuma afirmou ter sofrido algum tipo de constrangimento. As falas e as formas de interlocução das vereadoras destes municípios demonstram o quão é importante estabelecer a paridade para que as mulheres se sintam mais seguras e possam agir igualmente, neste espaço considerado até bem recentemente como espaço de homens.

Assim, o projeto de construção da igualdade de gênero, que os movimentos sufragistas e feministas lutam há mais de dois séculos, tem nas Câmaras Municipais um *locus* privilegiado para a transformação da vida das mulheres, mediante o fortalecimento do poder local e sua repercussão no poder global.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRANDO o município. Departamento DPU/SURBAM.

Ago./1988. Disponível em: <<http://nutep.ca.ufrgs.br/pesquisas/munis3.htm#APRESENTAÇÃO>> Acesso em 26 fev. 2012.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. “Gênero, política e representações sociais: a presença das mulheres em cargos parlamentares, nas eleições de 2006, no Pará”. In: FERREIRA, Maria Mary. (Org.). *Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste*. São Luís: EDUFMA, 2012. p.89-136.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O avanço da mulher na eleição e o déficit de gênero. *Vermelho portal*. 11. Nov. 2012. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=198600&id_secao=1. Acesso em: 26 fev. 2013.

BLAY, Eva Alterman. *As prefeitas: a participação política da mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Limitada, 1979. 63p.

ELEIÇÕES 2012 em números. G1 16.10.2012. <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2012/noticia/2012/10/eleicoes-2012-em-numeros.html>> Acesso em: 12 de novembro de 2012.

ESCANDIUZZI, Fabricio. *Número de mulheres eleitas em todo Brasil registra recorde*. 9 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/numero-de-mulheres-eleitas-em-todo-brasil-registra-recorde,82b81cc32a55b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>> - Acesso em: 6 de abril. 2013.

FERREIRA, Maria Mary. *As caetanas vão à luta; feminismo e políticas públicas no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2007.

_____. *Os bastidores da tribuna: mulher política e poder no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2010. 230p.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2004,79p.

HOICE, Sandro. Atribuições do vereador. Disponível: <http://www.drssandro.org/duvidas/atribuicoes-dos-vereadores>. Acesso em: 7 de maio de 2013.

MENICUCCI, Eleonora. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2012-2015. In: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, v.2, n.4. 2012.

O VEREADOR e a fiscalização dos recursos públicos municipais / Presidência da República, Controladoria-Geral da União. Brasília: CGU, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REBIEN, Airton Roberto; AMORIM, Adriana Viegas de. Controladoria na Administração Pública Municipal: estudo e modelo para Prefeitura de Nova Santa Rita/Rs. CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18. **Anais...** Gramado (RS), 24 a 28 de ago. 2008. Disponível em: <http://www.ccontabeis.com.br/18cbc/136.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2013.

RODRIGUES, Fernando. PMDB é o partido que mais elegeu prefeitos em 2012. 28.10.2012 Uol Noticias Política. <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2012/10/28/pmdb-e-o-partido-que-mais-elegeu-prefeitos-em-2012/>

SENADOR La Roque Maranhão. Disponível em: http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ma/senador_la_rocque. Acesso em: 24 jan. 2013

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 7.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608p.

SILVA, Jailson Brito. Situação socioeconômica de Senador La Roque e ação política das mulheres(gravação). Entrevista concedida a Mary Ferreira. Senador La Roque, fev. 2012.

VILANETO, Quincas. *O Município e a Câmara Municipal*. Caxias (MA): Câmara Municipal de Caxias, 2006.

Quando as Mulheres São Bem Votadas: o caso das deputadas federais no RS/2010

Cuando las Mujeres Son Bien Votadas: el caso de las diputadas federales en RS/ 2010

When Women are Expressively Voted: the case of the federal female deputies who were elected in the State of Rio Grande do Sul, southern Brazil, in 2010

Maria Lúcia Moritz

Rosângela Schulz

Resumo: neste artigo, compara-se a *performance* das candidaturas à deputação federal no Rio Grande do Sul numa perspectiva de gênero, consoante resultado das eleições de 2010. Neste sentido, apresenta-se um panorama da disputa eleitoral no estado, traçando-se um comparativo entre as candidaturas femininas e masculinas exitosas ao referido parlamento e concluindo-se que as mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades eletivas no Legislativo, inexistindo isonomia na disputa entre os gêneros. Desse modo, espera-se contribuir para as discussões sobre a sub-representação política feminina.

Palavras-chave: mulheres, candidaturas, deputação, gênero, sub-representação.

Resumen: en este artículo, se compara el rendimiento de las candidaturas a la Diputación Federal del Río Grande del Sur desde una perspectiva de género a través de los resultados de las elecciones de 2010. En este sentido, se presenta un resumen de la disputa electoral en el Estado, traza una comparación entre las candidaturas femeninas y las masculinas que tuvieron éxito al Parlamento Federal y concluye que las mujeres todavía enfrentan muchas dificultades en la legislatura, no existiendo isonomía electivas en disputa entre los géneros. De ese modo, se espera contribuir para las discusiones sobre la sub-representación política femenina.

Palabras clave: mujeres, nominaciones, diputación, género, sub-representación.

Abstract: this paper examines the results of the 2010 elections for the federal chamber of deputies held in the State of Rio Grande do Sul, Southern Brazil, from the gender perspective. To this end, it brings an overview of the electoral dispute in the state and draws a comparison between the successful candidacies of both men and women. The comparison revealed that women still face lots of electoral difficulties and that gender parity does not exist. It is expected that the paper contributes to the discussion of women's political under-representation.

Keywords: women, candidacy, deputy, gender, under-representation.

Maria Lúcia Moritz é Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política/ UFRGS. Doutora em Ciência Política (UFRGS). **E-mail:** marialuciamor@ig.com.br
Rosângela Schulz é Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Política/ UFPel. Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação/Mestrado Ciência Política/UFPel. Doutora em Ciência Política (UFRGS). **E-mail:** rosangelashulz@gmail.com

INTRODUÇÃO¹

Nas últimas décadas, a temática sobre gênero e política tem suscitado muitas investigações e produzido uma vasta literatura, entre elas a que trata sobre a presença feminina no campo político eleitoral. No Brasil, o debate acadêmico aponta para ao menos três grandes eixos de difícil separação: a atuação do movimento feminista e dos

¹ Os dados apresentados e analisados no presente trabalho fazem parte do projeto de pesquisa intitulado “*Eleições 2010 e o desempenho das candidatas mulheres no Rio Grande do Sul: ser mulher importa?*”, financiado pelo CNPq e sob a coordenação da Profa. Dra. Céli Regina Pinto/UFRGS.

movimentos de mulheres relacionando-os com o campo político (ALVES, 1980; TOSCANO e GOLDENBERG, 1992; GODINHO, 1998; TELLES, 1999; PINTO, 2003, 2010; HIRATA, 2009); as políticas de ação afirmativa investigando suas possibilidades, efetividade e limites (MIGUEL, 2000; ARAÚJO, 2001, 2009a, 2009b; MORITZ e SCHULZ, 2010); e por fim, os estudos que buscam explicações para a sub-representação feminina que persiste

após a lei de cotas (AVELAR, 2001; MIGUEL, 2001; TABAK, 2002; ARAÚJO, 2005, 2006; ÁLVARES, 2008; PINTO e MORITZ, 2009; MIGUEL E BIROLI, 2010).

O presente artigo se insere no terceiro grande eixo e busca contribuir para o debate sobre a limitada presença das mulheres, tanto como candidatas como representantes eleitas, tomando como referência os resultados das eleições legislativas de 2010, no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). A pesquisa a seguir apresentada investiga as candidaturas das mulheres ao cargo de deputada federal, traçando um quadro comparativo com os candidatos masculinos.

Ao discutir a tímida presença feminina, Araújo (2005) centra o debate, no primeiro momento, no sistema partidário. Nas palavras da autora,

Em outros termos, para compreendermos o que ocorre com a participação das mulheres nos partidos e nas rotas de ingresso aos

cargos eletivos de representação política, faz-se necessário considerar, simultaneamente, sua dimensão histórica, ou seja, a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãos e da ordem política moderna; as manifestações culturais – atitudes e práticas preconceituosas ou explicitamente discriminatórias que envolvem as relações de gênero em geral e que se reproduzem, também, no interior dos partidos políticos –; as características sócio-econômicas mais gerais dos países, assim como as dimensões institucionais do sistema político, incluindo-se as características do sistema partidário (ARAÚJO, 2005, p. 193/4).

Posteriormente ao retomar a discussão, a autora identifica na literatura um conjunto de fatores que influenciam as mulheres sob o ponto de vista da chance e da decisão de se candidatarem. Os três principais fatores apresentados e com diferenciados graus de influência são: socioeconômicos, culturais e políticos.

Os culturais destacam os valores mais gerais que influenciam uma dada sociedade, bem como uma cultura de gênero mais ou menos igualitarista (NORRIS, 1993). Os sócio-econômicos remetem a alguns indicadores, como escolaridade, renda e emprego. Já a dimensão política é tratada mais do ponto de vista das instituições partidárias e eleitorais e dos tipos de sistemas de representação (JONES, 2008, p.79). Não há, contudo, consenso sobre o peso de cada um deles na definição das disposições e das chances das mulheres para concorrer e se eleger a um cargo legislativo (ARAÚJO, 2009, p. 25).

Miguel e Biroli (2010) participam do debate mapeando as principais vertentes explicativas da sub-representação política das mulheres. Seu ponto de partida é o problema da convivência entre universalidade, igualdade e exclusão, cujas vertentes são: a) o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais, embasado na literatura de Carole Pateman; b) os padrões culturais e de socialização que constroem o político como espaço masculino e inibem o surgimento da “ambição política” entre as mulheres; c) os constrangimentos estruturais à participação política das mulheres, que possuem, via de regra, menos acesso aos recursos econômicos e bem menos tempo livre do que os homens (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 655/6).

A literatura evidencia alguns consensos na explicação da sub-representação feminina que estão ligados à influência de fatores de ordem cultural, econômica e política (institucional). Estes fatores afetam – de formas diferentes - as mulheres, desde o momento inicial da carreira política até à consolidação desta carreira quando alcançam sucesso eleitoral e tornam-se representantes eleitas.

Em relação aos constrangimentos estruturais, os autores defendem que para participar da política e disputar cargos são necessários três tipos de recursos: dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos. As candidaturas femininas podem ser afetadas pela falta de um ou mais destes recursos, mas ainda faltam estudos comparativos que avaliem o seu impacto no desempenho final das candidatas.

Estudos eleitorais já realizados mostram que os recursos financeiros para a campanha e a rede de contatos são fundamentais para todos que ingressam na carreira política, com as mulheres não é diferente. Em relação ao financiamento de campanha, os autores enfatizam que “dada a excepcionalidade da presença feminina na política é de se supor que a receptividade inicial a candidatas mulheres no levantamento de fundos seja menor” (p. 669). No entanto, afirmam que os dados oficiais no Brasil mostram um quadro diferente:

[...] No Brasil, os dados oficiais mostram gastos de campanha similares para homens e mulheres para a Câmara dos Deputados em 2006, com elas, em média, despendendo 3% a mais do que eles. No caso das assembleias estaduais, na mesma eleição, elas gastam 35% a menos, em média, em suas campanhas (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 669).

Considerando os dados apresentados pelos autores, pode-se inferir que as mulheres que conseguem se eleger, em geral, não têm dificuldade em arrecadar verba para suas campanhas. Entretanto, quando disputam cargos que estão no topo da carreira política (deputação federal) elas precisam gastar mais do que os homens, mesmo que a diferença entre os dois grupos seja pequena. Já na disputa para o Legislativo estadual, as mulheres gastam quase 1/3 menos do que os homens. A razão para isso

talvez seja porque no plano estadual elas já são conhecidas do eleitorado, o que demanda menos investimento. Por exemplo, estão buscando reeleição ou têm o nome associado à herança política familiar.

Quanto às redes de contatos, estudos que tratam de candidaturas femininas focam na importância das redes de apoios herdadas de pais, irmãos ou maridos e mostram que no Brasil o capital familiar “foi identificado como origem do capital político de 40,8% das deputadas federais brasileiras de 1987 a 2002” (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 668). Porém, como bem ressaltam os autores, a ausência de estudos comparativos não permite avaliar o quanto o fenômeno é uma especificidade feminina.

O terceiro recurso – tempo livre – embora fundamental na discussão sobre sub-representação feminina, não será abordado no momento, pois necessita de informações que a pesquisa em pauta não contemplou. Porém, o tópico tempo não está completamente ausente; está representado por meio da investigação do espaço dos candidatos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) veiculado na televisão no horário noturno.

O sucesso ou insucesso em uma campanha eleitoral, tanto para homens quanto para mulheres, depende de muitas variáveis, com destaque para: a rede de contatos ou trajetória; a visibilidade e os recursos econômicos disponíveis, que juntos compõem em muito o capital político acumulado, ao longo da carreira política.

Neste sentido e conforme mencionado, este artigo pretende contribuir para a discussão sobre a presença feminina na esfera política eleitoral comparando as campanhas dos candidatos de ambos os sexos ao cargo de deputado federal do RS, com base na análise de três recursos: econômico (despesas oficiais), visibilidade (exposição no HPGE) e trajetória política (origem do capital político e/ou redes de contatos).

Partimos de duas hipóteses: a primeira é que as candidaturas vitoriosas não apresentam distinções significativas em função do gênero; e a segunda hipótese é que as candidatas à deputação federal que alcançaram expressiva votação (mais de 100 mil votos) possuem capital político que aproxima sua carreira das carreiras masculinas. Nossa linha de investigação

nos leva ao outro ponto observado por Miguel e Biroli, relacionado ao debate sobre ambição política das mulheres. Segundo os autores,

[...] alguns estudos mostram que mulheres que se envolvem em política comunitária, como as que se elegem para os conselhos escolares nos Estados Unidos, possuem motivações diferentes daquelas dos homens e, portanto, um comportamento mais distante do “progressivamente ambicioso” padrão. Legisladoras estaduais mostram-se divididas entre a dinâmica progressiva da carreira e os imperativos familiares. Já aquelas que alcançam cargos mais elevados, chegando ao Congresso, tendem a se aproximar do modelo masculino. Ao que parece, há uma relação de circularidade entre o progresso na carreira e a adesão ao padrão dominante, masculino, de ambição política (2010, p. 664).

O artigo está dividido em duas seções: a primeira parte apresenta um panorama da disputa eleitoral das candidatas à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa no Rio Grande do Sul; a segunda evidencia um quadro comparativo entre as candidaturas femininas e masculinas bem sucedidas em termos de voto para o cargo de deputado federal. Por fim, algumas notas conclusivas.

1. O Panorama Eleitoral Legislativo no Rio Grande do Sul

² Importante destacar o crescimento no número de candidaturas femininas no RS. O índice de candidatas mulheres ao cargo de deputada federal foi de 11,83% nas eleições de 2006 passando a 23,16% em 2010. No caso da Assembléia Legislativa, não é diferente: foram 13,8% no pleito de 2006 e em 2010 esse índice aumentou para 24,4% de mulheres candidatas. Fonte: TRE/RS.

³ Aliás, a ausência de punição pelo descumprimento da lei de cotas tem sido um dos temas presentes na literatura que debate a ausência de efetividade da lei (ARAÚJO, 2005, 2009).

Nas eleições de 2010, mais de 200 mulheres apresentaram-se para a disputa aos cargos majoritário e proporcional no RS. Em que pese ter havido aumento nas candidaturas femininas para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa, comparado ao pleito de 2006, as mulheres não atingiram a cota mínima de 30% exigida por lei². Apesar da previsão de punição aos partidos que descumprem o dispositivo legal, novidade introduzida em 2009, ela não surtiu efeito na prática³. O não cumprimento da legislação é o mesmo cenário encontrado em nível nacional.

**Tabela 1: Resultado Eleições Legislativas 2010/RS:
Vagas x Candidatas x Eleitas**

	Vagas	Candidatas	Mulheres Eleitas	
	N	N	N	%
Senado	2	3	1	50%
Assembleia Legislativa	55	133	8	14,5%
Câmara dos Deputados	31	63	2	6,5%

Fontes: CLIC RBS (www.clibrbs.com.br/especial/rs/eleicoes/); TRE/RS (www.tre.gov.br)

Entre as eleitas, em as ambas as Casas Legislativas, é necessário chamar a atenção para o desempenho nas urnas de algumas candidatas. Tanto na Câmara quanto na Assembleia, as mulheres foram as campeãs de voto. Manuela D'Ávila, deputada federal reeleita pelo PCdoB, obteve uma das maiores votações do país em termos proporcionais. E Silvana Covatti, reeleita pelo PP, foi a candidata mais votada para a Assembléia Legislativa⁴. Também chama a atenção que em ambos os Legislativos foi grande a ocorrência de reeleição das mulheres: na Assembleia seis candidatas foram reconduzidas, das oito mulheres eleitas, e na Câmara de Deputados, as duas eleitas, Manuela D'Ávila e Maria do Rosário, já eram detentoras de mandatos.

Estes dados demonstram que a renovação das mulheres é bastante baixa no Rio Grande do Sul, se compararmos com os dados gerais: para a Assembleia Legislativa, o índice de renovação chega a 40%; para a Câmara de Deputados, 35,5%. Entre os homens, o quadro é distinto: dos 29 eleitos para deputados federais, apenas 13 conquistaram novo mandato; os demais 16 eleitos eram estreatantes no legislativo federal. Os números referentes às mulheres podem indicar duas realidades bastante diversas: poucas lideranças femininas emergentes capazes de angariar votos ou deputadas atuantes que justificariam a alta taxa de reeleição.

⁴ A carreira política de Silvana sempre esteve associada ao seu marido Vilson Covatti, reeleito deputado federal em 2010. Antes de chegar à Câmara Federal, exerceu diversos mandatos como deputado estadual na Assembleia Gaúcha. Nas eleições de 2006, quando concorreu pela primeira vez à Câmara, lançou sua esposa para deputada estadual e desde então o casal concorre em “dobradinha” e em ambas as eleições eles foram bem sucedidos.

Considerando o desempenho nas urnas do grupo de eleitos, é possível traçar um comparativo entre homens e mulheres. Os dados da Tabela 2 permitem visualizar a posição de ambos os sexos quanto à votação geral, independente de terem sido eleitos ou não.

**Tabela 2. Eleições 2010: Votação x Gênero -
Câmara de Deputados/RS**

Faixa de votação	Mulheres	Homens		
	N	%	N	%
+ de 100.000 votos	3	4,8%	16	7,7%
20.000 a 99.999 votos	2	3,2%	37	17,7%
10.000 a 19.999 votos	1	1,6%	12	5,7%
5.000 a 9.999 votos	1	1,6%	19	9,1%
1.000 a 4.999 votos	13	20,6%	53	25,4%
Até 999 votos	43	68,2%	72	34,4%
Total	63	100%	209	100%

Fonte: TSE (www.tse.gov.br)

Alguns aspectos chamam a atenção, especialmente a base e o topo da pirâmide de votação. Em relação à base, constata-se que a grande maioria do/as candidato/as não atingiu 1000 votos, entretanto, nesta faixa as mulheres são quase o dobro dos homens. A baixa votação de 43 candidatas, em um universo de 63, permite inferir sobre a efetiva dificuldade enfrentada pelas mulheres que se lançam em campanhas eleitorais, bem como, pode-se constatar que um número expressivo de candidaturas femininas figura nas listas partidárias somente para ajudar seus partidos no cumprimento das cotas. No outro extremo, no topo da votação, percebe-se que os homens são maioria, mas seu desempenho é muito próximo daquele obtido pelas mulheres, 7,7% e 4,8%, respectivamente.

O quadro geral sobre o desempenho das candidaturas femininas nas eleições proporcionais no Rio Grande do Sul ratifica as posições comentadas no início desta seção. O número de candidatas aumentou sem

que houvesse acréscimo no número de deputadas federais eleitas. Porém, um aspecto chama atenção: entre as mulheres que foram eleitas, há campeãs de votos, tanto no plano estadual quanto federal. O que sugere que não há resistência por parte dos eleitores em votar em mulheres, portanto, as resistências parecem estar em outras áreas. A literatura especializada, como vimos, tem acentuado a estrutura político eleitoral do país como um obstáculo a ser enfrentado pelas candidaturas femininas (ARAUJO, 2001, 2005, 2009).

2. Candidaturas bem Sucedidas à Deputação Federal do RS

Tendo em vista o elevado número de candidaturas (272)⁵ ao cargo de deputado federal no RS, optamos por um recorte analítico cujo foco é os/as candidatos/as que obtiveram 100 mil votos ou mais, nas urnas. Assim, cumprimos o objetivo de analisar as candidaturas bem sucedidas em termos de voto. Com base neste critério, chegamos a uma amostra composta de três mulheres e 16 homens. Para compreender quem são este/as candidato/as e o seu sucesso nas urnas, consideramos: os dados constantes na ficha de inscrição junto ao Tribunal Regional Eleitoral/RS; a prestação de contas apresentada ao TRE/RS; o número de inserções e o tempo de exposição no HGPE e as informações constantes nos *sites* pessoais dos candidato/as e no *site* da Câmara dos Deputados.

⁵ Das 272 candidaturas em questão, 209 eram homens e 63 mulheres.

Conforme mencionado na introdução, o sucesso ou insucesso em uma campanha eleitoral, tanto para homens quanto para mulheres, depende de muitas variáveis, com destaque para: redes de contatos ou trajetória política, visibilidade e recursos econômicos/financiamento de campanha. A Tabela 3 apresenta os 19 candidatos selecionados para a análise, com a votação e o resultado eleitoral.

**Tabela 3: Resultado Eleições Legislativas 2010/RS:
candidatos/as X votos X desempenho eleitoral**

Candidatos	Total de Votos	Resultado eleitoral
1. Manuela D'Ávila (PCdoB)	482.590	Eleita
2. Beto Albuquerque (PSB)	200.476	Eleito
3. Luis Carlos Heinze (PP)	180.403	Eleito
4. Danrlei De Deus Goleiro (PSD)	173.787	Eleito
5. Paulo Pimenta (PT)	153.072	Eleito
6. Maria do Rosário (PT)	143.128	Eleita
7. Henrique Fontana (PT)	131.510	Eleito
8. Osmar Terra (PMDB)	130.669	Eleito
9. Luciana Genro (PSOL)	129.501	N/Eleita
10. Vilson Covatti (PP)	125.051	Eleito
11. Marco Maia (PT)	122.134	Eleito
12. Pepe Vargas (PT)	120.707	Eleito
13. Darcísio Perondi (PMDB)	112.214	Eleito
14. Giovanni Cherini (PDT)	111.373	Eleito
15. Jose Otavio Germano (PP)	110.788	Eleito
16. Mendes Ribeiro Filho (PMDB)	109.775	Eleito
17. Renato Molling (PP)	104.175	Eleito
18. Dionilso Marcon (PT)	100.553	Eleito
19. Ronaldo Zulke (PT)	100.082	Eleito

Fonte: TSE (www.tse.gov.br)

Embora somente três mulheres tenham alcançado votação acima de 100 mil votos, elas estão entre as dez maiores votações, ultrapassando tradicionais políticos gaúchos.

Para elaborar a trajetória política dos candidato/as selecionado/as para análise, tentando observar as redes de contato que possibilitam a construção do capital político e conseqüentemente a carreira bem sucedida, optamos por traçar o perfil sociodemográfico do grupo, mediante um conjunto de variáveis: idade, escolaridade e profissão. Complementando

estes dados, na sequência apresentamos uma breve biografia política de cada um dos candidato/as buscando detectar: tipos de capital que possibilitaram a carreira, filiação partidária, mandatos etc.

Os candidatos ao cargo de deputado federal concentram-se na faixa entre 45 e 59 anos, enquanto que as mulheres majoritariamente estão entre 25 e 44 anos (ANEXO 1). Esta diferença entre os dois gêneros é decorrência do fato de a maioria dos homens estar há mais tempo no cargo de deputados federais do que as mulheres eleitas.

A variável escolaridade é a que mais chama a atenção, pois a maciça maioria dos candidato/as frequentou a Universidade, mesmo que não a tenha concluído (87,6% dos homens e 100% das mulheres) (ANEXO 2). Entre a amostra de 19 postulantes ao cargo de deputado federal, apenas dois não completaram a educação básica. Os dados do RS não diferem do quadro nacional, o que demonstra o quanto a representação política brasileira é elitizada (ALVES; PINTO; JORDÃO, 2012). Também entre as profissões, encontramos uma concentração: advogados, médicos e professores/as são as mais frequentes entre este grupo. Sendo que duas das mulheres estão vinculadas à educação (ANEXO 3).

Em relação à trajetória política, constatamos que as três candidatas com expressiva votação, apesar de jovens, possuem significativo capital político: Manuela D'Ávila, Maria do Rosário e Luciana Genro têm longa carreira política e disputavam a reeleição. Outro ponto em comum entre elas é que as três haviam sido candidatas à Prefeita de Porto Alegre nas eleições municipais de 2008⁶.

Manuela já se transformou em um fenômeno eleitoral. Com 482.590 votos, foi a candidata mais votada entre todos os candidatos ao cargo de deputado federal no RS. Ela iniciou sua militância no movimento estudantil universitário que marcou sua carreira política

⁶ No total foram 8 candidatos à Prefeitura de Porto Alegre nas eleições de 2008. Quatro candidatas mulheres: Maria do Rosário (PT), Manuela D'Ávila (PCdoB), Luciana Genro (PSol) e Vera Guasso (PSTU). Os demais candidatos foram José Fogaça (PMDB), Onyx Lorenzoni (DEM), Nelson Marchezan Jr. (PSDB) e Carlos Gomes (PHS).

focada especialmente nos jovens. Em 2004, foi eleita vereadora da capital pelo PCdoB e, em 2006, foi eleita deputada federal com expressiva votação, o que possibilitou sua candidatura à Prefeitura de Porto Alegre dois anos depois. Sua campanha ao Executivo Municipal alcançou tal sucesso que

⁷ Somente a totalização dos votos dissipou a incerteza de quem disputaria o segundo turno com José Fogaça que obteve 39,9% da preferência eleitoral. A candidata petista obteve quase 21% dos votos contra 13,95% de Manuela (PINTO e MORITZ, 2009).

em determinado momento chegou a ameaçar a vaga da candidata do PT ao segundo turno do pleito⁷. Com todo este sucesso eleitoral, Manuela não teve dificuldades em buscar votos para sua reeleição ao parlamento federal em 2010.

Maria do Rosário, a segunda mais votada com 143.128 votos, iniciou sua carreira também no PCdoB conquistando o primeiro mandato como vereadora de Porto Alegre. Em 1994, durante o mandato, transferiu-se para o PT, no qual permanece até hoje. No PT, foi reeleita vereadora e campeã de votos com mais de 20 mil. Seu mandato foi interrompido para se eleger deputada estadual em 1998, alcançando a segunda maior votação com mais de 77 mil votos. Em 2003, assumiu seu primeiro mandato como deputada federal e, em 2006, foi reeleita, ficando sempre entre os candidatos mais votados. No ano de 2008, concorreu à Prefeitura de Porto Alegre e disputou o segundo turno com o candidato vitorioso José Fogaça (PMDB). Em 2010, foi reeleita como deputada federal, alcançando a segunda maior votação entre as candidatas. Sua destacada atuação legislativa relacionada ao tema dos direitos humanos ensejou o convite da Presidenta Dilma Roussef para assumir a Secretaria de Direito Humanos da Presidência da República em 2011.

Manuela D'Avila e Maria do Rosário possuem uma trajetória comum: iniciaram a carreira política no PCdoB, conquistaram por este partido o primeiro mandato que foi de vereadora em Porto Alegre. Com votações crescentes, galgaram postos mais elevados chegando rapidamente à Câmara de Deputados e, devido ao desempenho eleitoral e parlamentar, concorreram nas eleições de 2008 à Prefeitura de Porto Alegre.

A carreira política de Luciana Genro, a exemplo do que ocorreu com Manuela e Maria do Rosário, teve início no movimento estudantil. Foi eleita deputada estadual em 1994, sendo reeleita em 1998 para mais um mandato; em 2002, elegeu-se deputada federal. Devido a sua crítica ao Governo Lula foi expulsa do partido junto com a Senadora Heloísa Helena e o Deputado Babá em dezembro de 2003. Com eles, fundou o PSOL, partido pelo qual concorreu a deputada federal em 2006, tendo sido a deputada mais votada na cidade de Porto Alegre, obtendo 185 mil votos. Em 2008, concorreu à Prefeitura da capital alcançando significativa votação, fortalecendo a legenda do seu partido e consolidando ainda mais sua carreira política, como demonstram os 129.501 votos que recebeu nas eleições de 2010. Os quase 130 mil votos recebidos por Luciana (PSOL) seriam suficientes para garantir sua reeleição, entretanto, tendo em vista o sistema eleitoral vigente no Brasil, ela ficou de fora da Câmara de Deputados em função do baixo desempenho do seu partido⁸.

Como destacado, a trajetória das três deputadas federais candidatas à reeleição não está vinculada a herança familiar, mas a atuação no movimento estudantil e partidário. É preciso ressaltar o caso de Luciana Genro do PSOL, pois é filha de Tarso Genro (PT), eleito governador do estado do RS em 2010, de quem foi correligionária de partido até a expulsão em 2003. Porém, não é possível atribuir seu sucesso eleitoral à herança familiar.

Sem dúvida, a ampla visibilidade propiciada pela disputa à Prefeitura da capital trouxe reflexos para cada uma das três candidatas em termos de importância da candidatura no partido, maior capacidade de arrecadação financeira e significativa votação final⁹.

⁸ No sistema proporcional de lista aberta, é necessário que o partido atinja o quociente eleitoral e assim garanta vaga no Legislativo, bem como os candidatos da lista partidária devem ser bem votados para conquistarem uma cadeira parlamentar. No pleito de 2010 para eleger cada deputado federal, o partido ou coligação necessitaria atingir 261.686 votos. O PSOL, que saiu sozinho na eleição, teve menos de 170 mil votos no Rio Grande do Sul.

⁹ A **biografia das três candidatas** está muito bem descrita no texto de PINTO e MORITZ (2009) que analisa as candidaturas femininas à Prefeitura de Porto Alegre, nas eleições de 2008.

Como no caso das candidaturas com expressiva votação nas eleições proporcionais de 2010, os 16 candidatos homens que alcançaram mais de 100 mil votos possuem, em sua quase totalidade, significativo capital político: 15 possuem longas carreiras políticas.

Ao analisarmos mais detalhadamente os 16 candidatos alguns pontos chamam atenção. O primeiro deles é o alto índice de candidaturas disputando a reeleição: 13 candidatos (81,2%) já eram parlamentares atuando na Câmara Federal e estavam concorrendo à reeleição; entre os três novatos dois deles possuíam sólida carreira política como Deputados Estaduais (Marcon do PT e Giovani Cherini do PDT); apenas Danrlei de Deus (PSD) estava iniciando a carreira política e em sua primeira disputa eleitoral foi o quarto candidato mais votado com 173.787 votos, ficando a frente de parlamentares com longa tradição na política gaúcha, a explicação da sua vitória não está na sua atuação no campo político, mas em outro campo, o campo de futebol.

Outro dado interessante trata-se do longo período de filiação, de fidelidade ao partido político selecionado para o exercício da militância. Apenas dois candidatos trocaram de partido ao longo da carreira: Mendes Ribeiro Filho que iniciou a carreira no PDS em 1982 e três anos depois se filiou ao PMDB onde ainda permanece; Danrlei de Deus que ingressou no PTB em 2007 trocando para o PSD logo após sua posse como deputado federal em 2011. Os demais candidatos se mantiveram fiéis a um único partido ao longo de mais de 15 anos (04) e de 20 anos (11) de atuação política. A trajetória das mulheres difere um pouco se comparada com os homens em relação à filiação partidária: duas delas mudaram de partido ao longo da carreira dos mais de 20 anos de militância partidária, somente Manuela D'Ávila não trocou de partido em curta, porém muito bem sucedida, carreira política.

Destaque também para a militância dos candidatos homens. Apenas um candidato não teve sua biografia marcada pela militância: cinco deles atuaram em movimentos sindicais, classistas ou movimentos sociais; outros seis iniciaram a vida política na militância estudantil, nos

dois casos somam tais militâncias à atuação em partidos políticos; quatro tem a atuação centrada apenas na militância partidária, porém somam outros fatores como herança política familiar e profissão. Assim, torna-se interessante apresentar brevemente a trajetória de cada um dos candidatos.

Beto Albuquerque do PSB é advogado e natural de Passo Fundo, foi o segundo candidato mais votado para o cargo de deputado federal (200.476 votos), ficando atrás apenas de Manuela D'Ávila. Iniciou sua carreira política no movimento estudantil universitário em meados dos anos 1980. Em 1990 foi eleito deputado estadual, reelegendo-se em 1994. Em 1998 chegou à Câmara dos Deputados, sendo reeleito para mais três mandatos. Ao longo da carreira assumiu duas Secretarias de Governo do RS em mandatos do PT: Transportes (1999/2002) e Infraestrutura e Logística (2011/13). Além disso, tornou-se vice-líder do governo federal na Câmara dos Deputados em 2003/6 a convite do presidente Lula. Sua trajetória política tem sido fortemente ligada ao Partido dos Trabalhadores, em função das coligações partidárias e de sua destacada atuação como parlamentar¹⁰.

¹⁰ Fonte: Site da Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>).

O PT tem seis candidatos eleitos com votação acima de 100 mil votos. Quatro candidatos apontam o movimento estudantil como início de sua militância. Paulo Pimenta, natural de Santa Maria, jornalista, filiado ao PT desde 1985. Iniciou a militância estudantil ainda no ensino médio, chegando à vice-presidente da União Estadual de Estudantes do RS aos 22 anos. Foi eleito vereador por dois mandatos (1989/96), deputado estadual em 1998 e vice-prefeito de Santa Maria de 1999 a 2000. Em 2003 assume como deputado federal na Câmara de Deputados onde está cumprindo seu 3º mandato.

Henrique Fontana nasceu em Porto Alegre, médico e administrador de empresas, filiado ao PT desde 1984. Entrou para a política quando cursava a faculdade de medicina na UFRGS. Foi eleito vereador da capital em 1992, reeleito em 1996, licenciou-se para assumir a Secretário Municipal da Saúde da capital, na gestão de Raul Pont. Elegeu-se deputado federal em 1998 e foi reconduzido ao cargo em 2002, 2006 e 2010. Em 2005 e

2006 ocupou o posto de líder do PT na Câmara de Deputados e em 2008 e 2009 foi o Líder do governo Lula¹¹.

Gilberto José Spier Vargas, conhecido como Pepe Vargas, construiu sua carreira política na Cidade de Caxias do Sul onde cursou medicina na UCS, mas é natural de Nova Petrópolis. Filiou-se ao PT em 1981. Iniciou sua militância política no movimento estudantil, já como médico atuou na área de saúde do trabalhador e em sindicatos. Em 1989 foi eleito vereador,

¹¹ Site da Câmara de Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>) e Site dos Parlamentares do PT http://www.informes.org.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=171:henrique-fontana-rs&catid=48:parlamentares&Itemid=117.

¹² Marco Maia já havia exercido a Presidência da Casa Parlamentar ao assumir a presidência em dezembro de 2010, com a renúncia do deputado Michel Temer.

tornando-se deputado estadual em 1995. No ano de 1996 foi eleito prefeito de Caxias do Sul, sendo reeleito para um segundo mandato. Assumiu a cadeira de deputado federal em 2007, reeleito por mais um mandato.

Fechando a lista dos candidatos do PT que iniciaram a militância política no movimento estudantil encontra-se Ronaldo Zülke que nasceu em Santa Rosa, mas construiu sua vida política em São Leopoldo. Zülke é professor, filiado ao PT desde a criação do partido em 1980. Atuou no movimento estudantil e sindical, sendo eleito vereador de São Leopoldo em 1989. No ano de 1999, elegeu-se deputado

estadual, cargo para o qual recebeu mais dois mandatos. Em 2010, elegeu-se Deputado Federal.

O Partido dos Trabalhadores ainda tem mais dois candidatos que alcançaram mais de 100 mil votos, mas que iniciaram a militância política longe dos bancos escolares. Marco Maia iniciou sua atuação política no movimento sindical metalúrgico, desde jovem filiado ao PT (1985). O candidato é natural de Canoas, é metalúrgico, torneiro mecânico e industriário, tendo sido dirigente do sindicato de Canoas, da federação estadual e da confederação nacional da categoria, além da CUT-RS. Assumiu o mandato de deputado federal em 2005, quando era suplente, e reelegeu-se em 2006 e 2010. Atualmente é Presidente da Câmara de Deputados¹².

Dionilso Marcon iniciou a militância política no sindicato rural, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento de assentados e Pastoral da Juventude. Entre os seis candidatos do PT, Marcon tem o menor tempo de filiação (1995). Nasceu em Rondinha, município berço das primeiras vitórias do MST. Viveu acampado por quatro anos e meio, tendo sido assentado em 1994, em Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre. Em 1999 foi eleito deputado estadual, sendo reconduzido ao cargo mais duas vezes. Nas eleições de 2010 disputou o cargo de deputado federal sendo eleito com significativa votação.

O PDT está representado com Giovani Cherini, natural de Soledade, tecnólogo em cooperativismo, filiado ao PDT desde 1988. Foi eleito em 2010 para o primeiro mandato na Câmara de Deputados. Porém, não é novato no campo político eleitoral, já possuía três mandatos como deputado estadual. Sua atuação como parlamentar está vinculada a militância junto a cooperativados e a atuação em defesa das Cooperativas.

O PMDB tem três candidatos entre os campeões de votos. Mendes Ribeiro Filho é porto-alegrense, advogado, filiado ao PMDB desde 1985. Seguiu os passos de seu pai, o também advogado, radialista e político Mendes Ribeiro¹³. Líder estudantil que ingressou na vida pública em 1974 como militante do MDB¹⁴. Porém, foi eleito vereador em Porto Alegre pelo PDS em 1983. No ano de 1985 filiou-se ao PMDB, partido pelo qual foi eleito deputado estadual, permanecendo no cargo por dois mandatos (1987/95). Assumiu o cargo de deputado federal em 1995, sendo reeleito para mais quatro mandatos. Em 2011, assumiu como Líder do Governo no Congresso e exerce o cargo de Ministro da Agricultura no Governo Dilma Rousseff¹⁵.

¹³ Jorge Alberto Beck Mendes Ribeiro foi vereador em Porto Alegre, em 1963 e 1964; deputado estadual em 1962 e 1963 e deputado federal em duas legislaturas, em 1987-1991 e 1991-1995.

¹⁴ O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) era o partido de oposição a ARENA, partido de apoio ao Regime Militar, durante a vigência do bipartidarismo. Com a abertura política o PMDB é um dos partidos que nasce da fragmentação do MDB.

¹⁵ Site da Câmara de Deputados e site pessoal <http://www.mendesribeirofilho.com>.

Os dois outros candidatos do PMDB têm trajetória bastante similar. Osmar Terra nasceu em Porto Alegre, é médico, filiado ao PMDB desde 1986. Iniciou sua carreira política eleitoral como Prefeito de Santa Rosa (1993/6). Assumiu como suplente na Câmara de Deputados em 2001 (mandato 1999/2003) e em 2005 (mandato 2003/7). Foi eleito deputado federal em 2006 e reeleito em 2010. Por vários momentos durante seus mandatos licenciou-se do cargo para exercer o cargo de Secretário de Estado da Saúde do RS. Darcísio Perondi é natural de Ijuí, também é médico. Filiou-se ao PMDB em 1993 e um ano depois foi eleito deputado federal. Foi reeleito para o mesmo cargo mais quatro vezes, incluindo

¹⁶ Site da Câmara de Deputados

¹⁷ O PP (Partido Progressista) tem uma longa lista de mudanças de nome: no fim do sistema bipartidário vigente no Regime Militar a ARENA, partido de apoio ao regime, torna-se PDS (Partido Democrático Social) em 1980; passa a PPR (Partido Progressista Reformador) em 1993, PPB (Partido Progressista Brasileiro) em 1995 e, finalmente PP em 2003. Durante todo o período mantém sua base nos setores conservados do agronegócio ou produtores rurais.

as eleições 2010. Nos dois casos a militância é restrita a atuação partidária e o capital político parece ser resultante da atuação profissional na área da saúde¹⁶.

O PP possui quatro candidatos entre os 16 mais votados. Luis Carlos Heinze é engenheiro agrônomo e produtor rural, natural de Candelária, filiado ao PP desde 1992¹⁷. O início de sua carreira política ocorre em São Borja. A carreira está vinculada a atividade profissional que exerce de planejamento e assistência técnica aos produtores rurais. Sua militância na defesa dos interesses dos produtores rurais e de suas entidades de classe levou ao primeiro cargo: prefeito de São Borja em 1992. Foi eleito deputado federal em 1998 e reeleito para mais três mandatos.

Vilson Covatti é advogado, natural de Palmitinho, filiado ao PP desde 1982. Em sua biografia não consta militância fora dos quadros partidários, onde possui longa carreira política: vereador em Frederico Westphalen (1982/6); deputado estadual por três mandatos (1999/2007); deputado federal eleito em 2006 e reeleito em 2010. Sua força política na região possibilitou a entrada para o campo político eleitoral de sua esposa Silvana

Covatti (PP) que concorreu à reeleição ao cargo de deputada estadual em 2010, tendo sido a candidata mais votada entre os 55 eleitos.

José Otávio Germano nasceu em Porto Alegre, advogado e professor universitário, filiado ao PP desde 1980. Herdeiro político de seu pai, Otávio Germano¹⁸, iniciou jovem sua bem sucedida carreira: vereador em Cachoeira do Sul (1989/90); deputado estadual por dois mandatos (1991/99); deputado federal a partir de 2003, reeleito por mais dois mandatos. Durante este período por dois momentos exerceu a Secretaria da Justiça e Segurança do RS.

¹⁸ Otávio Germano iniciou a carreira política no PDS (atual PP) como vereador em Porto Alegre em 1954, permanecendo por mais dois mandatos; três mandatos de deputado estadual; vice-governador do RS durante o governo de José Augusto Amaral de Souza (1979/83); deputado federal eleito em 1982.

Renato Molling nasceu em Dois Irmãos, é professor, administrador, industriário, auxiliar de escritório e assessor político, está filiado ao PP desde 1993. Filho de pequenos agricultores, seminarista, formou-se em Filosofia. Sua atuação está ligada a defesa dos setores calçadista e moveleiro. Também não é novo na política: foi prefeito de Sapiranga por dois mandatos (1997-2004); eleito deputado federal em 2006, reeleito em 2010.

O último dos 16 candidatos trata-se de um *outsider*. Danrlei de Deus Hinterholz (PSD), nasceu em Crissiumal, apesar do pouco tempo de filiação já trocou de partido: filiou-se ao PTB em 2007 e em 2011 foi um dos fundadores do novo partido político – PSD – no estado do RS. Possui ampla popularidade obtida no futebol, foi por uma década goleiro do Grêmio (1993-2004) e um dos ídolos da torcida tricolor.

O segundo recurso fundamental numa campanha eleitoral - dinheiro – é um ponto nevrálgico a todos os candidatos, especialmente no caso daqueles que disputam cargos para o Poder Legislativo. De acordo com a legislação eleitoral brasileira, os próprios candidatos são os responsáveis pela arrecadação de recursos para suas campanhas, bem como pela prestação de contas desses gastos ao Judiciário. Àqueles que já são detentores de mandatos, caso da maioria dos candidato/as da amostra em análise, tem mais chances de conseguir apoiadores, enquanto que os novatos enfrentam um desafio a mais que é encontrar financiadores de campanha.

Em relação à variável financiamento de campanha, alguns dados são reveladores: as três candidatas com votação acima de 100 mil votos foram também aquelas com maior despesa de campanha, o que sugere a relação entre recursos financeiros e votos. Entretanto, esta relação não parece ser uma equação tão simples quando olhamos os dados com mais ênfase. As duas candidatas eleitas foram aquelas que mais arrecadaram

¹⁹ Emília Fernandes (PT) foi a quarta candidata mais votada com 49.413 votos. Não foi eleita, apesar da alta arrecadação (R\$ 752.888,10). O valor unitário de seu voto foi elevado - R\$ 15,23 - em comparação às candidatas que ultrapassaram 100 mil votos.

e conseqüentemente que mais gastaram. Porém, alta despesa de campanha não necessariamente resulta em alta votação, o inverso também é verdadeiro: Luciana Genro gastou 25% da despesa da segunda colocada, entretanto sua diferença de votos foi pequena (menos de 14 mil votos)¹⁹.

Tabela 4: Votação Final X Despesas de Campanha = Valor Unitário do Voto – Candidato/as a Deputado Federal/RS com mais de 100 mil Votos

Candidato/as	Total de Votos	Total de Despesas (R\$)	Valor por voto (R\$)
Manuela D'Avila (PCdoB)	482.590	1.048.275,55	2,17
Beto Albuquerque (PSB)	200.476	1.454.060,04	7,25
Luis Carlos Heinze (PP)	180.403	1.557.728,41	8,63
Darlei de Deus (PTB)	173.787	196.049,43	1,12
Paulo Roberto Pimenta (PT)	153.072	1.061.169,55	6,93
Maria do Rosário (PT)	143.128	861.941,32	6,02
Henrique Fontana (PT)	131.510	1.274.952,04	9,69
Osmar Terra (PMDB)	130.669	674.609,20	5,16
Luciana Genro (PSOL)	129.501	230.354,01	1,77
Vilson Covatti (PP)	125.051	774.258,47	6,19
Marco Maia (PT)	122.134	1.479.549,50	12,11
Pepe Vargas (PT)	120.707	500.513,68	4,14
Darcísio Perondi (PMDB)	112.214	989.289,00	8,81
Giovani Cherini (PDT)	111.373	835.160,74	7,49
José Otávio Germano (PP)	110.788	2.467.807,76	22,27
Mendes Ribeiro Filho (PMDB)	109.775	1.050.725,20	9,57
Renato Molling (PP)	104.175	1.164.139,11	11,17
Dionilso Marcon (PT)	100.553	282.487,45	2,80
Ronaldo Zulke (PT)	100.082	1.359.285,14	13,58

Fonte: TSE (www.tse.gov.br)

Considerando os dados referidos, constata-se que as duas candidatas eleitas tiveram um gasto por voto bastante distinto. Manuela D'Ávila foi a maior arrecadadora e com isso teve a campanha mais cara, porém sua expressiva votação baixou o custo do voto individual (R\$ 2,17), ficando atrás apenas de Luciana Genro que gastou menos de R\$ 2,00 por voto. Maria do Rosário foi a segunda mais votada e a segunda em despesas de campanha, apesar de sua significativa votação o valor unitário de seu voto não foi baixo (R\$ 6,02). Assim, os recursos financeiros são importantes para uma campanha bem sucedida, mas não parecem suficientes para a eleição, o capital político e a visibilidade que ele produz parecem potencializar suas chances de vitória: a terceira candidata mais votada, Luciana Genro, que fez mais de 100 mil votos, tem despesas significativas de campanha, mas muito aquém das duas candidatas eleitas. No caso dessas três candidatas é possível supor que o capital político acumulado em mandatos anteriores, particularmente como deputadas federais, somado a presença em campanhas bem construídas na disputa eleitoral à Prefeitura de Porto Alegre, possibilitou maior visibilidade e facilidade na arrecadação de recursos financeiros, tornando-se fatores significativos para o sucesso na votação. A seguir estabeleceremos o comparativo com o grupo dos homens.

Os homens arrecadaram e gastaram muito mais verba durante suas campanhas do que as mulheres. A maioria (9) deles ultrapassou a faixa de R\$ 1 milhão de reais, sendo que o candidato José Otávio Germano gastou mais de R\$ 2 milhões de reais. Além desta faixa, identifica-se outros dois intervalos de gastos: entre R\$ 500 mil até R\$ 1 milhão, e abaixo de R\$ 500 mil. Nesta faixa encontram-se apenas dois nomes e na intermediária estão cinco candidatos. Sendo assim podemos afirmar que a maioria deste grupo de candidatos teve mais de R\$ 500 mil reais para gastar na sua campanha. O que a primeira vista poderia sugerir uma direta relação entre maior arrecadação à maior votação não se configura quando analisamos o gasto unitário por voto, como veremos a seguir.

Os dados apresentados na última coluna da tabela demonstram o valor unitário do voto do grupo masculino. Percebe-se que, em geral, este grupo teve um voto bem mais caro do que as mulheres, cujo extremo atingiu R\$ 6,00, enquanto que entre os homens o mais caro chegou a R\$ 22,27. Ou seja, uma proporção três vezes mais cara entre o valor do voto masculino e do feminino. Mesmo entre os homens encontramos uma grande variação de valores: oscilando quase 20 vezes entre o máximo e o mínimo. Frente ao conjunto de candidatos masculinos chama a atenção os baixos valores do voto de Danrlei (PTB)²⁰ de R\$1,12 e de Marcon (PT) de R\$2,80. Foram os candidatos que menos arrecadaram e que tiveram um baixo custo por voto, mas obtiveram um bom desempenho nas urnas,

²⁰ O deputado Danrlei elegeu-se pelo PTB e foi dos primeiros gaúchos a migrar para o novo partido PSD fundado em 2011.

²¹ A propaganda eleitoral dos deputados federais ocorreu nos seguintes dias: agosto – 18, 20, 23, 25, 27, 30 e setembro – 01, 03, 06, 08, 10, 13, 15, 17, 20, 22, 24, 27, 29.

²² Inserções das candidatas à Câmara dos Deputados/RS no HGPE: do total de 38 candidatas presentes no HGPE, 21 candidatas (60%) aparecem até 5 vezes; 05 candidatas (14,3%) aparecem até 10 vezes; 02 candidatas (5,7%), aparecem até 15 vezes e 07 candidatas (20%) aparecem até 20 vezes.

propaganda eleitoral. Os candidatos tiveram a possibilidade de até 19 inserções no HGPE dedicado ao Legislativo Federal²¹. Do total de 63 candidatas mulheres apenas 38 tiveram acesso ao horário eleitoral²². Das sete candidatas que mais aparecem no HGPE (entre 16 e 20 inserções) encontram-se as 03 candidatas que alcançaram mais de 100 mil votos.

sendo que Danrlei ficou com a terceira maior votação. Como já foi visto na sua trajetória, mesmo sendo um estreante na política, seu sucesso eleitoral está diretamente relacionado ao seu passado de jogador de futebol. A visibilidade adquirida neste período ajudou-o na conquista dos votos, colaborando para que a relação custo x benefício fosse baixa. À exemplo do que constatamos para as mulheres, o mesmo é válido para o grupo masculino: dispor de verba para realizar uma campanha não é suficiente para uma eleição bem sucedida.

O terceiro recurso que contribui para o sucesso de uma campanha eleitoral é a visibilidade. Um dos espaços de visibilidade dos candidatos é o horário gratuito de

Tabela 5. Votação Final X N° Inserções e Tempo no HGPE – Candidato/as a Deputado Federal/RS com mais de 100 mil votos

Candidatas	Total de Votos	N° Inserções e Tempo no HGPE
Manuela D’Avila (PCdoB) – E	482.590	19 (6m25s)
Beto Albuquerque (PSB)	200.476	17 (5m30s)
Luis Carlos Heinze (PP)	180.403	03 (1m24s)
Darlei de Deus (PTB)	173.787	11 (1m51s)
Paulo Roberto Pimenta (PT)	153.072	17 (1m15s)
Maria do Rosário (PT) – E	143.128	20 (2m37s)
Henrique Fontana (PT)	131.510	17 (1m20s)
Osmar Terra (PMDB)	130.669	09 (3m)
Luciana Genro (PSOL) – NE	129.501	17 (7m20s)
Vilson Covatti (PP)	125.051	03 (1m36s)
Marco Maia (PT)	122.134	17 (1m11s)
Pepe Vargas (PT)	120.707	17 (1m19s)
Darcísio Perondi (PMDB)	112.214	11 (3m40s)
Giovani Cherini (PDT)	111.373	10 (1m32s)
José Otávio Germano (PP)	110.788	04 (2m08s)
Mendes Ribeiro Filho (PMDB)	109.775	10 (3m38s)
Renato Molling (PP)	104.175	02 (56s)
Dionilso Marcon (PT)	100.553	17 (1m12s)
Ronaldo Zulke (PT)	100.082	17 (1m21s)

Fonte: TSE (www.tse.gov.br) e HGPE

O primeiro dado que se destaca é que as candidatas lideram o número de inserções no HPGE. Embora a candidata Maria do Rosário (PT) ultrapasse o número de inserções para candidatos à deputação federal, o tempo de exposição é significativamente menor do que o tempo disponibilizado para as duas outras candidatas por seus partidos: Manuela D’Avila (PCdoB) e Luciana Genro (PSOL), o que sugere a importância destas duas candidaturas para os respectivos partidos políticos.

Entre os candidatos homens, mais de 50% tiveram 17 inserções no HGPE. Porém esse número não corresponde a maior tempo de exposição, nem a maior número de votos.

Interessante realçar o número de inserções e o tempo de três candidatos: Beto Albuquerque (PSB), Manuela D’Avila (PCdoB) e Luciana Genro (PSOL) não pertencem aos partidos dominantes em termos de votação no RS. Representam partidos pequenos que centram muito da propaganda eleitoral gratuita em alguns candidatos “puxadores de voto” que possibilitam inclusive a entrada de outros candidatos da sigla, ou não. Destaque para os candidatos do PT que recebem um tempo similar do partido, diferente de Maria do Rosário, dando a entender que às candidaturas femininas é disponibilizado um tempo maior no HGPE²³. Apesar de ter somente dois candidatos entre os 16

²³ Dentre as seis candidatas mais votadas (acima de 10 mil votos) três são do PT: Emília Fernandes (49.413 votos) teve 18 inserções e tempo de 1m59s; Dra Suzana (20.025 votos) teve 20 inserções distribuídas em 2m10s). Os dados demonstram a busca de equilíbrio na distribuição do tempo no PT.

mais votados, o PMDB distribuiu de forma homogênea o tempo entre ambos. Já o PP não parece ter a preocupação em equilibrar o tempo de exposição de seus candidatos.

Os dados não permitem afirmar que a maior presença no HGPE equivale a uma maior votação, da mesma forma como constatado em relação a arrecadação de recursos. No caso das três candidatas que alcançaram acima de 100 mil votos é possível supor que o capital político acumulado em mandatos anteriores, particularmente como deputadas federais, somado a presença em campanhas bem construídas na disputa eleitoral à Prefeitura de Porto Alegre possibilitou maior visibilidade e facilidade na arrecadação de recursos financeiros, tornando-se fatores significativos para o sucesso na votação. O mesmo pode ser dito em relação aos candidatos do sexo masculino. O capital político, fruto de longas carreiras políticas, parece mais determinante para o sucesso (com exceção do *outsider*).

NOTAS CONCLUSIVAS

É consenso afirmar que, apesar da ampliação da participação feminina nas várias esferas da sociedade, o campo da política ainda é

um reduto predominantemente masculino, no qual as mulheres têm uma tímida presença. Este fenômeno não se restringe só ao Brasil, visto que, também, é identificado em outros países da América Latina - isso para ficarmos em nosso continente. Os dados apresentados demonstram que a presença das mulheres nas instâncias decisórias tem avançado muito lentamente, mesmo tendo sido adotadas medidas com a finalidade de reverter essa situação tão desproporcional. A política de cotas introduzida no Brasil desde 1995 por si só não tem sido suficiente para solucionar a histórica desigualdade de poder entre homens e mulheres e não tem conseguido reverter – sozinha - a estrutura arcaica e excludente.

O resultado das eleições gerais de 2010 no Rio Grande do Sul mostrou que as mulheres continuam com as mesmas dificuldades de se elegerem para os cargos legislativos, apesar da lei de cotas. Passados 15 anos desde sua adoção, a grande maioria dos partidos não consegue cumprir a cota mínima dos 30% e nem as alterações introduzidas pela nova lei. Isto faz com que as mulheres enfrentem um conjunto maior de dificuldades quando se lançam à corrida eleitoral.

Outro ponto a ser observado diz respeito àqueles/as que conseguem se eleger. A pouca renovação é uma marca tanto para os eleitos quanto para as eleitas no grupo de 19 candidatos analisados. Ambos os gêneros são oriundos de carreiras políticas muito tradicionais que, na maioria das vezes, começaram na esfera local – vereança ou prefeitura – e possuem uma longa trajetória de militância (sindical ou estudantil ou partidária). Portanto, os homens e mulheres que se elegem com expressiva votação são profissionais da política, com carreiras bem estruturadas e experiências anteriores. Esta condição é tão importante que parece ser mais definidora da vitória do que o montante dos recursos financeiros e a visibilidade no HGPE, durante o período de campanha eleitoral. Entre os 19 postulantes analisados, apenas um foge a este perfil e pode ser considerado *outsider*, figura com popularidade momentânea e com origem fora do campo da política.

Os dados corroboram nossas hipóteses, pois as candidaturas vitoriosas não apresentam distinções significativas em função do gênero. Além disso, as candidatas à deputação federal que alcançaram expressiva votação (mais de 100 mil votos) possuem capital político que aproxima sua carreira das carreiras masculinas.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, M.L. Mulheres Brasileiras em Tempos de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 4, p. 895-940, 2008.

ALVES, B. M.. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, José E.; PINTO, Céli; JORDÃO, Fátima. *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/SPM, 2012.

ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 9, nº 1, p 231- 252, 2001.

_____. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, 24, jun., pp. 193-215, 2005.

_____. Gênero, poder e política: rupturas e diálogos com a representação institucional. In: *Saberes e fazeres de gênero - entre o local e o global*. UFSC: Florianópolis, p. 207-223, 2006.

_____. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, pp. 23-59, julho-dezembro/2009^a.

_____. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil, In: *Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais – CIEC*, Rio de Janeiro, 2009.

AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer., 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Site <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em 12 abr. 2011.

CLIC RBS. Site www.clicrbs.com.br/especial/rs/eleicoes. Acesso em 10 abr. 2011.

CLIC RBS. Site <http://wp.clicrbs.com.br/livramento/2010/10/03/emilia-fernandes-e-a-deputada-federal-mais-votada-em-livramento/>. Acesso 12 mar de 2011.

HORÁRIO GRATUITO DE PROPAGANDA ELEITORAL (HGPE). Propaganda veiculada na televisão no período de 17 de agosto a 30 de setembro no horário noturno, gravada e degravada.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (org.) *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Edit. UnB, 2001.

_____. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation. In: FRASER, N. HONNETH, A. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso, 2003.

GODINHO, T. (org.). *Mulher e política – gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

HIRATA, H. et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *RBCS*, Vol. 15 n. 44, p. 91-102, outubro/2000.

_____. 2001. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 1, p. 253-267, 2001.

MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(3), p. 653-679, setembro-dezembro, 2010.

NICOLAU, J. Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil. In: SOARES, G. A. D. e RENNÓ, L. (orgs.). *Reforma Política – lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

_____. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, J. e POWER, T. (orgs.). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun., 2010.

PINTO, C. e MORITZ, M. L. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 61-87, julho-dezembro, 2009.

TABAK, F. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TELLES, M. A. A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RS (TRE/RS). Site <http://www.tre.gov.br>. Acesso em 12 mar. 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Site <http://www.tse.gov.br>. Acesso em 15 mar. 2011.

TOSCANO, M. e GOLDENBERG, M. *A revolução das mulheres – um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

ANEXOS

Anexo 1: Distribuição Idade x Gênero

Faixa Etária	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
25 a 34 anos	0	-	1	33,3%
35 a 44 anos	2	12,5%	2	66,7%
45 a 59 anos	11	68,8%	-	-
60 a 69 anos	3	18,7%	-	-
Total	16	100%	3	100%

Fonte: Site Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>)

Anexo 2: Distribuição Escolaridade x Gênero

Escolaridade	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
Ens. Fundamental Incompleto	1	6,2%	-	-
Ens. Médio Incompleto	1	6,2%	-	-
Ens. Superior Incompleto	1	6,2%	1	33,3%
Ens. Superior Completo	13	81,4%	2	66,7%
Total	16	100%	3	100%

Fonte: Site Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>)

Anexo 3: Distribuição Profissão x Gênero

Profissão	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
Advogado(a)	4	25%	0	-
Médico(a)	4	25%	0	-
Professor(a)	3	18,7%	2	66,7%
Profissionais liberais	3	18,7%	1	33,3%
Outras profissões	2	12,6%	0	-
Total	16	100%	3	100%

Fonte: Site Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>)

Mulheres no Poder: entre os espaços privados de convivência e a arena pública e política

Mujeres en el Poder: entre los espacios privados de convivencia y la arena pública y política

Women in Power: between the private spaces of contact and the public and political arena

Nilson Almeida de Sousa Filho
Maria Luzia Miranda Álvares

Resumo: neste artigo, são evidenciados aspectos sobre empoderamento, participação, competição e representação feminina nas eleições municipais de 2008, no Estado do Pará. Nesta intenção, foram extraídas informações coletadas durante a pesquisa “Mulheres na Política: histórias de percursos e de práticas(2010-2012)”. Para as análises e conclusões, considerou-se a teoria democrática contemporânea relativamente às questões de espaço social e de gênero, na arena política.

Palavras-chave: mulheres, política, empoderamento, práticas, gênero.

Resumen: en este artículo, se evidencian aspectos sobre empoderamiento, participación, competición y representación femenina en las elecciones municipales de 2008 en el Estado de Pará. En este sentido, las informaciones fueron extraídas de la recogida de datos durante la investigación “Mujeres en la Política: historias de recorridos y de prácticas (2010-2012)”. Para los análisis y conclusiones, se consideró la teoría democrática contemporánea referente a las cuestiones de espacio social y de género, en la arena política.

Palabras clave: mujeres, política, empoderamiento, prácticas, género.

Abstract: this paper describes aspects regarding empowerment, participation, competition and female representation at the 2008 municipal elections held in the State of Pará, Northern Brazil. The study resorts to the research carried out by the author from 2010 to 2012 called “Women in politics: histories of trajectories and practices” for data. The contemporary democratic theory concerning the issues of social space and gender in the political arena grounded the analyses performed and the conclusions reached at.

Keywords: women, politics, empowerment, practices, gender.

Nilson Almeida de Sousa Filho é graduando do Curso de Ciências Sociais (UFPA) e bolsista de iniciação científica (GEPEM/FCS/UFPA). Tem experiência na área de Ciência Política com estudos sobre recrutamento e seleção de candidaturas femininas e comportamento político.

E-mail: nilson.sousa.filho@hotmail.com

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA), graduada em Ciências Sociais (UFPA), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e Doutorado em Ciência Política/IUPERJ, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É Coordenadora Regional do OBSERVE e do GEPEM/UFPA. **E-mail:** luzia@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A inclusão de mulheres no sistema político-partidário é pauta de discussões em nível mundial. Concernente à representatividade política feminina, é fácil identificar a ausência significativa deste gênero nas cadeiras de cargos proporcionais e mais acentuadamente em cargos majoritários. Tal processo acontece, dentre muitos outros fatores, devido a este gênero não apresentar um padrão de elegibilidade tradicional, pois existem critérios específicos e subjetivos para a escolha de aspirantes aos cargos eletivos, e isso depende de regras que determinam o padrão de concorrentes para garantir a lógica do mercado (ÁLVARES, 2004). A representação política está associada, predominantemente, à figura masculina, e quando relacionada à mulher as atitudes são tidas como diferenciadas pelos seus parceiros e, assim, alheias ao âmbito da política formal. Estas evidências foram acumuladas desde tempos pretéritos, quando as mulheres eram mantidas como mão de obra barata devido à sua desqualificação para o mercado de trabalho. Ou então elas assumiam trabalho não remunerado no lar como um sintoma da sua “natureza feminina”, depreciando seus valores em áreas de atividades qualificadas e criando uma visão diferenciada de si como sujeitos históricos capazes de mudanças (COSTA, 1998).

Pippa Norris (1993), Luzia Álvares (2004) e Clara Araújo (2005), entre outras teóricas, têm trabalhado a questão do processo de recrutamento partidário na perspectiva de gênero, evidenciando a desigualdade no processo seletivo para cargos majoritários e proporcionais entre homens e mulheres.

Neste trabalho, o foco principal é estabelecer conexão entre gênero e poder, extraindo-se os antecedentes sociais das mulheres paraenses eleitas no pleito eleitoral de 2008 (vereadoras e prefeitas), mediante dados da pesquisa “Mulheres na Política: histórias de percursos e de práticas(2010-2012)”. Com base em tais informações, analisou-se o processo de filtragem tradicional (que determina quem é elegível para determinado cargo público) e sua ruptura nas que foram sufragadas

possibilitando-lhes acesso ao espaço de representação feminina no âmbito parlamentar e/ou majoritário, seja pelo oferecimento do nome, seja pelo convite de lideranças partidárias para compor a lista de candidaturas.

Por meio da metodologia da história de vida desses atores sociais, podem ser identificados aspectos poucos conhecidos das eleitas, mas que se configuram como elementos de sedução para o eleitorado. E, desse modo, se perceber e avaliar em que nível de sua trajetória pessoal se estabeleceu os vínculos e motivações para a competição eleitoral.

Como pressupostos, considerou-se que as mulheres paraenses eleitas (2008) aos cargos parlamentares e majoritários não dependem apenas do seu status em movimentos sociais e de mulheres, mas exploram/cultivam antecedentes sociais próprios com base numa trajetória em três áreas: familiar, política e profissional.

Assim, intencionou-se discutir a questão feminina no âmbito político, com ênfase na própria formulação teórica do sistema democrático associando-o aos estudos de gênero. Nesse escopo, tem-se uma visão mais ampla da dificuldade de inserção das mulheres nos espaços de decisão política, porém, estes tendem a esclarecer também os mecanismos utilizados por elas (consciente ou inconscientemente) para transpor as barreiras encontradas nesse âmbito. Nessa medida, privilegiou-se um campo de extrema complexidade, o que causa maior interesse aos que se dispõem a estudar a política.

1. Teoria Democrática Contemporânea: participação e competição

Em “Participação e Teoria Democrática” (1992), Carole Pateman registra o enfoque de vários autores na formulação teórica da democracia, tanto na chamada democracia clássica¹ quanto na contemporânea, considerando vários aspectos. Porém, serão tratados

¹ Pateman não se sente muito à vontade de usar esse termo. Ela defende que a participação foi encarada de maneiras diferentes pelos autores clássicos. Porém, Schumpeter foi o teórico que “dissimulou o fato de que nem todos os teóricos “clássicos” da democracia adotaram o mesmo ponto de vista a propósito do papel da participação... Devido à existência dessa diferença, não faz sentido falar de uma teoria “clássica” da democracia” (p. 33).

aqui com maior ênfase dois principais, quais sejam: a participação e a competição política, nos quais se encontra a principal discordância entre os “clássicos” e os contemporâneos. Segundo Pateman, a teoria democrática contemporânea é alicerçada nos seguintes argumentos “... um método político ou uma série de arranjos institucionais em nível nacional. O elemento democrático característico do método é a competição entre os líderes (elite) pelos votos do povo, em eleições periódicas livres” (p.25).

1.1. Participação

O momento da *eleição* é importantíssimo na democracia, exatamente nesse processo se configura a prática do *voto*, ou seja, é nessa ocasião

² É indiscutível que o voto é influência crucial aos que se dispõem a concorrer a qualquer cargo eletivo, e Rousseau (teórico clássico) salientou esse ponto argumentando que as condições econômicas devem ser consideradas nesse processo. Para que o voto seja “forte”, ou seja, para que o voto influencie sem ser influenciado, Rousseau aponta a necessidade de “nenhum cidadão [ser] fosse rico o bastante para comprar o outro e em que nenhum [seja] fosse tão pobre que tivesse que se vender”. Cf. Pateman (p. 36).

³ Schumpeter discorda desse tipo de participação, mesmo esta sendo socialmente aceita. Para ele isto é contra o próprio espírito democrático, por serem tentativas de controle. A única maneira de controlar seria por meio do voto.

⁴ Cf. Pateman, p. 25.

que é estabelecida a *participação*. Na teoria democrática contemporânea, participação e controle são travestidos de voto². O controle reside na possibilidade de os líderes eleitos serem julgados novamente nos próximos pleitos, obrigando que suas atividades estejam pautadas no interesse dos que votam. É nesse ponto que a democracia atinge seu objetivo: proteger os indivíduos das atitudes errôneas dos mandatários (afastando o totalitarismo). Observa-se também a existência de grupos que pressionam os líderes durante o mandato, sem aguardar as próximas eleições³.

O ato de votar é a característica, em tese, que configura a “igualdade política” na democracia e o sufrágio universal promove as pessoas ao acessarem com similitude os canais de influência dos líderes. A participação aqui é a “... escolha daqueles que tomam as decisões⁴”. Mas a participação não se limita apenas a essa abordagem, e Pateman vai evidenciar os pilares

sustentadores do sistema visando mostrar quais elementos a democracia precisa para permanecer estável. A questão fundamental está na participação a qual não deve crescer acima do mínimo requerido para manter esse arranjo funcionando. Isso é justificado pelo fato de serem atribuídas aos inativos políticos, ou os chamados apáticos, atitudes distanciadas da democracia. Esta conclusão pode ser relacionada à Eckstein (apud Pateman, 1992 p.22), ao afirmar que as pessoas não estão ligeiramente ligadas a aspectos ditos democráticos dentro de padrões de autoridade inseridos nas relações sociais não-governamentais como a família, a escola, as organizações econômicas e etc. – os quais moldam suas personalidades. Nessa perspectiva, quando tais pessoas saírem da esfera privada e se colocarem em relações de poder na esfera pública, os comportamentos políticos serão pautados em atitudes mais intensamente ligadas com sua vida. Há uma inter-relação considerável presente nestes âmbitos. O governo é afetado pelas experiências vividas em outras esferas da vida das pessoas pela vivência e o cotidiano das mesmas, por isso é intenso⁵. Fica, assim, evidenciada a precisão de estabelecer limites à participação. Mas Eckstein vai além. Para ele, a própria democracia necessita de determinado ajuste de seus padrões governamentais aos (padrões) de autoridade não-governamentais encontrados nas relações sociais de âmbitos diferentes para se manter estabilizada.

Além disso, somar pessoas em participação gera necessariamente uma complicação para atingir o consenso - outro fator crucial no que tange à estabilidade democrática. Isto ocorre pelo fato de haver, nessa nova parcela de participantes, os politicamente inativos, aqui interpretados de outra maneira. Segundo Dahl (1956) estes ociosos politicamente não conhecem as normas da arena política e nesse sentido comprometem sobremaneira as atividades democráticas, contribuindo para o declínio do sistema de uma forma geral. Sem “consenso”⁶, torna-se complicado deliberar sobre qualquer assunto que esteja em discussão. Fica evidente ser mais saudável uma

⁵ Joan Scott abrange discussão sobre essa interação – na perspectiva do gênero – trabalharemos a seguir.

⁶ Giovanni Sartori discute a categoria consenso, ver “Partidos e sistemas partidários”, 1976).

parcela, em detrimento do todo, participar/definir/deliberar sobre assuntos referentes ao bem-estar da sociedade em teoria democrática contemporânea.

1.2. Competição

Se fosse possível estabelecer uma escala hierárquica entre participação e competição tratados na teoria contemporânea da democracia, a competição seria colocada num patamar mais elevado. Em vários momentos da discussão de Pateman, é nítida a relevância dada a este aspecto justamente por encontrar, nos trabalhos anteriores, a mesma relevância. Segundo ela, os teóricos da teoria democrática contemporânea viam que “...a natureza “democrática” reside em grande parte na forma dos “arranjos institucionais nacionais, especificamente na competição dos líderes (representantes potenciais) pelos votos...” (Cf. PATEMAN, 1992, p. 32). Ou seja, a participação é vista de forma secundária, sem deixar de ser importante dentro do processo.

Quando Pateman discorre em sua definição sobre a questão da competição e a coloca num grau de importância elevado, seus argumentos pautam-se nas obras de autores como Joseph Schumpeter (*Capitalismo, Socialismo e Democracia*, 1943) e Robert Dahl, (*Uma introdução à teoria democrática*, 1956), a serem tratados em seguida, apud Pateman.

Schumpeter apresenta seu método democrático como algo moderno. Segundo ele, sua teoria estava realmente à luz da realidade, e não como a teoria clássica baseada em “fundamentos empiristas irrealistas” (p. 13). Afirma que qualquer definição devia considerar a seguinte perspectiva: “A democracia é um *método político*, ou seja, trata-se de um determinado tipo de arranjo institucional para chegar a decisões políticas – legislativas ou administrativas” (1992, p. 12). Nesse sentido, a democracia é incapaz de ser um fim em si mesma. Com esta afirmação, ele prova que existem convicções e interesses, bem como benefícios, que os mais intensos democratas colocariam acima da democracia.

Pateman prestigia Schumpeter por considerá-lo chave indiscutível de influência para outros pensadores, suas ideias sobre teoria “clássica”

da democracia e suas revisões foram de alta relevância para o pensamento político e, mais especificamente, sobre a democracia. Competição, na teoria de Schumpeter, é ponto crucial na análise de Pateman e aspecto específico dele. Há uma comparação feita por esse autor a fim de elucidar o papel da competição: a disputa por votos assemelha-se ao sistema de mercado, nesse sentido, os eleitores estão próximos aos consumidores, os quais fazem as escolhas dos produtos, nesse caso entendida como as políticas oferecidas por políticos rivais.

No que diz respeito à participação do povo nesse processo, Schumpeter estabelece haver apenas duas maneiras, o voto e a discussão. Assim, não é satisfatória a ideia dos eleitores pressionarem seus representantes e exercer neles controle se não forem em momento oportuno - as eleições. Nas eleições, o controle ocorre por haver a possibilidade de substituição dos líderes. A participação nesse contexto fica um pouco de lado não possuindo um papel especial. Schumpeter estrutura seu pensamento defendendo que não há necessidade do sufrágio universal colocando a competição como papel central e principal característica do método político democrático. Conforme referido, Schumpeter considera democracia um método político, mas acrescenta ser o método em que “... os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva para o voto do povo” (Cf. PATEMAN, 1992 p. 25), sendo que, neste caso, qualquer pessoa é livre⁷ para competir pela liderança desde que esteja assegurada sua liberdade civil⁸.

A perspectiva de Dahl é situada nos processos eleitorais e nos momentos que antecedem esse acontecimento. Os argumentos aproximam-se das ideias de Schumpeter⁹. Segundo Pateman, os dois entendem o voto como principal mecanismo de controle dos não-líderes

⁷ Schumpeter pensou nessa liberdade primeiramente, mas acreditava na necessidade de uma classe política dominante para apresentar candidatos à liderança.

⁸ A liberdade civil somada à tolerância para opiniões de outros e um “certo grau de hábitos nacionais” são fatores necessários para operação do método democrático, segundo Schumpeter.

sobre os líderes e, além disso, elevam a competição em detrimento da participação concordando com o fato de não ser necessário à maximização da mesma. Dahl apresenta como hipótese que sempre haverá uma parcela menor da população aproveitando as oportunidades de tomadas de decisão, mesmo porque à maioria das pessoas não desperta interesse em discutir política.

A competição é entendida como fator ou elemento especificamente

⁹ Também há desencontros entre Dahl e Schumpeter. O primeiro considera que para haver operação do método democrático é preciso consenso sobre as normas e treinamento social, o qual depende de um mínimo de acordo a respeito da escolha e das normas políticas.

¹⁰ Sobre uma teoria participativa da democracia em Rousseau, John Stuart Mill e G.D.H. COLE, ver Pate-man, cap. II, p. 35.

democrático porque carrega consigo a disputa pelos votos da população que é o mecanismo de controle. É somente através dos votos, transferidos a qualquer pessoa que compete, os quais sofrem alterações de acordo com as tomadas de decisão dos votantes, que se estabelece uma relação fundamental na análise de Dahl entre competição, controle e voto. Voto repercutindo no controle, que por sua vez repercute na competição. Nesse sentido, Dahl argumenta haver uma vantagem no sistema democrático apresentado por ele chamado de Poliarquia – o governo das múltiplas minorias.

Essas minorias influenciam as decisões políticas e o conjunto do caráter político justamente pela relação apresentada acima.

2.A Perspectiva de Gênero de Joan Scott no Contexto Político

Avaliando-se os argumentos desses autores, percebe-se a importância dada à competição no que diz respeito ao método democrático contemporâneo, contrariando a concepção clássica de democracia, a qual tinha como fundamento a participação¹⁰. Porém, além desse processo em si objetivando-se alcançar os elementos e as consequências da competição no próprio resultado eleitoral, examina-se o sistema partidário inter-relacionado com a categoria gênero por entender que há uma interferência considerável destes na organização do sistema político brasileiro.

Para tal análise, foram privilegiadas as discussões de gênero apresentadas por Joan Scott (1986) em “Gênero: uma categoria útil para

análise histórica”, estudo no qual a autora delimita sua abordagem acerca do assunto, qual seja:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. [...] O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder¹¹.

Em outros termos, deve-se analisar e considerar que mudanças ocorridas nas relações sociais interferem de maneira capital nas representações políticas em vários sentidos, e mais: ao se fixar análises somente no âmbito familiar/privado, chega-se perto de conclusões frágeis acerca do processo, haja vista a relevância contida no conceito de gênero extensivo a aspectos do âmbito público. Scott (1986) interpreta o gênero como “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (p. 23). Sua crítica a alguns antropólogos reside na proposição destes em considerar como decisivo o sistema de parentesco na construção do gênero e não avaliarem o mercado de trabalho, a educação, ou sistema político como parte chave desse processo construtivo¹². Para justificar seus argumentos, a autora cita uma série de exemplos, mostrando a restrita proximidade entre desdobramentos políticos e a questão do gênero¹³ na história moderna.

Ao abordar uma série de elementos como arranjos construtores do gênero, a teoria de Scott (1986) enfatiza que esses elementos, além de

¹¹ Joan Scott, 1986, p. 23.

¹² Joan Scott considera o parentesco fundamental na construção do gênero, mas também refere outras formas de interação humana.

¹³ Seus argumentos mostram momentos da Revolução Francesa, a ascensão de Stalin, a política nazista na Alemanha e a vitória aiatolá Khomeiny no Irã. “... Em todas essas circunstâncias, os dirigentes que se afirmavam, legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os “outsiders”, os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino), e traduziram literalmente esse código em leis que colocam as mulheres no seu lugar “proibindo sua participação na vida política, tornando o aborto ilegal, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuário às mulheres”. Essas ações e a sua programação tem pouco sentido em si mesmas. Na maioria dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou nada material a ganhar com o controle das mulheres. Essas ações só podem adquirir um sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação de um poder.” (Cf. Joan Scott, 1986, p. 25-26).

corroborarem nesse sentido, também são frutos desta. Diz haver ligações explícitas entre gênero e poder, as quais crescem reciprocamente em relações de interdependência. Este trabalho visa encontrar essas ligações. Segundo Scott (1986):

A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento.

Convém buscar onde se configura a exclusão feminina em termos de competição política, considerando-se o fato de teóricos importantes enfatizarem este aspecto, ao tratarem da teoria democrática contemporânea.

Ao conceber a teoria do gênero como “uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado, e percebendo esse poder político como algo que se refere à oposição masculino/feminino” (1986, p. 27), Scott conclui que este poder fundamenta o sentido desta oposição e realça a interação mútua entre gênero e poder político.

3. Relação entre Competição Política e Gênero

A competição é parte complementar do sistema político e este é elemento integrante de uma complexa interação humana: as relações de poder. Conforme a perspectiva de Joan Scott (1986), as interações políticas e as relações de gênero se influenciam mutuamente, logo, a competição como ação dessas interações sofre tais consequências. É nesta perspectiva e no âmbito deste artigo, que se inclui a discussão sobre a competição eleitoral e suas relações com partidos políticos, recrutamento partidário e financiamento de campanha¹⁴.

¹⁴ Esboçaremos estes aspectos por entendê-los como pontos chave na relação recíproca entre política (no aspecto competição) e gênero, além de serem contempladas tais discussões no Projeto de pesquisa “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político” (CNPq), 2008, uma produção do GEPEM/UFPA.

3.1. Partidos políticos: recrutamento e financiamento

Segundo Robert Michels (1982), os partidos políticos são uma espécie de força eficaz da oligárquica, com um alicerce democrático para legitimar a dominação das elites sobre os eleitores. Para Duverger (1970), o partido político primeiramente é visualizado como um agente capaz de unir indivíduos politicamente dispersos e que depois se consolida em um modelo de organização centralizada e absoluta. No presente estudo, considera-se partidos uma das várias maneiras organizadas de veiculação de ideias de um grupo determinado em relação ao espaço social e que, em suas práticas, possuem mecanismos necessários para alcançarem o poder político representativo e constitutivo da vida moderna, sendo suas ações orientadas pelo acesso a esse poder. As disputas eleitorais são a maneira possível que os partidos têm para alcançar o objetivo crucial: o poder político. Então, ao lado das ideologias construídas intrapartido e norteadoras de sua conduta, o partido organiza o momento eleitoral traçando estratégias e o lugar dos atores nelas, aglutinando recrutamento e investimentos.

As instituições partidárias sofrem alterações de acordo com o contexto político e cultural no qual estão inseridas, tornando-se flexíveis. Apesar de seguirem certos padrões presentes na sociedade porque fazem parte também das relações sociais, a exemplo, o oferecimento de candidaturas masculinas em número maior do que as femininas, também considera cada momento único, particular, na corrida pela obtenção de maior número de votos possíveis. As escolhas dos atores são feitas com base nas análises dos candidatos bons ou ruins de votos e essas escolhas seguem pontos que estão estabelecidos no “jogo” pelo mercado, uma lógica determinada. Como diz Clara Araújo (2005, p.195): “supõe-se que candidatos que já são parlamentares ou tiveram votações expressivas em pleitos anteriores tendem a oferecer menos risco...”. Álvares (2004), em seu estudo sobre recrutamento de candidaturas, considera que os dirigentes partidários mantêm um padrão de escolha para selecionar os/

as candidatas/as, ou então estes/estas oferecem o nome para concorrer caso se considerem com significativo capital político. Ou seja, este jogo é repetitivo em cada eleição.

Os partidos políticos desempenham uma função essencial no recrutamento de atores sociais para a composição da lista de candidatas/as aos cargos eletivos dentro dos sistemas eleitorais. Os sistemas, proporcional e majoritário, estabelecem relações diretas e distintas com as organizações partidárias. O proporcional provoca muito mais candidaturas porque a tendência é disponibilizar o maior número de pessoas capazes de agregar votos representando diversas configurações sociais, e assim permitindo emergir novos perfis. No campo majoritário, as práticas desfavorecem

¹⁵ Relatório Técnico-Científico “As desigualdades de gênero na competição eleitoral e o papel dos partidos políticos no recrutamento de filiados/as dos movimentos de mulheres nas eleições municipais de 2008 e, gerais, de 2010, para o legislativo paraense”, Belém (2010/2011), trabalho integrado ao Projeto “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”, Maria Luzia Miranda Álvares CNPq/2008.

esse processo por se pautarem nos pleitos anteriores ousando menos. Como a disputa é por uma vaga, arriscar é mais perigoso – vale mencionar a ocorrência de prioridade relativa a pessoas conhecidas e com características típicas desse espaço. Assim também, a evidência de que a seleção de candidaturas é uma barreira à participação das mulheres na competição para cargos nos espaços de poder formal, interferindo no resultado eleitoral.

O mecanismo dessa seleção depende das lideranças partidárias e os critérios por elas adotados. O trabalho de Thiago Paiva (2011)¹⁵ com base em Duverger (1970) explica a categoria líder e a formação das estruturas de alguns partidos. Os partidos apresentam duplo caráter no que tange sua organização, aparentemente são democráticos, mas de fato é uma realidade oligárquica. A este respeito, percebe-se que não há princípios democráticos nas eleições dos dirigentes, visto serem ignorados os estatutos partidários (base formal para a escolha de composição das listas aos cargos parlamentares e majoritários).

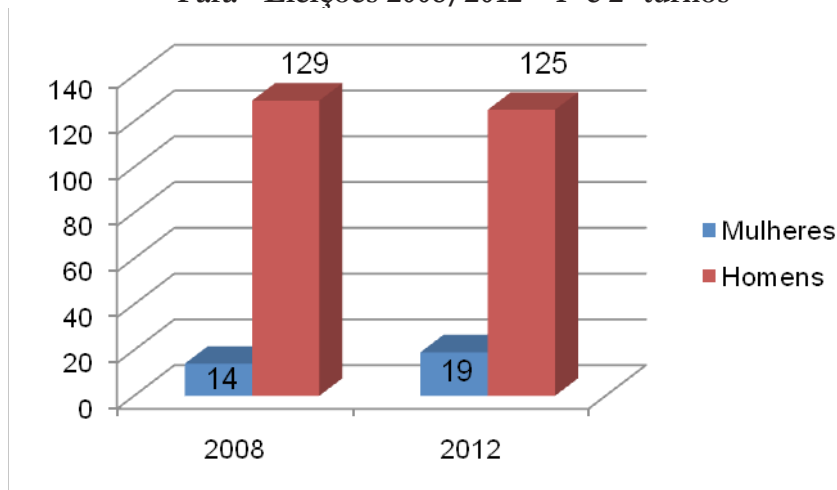
Neste sentido, Murilo Cristo Figueira (2011)¹⁶ interpreta a aplicabilidade do caráter da organização partidária, mencionando que tal organização interfere negativamente na avaliação de candidaturas femininas em tempo eleitoral, inclusive dificultando a atuação de uma chefia feminina dentro do partido e, conseqüentemente, obstruindo a ascensão de mulheres a esses cargos. Tal procedimento tem demandado que figuras masculinas sejam detentoras dessa centralização mediante a prática de votos indiretos. Desse modo e “com o sufrágio indireto, os partidos limitam as normas de seus estatutos incidindo na liberdade de escolha, no intuito de fortalecer a centralização” (DUVERGER, apud FIGUEIRA, 2011, p. 17).

Esses problemas embaraçam a presença de mulheres no acesso aos cargos de decisão política, pois o obstáculo está nas mãos dos detentores do poder partidário responsáveis pela escolha de candidaturas, diz Thiago Paiva (2011). Além disso, essa medida intermedia a distribuição dos recursos financeiros de campanhas, na qual há diferença de gênero, pelo fato de os recursos serem repartidos entre as lideranças masculinas em detrimento das mulheres, as quais não são vistas com essa dimensão, diz Murilo Figueira (2011).

Considerando a dimensão histórica, sabe-se que as mulheres têm lutado para inserir-se na cidadania política desde o acesso ao direito do voto, contudo, têm sido sub-representadas no processo político eleitoral. A exemplo, a baixa presença na representação política no Estado do Pará, conforme demonstram os gráficos 1 e 2.

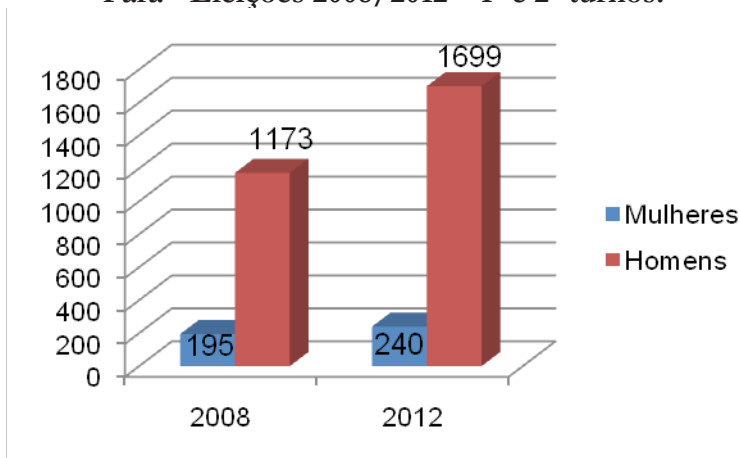
¹⁶ Relatório Técnico-Científico “As desigualdades de gênero na competição eleitoral: financiamento de campanha e cotas partidárias nas eleições do legislativo de 2010, para assembleia legislativa do Pará”, Belém (2010/2011), resultado do Projeto “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”, Maria Luzia Miranda Álvares CNPq/2008.

Gráfico 1. – Distribuição de Prefeitos(as) Eleitos(as) por Sexo – Pará - Eleições 2008/2012 – 1º e 2º turnos¹⁷



Fonte: TSE – Dados disponíveis em nov./2012, no site do TSE – www.tse.gov.br.
Elaboração de Sousa Filho, 2013, com extração da base de dados eleitorais do GEPEM/UFPA.

Gráfico 2. – Distribuição de Vereadores(as) eleitos(as) por sexo – Pará - Eleições 2008/2012 – 1º e 2º turnos.



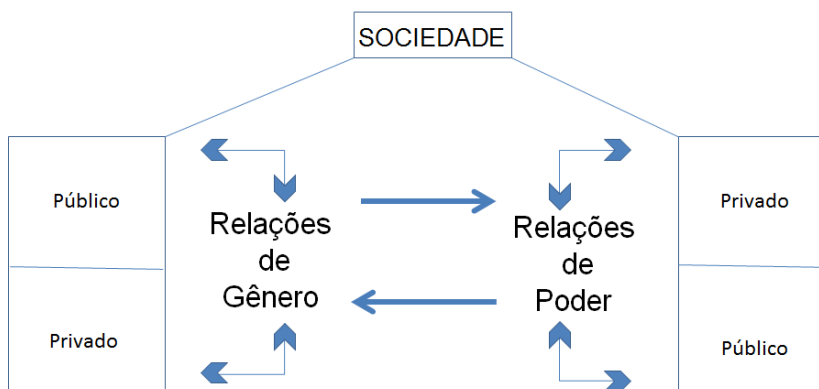
Fonte: TSE – Dados disponíveis em nov./2012, no site do TSE – www.tse.gov.br.
Elaboração de Sousa Filho, 2013, com extração da base de dados eleitorais do GEPEM/UFPA.

¹⁷ A primeira eleição ocorrida no município de Mojuí dos Campos foi em out/2012, por isso a soma dos municípios em 2008 é 143.

A mulher como ator social, no curso da História, sofreu desvantagens em detrimentos dos homens, no que concerne à sua integração na política formal. Ana Alice Costa (1998), ao tratar da participação das mulheres e a questão partidária, evidencia como a participação feminina não é alvo de preocupação dos partidos e que, além disso, estes dificultam a atuação desse gênero porque não possuem políticas de integração de suas filiadas. Álvares (2004) evidencia a existência de barreiras culturais que assentadas no sistema patriarcal também corroboram para o não engajamento de mulheres aos partidos políticos, provocando pouca motivação à competição para um cargo político. Além de não se apresentarem para a competição por não terem um retrospecto de participação, têm de disputar as vagas das candidaturas existentes com o perfil tradicional da representação configurada pela presença predominante de homens (padrão tradicional de candidaturas).

Neste sentido, a figura 1 exemplifica as teorizações de Scott(1986) sobre as ligações explícitas entre gênero e poder político desenvolvidas em relações recíprocas de interdependência.

Figura 1 – Ligações Recíprocas entre Relações de Gênero e Relações Políticas



Fonte: Elaboração de Sousa Filho, 2013.

A figura 1 possibilita a seguinte interpretação: o recrutamento feminino ineficiente e a escassez de investimentos financeiros nas campanhas eleitorais provocam a sub-representação política do gênero feminino. Este quadro oportuniza o estabelecimento de um padrão de elegibilidade masculino que, reiteradamente, fomenta o pouco interesse no recrutamento de mulheres aos cargos de representação política.

As abordagens teóricas descritas justificam a sub-representação da mulher no contexto da política partidária. Desse modo, ratificam-se as ligações entre gênero e política das quais trata Scott (1986). Porém, existem momentos em que essa reciprocidade intensa é quebrada e as barreiras são vencidas por alguns atores sociais. Assim, mesmo estando submetidas à ideologia da feminilidade caracterizada por ser contraditória à racionalidade do mundo político, existem mulheres que integram a prática eleitoral como candidatas e são eleitas, resultado de longo processo de conquistas que perpassa pela questão do voto feminino e ocorre desde o século XVIII¹⁸.

Hoje se observa outra dinâmica da relação partido-cidadania política feminina ao evidenciar as políticas de cotas que têm sido propostas,

¹⁸ “As Donas do Poder – Mulher e política na Bahia” (1998).

¹⁹ Cf. a Lei de cotas desde a primeira, de 1995.

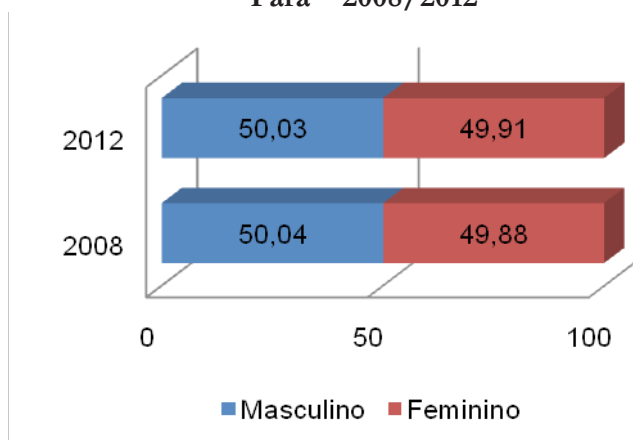
votadas e aprovadas para vigerem, no sistema político em sociedades democráticas, como meio de ampliação desse gênero nos espaços de decisão política. Mas, considerar somente a Lei nº 12034/2009 como fator exclusivo de aumento das representações femininas é um tanto frágil, pois alguns partidos apresentam candidaturas pela obrigatoriedade da norma com intuito apenas de não sofrer as punições legais¹⁹, ou seja, percebe-se que não haverá investimentos dispensados a essas candidaturas com o intuito de atingir vitórias nas urnas.

Deve-se ressaltar, ainda, as diferenças existentes sobre recrutamento em cada partido específico, em outros termos, a inserção das mulheres depende das dimensões organizacionais desses partidos. Estruturas transparentes e padronizadas tendem a ser mais democráticas porque

permitem maior controle dos seus membros e projetam aumento da participação interna e condução das políticas de recrutamento.

A participação das mulheres na política cresceu na última década, e são os partidos definidos de esquerda os maiores incentivadores dessa política. Porém, tais iniciativas estão perdendo o caráter ideológico por haver um efeito contágio sobre os outros partidos (de direita). Os partidos sabem a força eleitoral expressiva que as mulheres possuem e o histórico do Pará mostra a crescente presença de eleitorado feminino com números reais (gráfico 3).

**Gráfico 3 – Distribuição do Percentual de Eleitores por Sexo
Pará – 2008/2012**



Fonte: TSE – Dados disponíveis em nov./2012, no site do TSE – www.tse.gov.br referente ao mês de outubro de 2008/2012. Elaboração de Sousa Filho, 2013, com extração da base de dados eleitorais do GEPEM/UFPA. 0,060% corresponde a não informação de sexo em 2008 e 0,080% em 2012.

Em 2008, as mulheres paraenses eram 2.250,493 (49,88%) dos eleitores. Em 2012, esse número subiu para 2.545,900 (49,91%), sendo o total de 5.100.797 pessoas aptas a votar. (TSE, 2013) Estes indicadores fazem pressão na direção partidária para que se atenda às demandas dessa parte do eleitorado paraense, desenvolvendo diferentes estratégias e assumindo algum nível de comprometimento público.

4. Teorização sobre Antecedentes Sociais

Considerando os objetivos deste artigo e os dados mencionados, é pertinente avaliar quem são as mulheres que assumem o poder parlamentar e majoritário no Pará. Neste sentido e para composição do texto, foram extraídas informações de entrevistas gravadas²⁰, entre os meses de fevereiro a dezembro/2012, sobre as trajetórias de vida de 53 vereadoras e 9 prefeitas eleitas em 2008²¹.

Com base em tais informações, neste artigo, é apresentado o perfil social e identitário das entrevistadas, sendo a discussão conceitual sobre a variável trajetória fundamentada em Claude Dubar (1998), o qual destaca

²⁰ Execução do projeto *Mulheres na Política: histórias, percursos e práticas* (CNPq, 2010). A pesquisa abrangeu 26 municípios, dos quais 23 foram visitados alcançando todas as 6 mesorregiões do Estado e 15 microrregiões, de um total de 16.

²¹ Em 2010 foram eleitas oito mulheres ao cargo de deputada estadual para a Assembleia Legislativa do Pará, o que corresponde a 19,51 em números percentuais no total de 41 cadeiras. Foram feitos contatos via ofício com a assessoria de cada deputada, no entanto as entrevistas não foram realizadas por incompatibilidade de agenda das mesmas.

²² Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns conceitos metodológicos, Claude Dubar, 1998, p. 2.

duas maneiras possíveis de traçar uma trajetória pessoal: uma objetiva e a outra subjetiva. Segundo o autor, a combinação de ambas proporciona apreender identidades sociais e suas diversas maneiras de interpretação, ou seja, a construção de identidade pode ser vista como “as diversas maneiras pelas quais indivíduos tentam dar conta de sua trajetória por meio de uma história”.²² Nesse contexto, seria uma “história pessoal” cujo relato atualiza visões de si e do mundo; Dubar chama esse recurso metodológico de “identidade biográfica” ou “identidade para si”. Mas tomar como principal recurso os modos subjetivos pelos quais indivíduos se narram não quer dizer menosprezar as categorizações objetivas nas construções identitárias pessoais. Este processo de “identidade para outrem ou estrutural” evidencia um determinado indivíduo num respectivo espaço social,

A utilização da *trajetória subjetiva* promove um enredo construído em palavras pela entrevistada, o que proporciona a formalização de um esquema

lógico, um significado social. A reconstrução da vida de um sujeito posto em situação de entrevista permite evidenciar acontecimentos considerados significativos para ele e possivelmente facilita a resposta de como esse ator alcançou determinado posto (ou cargo); no caso estudado, cargos eletivos (proporcional e majoritário) ocupados por mulheres eleitas em 2008.

Neste sentido e para compor a abordagem deste artigo, foram analisados os discursos das entrevistadas (parlamentares e prefeitas) para inferir quem eram essas mulheres que lograram filiação partidária e ser eleitas. Tais inferências foram subsidiadas pela teoria de Bourdieu (apud DI BENEDETTO, 1996)

5. A Teoria de Bourdieu no Enfoque Político e de Gênero

Para Bourdieu, espaço social (sociedade) é um “conjunto de posições distintas e coexistentes (...) definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade (...)”²³, organizado de acordo com a quantidade e com os tipos de capital que cada agente (neste trabalho, as vereadoras e prefeitas) ou grupo social possui.

²³ Bourdieu, apud Di Benedetto, 1996, p. 260.

O capital é disputado pela pessoa inserida em vários campos: escolar, jurídico, econômico, político, artístico, profissional, familiar. Então o campo se configura como sendo um espaço de luta pela posse dos capitais.

Os campos possuem “regras do jogo” e desafios característicos distintos entre si e se constroem como um sistema estruturado de posições que os agentes disputam. Estas lutas acontecem para que se consiga o capital específico do campo, acarretando uma divisão entre os que conseguem o capital e os que não conseguem, dominantes e dominados estabelecem uma relação. A conquista de capital por um agente interfere em outros campos do qual este mesmo agente faz parte. Cada campo corresponde a um *habitus*, que é basicamente como um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações. Cada agente é caracterizado por sua trajetória social, sua prática e sua

posição no campo. A posição é princípio de classificação, e mostra quem são os atores em cada estilo de vida²⁴. Mediante esse conceito, é possível

²⁴ Nesse parágrafo, conforme justificativa e solicitação dos autores, o setor de copidesque da revista manteve as reiteraões de palavras/expressões.

identificar a trajetória pessoal de cada vereadora e prefeita dos municípios do Pará e, de certa forma, avaliar quais motivos contribuíram para a escolha dos partidos dessas mulheres para a disputa eleitoral em 2008.

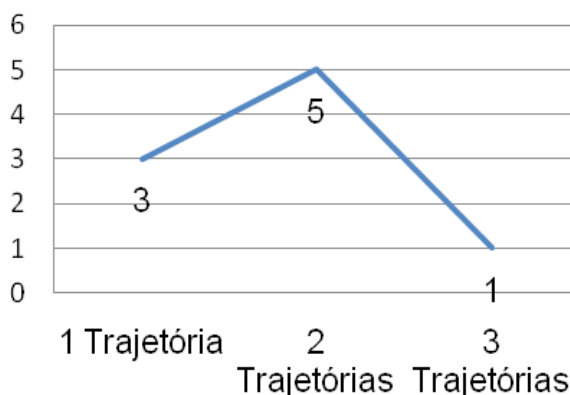
As mulheres são agentes inseridos em todos os campos possíveis (político governamental, partidário e eleitoral, profissional e etc.) e, dentro desses campos, possuem certo grau de capital. Neste sentido, a análise de dados empíricos evidenciou que um capital específico ou a soma dos vários capitais se tornaram fator decisivo para que elas pudessem ser inscritas nas listas eleitorais, pelos partidos, e alcançassem êxito nas eleições municipais. Vale ressaltar que os poderes legislativo e executivo foram acessados por mulheres graças ao acúmulo de capital por elas conquistado em três trajetórias pessoais: familiar, política e profissional. Estes recursos individuais garantem prestígios para as mesmas e se configura como um dispositivo de agregação de votos, haja vista que:

- a) a trajetória profissional considera todo o percurso em uma determinada profissão, considerando haver status diferenciado a profissões no interior do Estado não condizente necessariamente com a capital. O cargo de diretora escolar, por exemplo, não proporciona expressivo prestígio social na capital, no entanto, no interior é fator decisivo em relação à arrecadação de votos, pois estabelece redes sociais, influenciando diretamente o jogo das indicações à competição política;
- b) participar da política em setores informais como movimentos sociais, movimento estudantil ou de mulheres, entre outros, também pode ser visto como um recurso capaz de aglutinar pessoas fomentando grande capital social afetando sua motivação ou indicação para se filiar num partido e se dispor a concorrer uma eleição;

- c) o campo familiar pode ser interpretado como um terreno de herança política onde pessoas sofrem interferência (que pode ser boa ou ruim) de pessoas dos mais diversos níveis de parentesco, nesse sentido, fortalece a manutenção de uma carreira de membros da mesma família na política.

Estes três campos são fatores cruciais à inserção dessas mulheres no âmbito político. A esse respeito, veja-se nos gráficos 4 a 7: distribuição dos capitais sociais elevados nas trajetórias das prefeitas e vereadoras; e frequência de capitais sociais importantes para sufrágio de vereadoras e prefeitas.

Gráfico 4 – Distribuição de Prefeitas Eleitas por Trajetória – Pará 2008

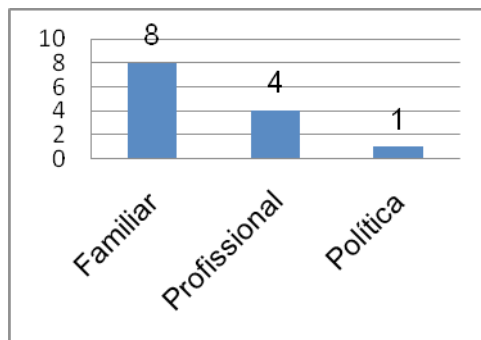


Fonte: dados extraídos das entrevistas. Elaboração própria.

O gráfico 4 suscita interpretar a possibilidade de associação de duas ou mais trajetórias como fatores importantes na carreira política das mulheres prefeitas entrevistadas (6 casos, total = 9). Três prefeitas foram sufragadas por influência de acúmulo de capital social em apenas uma trajetória, da mesma forma, contabiliza-se 5 prefeitas com 2 trajetórias sendo fator decisivo da motivação/indicação das mesmas para concorrer às eleições municipais de 2008 e, por fim, 1 compondo seus recursos em 3 trajetórias.

Com base nestes dados, pergunta-se: qual das três trajetórias é mais frequente na carreira política das prefeitas estudadas no projeto?

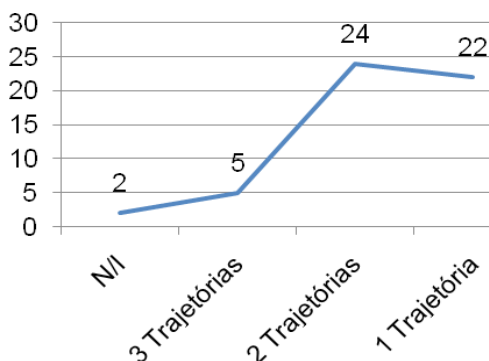
Gráfico 5 – Frequência das Trajetórias das Prefeitas Eleitas – Pará 2008



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. Elaboração própria.

A carreira familiar aparece com maior frequência na composição das trajetórias femininas. Nesse sentido, considera-se a família como instituição onde há recrutamento político. Pai, mãe, cônjuge, avô ou avó, primos(as), cunhados(as), todos esses níveis de parentesco são importantes e fazem a diferença no jogo político. A exemplo, veja-se os mesmos gráficos 6 e 7..

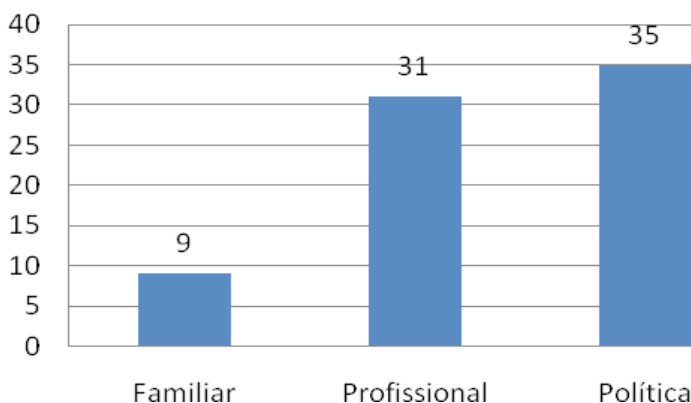
Gráfico 6 - Distribuição de Vereadoras Eleitas por Trajetória – Pará 2008.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. Elaboração própria.

Observa-se que o acúmulo em 2 trajetórias é mais frequente. Neste gráfico, aparecem 2 vereadoras das quais não se obteve a clareza de objetar quais trajetórias foram relevantes no que se refere à inserção da mesma no espaço de poder legislativo (N/I). Sobre a frequência das trajetórias, o gráfico 7 é sugestivo:

Gráfico 7 - Frequência das Trajetórias das Vereadoras Eleitas – Pará 2008



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. Elaboração própria.

Na análise do gráfico 7, percebe-se a inversão da trajetória familiar em relação às prefeitas, com a trajetória política tendo maior influência na composição da lista a cargos parlamentares no Pará em 2008²⁵.

²⁵ Estes dados foram extraídos de transcrições de entrevistas realizadas, nas quais foram consultadas 53 vereadoras e 9 prefeitas do Pará eleitas em 2008.

A História Oral proporciona vários ângulos sobre um mesmo fenômeno, possibilitando versões distintas da história oficializada. Conforme defende Verena Alberti (2004, p. 29):

Fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho dispostos a falar um pouco sobre suas vidas. Essa noção simplificada pode resultar num punhado de fitas gravadas, de pouca ou nenhuma utilidade...

Pode-se definir essa metodologia como um

“processo sistêmico de uso de entrevistas gravadas, vertidas do oral para o escrito, com o fim de promover o registro e o uso de entrevistas, caracterizado por um processo dialógico no qual ocorre impreterivelmente contato humano, havendo interlocução, possibilitando espontaneidade nas declarações e estabelecendo um vínculo inevitável com a memória e identidade de alguém ou de um grupo²⁶”

²⁶ *História Oral: como fazer, como pensar.* José Carlos Sebe B. Meihy, Fabíola Holanda, 2011, p. 19.

A História Oral possui dois tipos de entrevistas: *temáticas* e de *história de vida*. Os dados apresentados neste artigo foram obtidos por meio de *História de Vida*, incluindo fatos/ eventos da trajetória pessoal das entrevistadas desde a infância até o momento da entrevista. Por meio dessa metodologia, foi possível avaliar quem são as mulheres paraenses exitosas e com trajetória social que remete ao capital político acumulado para subsidiar esse percurso.

CONCLUSÃO

Este artigo apresenta como resultado a crescente participação feminina no eleitorado paraense de 2.250.493/2008 para 2.545.900/2012 (diferença de 295.407 = 88,39%). Entretanto, este percentual de crescimento não reflete necessariamente uma quantidade ampliada em cargos de representação política ocupados por mulheres - Poder Legislativo e Poder Executivo. O padrão de elegibilidade depende da representação social e esta apresenta um modelo estruturado e orientado em uma postura de modelo masculino.

No contato com as prefeitas e vereadoras durante as entrevistas, foram captadas versões sobre a trajetória de vida de cada uma, os aspectos biográficos fundamentais para a evidência da conduta dos partidos no que se refere à adoção de estratégias de recrutamento e investimentos, contemplando candidaturas femininas propícios ao acúmulo de capital social dessas mulheres em sua trajetória pessoal conforme demonstrado nos gráficos.

A teorização de Joan Scott (1986) e a associação com o conceito de competição de Pateman forneceram parâmetros para entender o processo

de interdependência estabelecido entre os argumentos da democracia, participação e competição. Além disso, as discussões de Bourdieu subsidiaram perceber as mulheres como agentes inseridas no espaço social e competindo, em primeiro lugar, em campos privados, para depois chegar até à arena pública, ou seja, os mecanismos do recrutamento de candidaturas até à vitória nas eleições.

Tais estratégias perpassam por fatores já mencionados, ou seja, a situação das trajetórias femininas com propensão de benefícios à formação do capital político. O fortalecimento desses recursos pessoais é a razão pela qual um partido quebra o padrão de elegibilidade existente nos municípios paraenses. Neste sentido, foi pertinente a discussão de Duverger (1970) sobre o poder das lideranças partidárias, visto que são estas que percebem os laços estabelecidos entre possíveis candidaturas e o nível de sedução circulando na comunidade na hora do pleito eleitoral. É nesse momento que se dá a importância de as mulheres que alcançaram as listas eleitorais. Estes vínculos motivam as possibilidades de obtenção de votos pelas mulheres empoderadas e sua indicação para concorrer e, no seguimento, garante-lhes um financiamento de campanha com possibilidade da vitória independente da participação no ativismo político de movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ÁLVARES, M. Luzia M. “Mulheres na competição eleitoral: seleção de candidaturas e o padrão de carreira política no Brasil”, Tese de Doutorado, IUPERJ, 2004 (digitada).

ALVARES, M.L.M. *Projeto de Pesquisa “Mulheres na política: histórias de percursos e de práticas – CNPq 402518/2010-1*

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 193-215, jun., 2005.

BENEDETTO, Di Roberto. Reflexões primeiras sobre: a teoria do espaço social e da gênese do estado de Pierre Bourdieu. *Revista da Faculdade de Direito* (UFPR), Curitiba, n. 29, p. 259-264, 1996.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas do poder: mulher na política da Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA / Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educ. Soc.* Campinas, v. 19, n. 62, 1998.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora UNB, 1980.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Revista topoi5*, v.3, julho/ dezembro, 2002. Disponível em <www.revistatopoi.org>. Acesso em: 4 março, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como fazer*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MICHELS, R., *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. **São Paulo**: Editora Paz e Terra, 1992.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUSA FILHO, Nilson A. Eleições 2008: perfil social das vereadoras do município de Breves-PA. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17, Salvador, 2012. *Anais*. Salvador: REDOR /UFPB, 2012.

La Maternidad y sus Dificultades Laborales

A Maternidade e suas Dificuldades de Trabalho

Maternity and the Difficulties Faced at Workplace

Eva Canto Alcón

Resumen: la discriminación que históricamente han sufrido las mujeres, y más concretamente aquellas que son madres, sigue latente hoy en día. En este documento, se analiza la situación actual de este colectivo específico y la importancia social que conlleva su protección; analiza la posición que ocupa la mujer en el mercado laboral y la importancia de cuantificar el trabajo no remunerado para la economía de un país, así como la desprotección jurídica del derecho fundamental de la maternidad.

Palabras clave: maternidad, trabajo, discriminación, derecho.

Resumo: a discriminação que historicamente as mulheres sofrem, particularmente aquelas que são mães, continua latente hoje. Neste sentido, no presente artigo, é evidenciada a situação atual desse coletivo específico e a importância social de sua proteção, analisando-se: a posição que a mulher ocupa no mercado de trabalho; a relevância de se quantificar o trabalho não remunerado para a economia de um país; e a desproteção jurídica do direito fundamental da maternidade.

Palavras chave: maternidade, trabalho discriminação, direito.

Abstract: the discrimination women – especially the mothers – have historically suffered at workplace remains latent nowadays. This paper unfolds the current situation working mothers face as well as the importance society assigns to the need for promoting their protection by analyzing the following related issues: the participation of women in the labor market; the importance of measuring the unpaid domestic work and how it accounts for the economy of a country; and the lack of legal protection of the essential right to maternity.

Keywords: maternity, work, discrimination, right.

Eva Canto Alcón es Diplomada en Relaciones Laborales y Graduada en Recursos Humanos por la Universidad Pablo de Olavide de Sevilla/ España; Post-graduada en Riesgos Laborales por la Universidad de Córdoba y habilitada para el ejercicio docente por la Universidad de Granada. Actualmente imparte clases en materias relacionadas con el derecho laboral y la empresa, siendo autora de la obra **“Mujer y Madre en el Mercado Laboral de Hoy”**, iniciándose desde entonces en el estudio del género en este ámbito. **E-mail:** evacantoalcon@gmail.com.

INTRODUCCIÓN

Para entender el porqué de este estudio resulta crucial el pararse a determinar la importancia de la mujer en la población. Es cierto que la igualdad entre hombres y mujeres deben ser reales y efectivas, pero existen desigualdades entre ambos sexos que nunca podrán convertirse en igualdades, como las desigualdades biológicas, me refiero con esto a la maternidad y todo lo relacionado con esta etapa, desde la gestación hasta la lactancia natural (ya que la lactancia de fórmula, como algunos la han llamado, si puede ser objeto de igualdad).

Biológicamente la mujer es la única que puede dar la vida, aunque para ello requiera de la fecundación por parte de un espermatozoide, ya sea por vía natural o no, pero sin embargo un hombre no puede gestar ni dar a luz, ya que genéticamente resulta imposible. Por tanto el problema demográfico, de población envejecida, por el que atraviesa algunos países sobre todo en Europa podría, en gran medida, solventarse si se fomentara la fecundidad, y por tanto la maternidad. Entonces si esto es pura ciencia ¿Por qué no se valora, protege e incentiva esta situación?

Es cierto que en las últimas décadas ha habido un mayor interés en la protección de estas mujeres, especialmente en ámbito laboral, a través de alcanzar compromisos políticos para avanzar en la igualdad entre hombres y mujeres. Pero aún queda mucho camino por recorrer.

Esto queda reflejado a nivel europeo a través del informe de la Comisión Europea sobre igualdad de hombres y mujeres 2009 (COM, 2009 a), pto.1) cuando afirma que los esfuerzos realizados para mejorar la situación de las mujeres en el marco de los estados miembros, han dado resultados positivos, especialmente en lo que se refiere al empleo de éstas, pero los avances generales aún son demasiados lentos en la mayoría de los sectores y esta igualdad está lejos de ser una realidad.

Para poder avanzar en la eliminación de las desigualdades que la maternidad lleva aparejada y poder defender el ejercicio de un derecho básico como es la maternidad, y al que cada vez más mujeres se están

viendo obligadas a renunciar, es necesario conocer la realidad de éstas en el momento en que son madres.

Mientras que esta igualdad entre hombres y mujeres no sea real, y no exista una distribución equitativa de las obligaciones familiares, la mujer no conseguirá un equilibrio entre vida familiar y laboral, siendo este el principal obstáculo para acceder al empleo y para desarrollar su carrera profesional.

Al no conseguir este equilibrio las mujeres deben plantearse renunciar bien a la maternidad o bien al desarrollo profesional, lo que está causando que las mujeres digan no a la maternidad eludiendo sus instintos, teniendo gran repercusión demográfica, provocando que en un futuro la mano de obra escasee, viéndose muy reducidas las aportaciones a la seguridad social y, por tanto, no pudiéndose ofrecer las prestaciones sociales propias de un estado de bienestar. De ahí la importancia de conseguir la igualdad y la conciliación, a través de la protección de la situación de embarazo, puerperio, lactancia y maternidad.

1. La Maternidad como Derecho Fundamental a Nivel de la UE

Desde niveles internacionales viene reconocida la maternidad como un derecho fundamental, así lo recoge la Declaración Universal de Derechos Humanos en su artículo 16, aunque de forma indirecta, cuando reconoce el derecho a las personas a fundar una familia, o el artículo 25.2 cuando expresa que “la maternidad y la infancia tienen derecho a cuidados y asistencia especiales”. A nivel Europeo la Carta de Derechos Fundamentales, que la unión mantiene tras el Tratado de Lisboa dándole el mismo valor jurídico que estos, en su art. 9 también recoge el derecho a fundar una familia, por otro lado en su art. 33 protege a la maternidad frente a despidos por esta causa y finalmente el art. 34 otorga el derecho a una prestación de seguridad social en situaciones de maternidad.

Si esto es así, si viene reconocida y protegida la maternidad desde el derecho internacional y comunitario, ¿Por qué no está protegida

debidamente? El problema se puede situar en las normas que han desarrollado este derecho fundamental, ya que se han centrado en proteger a las mujeres en general y sólo en relación con el acceso al empleo, y no en proteger la maternidad en sí misma, para lo que han desarrollado normas que tengan por objetivo lograr la igualdad entre hombres y mujeres, como el Plan de Trabajo para la igualdad 2006-2010 en el que reconoce que la igualdad de género es un derecho fundamental y una condición necesaria para alcanzar los objetivos de la UE de crecimiento de empleo. Por otro lado, se observa que la Directiva 2002/73/CE relativa a la aplicación del principio de igualdad de trato entre hombres y mujeres en lo que se refiere al acceso al empleo, formación, promoción profesional y condiciones de trabajo, camina también en este sentido. Ambos documentos hacen referencia a la maternidad como situación que se presenta una vez dentro del mercado laboral, resultando insuficiente ya que existe otras situaciones de las mujeres distintas que se ven desprotegidas, como la situación de aquellas mujeres que por encontrarse en edad fértil ven limitados sus derechos de acceso, o aquellas que quieren ser madres y deben parar a analizar su coste de oportunidad profesional, o de aquellas que por estar embarazada tienen prácticamente anulado el derecho al empleo.

En definitiva la UE ha trabajado mucho para conseguir que la mujer acceda al mercado de trabajo en igualdad de condiciones que el hombre, pero desde un concepto general de mujer no parándose a analizar las diferencias con aquellas mujeres que a la vez son madres, están embarazadas o quieren estarlo, siendo pocas las actuaciones tendentes a garantizar el derecho básico de la maternidad.

Es cierto que debido a los esfuerzos de la Unión para conseguir que el acceso al empleo de las mujeres en el mercado sean en términos de igualdad respecto al hombre, ha permitido que el empleo femenino en los últimos años haya sido creciente y contribuyendo al crecimiento del empleo en la UE, sin embargo existe otra cara de esta situación, en la que la mujer debe desempeñar sus funciones de madre y por tanto realizando además un trabajo no remunerado, sin ningún reconocimiento social y

económico a pesar, como se ha indicado en la introducción, del problema poblacional de envejecimiento por el que pasa la Unión.

No se está avanzando a nivel Europeo en el reconocimiento del trabajo no remunerado de las mujeres que, ejerciendo el derecho a ser madres, deciden tener hijos, cuidarlos, atenderlos y educarlos hasta convertirlos en capital humano, y sobre todo en ciudadanos.

Ante esta situación de doble jornada existen muchas mujeres que se plantean renunciar al derecho de ser madre con el objetivo de mantener el puesto de trabajo, ya sea no concibiendo o renunciando a la concepción a través del aborto, como indican el aumento del número de aborto en la UE.

Como se detrae del Plan de Trabajo para la igualdad 2006-2010, las mujeres a menudo se ven obligadas a escoger entre tener hijos o una actividad profesional a causa de una falta de acuerdos laborales flexibles y de servicios de asistencia, la persistencia de estereotipos sexistas y el reparto desigual de las responsabilidades familiares con el hombre. Es, por tanto un derroche de capital humano y un incumplimiento de un derecho básico, que la UE no puede permitirse. Al mismo tiempo la baja tasa de natalidad y la disminución de población activa amenazan a la UE.

2. La Maternidad en España

A nivel de España el derecho fundamental de la maternidad como vienen recogido en las normas internacionales y comunitarias no están contemplados en la Constitución Española, lo único que se encuentra al respecto en ella es el artículo 14 cuando reconoce el derecho a la igualdad y no discriminación por razón de sexo.

Para encontrar una norma que proteja de forma más directa la situación de maternidad y todo lo que ella conlleva, se tiene que acudir a la Ley Orgánica 3/2007, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva entre hombres y mujeres, donde en su artículo 3 recoge que el principio de igualdad supone la ausencia de toda discriminación directa o indirecta,

especialmente las derivadas de la maternidad y la asunción de obligaciones familiares. Posteriormente en su artículo 8 concreta que se considerará discriminación directa por razón de sexo, el trato desfavorable que sufran las mujeres por razón de su embarazo o maternidad. En este sentido en su artículo 14 establece como criterios generales de actuación de los poderes públicos el reconocimiento del trabajo de las mujeres, incluido el doméstico, y La protección de la maternidad, con especial atención a la asunción por la sociedad de los efectos derivados del embarazo, parto y lactancia. Finalmente en el artículo 44.3 perteneciente al capítulo II sobre igualdad y conciliación establece que contribuir a un reparto más equilibrado de las responsabilidades familiares, se reconoce a los padres el derecho a un permiso y una prestación por paternidad, en los términos previstos en la normativa laboral y de Seguridad Social.

Como se puede observar el derecho español y comunitario aunque tienen el mismo objetivo toman caminos distintos, unos más acertados que otros, así el Ordenamiento jurídico Español es escaso en números de normas que protegen la situación de maternidad pero acertado en su perspectiva ya que trata la igualdad desde todos los ámbitos de la maternidad (embarazo, parto y lactancia) y no sólo desde el punto de vista de la igualdad en el acceso al empleo como sucede con las normas Comunitarias.

Es cierto que el artículo 5 de la L.O. 3/2007 también recoge la Igualdad de trato y de oportunidades en el acceso al empleo, incluso al trabajo por cuenta propia, en la formación y en la promoción profesionales, y en las condiciones de trabajo, como lo hacen las normas comunitarias, pero a diferencia de éstas no lo toma únicamente como medio para alcanzar la igualdad.

Por último, se referencia una curiosidad surgida tras la observancia de la Ley Orgánica 2/2010, de 3 de marzo, de salud sexual y reproductiva y de la interrupción voluntaria del embarazo, donde en su artículo 3.2 reconoce “el derecho de la maternidad libremente decidida”, con esta ley y en concreto este artículo no se está protegiendo a aquellas mujeres que

libremente quieren elegir ser madres pero que por problemas sociales, económicos o laborales no le es posible, sino que protege sólo el derecho de aquellas mujeres que quieren dejar de serlo, por las circunstancias que sean, en este sentido parece obvio que existe una desprotección de aquellas frente a estas y por tanto una protección del derecho de maternidad un poco deficiente.

3. Mujer y Madre: una doble discriminación

A través de un estudio más profundo sobre la mujer, y sobre todo de las madres, se valorará la importancia social de las mismas en cuanto al desempeño del trabajo retributivo y no retributivo.

Para avanzar en la eliminación de desigualdades, hay que identificar las causas que las producen y tener en cuenta su estado cambiante a lo largo de la vida de la mujer. Desde la perspectiva que interesa en este estudio los periodos por los que pasa el ciclo vital de la mujer son cuatro:

- el primero va desde los 16 años, edad en la que tienen derecho a integrarse laboralmente, pero que ven mermado por el hecho de ser mujer, y únicamente podrán luchar a través de su formación, hasta los 25, edad en la que se comienzan a plantear la maternidad;

- el segundo va desde los 25 años hasta los 35, etapa en la que se centra mayor índice de fecundidad y por tanto maternidad. En esta etapa es cuando muchas mujeres se alejan del mercado laboral, voluntariamente o no, con el objetivo de ser madres. Es en esta etapa donde las mujeres reciben un tratamiento laboral que en ocasiones es discriminatorio simplemente por la posibilidad de que sean o vayan a ser madres;

- la tercera etapa va desde los 35 hasta los 40, Las mujeres que vuelven al mercado laboral, después de una baja por maternidad, tienen el problema del “reciclaje laboral”. La readaptación a las nuevas necesidades del mercado es muy complicada, reengancharse al entorno profesional puede resultar más duro de lo que parece;

- la última etapa va desde los 40 a la edad de jubilación, donde el handicap para mantenerse o acceder al mercado laboral no es tanto

la maternidad sino la edad. Pero donde se ven menguados sus derechos sociales al no cumplir con los requisitos que dan derecho a una prestación, por haber dedicado una parte importante de su vida a desarrollar las funciones de madre exclusivamente.

Por la importancia que tiene aumentar el índice de natalidad para conseguir que la inversión de la pirámide de población, y las consecuencias de su envejecimiento de sostenibilidad, deje de ser una realidad en todos los países de la UE, hay que apoyar el ejercicio del derecho básico como es el de la maternidad, en beneficio a toda la sociedad para conseguir reducir la tasa de envejecimiento y dependencia.

Pero sin embargo, hasta que esto no se consiga vamos a asistir a unos cambios sociales en relación con la maternidad. En este sentido las mujeres Europeas en general y las españolas en particular, han comenzado a tomar la decisión de ser madres a una edad más tardía, retrasándose el momento del nacimiento del primer hijo conduciendo a la reducción del número total de hijos.

Según la opinión de Esping-Andersen, G (2007), el retraso en los primeros nacimientos se debe a la nueva trayectoria vital femenina, en la que la educación y la consolidación de la carrera laboral son condición *sine qua non*. Por tanto, y debido al reloj biológico de la mujer, el retraso del primer hijo va a influir o anular el de los posteriores.

En el siguiente apartado será estudiada la posición que ocupa la mujer en el mercado de trabajo respecto al hombre, para ello acudiré principalmente a los datos de la EPA. El problema se encuentra en que uno de los indicadores que se barajan es la diferenciación por sexo, hombre-mujer, tratándolos desde una perspectiva general y no pudiendo observar la muestra exclusivamente de mujeres y madres. Estos datos, sin embargo, se puede detraer de los resultados.

4.La Población Inactiva y Activa

Como es sabida la población inactiva la forman aquellas personas que estando en edad de trabajar no quieren o no pueden trabajar por

distintos motivos, entre los que se encuentran los estudiantes, jubilados, pensionistas y las personas que se dedican al cuidado del hogar (en su inmensa mayoría mujeres)

Según los datos que refleja el ine y que se detraen del informe de la secretaria confederal de la Mujer de CCOO en su cuaderno de información sindical nº32, las mujeres ocupan el 95,8% del total de la población inactiva que no busca empleo y que aduce como motivo principal el trabajo doméstico entre cuyas tareas se encuentra cuidar a sus hijos o a personas dependientes. De dicho informe se detrae también que de cada 10 personas inactivas por dedicarse a las “labores del hogar”, 9 son mujeres (91,9%).

En la siguiente tabla se observa el alto índice de mujeres que se han dedicado a las tareas del hogar, englobando el cuidado de la familia, desde el año 2005. En comparación de los hombres quienes tienen su causa principal de inactividad en la jubilación o prejubilación, señal de que han tenido una vida laboral duradera.

Tabla 1: Inactivos por clase principal de inactividad y sexo en España (en miles de personas)

	Jubilado o prejubilado		Labores del hogar	
	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres
2013	3.796,80	1.924,00	345,2	3.600,00
2012	3.730,90	1.870,60	331,2	3.683,30
2011	3.663,80	1.850,70	304,5	3.831,70
2010	3.602,40	1.743,20	332,9	4.042,30
2009	3.568,20	1.671,50	275	4.240,20
2008	3.509,20	1.642,50	270,4	4.511,80
2007	3.424,90	1.704,80	227,4	4.566,30
2006	3.372,40	1.561,40	228,9	4.676,90
2005	3.312,10	1.637,20	152,4	4.714,50

Fuente: Elaboración propia partiendo de datos publicados por la EPA.

Como se observa el número de mujeres inactiva se ha visto reducido desde el año 2005, esto es debido a que por causa de la crisis económica

muchas mujeres han visto la necesidad de acudir al mercado de trabajo para compensar la escasez de ingresos económicos por parte de los hombres. Estos a su vez han visto aumentada su dedicación a las tareas domésticas para compensar la reducción de horas que las mujeres dedican a este menester por realizar trabajos remunerados.

En consecuencia a lo largo de estos años la tasa de actividad se ha visto aumentada en las mujeres y disminuida en los hombres en la proporción inversa a la inactividad y por tanto, debido a la misma causa.

Como se puede observar en la tabla 2, la brecha de género entre hombres y mujeres ha descendido siendo en el primer trimestre de 2005 de 22,53 puntos porcentuales y de 12,92 puntos para el año 2013 en el mismo periodo. Como se observa en la tabla 3 esa brecha de género se agudiza más en la medida que va aumentando la edad, eso nos indica que las mujeres, conforme van teniendo cargas familiares se van retirando del mercado para atenderla, como causa de la falta de conciliación entre la vida laboral y familiar. Este grupo de mujeres responde, con carácter general, a las casadas*, como indican los datos de la EPA, por tener de quien depender económicamente una vez dejan de realizar trabajos productivos.

Indicar que el estado civil en España es muy importante. El orden de prioridad de las mujeres es primero contraer matrimonio y luego tener el primer hijo. En España el número de nacimientos fuera del matrimonio es uno de los más bajos de Europa.

Tabla 2: Tasas de Actividad por Sexo en España (en porcentaje)

	2013 TI	2012 TI	2011 TI	2010 TI	2009 TI	2008 TI	2007 TI	2006 TI	2005 TI
Hombres	66,31	66,86	67,43	67,95	69,11	69,32	68,93	68,93	68,42
Mujeres	53,39	53,35	52,67	52,05	51,51	49,73	48,61	47,47	45,89

Fuente: Elaboración propia partiendo de datos publicados por la EPA.

En los últimos 5 años en cuanto a la actividad se refiere, se ha mantenido la afluencia de mujeres al mercado laboral, aunque su ritmo de incorporación esta siendo mucho menos intenso que en las etapas

anteriores con un incremento de las mujeres activas en un 10,3% sobre el año 2007.

Los efectos negativos de la crisis sobre el mercado de trabajo femenino se han dejado sentir con mucha mayor intensidad en los niveles de ocupación, que ha retrocedido en un -9% sobre 2007, y, en especial sobre su cifra de desempleadas al registrar un incremento del 166,2% en cinco años.

Tabla 3: Tasas de Actividad por Sexo y Edad en España en el Primer Trimestre de 2013 (en porcentaje)

	Hombres	Mujeres
De 16 a 19 años	18,11	13,16
De 20 a 24 años	61,4	57,66
De 25 a 29 años	89,28	84,31
De 30 a 34 años	94,24	86,44
De 35 a 39 años	95,3	85,15
De 40 a 44 años	93,64	81,23
De 45 a 49 años	92,22	78,93
De 50 a 54 años	89	71,53
De 55 a 59 años	79,98	56,83
De 60 a 64 años	43,98	30,71

Fuente: Elaboración propia partiendo de datos publicados por la EPA

En este sentido algunas mujeres eligen estar en inactividad laboral en el momento que son madres, pero la mayoría son expulsadas del mercado de trabajo directamente a la inactividad por esta causa, sin que ellas lleguen a elegirlo, pero la discriminación a la que se ven sometidas y la desmotivación a la hora de buscar un trabajo hace que se refugie en la crianza de sus hijos.

5. Tasa de Empleo: discriminación laboral en razón a la maternidad

Actualmente, el 44% de la población activa en España son mujeres, un 1,1% más que el año pasado, según el INE. Estos datos reflejan que

existe una tendencia natural a que la situación laboral del hombre y la mujer se equiparen. Sin embargo, hoy día, la mujer sigue teniendo dificultades al acceder al mercado laboral, sobre todo en dos situaciones específicas, cuando son jóvenes (menores de 25), donde según la OIT España es el país de la Unión Europea con mayor tasa de paro juvenil, un 40,9%, el doble de la media comunitaria, y cuando se encuentran entre 35 y 40 años, edad en que las mujeres intentan volver al mercado laboral, después de un periodo de suspensión por maternidad, donde la inflexibilidad del mismo hace que la conciliación con la vida familiar sea muy complicado.

Una de las mejores maneras de reconciliar actividad profesional y familiar sería organizar los tiempos de trabajo haciéndolos más flexibles, utilizando la jornada a tiempo parcial o intensiva, evitando con esta última las dos horas de parada para comer que hacen para cualquier trabajador, y sobre todo para una madre, la jornada interminable.

Según datos de la EPA la tasa de empleo de las mujeres en España en el 1T del 2013 fue del 38,7%, mientras que para los hombres se situó en el 48,6%, es decir 9,9 puntos porcentuales inferior a la de los hombres, pero además, la brecha de género en la tasa de empleo sube a 11,5 puntos (41% las mujeres y 52.5% los hombres) cuando las mujeres activas tienen 25 años o más, edad a partir de la cual las mujeres deciden o pueden decidir ser madres, convirtiéndose en causa de discriminación en el empleo. (véase tabla 4)

Tabla 4: Tasas de Empleo por Sexo y Edad en España en el Primer Trimestre de 2013 (en porcentaje)

	Hombres	Mujeres
Menores de 25 años	17,56	17,59
De 25 y más años	52,45	41,04
De 16 a 19 años	4,5	3
De 20 a 24 años	27,2	28
De 25 a 54 años	69,3	60
De 55 años y más	22,8	13,9
Total	48,6	38,7

Fuente: Elaboración propia partiendo de datos publicados por la EPA.

España no es más que un reflejo de lo que ocurre en la unión europea, donde los mercados de trabajo no trata de igual forma a todas las mujeres, observándose diferencias entre aquellas que son madres o pueden serlo por estar en edad fértil y las que no tienen hijos ni pueden tenerlo.

Según los datos de Eurostat, a nivel de la UE, existe una brecha de 11,8 puntos entre la tasa de empleo de los hombres y mujeres sin hijos, pero esto se agudiza al comparar las tasas de empleo de los hombre y las mujeres con hijos, pasando a ser de 16,6 puntos si tienen 1 hijo, 28,5 si tiene 2 hijos y 29,2 si el número de hijos son 3. Concretamente en España se sigue el mismo patrón de la U.E. aunque las diferencias porcentuales son mayores que la media Europea. Se concluye pues, en que las tasas de empleo entre hombres y mujeres son diferentes, siendo la de la mujer menor siempre, y esta diferencia se agrava conforme aumente en número de hijos.

Es evidente que resulta muy difícil llevar trabajo remunerado y no remunerado al mismo tiempo, sobre todo cuando este es a jornada completa, produciéndose por tanto una desigualdad frente a los hombres, quienes pueden realizar un trabajo a jornada completa al no existir una distribución equitativa de las horas de trabajo doméstico.

Según la Comisión Europea las trabajadoras con hijos a su cargo son quienes solicitan la flexibilidad de la jornada situándose en un 32.2% frente al 7,7% de los hombre. En España del total del trabajo parcial, el 76% está ocupado por mujeres que alegan preferirlo para cuidar a menores o familiares dependientes.

Existen muchas restricciones que limitan la libre elección de las personas de conciliar la vida laboral y la familiar, como puede ser la situación económica, las repercusiones para la carrera profesional, el miedo de perder las destrezas desarrolladas y las competencias adquiridas, las dificultades para volver al empleo o la falta de servicios de guarderías, por ello es conveniente que se revisaras los permisos derivados de la maternidad y

paternidad para conseguir un mejor reparto de responsabilidades entre hombre y mujeres, y favorecer la calidad de vida y el bienestar de los niños.

Finalmente se analizará en este apartado la segregación ocupacional de la mujer en el mercado de trabajo, observándose una fuerte segregación vertical, donde pocas mujeres ocupan niveles jerárquicos, como horizontal, donde ocupan sectores productivos concretos relacionados con actividades que tradicionalmente ha ido desempeñando las mujeres, es el caso del sector servicio donde constituyen el 53,7% de los trabajadores en el sector.

Como se observa de la tabla 5 las mujeres se concentran mayoritariamente en el sector servicio (6.745,5), superando incluso a la participación de los hombres en este sector (5.799,7), siendo su representación en otros sectores muy escasa, como por ejemplo en la construcción (96,6), donde actualmente 952,8 miles de hombres se dedican a ese sector.

Dentro del sector servicio la ocupación total femenina se concentra en 5 ramas de actividad: en la rama del comercio (1386,7), en actividades sanitarias y servicios sociales (1021,8), en hostelería (643,8), en educación (794,4) y en empleo doméstico (590,1) según datos de la EPA.

Tabla 5: Ocupados por Grupo de Edad, Sexo y Sector Económico en España en el Primer Trimestre de 2013 (en miles de personas)

	Edad – años	Agricultura	Industria	Construcción	Servicios
HOMBRES	De 16 a 19	4,7	2,8	2,4	30
	De 20 a 24	32	50,6	25,1	217,8
	De 25 a 54	412,2	1.429,20	796	4.669,40
	De 55 y más	100,8	252,4	129,3	882,5
TOTALES		549,7	1.734,9	952,8	5.799,7
	Edad – años	Agricultura	Industria	Construcción	Servicios
MUJERES	De 16 a 19	0,4	0,6	0,3	24,2
	De 20 a 24	9	18,4	2,9	297
	De 25 a 54	120,7	502,6	84	5.525,20
	De 55 y más	43,4	60,2	9,7	899,1
TOTALES		173,5	581,8	96,9	6.745,5

Fuente: Elaboración propia partiendo de datos publicados por la EPA.

Como se observa en esta tabla, las mujeres que desempeñan funciones en el sector servicio, lo hacen principalmente en la franja de edad de entre 25-54 coincidiendo con el inicio de la edad en que ellas comienzan a plantearse la maternidad. Las mujeres elijen este sector por ser el que mejor conciliación puede ofrecerle con su vida familiar, además al ser un sector feminizado encuentras menores barreras (no que no existan) a la hora de la inserción y promoción, en el lado opuesto encontramos la construcción en la que los hombres parecen tener vetada la entrada a mujeres por ser un sector masculinizado. Las mujeres por el hecho de serlo y sobretodo las madres, ven limitado el mercado de trabajo donde desempeñar funciones retributivas, limitada la capacidad de promoción, y por tanto la capacidad para asumir responsabilidades. El hecho de que las mujeres sean porcentualmente mucho menor en el desempeño de puestos de mando, es una realidad ¿quizás no puedan ser capaces por tener que atender también a sus hijos? ¿o son ellas mismas las que al no poder conciliar vida laboral y profesional renuncia a su promoción?.

Numerosos empresarios estiman que un puesto de mando requiere de una persona con unas cualidades determinada: inteligente, creativa, con iniciativa, don de mando, don de gente, disponibilidad para viajar y sobre todo dedicación, que por supuesto requiere de mucho tiempo. Tiempo que un hombre puede dedicarle por no tener asumidas obligaciones domesticas (inclúyase aquí el cuidado de hijos y familiares) y que una mujer no podría prestar tal dedicación por querer o ser madre en la sociedad de hoy. Así se encuentra con una discriminación simplemente por la falta de concienciación.

6. Tasa de Desempleo

Pese a la diferencia de partida en datos absolutos de población activa de mujeres y hombres, la tasa de paro de las mujeres superó a la de los hombres (27,61% mujeres, 26,78% hombres). Si la tasa de actividad femenina fuera igual que la masculina, la tasa de paro femenina se situaría en el 39,7%, porcentaje que casi duplicaría la tasa de paro masculina.

Las causas por las que una mujer puede verse en desempleo son básicamente dos, la primera es por falta de cualificación, que afecta en mayor medida a mujeres jóvenes menores de 25, la segunda es la posibilidad de embarazo y posterior maternidad, que empiezan a plantearse las mujeres a partir de 25 años.

Tabla 6: Tasa de Paro por Grupo de Edad y Sexo en España en el Primer Trimestre de 2013 (en porcentaje)

	Total	Menores de 25	De 25 y más
Hombres	26,78	59,21	24,24
Mujeres	27,61	54,96	25,41

Fuente: Elaboración propia partiendo de datos publicados por la EPA.

Respecto al primer trimestre del 2013 el desempleo ha aumentado en todos los grupos de edad femenino, debido a la intensificación de los efectos de la crisis observada a lo largo del 2012.

La tasa de desempleo, que afecta en mayor medida a las mujeres, influye sobre la decisión de ésta en invertir en capital humano (Becker, 1964) como medida para aumentar las posibilidades de empleo, por tanto la educación influye sobre el momento de incorporarse al mercado de trabajo de este colectivo y como consecuencia retrasa la maternidad, por tanto esa decisión de aumentar el tiempo de formación para conseguir en un futuro ingresos superiores tiene efecto sobre otras decisiones de la mujer como es el momento de ser madres, lo que reduce su intervalo de tiempo fértil.

7. La Estimación de Producción Doméstica

Para desarrollar este punto me he apoyado en la publicación del Ministerio de Cultura e Instituto de la Mujer.: El trabajo de las mujeres. Serie debate. Madrid, 1987.

Tener hijos afecta a la oportunidad de empleo, la necesidad de proporcionar cuidados a la familia y las tareas domésticas adicionales tienen un impacto financiero y aumentan los costes de oportunidad del

trabajo, que afecta fundamentalmente a las mujeres por ser ellas quien más tiempo dedican a estas labores, y quienes en algún momento de su vida llegan a plantearse el valor de ese coste de oportunidad.

Existen fórmulas para estimar económicamente el valor del trabajo de producción doméstica, que permiten compararlo con el trabajo remunerado. Como el trabajo doméstico es realizado principalmente por mujeres, esta comparación se hace con el fin de valorar la aportación de estas mujeres, que bien pueden dedicarse exclusivamente al trabajo doméstico o llevar una doble jornada (trabajo doméstico y trabajo remunerado). La ausencia de su valor en términos monetarios hace infravalorar su aportación en una sociedad eminentemente materialista y capitalista que pretende que todo tenga un valor económico.

- a) Una de las fórmulas se hace en base al coste de oportunidad. Este cálculo se realiza multiplicando el número de horas dedicadas al trabajo doméstico por su salario potencial.

$$P = (QT \times S) \times N$$

P= valor anual de producción doméstica

QT= cantidad de tiempo doméstico

S= coste de oportunidad

N= número de trabajadoras/es domésticas/os

- b) Otro de los métodos emplea el enfoque de sustitución de/de la trabajador/a doméstico/a. Dentro de este tipo se puede encontrar dos maneras de calcular el valor del trabajo doméstico.

- i) Sustitución por empleado/a doméstico/a. El valor se obtiene de multiplicar la tasa de salario de un/a empleado/a doméstico/a por el número de hogares

$$P = D \times H$$

P= valor anual de producción doméstica

D= salario anual medio de empleada/o doméstica/o

H=número de hogares

- ii) Substituição por diferentes serviços do mercado correspondentes a cada tipo de tarefa doméstica. Se avalia o tempo dedicado a tarefa e se aplica a taxa de salário do/de a especialista em dita tarefa.

$$P = N \times \sum_{i=1} (QT_i \times S)$$

P = valor anual de produção doméstica

QT_i = quantidade de tempo de tarefa i

S = taxa de salário em mercado do/de a especialista em tarefas i

n = número de funções de desregulação do trabalho doméstico

N = número de trabalhadores e trabalhadoras domésticas

O resultado da aplicação de estas fórmulas em diversos países ocidentais põe de relevo que há mais mulheres que homens que realizam atividades produtivas; pois são elas as que maioritariamente fazem as tarefas domésticas, e as que ademais as compaginam com atividades remuneradas.

O trabalho doméstico não é valorado pela sociedade e com frequência não se vê realmente como repercute na economia em seu conjunto.

As mulheres e os homens que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico deveriam ser consideradas como parte da população ativa, e assim o trabalho doméstico como um indicador da produção dentro do mercado. Isto repercutiria positivamente na economia de estas pessoas (em sua maioria mulheres), que teriam o direito a cotizar na Segurança Social e a receber uma pensão por jubilação e não ter que depender economicamente de outra pessoa (esta dependência tem sido a causa de pobreza de muitas mulheres que haviam dedicado toda sua vida ao lar e por um motivo ou outro se têm visto sem a pessoa que as mantinha).

Em conclusão direi que é necessário valorar muito mais o trabalho não remunerado que realizam as mães e reconhecer o valor da vida que elas aportam como um bem irrenunciável para uma sociedade que quer prosperar. É dizer, valorar a maternidade não como uma carga mas como

una esperanza en el futuro. Este reconocimiento exige avanzar en el análisis y profundización de la maternidad como hecho personal, familiar y social trascendental que conlleva importantes ventajas personales y sociales.

No cabe duda que la situación de la mujer en el mercado laboral ha evolucionado y lo está haciendo positivamente, equiparándose en algunos sectores al hombre en salario y en contratación. Sin embargo, todavía queda mucho recorrido que hacer, Gobierno y empresas tienen que reconsiderar la situación que sufre la mujer en el entorno laboral y prestar más apoyo mediante políticas de empleo compatibles con la conciliación, donde la maternidad no sean un obstáculo en la vida profesional de las mujeres.

Es fundamental continuar caminando en el reconocimiento social y económico del papel de las mujeres que son madres, realicen prestación de servicios en el mercado de trabajo o no.

REFERENCIAS

ARIZA, A.; UGIDOS, A.: *Entrada a la maternidad: efectos de los salarios y la renta sobre la fecundidad*. Centros de Estudios Andaluces, consejería de la Presidencia, 2007.

BAILON. E.; ORGAZ M.J.: *Limitaciones laborales en el embarazo*. Tema a debate, Granada, 2005.

CASTRO, C; PAZOS, M: *Permiso de maternidad, de paternidad y parentales en Europa: algunos elementos para el análisis de la situación actual (188-197)*, 2007.

IBANÉZ, M.: *Fecundidad, participación femenina en le empleo y políticas de conciliación en España*. Universidad de Oviedo, Oviedo ,2009.

LÓPEZ, M. T.; Gómez, M.; VALIÑO, A.: *Mujer e igualdad de trato*, Cinca, Madrid, 2011.

SECRETARIA CONFEDERAL DE LA MUJER CCOO. “100 persistentes desigualdades de género en la realidad socio-laboral de las mujeres”. *Cuaderno de Información Sindical*. n. 32, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE EMPLEO; *La situación de las mujeres en el mercado de trabajo*, Ministerio de Empleo y Seguridad Social, 2013.

TORTUERO, J.L. “El desempleo y la maternidad/paternidad en la Ley Orgánica de Igualdad”. Estudios, *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales* (241-259), 2007.

VVAA; *Legislación Laboral y Seguridad Social 16ª. Ed.*, Aranzadi, 2013.

VVAA; *Prevalencia de exposición a riesgos laborales en trabajadoras embarazadas*, SEESPAS, 2009.

VVAA; *Desigualdades de género en salud laboral en España*, SEESPAS, 2011.

A Questão da Autoria Masculina e Feminina em *Orgulho e Preconceito* e *Senhora*

La Cuestión de la Autoría Masculina y Femenina en Orgullo y Prejuicio y Señora

The issue of Male and Female Authorship in Pride and Prejudice and Senhora: profile of a woman

Dignamara Pereira de Almeida Sousa
Daise Lilian Fonseca Dias

Resumo: neste artigo, à luz das teorias críticas feministas, é enfatizada a questão da autoria masculina e feminina analisando-se as relações de gênero nos romances *Orgulho e Preconceito* (1813), da inglesa Jane Austen, e *Senhora* (1875), do brasileiro José de Alencar. Para essa abordagem, considerou-se o discurso de ambos os autores sobre os problemas relacionados ao sexo feminino, tais como: a educação, a cultura, a moralidade e o casamento na sociedade aristocrática inglesa e na brasileira do início e fim do século XIX, respectivamente.

Palavras-chave: autoria, críticas, gênero, discurso.

Resumen: el objetivo de este artículo, a la luz de las teorías críticas feministas, es analizar las relaciones de género en las novelas *Orgullo y Prejuicio* (1813), de la escritora inglesa Jane Austen, y *Señora* (1875), del escritor brasileño José de Alencar. Para este abordaje, se consideró el discurso de ambos autores sobre los problemas referentes al sexo femenino, tales como la educación, la cultura, la moral y el matrimonio en la sociedad inglesa aristocrática y en la brasileña de inicios y finales del siglo XIX.

Palabras clave: autoría, críticas, género, discurso.

Abstract: this paper focus on the issue of male and female authorship by analyzing the gender relationships displayed in the novels *Pride and Prejudice* (1813), by the English female author Jane Austen, and *Senhora: Profile of a Woman* (1875), by the Brazilian male author José de Alencar. The analyses are informed by the feminist literary criticism. The discourse of both authors on female-related issues is analyzed. Those issues encompass the following: education, culture, and morality and marriage in the English and Brazilian aristocratic societies of the beginning and of the end of the 19th century, respectively.

Keywords: authorship, criticism, gender, discourse.

Dignamara Pereira de Almeida Sousa é graduada em Letras (Língua Vernácula e Língua Inglesa- UFCG.) e Especialista em Estudos Literários (UFCG). **E-mail:** dignamarab@hotmail.com

Daise Lilian Fonseca Dias é graduada em Letras (Língua Vernácula e Língua Inglesa-UFRN), Mestre em Literaturas de Língua Inglesa (UFPB); Doutora em Literatura e Cultura (UFPB) e professora de Língua Inglesa e suas Literaturas (UFCG). **E-mail:** daiselilian@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Sabe-se que, por muito tempo –, sobretudo no contexto do século XIX quando foram escritos os romances *Orgulho e preconceito* (1813), da inglesa Jane Austen, e *Senhora* (1875), do brasileiro José de Alencar –, havia sido negado à mulher o direito à pena, à educação, à propriedade, ao voto, assim como o de exercer cargos públicos, entre outros. Entretanto, com muita luta, elas puderam, finalmente, conquistar um espaço próprio em um mundo dominado pelos homens, ainda no século em debate, como mostram Woolf (2004), Gilbert e Gubar (1984; 1996) e Showalter (1977). No universo literário, não foi diferente. Tanto no que tange à posição de escritora quanto à de personagem, a mulher foi duramente criticada e silenciada. A questão do espaço ocupado por ela em textos literários continua promovendo várias e prolongadas discussões no campo da crítica, especificamente feminista, notadamente desde a segunda metade do século XX.

As críticas feministas perceberam, ao analisar obras do cânone literário, composto em sua maioria – e inicialmente apenas - por autores masculinos, práticas misóginas em relação à representação da mulher e do seu espaço na ficção, conforme mostra Showalter (1977). Verificou-se que o espaço relegado a ela era o privado, mesmo que por algumas vezes pudesse transitar pelo público, embora isso acontecesse, em geral, com o objetivo de fazer-se conhecida para conseguir um casamento, travar novas amizades, ou acompanhar a família, geralmente os pais ou marido. Dessa forma, sua posição no texto literário era apenas secundária em relação ao lugar ocupado pelo homem, sendo marcado, em sua ampla maioria, pela submissão e resignação. Além disso, a figura feminina era representada por meio de estereótipos, tais como: anjo, demônio, virgem, prostituta devassa, esposa ideal, adúltera infame, louca e tantos outros que a tradição literária masculina difundiu por meio de personagens.

1. A Mulher na Literatura de Autoria Masculina e Feminina

Um exemplo do uso de estereótipos para representar a mulher é encontrado em *O Anjo do Lar* (*The Angel in the House*), um poema escrito pelo poeta inglês Coventry Patmore (1823-1896), publicado em 1854 e 1865. A obra narra o ideal de casamento feliz, seguindo a premissa de que a mulher deve ser um anjo para o marido e para o lar. O poema é composto por hinos de louvor, nos quais o poeta narra o namoro e o casamento de Honoria, “uma jovem cuja graça sem egoísmo, gentileza, simplicidade, e nobreza revelam que ela não é apenas um padrão de dama vitoriana, mas quase, literalmente, um anjo na terra” (GILBERT & GUBAR, 1984, p. 23; tradução nossa).

Na verdade, Patmore apresenta muitos detalhes que sublinham a simplicidade quase patética da vida dessa mulher modelo, vivenciada por muitas na vida real e na literatura. Gilbert e Gubar (1984, p. 23; tradução nossa) afirmam que esse tipo de texto do século XIX, “havia se proliferado, levando jovens meninas à submissão, modéstia [...]; relembrando a todas as mulheres que elas deveriam ser angelicais”. Observa-se que as virtudes de modéstia e pureza angelical foram divulgadas, sobretudo pela pena masculina, para que as mulheres pudessem admirar e seguir aquele padrão recomendado por eles, enquanto representantes da sociedade patriarcal.

Entretanto, muitas autoras também reproduziam em suas obras tais recomendações, como a brasileira Júlia Lopes de Almeida em alguns de seus livros/manuais para moças e noivas, tais como, *Livro das Noivas* (1896) e *Livro das Donas e Donzelas* (1906). No primeiro, a autora aponta que, para serem modernas, as mães deveriam ler para instruírem os seus filhos e para melhor contribuírem na organização doméstica, contudo, teriam a obrigação de suprirem as necessidades e os caprichos do marido. Assim, o empenho delas no lar, de uma maneira geral, tende a ser característica universal para aquelas que aspiram à felicidade. A responsabilidade da mulher circunscreve-se no prover bons cidadãos para a pátria, pois, quando se é mãe, o exemplo é a dignidade; e quando se é esposa, a moral.

No segundo, *Livro das Donas e Donzelas* (1906), ela prosseguiu no mesmo padrão, referente à instrução do sexo feminino, ao possibilitar novos temas úteis, tais como, conselhos para a manutenção do lar, assuntos e notícias em relação à luta feminina, que já ocorria desde meados dos oitocentos. Portanto, não se centrou mais exclusivamente no âmbito doméstico e insistiu na educação das mulheres.

Além das características angelicais, a mulher deveria ser altruísta, aquela que vive “por” e “para” os outros, um ideal também difundido pela cultura patriarcal, e como as feministas apontam a pretexto da crítica: “uma mulher de sentimentos corretos deveria dedicar-se ao bem dos outros” (GILBERT & GUBAR, 1984, p. 24; tradução nossa). Dedicar-se aos outros significava esquecer-se de si mesma em favor do próximo. Alexander Welsh, citado por Gilbert e Gubar (1984), nota que no século XIX, a figura feminina passou a não ser apenas o anjo do lar, mas também “O Anjo da Morte” (Angel of Death), por estar morta em vida, para seguir esse ideal de pureza e abnegação:

Abrir mão do próprio eu não significava apenas ser nobre, mas estar morta. Uma vida que não tem história, como a vida de Makarie de Goethe é realmente uma vida de morte, morte em vida. O ideal de “pureza contemplativa” evoca, finalmente, tanto o céu quanto a sepultura (GILBERT & GUBAR, 1984, p. 25; tradução nossa).

Como se vê, essa figura de anjo foi apontada por muitos escritores da época, a exemplo da personagem Makarie, do romance *Wilhelm Meisters Lehrjahre* (*Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister-1795-1796*), do autor alemão Johann Wolfgang Von Goethe (1749-1832), que não só representa a virgem enclausurada da cultura ocidental, mas também a ancestral direta do anjo do lar. Goethe, como outros autores, utilizou a pena – símbolo do poder fálico - para perpetuar o ideal de mulher virgem e anjo, totalmente devota do lar e assim assegurar o poder masculino na sociedade e, conseqüentemente, na literatura, estereotipando a figura feminina com inúmeros adjetivos que prescrevem submissão e insignificância.

2. O Poder do Falo na Literatura

Segundo Gilbert e Gubar (1984), a literatura é predominantemente uma seara masculina: nela repete-se a essência da sociedade patriarcal, ou seja, o poder do pai e as relações de paternidade - entre homem e mulher - as quais são também de poder e se ligam profundamente aos sexos; tais concepções estão presentes não só na escrita, mas também na vida prática. Logo no início da sua obra, Gilbert e Gubar (1984, p. 3; tradução nossa) fazem a pergunta que se tornou famosa, “Is a pen a metaphorical penis?” (Seria a pena um pênis metafórico?). A resposta é “sim”, sem dúvida, pois sendo o órgão sexual masculino o que dá início ao processo de geração da vida dentro do corpo da mulher, o falo foi desde sempre compreendido como um símbolo de criação e na literatura não é diferente. As autoras concluem que, sobretudo no contexto do século XIX, a “sexualidade masculina, em outras palavras, não [era] apenas analogicamente, mas na realidade a essência do poder. O lápis do poeta [era] de algum modo, (mais do que figurativamente) um pênis” (GILBERT & GUBAR, 1984, p. 4; tradução nossa).

Não é surpreendente que a maioria dos textos considerados canônicos, fundadores da tradição literária ocidental, tenha sido escrita por homens, tais como Homero, Dante, Camões, Shakespeare, Goethe, Flaubert, entre outros. A literatura é, claramente, uma área na qual as mulheres não tiveram voz por muito tempo. Mas quando suas vozes puderam ser ouvidas, ou quando elas se deram conta das imagens forjadas delas mesmas pela pena masculina, foram apontadas como loucas ou monstros que queriam invadir o espaço masculino, pois muitas escritoras escreveram como forma de subversão aos estereótipos usados para representá-las.

Como aponta Woolf (2004), muitas mulheres que tentaram subverter a ordem patriarcal falocêntrica sofreram duras críticas pelo que escreveram e pelos temas abordados em suas obras, considerados triviais, superficiais e substancialmente femininos. Poucas foram as que conseguiram sobreviver

em uma tradição literária que excluiu tenazmente seu sexo e criar uma tradição literária feminina, como Jane Austen. Muitas delas terminariam trancafiadas em casa como loucas, histéricas ou morreriam, como a personagem Bertha Mason, do romance *Jane Eyre* (1847), da inglesa Charlotte Brontë. No caso de Judith, uma irmã fictícia de Shakespeare, criada por Woolf (2004), segundo a autora, se tivesse existido e com o mesmo talento e genialidade do irmão, não poderia escrever, muito menos viver como ele em um mundo dominado pelo poder do falo.

Em vista disso, a mulher que tentasse experimentar a pena para tornar-se escritora teria que se deparar com a tradição autoral masculina que a precedeu. Fatalmente, essa tradição, em sua ampla maioria, pintou a mulher em cores suficientemente fortes no que tange à estereotipia de papéis de anjo/monstro, enfatizando a própria preferência pelo anjo e o repúdio pelo monstro, e denunciando o anjo que esconde o monstro, além de desqualificar as obras de autoria feminina.

Segundo Gilbert e Gubar (1984), a mulher que se apropria da pena para escrever está, inconscientemente, apropriando-se de um objeto masculino, o representante do falo, já que ela não tem um órgão sexual que corresponda a ele para criar. Isso geraria um embate psíquico inconsciente, que muitas vezes se tornou consciente por meio da própria escrita das autoras quando estas discutiam o ato de escrever em suas obras, a exemplo do comentário da personagem Anne Elliott, no romance *Persuasão* (1818), de Jane Austen: “[...] os homens têm tido vantagem sobre nós ao contar suas histórias. A educação tem sido deles em um nível muito maior; o lápis tem estado em suas mãos” (AUSTEN, 1994, p. 129, tradução nossa). Em virtude disso, juntamente com o peso dos estereótipos anjo/monstro que as representavam e assombravam, os quais foram impostos e incorporados pela mulher em razão da tradição literária patriarcal, estaria o gérmen do que Gilbert e Gubar (1894) chamaram de *angústia da autoria*, mais precisamente, a angústia da autoria feminina, o que denota, logo de início, que tornar-se escritora seria uma experiência traumática para muitas delas.

O poeta Theodore Roethke acusou tenazmente a escrita feminina oitocentista por tratar de temas triviais e não ter senso de humor como os homens. Gilbert e Gubar (1984, p. 542; tradução nossa), por sua vez, dizem que

Roethke ataca as mulheres poetas por fazerem exatamente o que os poetas faziam – isto é, por escreverem sobre Deus, destino, tempo, e integridade, por escreverem, obsessivamente, sobre os mesmos temas ou assuntos, e assim por diante. Contudo, a linguagem dele sugere que é precisamente o sexo dessas mulheres literárias que subverte sua arte.

Conforme o fragmento citado, muitas mulheres oitocentistas tratavam em suas obras dos mesmos temas que os homens e foram julgadas e criticadas apenas por serem desse sexo e não terem o órgão detentor do poder, ou seja, elas seriam, nesse sentido, seres castrados, devido à falta do falo, o órgão do poder.

Nota-se que a crítica literária masculina não facilitou a entrada das mulheres no campo literário. Para Woolf (2004), além do efeito das críticas negativas, as pioneiras do início do século XIX tiveram que enfrentar outra dificuldade: quando elas começaram a se arriscar na pena, não tinham amparo de uma tradição de autoria feminina e o que existia até então ela classifica como “muito pouco e de pouca utilidade”. Segundo a autora, isso deve ter afetado consideravelmente os escritos femininos. O que lhes restou fazer foi criar sua própria tradição e passar a escrever como uma mulher: “mas como uma mulher que esquecera ser mulher, de modo que suas páginas se enchiam daquela curiosa qualidade sexual que só aparece quando o sexo não tem consciência de si mesmo” (WOOLF, 2004, p. 102).

Woolf (2004) recomenda que as mulheres deveriam esquecer-se do próprio sexo e, principalmente, das condições sociais nas quais viviam, se quisessem escrever algo de qualidade, que não fosse mera imitação dos modelos estabelecidos ou efusões lamuriosas de sua condição. Entretanto, conforme referido, depois de lutas árduas em favor de sua causa, grande parte das pioneiras que desejaram entrar no mercado editorial conseguiram

vencer as angústias comuns de sua situação e eventos traumáticos para formarem o que hoje se considera a tradição literária de autoria feminina. Um exemplo disso, como mostra Showalter (1977), é Jane Austen que, em meio às críticas masculinas e femininas sobre sua obra, escreveu sobre assuntos considerados triviais e femininos, porém preocupou-se em criticá-los, sobretudo os valores esperados e procurados no casamento e, principalmente, como se operam esses valores dentro da sociedade para determinar os relacionamentos entre homens e mulheres.

3. A Questão da Autoria (masculina x feminina)

No contexto das discussões aqui apresentadas sobre relações de gênero e autoria, destaca-se também, por tratar dos valores aos quais se operam o casamento e da função da mulher na sociedade, a obra *Senhora*, de Alencar. O autor escreveu essa obra de maneira incomum para os escritores masculinos ao longo dos tempos (até então), pois nesse romance quem domina é aquela que, segundo as regras da sociedade patriarcal vigente, deveria ser dominada. Por esse motivo, a heroína do romance subverteu a ordem vigente que, de nenhuma forma, considerava a mulher apta para administrar a si própria, muito menos, bens materiais. Todavia, sabe-se que no desfecho da narrativa, a posição da mulher volta ao estado de submissão relegado a ela. Isso acontece por que, como Ribeiro (1996, p. 213) aponta:

A forma que a narrativa encontra para resolver seus impasses não é - e não poderia ser - uma descoberta de Alencar. Ela se oferecia dentro de uma tradição muito cristalizada, nos limites da cultura de que se alimentava o romancista.

Com base nessa citação, e relativamente à posição de Alencar, serão analisadas as perspectivas referentes à representação feminina em *Senhora* (1875), ora apontando o discurso falocêntrico do autor, ora a trajetória de “emancipação” da protagonista.

Não se pode negar que, tanto nas obras de autoria masculina quanto nas de autoria feminina, é central a questão da (re) definição dos papéis sexuais, já que em seus textos, tanto os homens criavam estereótipos negativos para afirmar a submissão do feminino ao masculino quanto as mulheres tentavam quebrar e negar essas imagens negativas, a fim de apontarem outras perspectivas sobre o próprio sexo, como capaz e ativo. Para tanto, no estudo de qualquer obra, sobretudo aquelas produzidas até às primeiras décadas do século XX, a autoria passa a ser um elemento indispensável de análise, pois quem escreve – como sempre acontece, mas isso ganha destaque nas análises feministas – transmite a própria visão de mundo e a ideologia do tempo em que vive -, ambas travestidas na voz do narrador e/ou de personagens.

Neste sentido, e incluindo-se também a autoria feminina, é pertinente analisar, à luz das teorias feministas, a ideologia patriarcal injetada nos textos literários por meio das figuras do narrador/autor. Nesta acepção, segundo Ribeiro (1996, p. 144):

A presença do narrador se faz sentir, desde o princípio, ao dar nome ao livro e às partes que o compõem. Tal denominação já traduz uma maneira de ver os acontecimentos que irão ser relatados; é, já, um prévio julgamento das ações que estão por vir.

Obviamente que o autor, por intermédio da figura do narrador, é consciente do tema que será abordado na obra, desde a escolha do título às partes que a compõem, assim como as estratégias para narrar os acontecimentos e os julgamentos de valores que serão expostos na narrativa. Como exemplo disso, destaca-se a obra *Senhora* (1875), na qual o próprio título denota o tipo de relação que rege a vida dos protagonistas: Seixas (servo) e Aurélia (senhora). O mesmo ocorre com os nomes escolhidos para as quatro partes que compõem o livro. Usando o jargão do direito comercial e das transações financeiras, o narrador denomina as partes como, *O Preço*, *Quitação*, *Posse* e *Resgate*. Com isso, aponta para a significação maior do tema do romance: casamento de conveniência.

Também, na obra *Orgulho e Preconceito* (1813) as palavras que compõem o título, de uma maneira mais geral, indicam a relação de sentimentos e atitudes entre os protagonistas, Elizabeth e Darcy, bem como a indicação do preconceito da sociedade em razão de um homem rico (Darcy) casar-se com uma moça (Elizabeth) que não era do seu meio social. Toda a narrativa se dá em torno desses sentimentos equivocados que fazem com que os próprios personagens atentem para as armadilhas que as convenções sociais lhes impõem.

Leite (1989, p. 6) trata da autoria expondo abordagens de alguns estudiosos sobre a relação autor-narrador. Um deles é Foster, que define o homem criado pela ficção, ou o *homo fictus*, ao dizer que “criador e narrador é um só”. Nota-se que pelo narrador, pode-se conhecer o autor, suas ideologias e crenças, já que não há, de certa forma, distinção entre ambos, pois quem narra, narra o que viu, o que viveu, o que testemunhou, mas também, o que imaginou, o que sonhou, o que desejou. Assim, uma obra literária analisada pela ótica feminista não deve desconsiderar a relevância da questão autor/narrador, e nem o contexto em que está inserida (CÂNDIDO, 2000) - pois, com base em cada um desses aspectos são retratadas as condições das relações de gênero. Stein (1994, p.13) reforça esse pensamento sobre a questão da autoria e do elemento social, ao dizer que “um escritor não é imune às influências da época em que viveu, e (...) sua obra, portanto, também não está desligada do contexto social em que é produzida.”

A crítica feminista ao discutir a questão da autoria e a autoridade masculinas nos textos literários escritos por homens e mulheres, considera a voz narrativa um tropo fundamental na reavaliação das representações femininas em obras escritas por ambos os sexos. Lanser (1992), citado por Macedo (2005), avalia que o estatuto do narrador e da autoridade narrativa é sempre constituído em conformidade com o poder social dominante, ou seja, a forma de se construir o feminino pela ótica masculina é diferente da maneira como as mulheres o fazem. Isto ocorre porque o primeiro sexo – sempre considerando o contexto oitocentista - é que está no poder,

dominando a realidade e a ficção. O texto literário, dessa forma, é marcado pela autoridade masculina, que injeta doses de afirmações falocêntricas no ato da escrita, comprovando, assim, o poder do sexo na linguagem.

4. As Protagonistas e as Relações de Gênero

As discussões elencadas são relevantes para a presente análise, pois elas se detêm nas diferentes perspectivas e pontos de vista sobre a representação da mulher nos textos que são objeto de estudo deste artigo, já que as obras que compõem o *corpus* selecionado foram escritas por dois autores de sexos diferentes e que vivenciaram contextos sociais distintos, mas dialogam sobre o mesmo tema: a condição feminina oitocentista. Além disso, ambas as obras trazem em seus enredos questões referentes às condições de vida das mulheres de tal época, o que compreende o amor, o mercado matrimonial e, principalmente, o dinheiro em relação a esses dois fatores importantes.

Nota-se que os romances em estudo apresentam as condições das mulheres oitocentistas, mas também apontam que muitas - no caso das protagonistas - não eram conformadas com tais situações, de modo que criticavam e reagiam, comedidamente, contra tal sistema. Apesar disto, é importante ressaltar que a reação de Elizabeth e Aurélia contra o que era imposto ao seu sexo se deu até certo ponto, pois elas não podem ser consideradas como mulheres completamente transgressoras, visto que não se envolveram em militâncias por reivindicações de direitos, por exemplo. Mesmo assim, as protagonistas avançaram em diversos aspectos: na assertividade do discurso que apresentavam; na consciência de que o sexo feminino não passava de um objeto no mercado matrimonial; e na compreensão de que a sociedade não se importava com os sentimentos delas.

Analisando especificamente as protagonistas, sabe-se que Aurélia ocupou uma posição de evidência na sociedade que Elizabeth não ocupou. O dinheiro herdado lhe proporcionou uma educação mais rebuscada,

pôde não só escolher, mas comprar um marido. Entretanto, a primeira diferencia-se da segunda, porque da mesma forma que o dinheiro foi sua força subversiva, foi também o motivo que a fez morrer em vida, pois entregando seu testamento ao marido e tornando-o herdeiro universal de sua fortuna, entregou-lhe também o controle da própria vida. O testamento é um documento que traz benefícios para outras pessoas depois da morte de alguém. Nesse caso, Aurélia ainda não tinha morrido, mas, segundo o narrador, por amor entregou tudo que era seu ao amado.

Por se tratar de uma obra de autoria masculina, supõe-se que o narrador de *Senhora* (1875) assume uma postura patriarcal, tanto ao “matar” a personagem em favor do outro, o homem - que volta ao seu lugar de direito e de senhor do discurso - quanto por supervalorizar o sentimentalismo feminino mediante total abdicação da mulher em favor do ser amado. A metáfora da paternidade literária discutida por Gilbert e Gubar (1984) explica esse fator ao apontar que o autor tanto cria quanto mata suas personagens:

Um paradoxo final da metáfora da paternidade literária é o fato de que da mesma forma que um autor tanto gera e aprisiona suas criaturas fictícias, ele as silencia ao privá-las de autonomia (isto é, do poder do discurso independente) até mesmo quando dá vida a elas. Ele as silencia e (...) as paralisa, ou – encrustrando-as no mármore de sua arte - as mata (GILBERT & GUBAR, 1984, p. 14; tradução nossa).

O autor, com sua autoridade de “pai” do texto, cria, molda e, por último, aprisiona a figura feminina com a força de sua pena. O caso de Aurélia, por exemplo, é bastante complexo, pois ela não é uma personagem que se submete ao marido em toda narrativa, embora seja construída pelo narrador dando sinais de emancipação. A protagonista age sobre o mundo, por meio do dinheiro, para defender seus ideais subjetivos, para que eles não sejam diminuídos ou reprimidos pela sociedade.

O narrador de *Senhora* (1875) traça a trajetória de vida da personagem, apresentando os estágios de pobreza, ascensão e, por fim, de submissão de Aurélia, ou seja, ele primeiro coloca a heroína como uma moça totalmente

nula diante da sociedade, por além de ser pobre ser mulher, em seguida confere a ela o direito de emancipar-se, transitando por todos os espaços (público e privado), embora ele a restrinja ao lar, a maior parte do tempo. Tudo isso para, por fim, depois de ter colocado o poder nas mãos dela, fazer com que a protagonista, por amor, abdique de tudo o que conquistou. A voz narrativa mostra que a mulher, mesmo tomando consciência da situação na qual vivia, volta ao papel dado a ela nas relações de gênero: o de *escrava/submissa*.

No trecho a seguir, Aurélia não só assume o lugar de submissa na relação de poder dentro do matrimônio, mas implora ao marido que tome posse de sua alma: “Aquele que te humilhou, aqui a tens abatida, no mesmo lugar onde te ultrajou, nas iras de sua paixão. Aqui a tens implorando seu perdão e feliz porque te adora, como o senhor de sua alma” (ALENCAR, 2011, p.263). Percebe-se que Aurélia não vê alternativa a não ser recompor seu antigo *status*, sendo novamente submissa à ordem patriarcal, retornando também ao espaço que sempre fora da mulher, o privado. Ao perder o poder, por seu próprio consentimento, ela perde a soberania no casamento e sobre si mesma, já que não tem mais o que administrar, torna-se apenas a propriedade de direito do marido. A atitude dela é extremamente positiva/romântica, na perspectiva patriarcal, já que se sente feliz ao adorar seu senhor; mas, negativa à luz do pensamento feminista, pois como reflete Ameno (2001, p. 143): “Por que a mulher é incapaz de fazer revolução? Porque, em vez de dividir seu espaço, a mulher doa; em vez de adaptar seus desejos, ela os anula; em vez de sentir prazer, dissimula; em vez de viver, sacrifica-se”.

Para estar com o amado, Aurélia renuncia a si mesma como sujeito, pois a entrega do testamento é, figurativamente, a entrega de sua vida, como também a renúncia do dinheiro que lhe deu poder. Fazer isto é a única maneira que a personagem encontra de ter Seixas para si, já que o mesmo diz a ela que, “tua riqueza separou-nos para sempre” (ALENCAR, 2011, p. 263). Ou seja, Aurélia deve entregar-lhe a única arma com a qual lutou contra o sistema patriarcal: o dinheiro. Com isto, morre a senhora

para nascer a esposa. Com a renúncia, Fernando pode assumir plenamente seu papel de homem, de marido e de proprietário, tanto do capital quanto dela.

Supõe-se com o desfecho de *Senhora* (1875) que, naquele contexto, o discurso falocêntrico, ou seja, a autoridade masculina sempre transcendia às páginas do texto ficcional e que era maior que a autoridade feminina - a qual, quando acontecia - tinha um caráter temporário. Depreende-se que o autor aponta que a mulher podia, em alguns casos, transitar pelo espaço do homem, mas que não o ocuparia de fato. Fica implícito, também, poderia despertar de sua condição e, em alguns casos, como o de Aurélia, mesmo que por um tempo, apropriar-se do poder, da autoridade, embora, no final, toda a subversão da ordem patriarcal por ela proposta seja invertida a favor do homem. Neste sentido, conforme discute Ameno (2001, p. 83) em sua crítica ao patriarcado:

A mulher que chega ao poder copiando a dominação não conseguirá nunca fazer com que o gênero feminino deixe sua condição de subordinação. Não basta à mulher fazer sua escolha individual, “quero ser A” e uma outra dizer: “Quero ser B” o mundo social deve estar adaptado para conter os dois elementos em harmonia.

Em todo caso, é correto supor que a sociedade da época de Alencar não estava preparada para uma heroína como Aurélia e que o narrador, por sua vez, estava denunciando a condição opressora e reprimida da mulher, responsável por impossibilitá-la de agir contra a sociedade hostil. Assim, não se pode desconsiderar a hipótese do autor estar exprimindo simpatia à causa da mulher, sobretudo se for considerado o fato de que as outras protagonistas dos romances de Alencar, tidos como *de perfis femininos*, elas ou morreram - como forma de redenção e purificação da alma corrompida, como é o caso de Lúcia, do romance *Lucíola* (1862) - ou como Emília, protagonista de *Diva* (1864), que se ajoelha aos pés do amado, seu senhor, deixando-o dominá-la e aceitando, com plenitude, a sua condição feminina, tal e qual lhe prescrevia a moral dominante, conforme fez Aurélia. Além disso, a escolha de palavras da voz narrativa em *Senhora* (1875), conforme

exposto nas citações ao longo desta análise, são suficientes para comprovar que a postura patriarcal, de modo planejado, prevalece na obra.

Em uma passagem de *Senhora* (1875), a fala do narrador relativamente à representação feminina pode sugerir posicionamento patriarcal ao dizer que, “o coração, e ainda mais o da mulher que é toda ela, representa o caos do mundo moral. Ninguém sabe que maravilhas ou que monstros vão surgir desses limbos” (ALENCAR, 2011, p. 115). Analisadas sob a ótica feminista, as palavras “caos moral” referente ao coração de uma mulher remetem, em linhas gerais, à idéia da culpa feminina. A questão da culpa está relacionada ao discurso patriarcal que associa as mulheres, em geral, a Eva, vista como a culpada pela desgraça da humanidade, por persuadir o homem, Adão, a comer do fruto proibido, contrariando a vontade de Deus, que os expulsou do paraíso, gerando assim o caos no mundo e nas suas próprias vidas.

Nota-se também na citação acima, notadamente nas palavras “maravilhas” e “monstros”, a idéia que os autores masculinos têm da mulher como anjo/demônio, reforçando os comentários aqui apresentados sobre tal questão. Deve-se considerar que, associada à imagem de monstro, está a figura de Lilith que, segundo a tradição apócrifa judaica, foi a primeira mulher de [Adão](#). Ao recusar ser submissa ao marido, ela fugiu para residir com os demônios. Lilith também é acusada de ser a serpente que levou [Eva](#) a comer o fruto proibido (GILBERT & GUBAR, 1984).

Em contraponto com Aurélia, está Elizabeth: ambas divergem em comportamento, como mostram os desfechos dos romances em análise. Elizabeth casou-se com Darcy por amor, da mesma forma que Aurélia o fez. Entretanto, a primeira não abdicou de nenhuma fortuna, muito menos se prostrou diante do marido implorando amor, nem renunciou o controle sobre a própria vida – em caráter simbólico ou não, em favor do marido. O casamento veio para adicionar elementos positivos em sua vida, não para diminuí-la como ser humano, visto que ela permanece sendo alguém, e não se torna algo, por vontade própria nem de outra sorte. Isto acontece também porque Darcy é um homem de grande fortuna que

possibilitará a esposa crescer intelectualmente, tornar-se uma dama, ter um relacionamento tranquilo, no qual o amor e o dinheiro vieram para acrescentar em suas vidas, dando a um a possibilidade de ser menos orgulhoso (Darcy) e à outra (Elizabeth), a oportunidade de ter mais acesso ao espaço público e adquirir experiências, assim como desenvolver-se como pessoa, mulher, esposa, em virtude das novas experiências – positivas – que o casamento com o protagonista promete lhe proporcionar.

Austen cria heróis que sejam dignos de tais mulheres, sem privilegiar, ferozmente, um final feliz para seu próprio sexo, mas destaca também que a mulher tem necessidade de satisfação emocional, financeira e tem o direito de escolha, como Elizabeth o teve, mesmo que ainda seja limitada em muitos aspectos. A autora apresenta a protagonista como uma personagem que pode viver satisfatoriamente e em certa posição de igualdade com o marido, sem que seja submissa como outras de suas iguais. No fragmento a seguir o narrador apresenta a relação entre Elizabeth e Darcy depois de casados e a percepção que a irmã dele tem dessa união:

Georgiana [irmã de Darcy] tinha a opinião mais elevada sobre Elizabeth no mundo; embora ela primeiro ouvisse com uma surpresa beirando o alarme o modo animado e brincalhão com que ela se dirigia ao seu irmão. Ele que sempre inspirava nela um respeito que quase superava sua afeição, agora era visto por ela como objeto de pilhéria. Sua mente recebia conhecimentos que nunca antes achara em seu caminho. Pelas instruções de Elizabeth, ela começou a perceber que uma mulher pode tomar liberdades com seu marido (AUSTEN, 2008, p. 228).

Percebe-se nesse trecho que a mulher, mesmo sendo irmã, comportava-se diante do homem com polidez e respeito, havendo entre eles a fissura da autoridade masculina. Georgiana, com surpresa e alarme, vê como o irmão tornou-se mais alegre e descontraído com a esposa, quebrando a figura de senhor que ele passava para ela. Elizabeth mostra para o leitor de Jane Austen, como também para a cunhada, que a mulher pode ter uma relação íntima e tranquila com os homens, sem o receio de infringir qualquer lei masculina.

Sabe-se que a incredulidade da irmã de Darcy ocorre pelo fato de que, na época de Austen, havia uma concepção generalizada de que homens e mulheres possuíam capacidades naturais bastante diferenciadas e, por esse motivo, não havia igualdade entre os sexos em relação à educação, negócios, postura perante a sociedade e, principalmente, no seio familiar, já que as moças tinham a função de serem submissas, modestas, puras e educadas. Não deveriam apresentar qualquer relação de intimidade com o sexo oposto, a não ser a de subalterna, pois eles sempre estariam um degrau acima do seu. Um exemplo disso é a relação entre os pais de Elizabeth. A senhora Bennet em momento algum se dirige ao marido chamando-o pelo primeiro nome. Chama-o sempre de *senhor*, como aponta o fragmento: “Meu caro Sr. Bennet”, replicou sua esposa, “como pode ser tão cansativo!” (...) “Sr. Bennet, como pode falar mal de suas próprias filhas a esse ponto?” (AUSTEN, 2008, p. 6).

Posto isso, a proposta da autora é de apresentar um novo homem e uma nova mulher. A maneira que Darcy e Elizabeth vêem um ao outro e lidam com suas diferenças foi o modo encontrado por Austen para retratar aquela sociedade e propor alternativas para a igualdade entre os sexos.

Embora Jane Austen tenha vivido muito antes do desenvolvimento da crítica literária feminista, percebe-se que ela trata de idéias bastante revolucionárias sobre a representação da mulher e da voz feminina em suas obras. Em *Orgulho e Preconceito* (1813), por exemplo, ela analisa o lugar e ponto de vista da mulher, vendo-os e propondo\destacando que sejam diferentes do que apregoavam as convenções sociais da sua época. Austen enfatiza a necessidade de equilíbrio entre os sexos, para que haja harmonia nas relações de gênero. Ela parece encorajar suas iguais a ganhar força para fazer ouvir a voz feminina numa sociedade dirigida pelo patriarcado. Em outras palavras, o que a autora destaca é a importância da igualdade entre homens e mulheres ainda no século XVIII – visto que escreveu esta obra no final daquele século - o que é considerado algo revolucionário para a época.

Percebem-se os aspectos que diferenciam Austen de Alencar, pois ela leva suas heroínas – no caso específico em discussão, Elizabeth - a encontrar homens que “estivesse [m] numa posição para apoiá-las, tirá-las das dores e limitações da infância, permitindo-lhes que se tornassem mais do que já eram” (MILLER, 1986, p. 75; tradução nossa). O ideal que o texto de Austen deixa antever é que as heroínas desejavam viver em tranquilidade e, em igualdade com os heróis, mesmo que essa relação acontecesse apenas no âmbito doméstico. Diferentemente, Alencar sugere que as mulheres podem despertar para a realidade do seu sexo, ou ter consciência de sua condição, mas não subverter a ordem vigente, como mostra o desfecho do seu romance ao enfatizar total abnegação da mulher em relação ao homem.

5. A Representação dos Pais e dos Heróis

É importante destacar, ainda, as representações dos pais e dos heróis em ambos os romances analisados. No que tange ao comportamento do pai de Elizabeth, sabe-se que ele vive trancafiado na biblioteca para refugiar-se da extravagância da esposa e das filhas mais novas. O erro dele, como aponta Miller (1986), foi escolher a mulher errada para casar-se, quando outrora, deixou se levar pela beleza e vivacidade dela. Depois de longos anos de convivência, percebeu que sua companheira era uma mulher tola, e cujo objetivo era casar as filhas com homens de grande fortuna. Sem outra opção, o Sr. Bennett teve que suportá-la por toda a vida, sendo o único culpado por tão má escolha. Já Pedro, pai de Aurélia, caracteriza-se pela fraqueza, falta de decisão e medo de assumir para seu pai o casamento com D. Emília. Ele não enfrenta a família para poder estabelecer a sua; está sempre ausente, deixando as funções de pai e provedor para a esposa.

Ambas as figuras paternas, aqui analisadas, são apresentadas como imprudentes. O primeiro por escolher uma esposa tola que só ensinaria para as filhas as futilidades da vida, e o segundo, por não assumir sua mulher e família. Entretanto, o Sr. Bennet, mesmo agindo imprudentemente com as filhas por deixar a educação delas na responsabilidade da mãe, é

representado como um pai presente e verdadeiro provedor do lar, sendo um *gentlemen*, um homem de autoridade perante a família, enquanto Pedro Camargo não foi esposo e nem provedor do lar, deixando a família, por muitas vezes, passar necessidade.

No contexto estudado, os pais eram muito cobrados quanto ao fato de serem bons exemplos de homens para as filhas, para que, espelhadas neles, elas fossem capazes de escolher seus futuros maridos. Entretanto, apenas Elizabeth viu nos erros do patriarca, que deveria escolher um companheiro que atendessem as suas expectativas, já que seu pai mostrava-se, na maioria dos casos, indiferente aos anseios da esposa. Assim, ela casou-se com Darcy, o herói digno de uma heroína igual a ela, que apresenta temperamento forte, que não se deixa intimidar por nenhum comentário inconveniente ao seu respeito, que decide ir contra os desígnios da mãe ao casar-se por amor e, principalmente, por ser mais racional do que as outras mulheres do seu meio. O fragmento a seguir aponta a personalidade de Elizabeth quando mostra segurança ao tocar piano em presença de Darcy:

Você quer me assustar, Sr. Darcy, ao vir com toda esta pompa para me ouvir? Não me alarmarei, embora sua irmã toque tão bem. Há uma teimosia em mim que não suporta ser assustada pela vontade dos outros. Minha coragem sempre se ergue a cada tentativa de me intimidar (AUSTEN, 2008, p. 107).

Consoante Miller (1986, p.46; tradução nossa), os pais de Austen, “representam as tensões e dificuldades que as mulheres jovens enfrentavam ao contemplarem a própria dependência e expectativas.” Olhando para o relacionamento dos seus pais, Elizabeth saberia escolher bem o homem com quem se casaria, sendo capaz de discernir qual jovem era digno de tê-la.

Aurélia, por sua vez, guiada pelo amor e não pela razão, como fez a personagem de Austen, não enxergou no exemplo do pai ausente, o protótipo do homem com o qual não deveria casar-se. Escolheu Seixas, um homem ocioso e imprudente que, “não só se ausenta da função masculina de manter a família, como ainda a reduz a uma pobreza maior

do que a herdada” (RIBEIRO, 1996, p. 167). Seixas é o tipo de herói que uma autora como Austen, mergulhada nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres de seu tempo, nunca criaria para suas protagonistas, a não ser para apontar - através das personagens secundárias, como a irmã de Elizabeth, Lydia - o infortúnio que teria a mulher que escolhesse tal exemplo de homem, embora Wickham não seja o protagonista da obra.

Seixas, herói de Alencar, é um homem que sustenta sua vida burguesa à custa do trabalho da mãe e das irmãs. Troca o amor pelo dinheiro, vendendo-se por trinta contos de réis e, posteriormente, por cem contos. Sua vontade e realização pessoal estavam acima de qualquer sentimento e de qualquer pessoa. Observa-se que ele representa não só a ordem patriarcal, mas o próprio mercado matrimonial. Segundo Ribeiro (1996), Seixas estava jogando as regras do jogo, já que para a sociedade de sua época e para a classe social em que se movia, ele não estava agindo de modo condenável, pois o homem tinha toda liberdade de transitar por todas as esferas como bem entendesse, poderia desfrutar de toda ociosidade e, principalmente, viver as aventuras proporcionadas apenas para o seu sexo, sem tornar-se fútil ou imprudente.

Já Darcy, herói de Austen, é um verdadeiro *gentleman*: um homem confiável e provedor, capaz de possibilitar a uma mulher segurança e bem-estar. Era o tipo de herói que trazia segurança financeira e emocional para as mulheres, cuja posição era tão delicada e instável. Ele era o exemplo de refinamento e prudência tão admirado pela irmã, que via nele a figura de um segundo pai. Mesmo sendo criticado por muitos que o julgavam orgulhoso, Darcy ajudou Elizabeth e sua família no caso de Lydia. Era um bom amigo para Bingley e, principalmente, foi um bom esposo, por viver em harmonia com Elizabeth, sem buscar diminuí-la em nenhum aspecto, sem tentar impor-se sobre ela.

Considerando esses personagens, nota-se as diferenças entre o herói que saía da pena masculina e o herói da pena feminina, no contexto analisado. Miller (1986, p. 153; tradução nossa) sugere, ao analisar os heróis de Charlotte Brontë e George Eliot que:

Nós retornamos à diferença irredutível entre o herói de um homem, o qual colocaria conquistas acima do amor, e o herói de uma mulher, o qual seria um homem raro e extraordinário, preparado para amá-la e a ouvi-la primeiro.

Como se vê, em geral, o que está em primeiro lugar para os heróis saídos da pena masculina era sua realização pessoal, como Seixas, que se preocupava apenas com seu bem-estar e *status*, forçados pelo trabalho diário das mulheres a quem ele deveria ajudar por serem pobres e sem estudo. Além disso, ele abandonou Aurélia em vista de melhores condições financeiras que teria ao lado de uma mulher rica. Este é um típico herói forjado pela pena masculina, pela autoridade patriarcal, o qual, mesmo criado com todos os defeitos, reconquista *seu lugar de direito*: o de senhor - do discurso, do dinheiro, da mulher, como se vê em *Senhora* (1875). Enquanto o protagonista da pena feminina, especificamente o herói de Austen, é forjado com toda consciência para merecer suas heroínas. Os personagens masculinos que não são tão dignos delas, como Wickham, servem apenas como contraponto ou alerta para que suas protagonistas não façam a escolha errada.

Além do conforto financeiro que os heróis de Austen prometiam, eles eram fiéis aos seus sentimentos, mesmo que não fosse conveniente sentir atração por uma mulher que não era do seu meio social, como foi o caso de Darcy e Bingley, ambos criticados por seus familiares quando se uniram às pobres irmãs Bennet. Esquecendo-se das conveniências impostas pelo meio, esses protagonistas decidiram amar tais mulheres pelo que elas eram, mesmo não sendo de sua classe social. Para eles, o que importava também era a satisfação emocional. Nesse sentido, notam-se as perspectivas díspares dos dois autores estudados na representação da mulher e dos homens nas duas obras analisadas, principalmente no que tange aos desfechos de ambas as narrativas.

CONCLUSÃO

A análise das relações de gênero em *Orgulho e Preconceito* (1813) e *Senhora* (1875) à luz das teorias críticas feministas anglo-americanas contribuiu significativamente para a avaliação da construção das protagonistas e dos heróis em obras de autoria feminina e masculina, no caso das obras em questão. Conforme foi visto, ao criar suas personagens, o autor de um

texto pode expressar sua ideologia falocêntrica sobre a figura feminina, como é o caso de Alencar, ou desconstruir tal ideologia, no caso de Austen, que o faz a fim de lançar uma nova proposta para as relações de gênero, por meio do quesito de igualdade entre os sexos, mesmo a autora mostrando que isso acontece apenas no âmbito doméstico. Por meio da linguagem, ambos os autores esboçam os tipos de personagens seguindo seus preceitos, visão de mundo e leitura do contexto em que viviam.

No caso de *Senhora* (1875), Alencar apresentou uma proposta de *emancipação feminina*, no que diz respeito à personagem Aurélia visto ter ela podido administrar seus bens, sua vida e até mesmo o marido, Seixas – pelo menos durante algum tempo. O autor desconstruiu ao longo da narrativa o discurso falocêntrico, dentro do contexto do século XIX, quando inverteu a ordem social que aponta homem (senhor) e mulher (serva). Na obra, Alencar enfatiza que o *senhor* do discurso e da situação pode ser a mulher, que faz do homem um mero capacho, servo de seus desejos, de modo que, quem domina é aquela que deveria ser dominada, e quem é o dominado é aquele que, na cultura patriarcal, detém o poder.

O narrador também apresenta essa mulher como diferente dos seus pares, pela riqueza intelectual, mostrando em muitos casos que poderia dialogar de igual para igual com o sexo oposto, sobre determinados assuntos. Contudo, a emancipação de Aurélia só se efetua dentro do espaço doméstico e enquanto ela tem o poder sobre o marido, visto que, no desfecho do romance, a personagem entrega ao marido seu testamento tornando-o herdeiro de sua fortuna, apresentando figurativamente a morte da mulher.

No caso de *Orgulho e Preconceito* (1813), a autora faz críticas à sociedade da época que constituía o casamento como mero comércio, à educação feminina que se voltava apenas para a função de tornar as mulheres aptas para tal união mercantil, bem como uma crítica a certas figuras femininas que se tornaram marionetes dessas convenções sociais, quando elas alimentavam a ideia de que a mulher tinha que viver em busca

de um bom pretendente, pois disso dependia sua saúde física e emocional, como também Alencar o faz.

A autora apresenta, nessa perspectiva, as seguintes personagens: a Sra. Bennet, a qual tinha como objetivo único ver as filhas casadas e bem amparadas; as irmãs Bennet mais novas, moças ingênuas que tratavam o casamento como mais uma diversão na vida; Charlotte Lucas, uma moça que já contava com a idade de vinte e sete anos e temia o futuro como mulher solteira; Caroline Bingley, a irmã mais nova de Bingley, que fazia investidas em Darcy, por ele ser um homem que possuía uma grande fortuna; Lady Catherine, que buscava no casamento da filha com o sobrinho Darcy a perpetuação do seu poder, por meio do dinheiro de ambas as famílias; e por último, das personagens em destaque da análise encontra-se Georgiana, irmã de Darcy, moça rica e educada para cumprir o que era imposto a uma dama de sua classe: ser prendada, passiva e viver à espera de um bom casamento.

Em contraponto com as personagens citadas, no que tange ao motivo que as leva de fato a buscar o casamento, estão as irmãs Bennet mais velhas, Elizabeth e Jane, embora a primeira seja mais racional e perspicaz em suas decisões do que a segunda. Ambas alimentam a ideia que só se casariam quando amassem verdadeiramente o marido, não sendo de acordo que uma união deveria seguir por simples conveniência para as partes ou até para a própria família.

Por meio dessas figuras, Austen enfatiza que a mulher pode ter direito à escolha, como de fato Elizabeth fez, quando recusou dois pedidos de casamento, por não considerar tais pretendentes dignos de sua estima e, por acreditar que não seria feliz com eles. Ressalve-se que Austen também mostra que suas heroínas deviam buscar uma vida confortável para não passarem privações, neste sentido, ela constrói personagens secundários que não se deram bem com as escolhas feitas, como é o caso de Lydia, irmã mais nova de Elizabeth, a qual se causou com Wickham que além de ser inescrupuloso, não garantia estabilidade financeira, fazendo com que a mesma muitas vezes recorresse as irmãs mais velhas, que no final da

narrativa desfrutaram de boas escolhas, por terem se casado com homens que amavam e por eles serem possuidores de uma fortuna considerável.

Ao analisar o herói da pena masculina e o da pena feminina, das narrativas em estudo, notam-se construções díspares, ou seja: Seixas, herói de Alencar, era um homem que vivia à custa do trabalho da mãe e irmãs, que se casou por dinheiro, a fim de alimentar a vida burguesa. Darcy, herói de Austen, era um *gentleman*, pois o mesmo, além de ter renda própria, casa-se por amor e, principalmente, pelo fato de que a mulher que ama não pertence ao seu meio social.

Esta análise ainda evidencia os desfechos de ambas as narrativas. Em *Senhora* (1875), o autor conclui com o enclausuramento e submissão total da heroína, que abdica de toda fortuna e vida em favor do amor, apresentando uma derrota dessa personagem diante da sociedade patriarcal. Já em *Orgulho e Preconceito* (1813), a autora mostra que a mulher pode viver em harmonia com o sexo oposto, marcado na sociedade pela autoridade e poder, apontando que, além do direito de escolha, ela pode agir em igualdade com o ser masculino, mesmo no âmbito privado.

A construção dos protagonistas e o desfecho dos romances podem ser justificados pela questão da autoria masculina e feminina, na qual a primeira mostra o poder do falo transmitido da sociedade para o ato da escrita; ou na segunda, que mostra uma nova visão da relação entre homem e mulher, dentro do texto literário e na sociedade. Entretanto, vale destacar o fato de que Alencar, por meio da voz narrativa, poderia estar denunciando a condição opressora e reprimida da mulher, que a impossibilitava de agir contra a sociedade oponente. Por outro lado, é possível que Austen, apenas, sugerisse que o sexo feminino só poderia viver em tranqüilidade com o sexo masculino dentro do espaço doméstico. Ou, ainda, que tais atitudes dos autores poderiam ser limitadas devido à época (século XIX) em que viviam, na qual as transformações, de fato, das condições femininas davam os primeiros passos.

Em virtude disso, ainda assim, pode-se dizer que são divergentes as posições dos autores das obras em tela, ao construir as personagens

femininas. Embora saiba-se que, tanto em textos masculinos quanto em femininos, podem ser observadas a condição de subordinação da mulher e que em muitos deles afirma-se o poder do falo como transcendente das páginas ficcionais. Entretanto, nas narrativas, objeto desse estudo, há predominância, no escrito da pena masculina, da autoridade da paternidade literária (GILBERT & GUBAR, 1984) ao estabelecer a morte, mesmo que figurativamente, da heroína no final do romance *Senhora* (1875)- figura esta que, mesmo vivenciando estágios de emancipação, retorna à submissão sugerindo que o homem, por fim, toma o poder. No romance de autoria feminina, por sua vez, pode ser percebido que a autora mostra, de fato, como é a vida de suas semelhantes na sociedade, mas, também mostra que as mulheres têm o direito de escolha, ao optarem pelo casamento ou não. Assim também, as estimula para que reflitam nas condições sociais em que vivem e busquem melhorias para suas vidas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Senhora*. Porto Alegre: L & M, 2011.

AMENO, Agenita. *Crítica à tolice feminina*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

AUSTEN, Jane. *Orgulho e preconceito*. Tradução de Marcella Furtado. São Paulo: Editora Landmark, 2008.

_____. *Persuasion*. New York: Penguin Books, 1994.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 2000.

CAVALCANTI, Ildney, et al. *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidade*. Maceió: UFAL, 2006.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura brasileira no Brasil: era romântica*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora & Universidade Federal Fluminense, 1986.

GILBERT, Sandra & SUSAN, Gubar. *The Norton anthology of literature by women: the traditions in English*. 2nd edition. New York: W.W. Norton & Company, Inc, 1996.

_____. *The Madwoman in the attic: the woman writer and the Nineteenth-century literary imagination*. Boston: Yale University Press, 1984.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (orgs.). *Dicionário de crítica feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

MILLER, Jane. *Women writing and writing about men*. New York: Pantheon Books, 1986.

RIBEIRO, Luis Felipe. *Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1996.

SHOWALTER, Elaine. *A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing*. New Jersey: Princeton University Press, 1977.

STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

WOOLF, Virginia. Jane Austen. In: WATT, Ian. *Jane Austen: a collection of critical essays*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, Inc., 1963.

_____. *Um teto todo seu*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

Por um Feminismo Plural: escritos de Lélia Gonzalez no Jornal *Mulherio*

Por un Feminismo Plural: escritos de Lélia Gonzalez en el periódico Mulherio

Writings by Lélia Gonzalez in the Newspaper Called Mulherio: a cry for feminisms

Luana Diana dos Santos

Resumo: neste trabalho, é apresentado o perfil de militância da intelectual Lélia Gonzalez, referência nos movimentos negros e de mulheres no Brasil. O *corpus* foi composto por cinco artigos publicados no jornal *Mulherio*, periódico feminista no qual Lélia atuou como articulista e membro da Comissão Editorial, entre os anos de 1981 e 1983.

Palavras-chave: feminismo, militância, mulheres.

Resumen: en este trabajo, se presenta el perfil de militancia de la intelectual Lelia Gonzalez, referencia en los movimientos negros y de mujeres en Brasil. El *corpus* de análisis que subsidió este abordaje ha sido cinco artículos que Leila publicó en el periódico *Mulherio*, periódico feminista en el que ella actuó como cronista y miembro de la Comisión Editorial, entre los años 1981 y 1983.

Palabras clave: feminismo, militancia, mujeres.

Abstract: this paper renders a profile of Lélia Gonzalez's intellectual militancy. Lélia Gonzalez is a major reference in the black and women's social movements in Brazil. The analyzed *corpus* comprised five articles by Lélia Gonzales published in *Mulherio*, a feminist newspaper. Ms. Gonzalez collaborated as a columnist and as a member of the editorial committee of *Mulherio* from 1981 to 1983.

Keywords: feminism, militancy, women.

Luana Diana dos Santos é Especialista em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC). **E-mail:** luanatolentino@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2011, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, tive o privilégio de participar do lançamento

¹ PAIXÃO, Marcelo; ROS-SETO, Irene; MONTOVANELLE, Fabiana; CARVANO, Luiz Marcelo. *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, 292p.

do livro *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010)*¹. A plateia composta majoritariamente por estudantes brancos, em um misto de desconforto e incredulidade, ouvia os resultados do estudo organizado pelo professor e pesquisador da UFRJ, Marcelo Paixão. De acordo com a pesquisa, passados mais de 120 anos da assinatura da Lei Áurea,

são latentes a distância que separa brancos e não brancos no Brasil, no que diz respeito ao acesso à justiça, emprego, educação e saúde. Tais questões mostram a necessidade de medidas e ações capazes de reverter o quadro de exclusão e marginalização a que foram submetidos homens e mulheres negros desde o advento da colonização, perpetrado pelos portugueses a partir da segunda metade do século XVI.

Ainda que o caminho a ser percorrido para a construção de uma sociedade democrática, que garanta aos afro-brasileiros igualdade de participação e escolha, seja longo e tortuoso, não podemos negar que, principalmente nas últimas duas décadas, os esforços empreendidos pelo movimento social negro, órgãos da sociedade civil e partidários da igualdade racial, culminaram com avanços que deixam a certeza de que a tão esperada “segunda abolição” está em curso e é realizada cotidianamente por meio de ações individuais e coletivas.

A criação da Secretaria da Igualdade Racial e a implementação da Lei 10.639, em 2003; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010 e, mais recentemente, a adoção do sistema de cotas no ensino superior deixam às claras que vivemos num momento de conquistas de direitos em benefício da população negra.

Na condição de mulher, negra, feminista e cidadã, pretendo contribuir, mesmo que timidamente, para o processo de valorização e reconhecimento de minhas “irmãs de cor” e, conseqüentemente, para

a formação de um Brasil mais justo. Assim, por meio deste trabalho, tenciono registrar uma passagem da militância da intelectual Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994), a qual, entre os anos de 1981 e 1984, compôs o conselho editorial do jornal *Mulherio* (1981-1988)², uma das publicações mais importantes do movimento feminista brasileiro. Com base em 5 (cinco) artigos publicados no referido periódico, apresentarei o pensamento de Lélia e sua luta pelo protagonismo da mulher negra e pela construção de um feminismo plural, de modo que as especificidades e reivindicações das afro-brasileiras pudessem ser discutidas e asseguradas.

² A coleção completa encontra-se digitalizada na página da Fundação Carlos Chagas: www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/historia.html
Acesso: 20/03/2013.

Na época, compunham a equipe do *Mulherio* figuras proeminentes da intelectualidade e do movimento de mulheres brasileiro, como Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Cristina Bruschini, Ruth Cardoso, Heleieth Saffioti, Maria Rita Kehl, dentre outras. Lélia era a única mulher negra a participar do projeto mantido pela Fundação Carlos Chagas. Seus “artigos-provocações”- maneira pela qual denomino a produção intelectual de Lélia Gonzalez no jornal -, versam sobre a discriminação racial, o processo de exclusão sofrido pelas mulheres negras na sociedade, o emprego doméstico e suas raízes históricas - temas pouco debatidos no seio do movimento feminista.

Sabemos que, por vezes, a relação entre mulheres brancas e negras no movimento de mulheres também é conflituosa. Talvez por isso, Lélia tenha sido chamada por diversas vezes, durante sua militância, de “criadora de caso”. Diante dessas questões, vieram-me algumas perguntas: como terá sido a passagem de Lélia pelo *Mulherio*? Como era a sua relação com as demais companheiras? De que maneira suas ideias eram vistas?

Infelizmente, nem todas estas perguntas (ainda!) não foram respondidas da maneira como eu gostaria, porém, as primeiras descobertas são animadoras e só reforçam a importância de Lélia Gonzalez para nós mulheres negras e para todos aqueles e aquelas que defendem a equidade racial no país.

1. De Lélia de Almeida a Lélia Gonzalez

Filha de um operário e de uma empregada doméstica, Lélia de Almeida nasceu na cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais, em 1º de fevereiro de 1935. O sobrenome Gonzalez, com o qual se tornou conhecida, é fruto do casamento com o espanhol Luiz Carlos Gonzalez nos anos de 1960 (RATTS; RIOS, 2010, p.55). Aos oito anos de idade, Lélia saiu da capital mineira com toda a família em direção ao Rio de Janeiro, onde permaneceu até o fim de sua vida, em julho de 1994. Como ocorre a uma parcela considerável da população negra do sexo feminino, Lélia passou pelo emprego doméstico, destino de boa parte das mulheres negras do país, conforme relatou em uma entrevista concedida ao jornal *O Pasquim*, no ano de 1986³:

Quando criança, eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo. Teve um diretor do Flamengo que queria que eu fosse para casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram cria da casa. Eu reagi muito contra isso então o pessoal terminou me trazendo de volta para casa(n° 871, p. 8).

Apesar das dificuldades, Lélia concluiu o ensino médio em 1954, no Colégio Pedro II, tradicional escola carioca. Quatro anos depois, graduou-se em História e Geografia (1958) e logo em seguida, em 1962,

torna-se filósofa. Formada, passa a lecionar em instituições de reconhecido prestígio do Rio de Janeiro (VIANA, 2006, p.49). Também em meados de 1960, Lélia exerce a função de tradutora de livros em francês de Filosofia e Psicanálise para o português⁴. O trabalho acadêmico permitiu a ascensão social de Lélia Gonzalez: de babá e empregada doméstica na infância e parte da adolescência à professora universitária, alcançando assim a condição de negra de classe média, fato raro na década de 1970.

³ Edição localizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁴ Livros traduzidos por Lélia Gonzalez: HUISMAN, Dennis; VERGEZ, André. *Compêndio moderno da Filosofia*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1973. ————. *Curso Moderno de Filosofia*: introdução a filosofia das ciências. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1975. MANONNI, Octave. *Freud e a psicanálise*. Rio de Janeiro, 1976.

Autora de dois livros, *Lugar de negro*, de 1982 (em coautoria com Carlos Hasenbalg) e *Festas Populares no Brasil*, publicado em 1987, Lélia Gonzalez foi responsável por um momento representativo na história da população negra no Brasil: ao lado de outros militantes, fundou o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR, sigla mais tarde reduzida para MNU), em 1978, entidade que denunciou a falácia do mito da democracia racial e reivindicou o fim da violência e da discriminação sofrida pelos negros cotidianamente, além de exigir políticas públicas e igualdade de participação para a população afrodescendente. Conforme a historiadora Cláudia Pons Cardoso, Lélia Gonzalez foi pioneira ao questionar o feminismo, cujas bases são calcadas no movimento de mulheres europeu, excluindo, dessa forma, em suas plataformas de ação mulheres negras e indígenas (2012, p. 113). Influenciada pelas ideias de Frantz Fanon (2008), Lélia defendia a descolonização do movimento feminista nacional e conseqüentemente a fundação de um “Feminismo Afrolatinoamericano”, expressão cunhada pela própria Lélia.

A produção intelectual de Lélia Gonzalez apresenta-se como parte necessária da luta pela libertação de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, na busca pela descolonização de suas mentes (HOOKS, 1995, p.464). O registro desta intensa trajetória permite-nos apontar Lélia Gonzalez como uma “intelectual contemporânea”, conforme Said (2004):

indivíduos e grupos que lutam por justiça social e igualdade econômica, e que compreendem (...) que a liberdade deve incluir o direito a todo um conjunto de escolhas que propiciem desenvolvimento cultural, político, intelectual e econômico, *ipso facto* conduzirá o indivíduo a um desejo de articulação em posição ao silêncio. Esse é o idioma funcional da vocação intelectual. O intelectual se encontra, portanto, em uma posição de possibilitar e incrementar a formulação dessas expectativas e desejos (*apud* MORAES, p. 39).

Lélia faleceu no dia 10 de julho de 1994 na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência de problemas cardiovasculares. Nos seus intensos 59 anos de vida, nossa focalizada conseguiu imprimir novas

cores à imprensa e ao feminismo no Brasil, que na maior parte de sua história foi monocromático.

2. O *Mulherio* no Cenário da Imprensa Feminista no Brasil

Seguindo uma tendência da imprensa feminista da década de 1980, o *Mulherio* surgiu no seio de uma organização não governamental – a Fundação Carlos Chagas (CARDOSO, 2004, p.20). Havia, na FCC, um núcleo de pesquisadoras sobre a condição feminina. O jornal nasceu com a finalidade de ser um canal de comunicação entre os trabalhos realizados pelo Grupo e outras instituições que se dedicavam às questões de gênero.

Nas páginas do *Mulherio*, estavam presentes temas considerados tabus para a época, como a legalização do aborto, métodos contraceptivos e o planejamento familiar. A defesa dos direitos da mulher e as condições de trabalho também eram uma constante, incluindo-se, ainda, comportamento, o panorama político, cultural e econômico da época. A venda de assinaturas possibilitou a circulação do jornal pelos quatro cantos do país. Durante uma conversa, a professora Constância Lima Duarte, moradora da cidade de Natal (RN) na década de 1980, revelou comprar uma grande quantidade de exemplares do *Mulherio* para revender entre as suas colegas da Universidade.

O conselho editorial era composto por profissionais com grande destaque em suas áreas de atuação e no movimento feminista como: Fúlvia Rosemberg (responsável pelo projeto), Adélia Borges (editora), Carmem Barroso, Carmem da Silva, Heleieth Saffioti, Maria Rita Kehl, Ruth Cardoso, Maria Carneiro da Cunha, Elizabeth Lobo, Lucia Castello Branco, e ela, Lélia Gonzalez.

A edição número 0 foi um aperitivo para o que se tornaria um dos jornais feministas com o maior número de edições – foram publicadas 36 entre os anos de 1981 a 1988. No editorial de estreia, Adélia Borges, redatora da publicação, explica o porquê do nome *Mulherio*:

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada no sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem, ou então, “gostosura”. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete “mulher” é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: “1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. Esposa”. Em seguida à definição, vêm as mesmas posições usualmente feitas com a palavra: “à toa”, “da comédia”, “da rua”, “da vida”, “da zona”, “da rótula”, “do fado”, “errada”, “perdida”, etc. - todas sinônimo de meretriz. As três exceções. “mulher de César” (de reputação inatacável), “mulher do piolho” (muito teimosa) e a cinematográfica “mulher fatal”. Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete “homem”: “de ação”, “de bem”, “de Estado”, “de letras”, “de negócios”, etc.

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. E o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sizuda ou dogmática. (“Por que Mulherio?”. *Mulherio*. Ano I, nº 0, março/abril de 1981, p. 1).

No número de estreia, o *Mulherio* contava com apenas quatro páginas. A partir do número 1, a edição deixa de ser um pequeno boletim e assume o caráter de tabloide, com um número de páginas que variava entre 16 a 24. Nos três primeiros anos de publicação, *Mulherio* foi editado regularmente a cada dois meses, com o apoio da Fundação Ford. Até então, o jornal era muito bem sucedido, com repercussão positiva não só no Brasil, mas também no exterior. Contudo, a partir da edição número 15, com o fim da parceria com a Ford, o jornal inicia um período de incerteza, acarretando sua interrupção durante sete meses.

No retorno, há muitas mudanças, inclusive no corpo editorial. Lélia Gonzalez, assim como as suas companheiras que deram início à publicação, deixa o *Mulherio*. Entre 1981 e 1984, período em que foi colaboradora do jornal, Lélia publicou 5 (cinco) artigos abordando questões como a discriminação racial, o processo de marginalização sofrido pelas mulheres negras na sociedade, o emprego doméstico e suas raízes históricas, temas pouco debatidos no seio do movimento feminista.

Sem o apoio da fundação norte-americana, o *Mulherio* ainda foi editado por mais quatro anos. A falta de recursos inviabilizou a continuidade do jornal, que chegou ao fim em 1988.

3. Por um Feminismo Plural

A necessidade da inserção da temática racial no seio do movimento feminista do Brasil ganhou novos contornos a partir da década de 1980. As mulheres negras encontravam-se diante de uma encruzilhada. Se por um lado as implicações das reminiscências do período escravocrata na vida das mulheres negras ganhavam pouco espaço no movimento feminista, por outro o pensamento machista e patriarcal do Movimento Negro impedia a inclusão do fator gênero no projeto político da organização. O processo de abertura política vivido no período permitiu o surgimento de grupos e organizações de mulheres negras, essenciais para o debate acerca da posição de subalternidade na qual estavam inseridas as afrodescendentes, dentro e fora do movimento de mulheres. Neste sentido, considero a fundação de organizações de mulheres negras como o Grupo Luiza Mahin, no Rio de Janeiro (1980), o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo (1983) e o Geledés, em São Paulo (1988), um ato de insubordinação, ou nas palavras de Matilde Ribeiro, um desafio, conforme o trecho a seguir:

As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem de “mãe preta”, fizeram desafios. Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões. São combinações de discriminações que geram exclusões, tendo como explicação a perpetuação do racismo e do machismo (2008, p.988).

Lélia, ao problematizar e denunciar em seus artigos as questões referidas, com garra e coragem imprime novas cores às páginas do *Mulherio* e, conseqüentemente, ao movimento feminista. Por intermédio de seus textos, busca a pluralidade do movimento de mulheres que, em sua

luta pela inclusão feminina na sociedade, muitas vezes excluiu ou tratou a mulher negra como um ser invisível em suas reivindicações.

Por meio da leitura de seus artigos, é possível um maior entendimento do pensamento de Lélia Gonzalez, das questões por ela discutidas e sua luta por uma efetiva democracia racial e, sobretudo, pelo protagonismo e valorização da mulher negra. Para tanto, Lélia faz uso de uma linguagem coloquial, sem compromisso com a norma culta, uma marca registrada em seus textos. Tais recursos não desqualificam sua produção; pelo contrário, evidenciam o seu compromisso com os seus, uma vez que ela possuía consciência de que os sujeitos a quem ela buscava dar voz, em sua maioria, estavam à margem do meio acadêmico.

O mito da democracia racial, ideologia forjada nos anos 30 do século passado, incutiu no imaginário popular a ideia de que a miscigenação é fruto da convivência harmoniosa existente entre indígenas, brancos e negros, conforme defendido por Gilberto Freyre na obra “Casa Grande e Senzala” (2004). Em seu primeiro artigo publicado no *Mulherio*, Lélia rebate com veemência essa tese, apontando o “cruzamento de raças” como fruto da violência e estupro praticados pelos portugueses contra as mulheres negras no período colonial:

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é a prova da “democracia racial” brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos a mulher negra: de que ela é mulher fácil, de que é boa de cama (*Mulherio*, ano I, n° 3, setembro/outubro de 1981, p. 9).

O artigo/provocação/denúncia “*E a trabalhadora negra, cumé que fica*” expõe várias questões. Primeiro, o uso da linguagem coloquial observado já no título. Segundo Elizabeth Vianna (2006), a escrita sem rebuscamento de Lélia era uma tentativa de aproximação das camadas populares que, invariavelmente, não tinha acesso à sua produção intelectual. Outro ponto que podemos mencionar é a denúncia do tratamento dispensado

às mulheres negras no mercado de trabalho. Para Lélia, as empregadas domésticas se assemelhavam às “mucamas” do período escravocrata:

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere muito da “escrava do cito” de ontem; o mesmo poderia dizer-se da vendedora ambulante, da “joaninha” da servente ou da trocadora de ônibus de hoje, é a escrava de ganho de ontem. (...) O 13 de maio trouxe benefícios para todo mundo, menos para massa trabalhadora negra (*Mulberio*, ano I, nº 4, novembro/dezembro de 1981, p. 9).

A produção de Gonzalez revela uma mulher à frente do seu tempo. Na década de 1980, ela já questionava a representação do negro nos livros didáticos, a ausência da população negra e dos indígenas nos Anais da História e a perpetuação dos privilégios - característica marcante da sociedade brasileira:

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né? (*Mulberio*, ano II, nº 5, janeiro/fevereiro de 1982, p. 3).

Ao utilizar o *Mulberio* como fonte para o resgate da trajetória intelectual da antropóloga mineira, corroboramos com Schwarcz (1987, p.16) ao considerar o “jornal como fonte histórica bastante completa e complexa, já que nele convergem posições e opiniões diversas e representativas devido ao momento histórico recortado”.

4. Lélia, seus Escritos e o *Mulberio*: apenas um começo

No clássico “A mulher na sociedade de classes”, Heleieth Saffioti (1976, p. 105) aponta a necessidade de o movimento feminista “ampliar a

consciência de seus problemas e de não se deixar contentar com a mera conquista de direitos civis e políticos”. Lélia Gonzalez sabia disso.

Ao esmiuçar os seus textos e buscar outros caminhos que permitam recuperar toda ou parte de sua trajetória como colaboradora do *Mulberio*, me deparei com uma mulher corajosa, intensa, desafiadora, que tinha consciência da necessidade de inclusão do quesito raça nos debates e reivindicações do movimento de mulheres, permitindo dessa forma a “revalorização da mulher negra, tão massacrada e inferiorizada por um machismo racista, assim como por seus valores estéticos europocêntricos” (“Beleza negra, ou: ora-yê-yê-ô.”. *Mulberio*, ano II, nº 6, março-abril de 1982, p. 3).

Em julho de 2013, fiz uma pesquisa prévia na sede da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo. As atividades foram encerradas com um almoço. Tive o privilégio de estar com algumas contemporâneas de Lélia dos tempos do *Mulberio*⁵. Os adjetivos atribuídos aqui à Lélia Gonzalez foram endossados pelas presentes, cujos depoimentos serão essenciais para realização deste trabalho.

⁵ Sou extremamente grata à Arlene Ricoldi e à Wilma Felinto, que viabilizaram esse encontro essencial para esta pesquisa.

Mesmo que a pesquisa aqui apresentada esteja em sua fase inicial, fica uma certeza: Lélia teve uma importância inenarrável para as discussões acerca de gênero e raça, para nós mulheres negras e para todos e todas que desejam um país erguido sob as bases da democracia e da justiça social. Lélia VIVE!

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulber negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero*. UNIFEM. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf> Acesso: 20/03/2013.

CARNEIRO, Sueli. “Gênero e raça”. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Editora 34, 2002.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARDOSO, Elizabeth da Penha. *Imprensa feminista brasileira pós-74*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Escola de Comunicação e Artes, USP, 2004. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-17052004-165710/pt-br.php> Acesso: 20/03/2013.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EdUnB, 1993.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. *Mulberio*, São Paulo, ano I, nº 3, 1981, p. 4.

_____. De Palmares às escolas de samba, estamos aí. *Mulberio*, São Paulo, ano II, n. 5, jan/fev., 1982. p. 3.

_____. Beleza negra, ou ora yê-yê-ô. *Mulberio*, São Paulo, ano II, n. 6, mar/abr., 1981, p. 4.

_____. E a trabalhadora negra, cumê que fica? *Mulberio*, São Paulo, ano II, n. 7, mai/jun., 1982, p. 4.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOOKS, BELL. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

JAGUAR, Lélia Gonzalez. *O Pasquim*. São Paulo, n. 871, p. 8-10.

RATTS, Alex & RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioiga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 3 n., p. 446-457, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAID, Edward. “O papel público de escritores e intelectuais”. In: MORAES, Dênis de. *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOARES, Vera. “O verso e o reverso da construção da cidadania feminina branca e negra no Brasil”. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (Org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 257-282.

TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp111835.pdf>
Acesso: 20/03/2013

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

Conceição y Noemi: alter egos de Rachel de Queiroz

Conceição e Noemi: alter egos de Rachel de Queiroz

Conceição and Noemi: two alter egos of Rachel de Queiroz

Lilian Adriane Ribeiro

Resumen: la ficción autobiográfica escrita por mujeres es considerada por la crítica feminista como una forma de empoderamiento, ya que contradice el discurso canónico literario. En este artículo, para ejemplificar esta asertiva, a la luz de una bibliografía pertinente, se evidencian aspectos autobiográficos y de género subyacentes en las obras “O Quinze” (1930) y “Caminho de Pedras” (1937), en que la escritora Rachel de Queiroz describe la propia condición femenina, por medio de la trama novelesca y de las protagonistas.

Palabras clave: ficción, empoderamiento, discurso, género.

Resumo: a ficção autobiográfica escrita por mulheres é considerada, pela crítica feminista, uma forma de empoderamento, visto contradizer o discurso canônico literário. No presente artigo, para exemplificar esta assertiva à luz de bibliografia pertinente, são evidenciados aspectos autobiográficos e de gênero subjacentes nas obras “O Quinze” (1930) e “Caminho de Pedras” (1937), nas quais a escritora brasileira Raquel de Queiroz descreve a própria condição feminina, por meio da trama romanesca e das ações das protagonistas.

Palavras chave: ficção, empoderamento, discurso, gênero.

Abstract: feminist literary criticism sees auto-biographical fiction written by women as an empowerment tool once it contradicts the canonic literary criticism. In order to illustrate such a statement the present paper draws on relevant literature and highlights underlying autobiographical and gender aspects revealed in the novels “The Years Fifteen” (1930) and “Rocky Road” (1937) by the Brazilian author Rachel de Queiroz. In these two novels Rachel de Queiroz describes her own feminine condition by the means of their plots and actions of their main characters.

Keywords: fiction; empowerment; discourse; gender.

Lilian Adriane Ribeiro es licenciada en Filología Portuguesa con Mención en Español por la Universidad de la Amazonía; Master en la enseñanza de español como lengua extranjera por la Universidad de Salamanca-España y Doctora en Literatura Española y en Mujer, Comunicación y Escrituras, del Departamento de Literatura Integradas de la Universidad de Sevilla-España. Actualmente, é investigadora del GEPEN (Grupo de Estudios e Investigación Eneida de Moraes sobre Mujer y Relaciones de Género (GEPEN/UFPA- Universidad Federal de Pará); socia de Audem (Asociación Universitaria de Estudios de las Mujeres) e investigadora del Grupo Escritoras y Escrituras – Universidad de Sevilla. **Correo:** lidriany@hotmail.com.

INTRODUCCIÓN

En la década de los 30 en Brasil, surgió la novela del 30 o Neorrealismo, movimiento en los que los novelistas enfatizaban las cuestiones sociales e ideológicas. Fue en esa época de gran movida política en el país y en el mundo: En Brasil Getúlio Vargas asume el poder después de la Revolución inaugura el Estado Nuevo, mientras el mundo vive el período entreguerras y asiste a la ascensión del Socialismo Soviético. Rachel de Queiroz, en vez de coger las armas, usa la ficción, la descripción y la novela como forma de denunciar las desigualdades e injusticias del mundo, principalmente de Fortaleza y del Sertão de Ceará.

Si hay una escritora de referencia en Brasil esa es Rachel de Queiroz (1910-2003), una de las literatas más importantes de este país sudamericano. La amplia obra de esta creadora incansable incluye cuentos, novelas, crónicas, piezas de teatro, críticas literarias y libros infantiles.

Rachel como muchas escritoras de su generación, se conmovió con la condición femenina, con su naturaleza y sus conflictos, revelando en sus creaciones vivencias múltiples. Esas mujeres (escritora y personajes) entrelazaron sus vidas (unas dando vida y fuerza a las otras) en el contexto de la obra de ficción. Aunque Rachel de Queiroz intente ocultar que sus novelas sean autobiográficas, en 1998 publica *Tantos Anos* y en 2000 publica *Não me deixes- Suas Histórias e sua cozinha*, escritos en compañía de su hermana María Luisa. También hay varias entrevistas y declaraciones de la propia escritora que nos dan la seguridad que sus obras son compuestas a partir de un rico componente autobiográfico. Además tenemos los libros, tesis doctorales y artículos escritos por muchos estudiosos y biógrafos. Como: *No Alpendre com Rachel* de José Luis Lira, en 2003; “Rachel de Queiroz”, en *Cadernos de Literatura Brasileira*, dirección de Antonio de Franceschi, los libros de Heloisa Buarque de Hollanda y muchos otros.

1. El Regionalismo Autobiográfico en *O Quinze* y la Novela Proletaria en *Caminho de Pedras*

Regionalismo término usado para caracterizar la obra de los escritores de Nordeste en 1930, representa y retrata las particularidades de una región, por lo que representa aspectos culturales y lingüísticos de ese espacio, del sertão. Pues, mientras la 1ª fase del Modernismo seguía el modelo europeo, el regionalismo fue un movimiento de las letras nacionales, del sertão de Ceará.

Con el golpe que instituyó el Estado Nuevo en noviembre de 1937, la novela social y proletaria inicia su trayectoria, un pensamiento utópico se formó en la generación de los novelistas de los años 30. La producción novelesca de Queiroz apunta hacia el carácter social, representando problemas brasileños de forma realista, con un sentido crítico muy apurado. En las décadas de las dictaduras las novelas tenía cuño comunista y de lucha política.

Estos conceptos citados anteriormente son fundamentales para comprender la obra y la trayectoria de la escritora: Con *O Quinze* se consagró en el ciclo de la Literatura Regionalista Nordestina; y *Caminho de Pedras* fue una fuente de testimonio y de denuncia al Partido Comunista de Brasil, también podemos decir que Queiroz fue la primera mujer a ser miembro de la Academia Brasileña de Letras, y la percusora de la Literatura Femenina en Brasil. Con el desarrollo de los estudios de género y su utilización como instrumento útil para el análisis histórico¹, Rachel de Queiroz en el ámbito académico estuvo considerada como una pieza clave en la consolidación de una escritura de mujeres en Brasil y en la historia de la profesionalización de la mujer como escritora².

¹ Sobre la importancia del concepto de género para la historia, vid. SCOTT, J (1990), “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”, em: *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, nº 16, 2 jul/dez, véase también: PEDRO, J. M “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, em *História*, São Paulo, Vol. 24, nº. 1, pp. 77-98; SOIHET, R & Pedro, J. M (2007), “A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero”, em *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 27, nº. 54, p. 281-300.

² GUERELLUS. Natália de Santana (2009), “Modernos e Passadistas: Os primeiros escritos de Rachel de Queiroz e a escrita de mulheres no Brasil (1927-1930)”, em *II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Culturas, leituras e representações*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense.

La escritora rescata recuerdos de su memoria o de aquello que recopila de memoria ajena. Nuestra novelista solo escribe sobre lo que conoce bien o se incluye en una tradición narrativa comunitaria, Rachel enmarca la ficción con informaciones y resonancias de varias órdenes.

³ ARÊAS, Vilma (1997), “Rachel: o ouro e a prata da casa”, em Franceschi, Antonio (Dir). Rachel de Queiroz, *Cadernos de Literatura Brasileira*, São Paulo, Instituto Moreira Salles, p. 98. (La traducción es mía).

⁴ CUNHA, Euclides da (1963), *Os Sertões: Campanha de Canudos*, 27ª. ed, Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 101, y HAIDUKE. Alessandro Andrade (2008), *Chão partido: Conceitos de espaço nos romances O quinze de Rachel de Queiroz e A bagaceira de José Américo de Almeida*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Dissertação de mestrado, p. 75. (La traducción es mía).

⁵ Véase sobre todo la crónica de Rachel de Queiroz, em HOLLANDA, Heloisa Buarque de (2004), *Rachel de Queiroz*, Rio de Janeiro, Global, Coleção Melhores Crônicas, pp. 185-188; y Hollanda, Heloisa Buarque de (2005), *Rachel de Queiroz*, Rio de Janeiro, Argir, Coleção Nossos Clássicos, p. 14.

Estas van desde el folclore (anotaciones sobre arte, teatro, medicina popular, animales, región, superstición, descripción de los pequeños objetos artesanales), al mundo del trabajo, y de los beatos y fanáticos, diseñados con los rasgos esenciales, aprendidos sin lugar a dudas con el arte popular, que se inspiran en el conocimiento profundo del hombre del Sertão. Esos extractos del texto se incrustan de modo especial en el escenario de la Historia del pueblo *nordestino*³.

2. Análisis Autobiográfico de *O Quinze* y *Caminho de Pedras*

2.1. Conceição en *O Quinze*

El dolor en *O Quinze* revela el mito del “sertanejo” perpetuando la conexión del hombre con el Sertão. Trae a la luz lo que dijo Euclides da Cunha (1963:101): “El sertanejo es, ante todo, fuerte”, una persona que cuando sale a hogares extraños sacan arreos para continuar su vida, con una simple meta, sobrevivir para volver a su región⁴. En la crónica “Sertaneja”⁵, Rachel de Queiroz, del mismo modo que Euclides da Cunha, enseña la perspectiva de vida en el Sertão árido, también nos revela un tiempo y costumbres propias de esta región, ella los describe con suma precisión: “Já aquí no

Sertão os homens a bem dizer, se preocupam mais com o céu que com a terra. Pois tudo depende do céu, abundância ou fome, vida ou morte!⁶.

Rachel describe en *O Quinze* la experiencia del hambre, del nomadismo y de la miseria. No exactamente la suya, ya que era muy pequeña cuando ocurrió la sequía de 1915, tenía apenas 4 años; no obstante, redactó la novela sobre cada una de las reminiscencias, de la visitación al archivo de su memoria. Señorita e hija de ganaderos, ella, de niña, asistió a la procesión de decenas de emigrantes que pasaban por su puerta; los vio hambrientos, mendigar un trozo de pan en cada puerta. Se acuerda que obligaron a los empleados de algunas fincas a inmigrar para las ciudades grandes en búsqueda de sustento. A partir de ahí, se da el dramatismo del destino, ellos buscan sobrevivir, pero lo que encuentran es una ristra de dolores y pérdidas, pues, las consecuencias de la marcha son peores de las ya vividas en la región de la sequía. De hecho, al dejar la hacienda donde siempre vivieron y trabajaron, dejan su hábitat natural y sus raíces, con poco dinero y mucha esperanza de llegar al Norte de Brasil, donde piensan conseguir empleo en la extracción de esa planta llamada goma, aparte de una vida mejor, lejos de la miseria y del hambre. También buscaban el Sur de Brasil, trabajo en las grandes metrópolis, São Paulo en concreto.

En *O Quinze*, los personajes pertenecen a diferentes ambientes sociales, representados por el mundo rural de la agricultura y el mundo intelectual de la ciudad. Aquí RQ (Rachel de Queiroz) contará la experiencia de la sequía desde ópticas variopintas: la de los latifundistas, enmarcada en su familia y en los empleados de la hacienda, que también podrían ser de su hacienda, de haciendas de familiares o de las fincas vecinas.

Los Queiroz tiene un historial de latifundistas, toda su familia por parte de padre se ha dedicado a la propiedad de tierras, plantaciones y ganado. Su padre el Dr. Daniel heredó una finca de su progenitor el Dr. Arcelino. A lo largo de su vida fue comprando y vendiendo otras tierras.

⁶ Op. cit., p. 185; QUEIROZ, R (2010), *Não Me Deixes – Suas Histórias e Sua Cozinha*, São Paulo: Siciliano, p. 114, y QUEIROZ, R & QUEIROZ, M. L. de (2010), *Tantos Anos*, Rio de Janeiro, José Olympio, pp. 255-256.

Delante del flagelo de la sequía, la familia de los Queiroz tuvieron que abandonar el Ceará e intentar comenzar otra vida en otros lugares, primero en Río de Janeiro y luego en Belém de Pará, lugar del que regresan en 1919. En 1919 es el año de regreso al Ceará, del nuevo intento de fijación al ambiente nativo. Van primero a la sierra de Guaramiranga⁷ a esperar la llegada del invierno.

La imagen de la novela es la de una “ficción” apoyada en los recuerdos que la escritora vivió en su infancia y su juventud en la

⁷ Aquí nos encontramos delante de más un rasgo autobiográfico de la escritora. La sierra de Guaramiranda era el lugar que los Queiroz veraneaban y se refugiaban de la sequía, en la casa de un familiar, más concretamente Tío Francisco de Matos Brito y tía Adelaide, que según la escritora eran los dueños de Guaramiranga y allí crearon trece hijos: Cléa, Elsa, Arcelino, Antônio (Brito), Maria Adelaide, Alice, Jorge, Áurea, Nestor, Nilda, Lúcia, Cyra y Zélia.

⁸ BRUNO, Haroldo (1977), *Rachel de Queiroz (crítica, bibliografía, biografía, selección de textos, iconografía)*, Río de Janeiro/Brasília, Cátedra/INL-MEC, p. 97.

⁹ HOLLANDA, Heloisa Buarque de (2005), p. 13, y CBL, p. 9.

ciudad y en el campo mientras presenciaba en primera persona la catástrofe, las muertes, las dificultades financieras de su familia, más el resto de penurias del conflicto.

La forma ruda, pero definitiva de la personalidad de RQ está rotundamente asociada a la vida en la hacienda del Junco, donde pasaba el invierno. No solo los rincones y los detalles del lugar, sino también de los habitantes y empleados de la hacienda: Antonio Muxió o Zé Antonio, influenciaron su espíritu, al menos de manera inconsciente, induciéndole el gusto por las cosas locales, en términos de arte literario, como elemento paisajístico, telúrico y regional⁸. Igual la literata se inspirase en la historia de Antonio Muxió y lo personificó en Chico Bento, personaje de su libro.

La infancia de Rachel de Queiroz y de Conceição, protagonista de su libro transcurrió en un ir y venir entre la ciudad y el campo, la propiedad de su familia estaba a 18 kilómetros del centro de Quixadá y a 173 kilómetros de Fortaleza⁹. La escritora, con sabiduría, describe el paisaje local, paisaje que muchas veces presenció cuando hacía el trayecto de la ciudad a la hacienda del Junco o a la del Pici.

La relación de la autora con el Sertão inició muy pronto, los recuerdos de infancia están casi todos conectados a la hacienda del Junco y los describe como la hacienda del Logradouro en su libro: la casona, el embalse, los paseos a caballo, las figuras de los vaqueros y los habitantes. Por eso no nos caben dudas de que el libro marca puntos comunes a su biografía. También describe las costumbres de la hacienda: el despertar por las mañanas, el desayuno, la vida en la cocina de la hacienda y la falta de luz eléctrica.

La costumbre de la hoguera de San Juan y los ahijados, del cobertizo con las hamacas, las charlas y los paliques de los habitantes de la finca es tema constante en las obras de Rachel y en las haciendas de Nordeste. Otro tema muy importante tratado en la novela, es la religiosidad y la fe del pueblo *nordestino*. Ya al principio de la obra es posible percibir como la fe está presente en el día a día del aldeano. Los *nordestinos* se agarran en la fe en San José para salir adelante en el periodo de estiaje¹⁰. En la novela ella relata estas costumbres basándose en sus abuelas, Rachel, María Luiza y la niñera Mãe Titó. Éstas costumbres quedan descritas por la novelista en muchas de sus crónicas y novelas.

Las abuelas de la novelista son representadas por Doña Inácia en la obra, así Rachel hace un interesante diálogo entre el tradicional y el nuevo. Muestra el choque de generaciones, Conceição, el modelo nuevo de mujer y la abuela, el modelo tradicional y transmisora de los valores culturales de una sociedad patriarcal.

La protagonista¹¹ y autora pertenecen a la clase media, sus familiares poseen tierras¹². Igualmente sabemos que tanto Rachel como Conceição son dos jóvenes de familias tradicionales, las abuelas eran matriarcas del sertão y los abuelos y padre profesionales liberales. Ambas vivieron entre el campo y la ciudad, pasaban el verano en la ciudad estudiando

¹⁰ CASCUDO, Luís câmara (2002), *Dicionário do folclore brasileiro*, 11 ed., São Paulo, Global, p. 545.

¹¹ ARAÚJO, K “1915: A Seca e o Sertão sob o olhar de Rachel de Queiroz”, em *Estudos Históricos* – CDHRP, Diciembre 2009, p. 25.

¹² BARBOSA, M^a. L (1999), op. cit., p. 66.

y trabajando, y en el invierno se iban al sertão a descansar y a vivir la vida campesina. Allí se entregaban a la intensa lectura, lo curioso es que tanto Rachel como Conceição tenían el mismo gusto en cuanto a la lectura y por lo tanto leían los mismos libros, Nordau y a Renan¹³,

¹³ Op. cit., p. 35.

¹⁴ PEREZ, Renard (1970), “Rachel de Queiroz”, em *Escritores brasileiros contemporâneos*, 2 ed., São Paulo, Civilização Brasileira, p. 321.

¹⁵ CLB, op. cit., p. 10.

fueron estas lecturas las que influenciaron en la escritura y el modo de vivir de ambas. Las dos fueron Normalistas, y se hicieron profesoras y escritoras¹⁴. Durante la sequía, protagonista y autora vivían en el barrio del Alagadiço¹⁵ cerca de donde el presidente del Gobierno mandó construir el primer “campo de concentración” de Fortaleza, y ambas fueron voluntarias para ayudar a los miserables que llegaban del sertão y se alojaban allí. También muestra que ambas no seguían el modelo de mujer de la década de los 30, es decir, que no buscaban realizarse a través del matrimonio, querían crecer como persona y profesional. Rachel de Queiroz, buscó reflejar y escribir sobre protagonistas que no se conforman con la situación de sumisión a que son sometidas. En esta narrativa, muchas veces Conceição se niega a casarse o mantenerse casada para huir al tradicional papel destinado al femenino. Estudiar, trabajar y elegir un hombre que a respete es la meta de la protagonista.

Quizás Arcelino sea el personaje real que dio inspiración a la creación de Vicente, galán de la novela. Este fue su primo paterno, hijo de su tío Chichio y su tía Adelaide. Rachel, cuenta en su memoria que durante su adolescencia sintió por su primo una especie de amor platónico y lo describe con las mismas características de Vicente: un jinete, guapo y que volvía loca a las chicas. Que tuvo que encargarse de la hacienda del padre porque su hermano Brito, estudiaba en la Capital. Lo mismo pasa con Vicente, que se encarga de la hacienda paterna porque su hermano Paulo también estaba estudiando en la ciudad. Aunque Rachel de Queiroz no relate el motivo por el que no se casó con su primo Arcelino, tenemos fuertes indicios que nos llevan a creer que fue por el mismo motivo que

su personaje no se casó con Vicente. Porque la novelista al igual que Conceição eran mujeres letradas, almas inquietas, que buscaban crecer como persona y como profesionales, cosa que no hubiera sido posible al contraer matrimonio con un aldeano del sertão, igual que su protagonista tendría que desistir de sus sueños de escritora, periodista, comunista y de vivir en la capital porque siendo tan apasionado por la tierra, no la abandonaría para seguir a su esposa en su crecimiento. Tampoco lo entendería.

La novela termina con el fin del verano y con el inicio de la lluvia, que en el Sertão representa el invierno brasileño. En diciembre llegan las primeras lluvias, el comienzo de ellas no solo representa la esperanza de salvar a la tierra y a los animales, también la ilusión de regresar a casa con la familia y sobre todo la lucha y el trabajo que empezaría a partir de este momento para salvar la propiedad.

Los Queiroz al regresar del gran periodo de migración empiezan con los trabajos en las tierras del Junco. Consiguieron salir adelante gracias al intenso incentivo que el padre le dio a la creación del ganado.

En síntesis, la temática de la obra en análisis tiene carácter documental, sociológico y autobiográfico, el cual comprende todos los problemas condicionados por la sequía de forma global: la sequía que acarrea la esterilización de la tierra y del hombre; la migración, siendo esta la única posibilidad de vida para el emigrante y la oralidad fecunda y viva en el escenario de esa ficción¹⁶.

¹⁶ FRANCISCETTO, K. & cia (1999), op. cit., p. 9.

2.2. Noemi en *Caminho de Pedras*

En *Caminho de Pedras*, la novelista hace una descripción detallada de la sociedad, de la política y un análisis aislado de cada personaje. Los dramas colectivos se analizan de forma aislada. Rachel de Queiroz narra el contexto de la dictadura de Vargas en Brasil (1930-1937), los momentos políticos e históricos que se reflejan en los comportamientos, en los deseos y en la lucha de los personajes, sobretodo de la protagonista Noemi.

El libro crítica las divergencias y conflictos entre los proletarios y los intelectuales, principalmente desde el punto de vista del intelectual. *Caminho de pedras* muestra el problema de la legitimación del intelectual

¹⁷ CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno de (1997), *Romance proletário em Rachel de Queiroz vendo o lado de fora pelo lado de dentro*, op. cit., pp. 27-28. (La traducción es mía).¹⁴ PEREZ, Renard (1970), “Rachel de Queiroz”, em *Escritores brasileiros contemporâneos*, 2 ed., São Paulo, Civilização Brasileira, p. 321.

¹⁸ Cadernos de Literatura Brasileira: *Rachel de Queiroz*, set. 1997, Número 4, p. 27, y BARBOSA Maria de BARBOSA, M^a Lourdes (1999), op. cit., p. 83. (La traducción es mía).

dentro de los movimientos revolucionarios de izquierda¹⁷.

Instada por el equipo de *Cadernos de Literatura Brasileira* (1997:27), al responder si *Caminho de pedras* fue una reacción al intento del partido comunista de censurar *João Miguel*, la escritora respondió que no le dio importancia alguna a su ruptura con el partido, pero al referirse a la cuestión de la censura, aseguró que, de pronto, en la primera reunión del partido, el intelectual “era puesto en su sitio, en el de ciudadano de segunda clase, porque los reyes del mundo eran los operarios”, y extrapoló que en su novela había enseñado eso¹⁸.

El título de la obra tiene un sentido metafórico porque refleja el contexto en el que se escribió la novela. *Caminho de Pedras* se refiere a los caminos oscuros de la vida, las piedras son los obstáculos que estas dos mujeres: la protagonista y la autora tuvieron que transitar para conseguir su libertad política y social, en una sociedad demasiado cerrada para las voces femeninas y para sus derechos como ciudadanas. Tuvieron que superar en su infancia, adolescencia, como mujer, como madres, como esposas, pues fueron profesionales en una década en que la mujer estaba prácticamente excluida de la vida social y su única participación se fundamentaba en misiones pasivas, sólo desarrolladas dentro de su hogar, donde tenían la obligación moral y social de cuidar de los suyos. Las piedras fueron todos los conceptos y roles que estas mujeres tuvieron que romper para llegar a ser sujetos productivos de pleno derecho y actuar como únicas dueñas de su destino.

Caminho de pedras marca el reposicionamiento de Rachel de Queiroz frente al partido comunista. Se trata de un libro sobre la organización partidaria en Ceará, sus mecanismos autoritarios, sus prejuicios e inestabilidades. Como tema central, la novela muestra el romance de Noemi y Roberto, periodista que llega a Fortaleza con la misión de ayudar en la fundación del Partido Cearense. Noemi también se hará miembro de la organización, en el comienzo de la obra estaba casada y era madre de un niño llamado “Guri”. Una vez más, tenemos un personaje femenino comprometido con la causa social, que no teme desafiar las convenciones y romper con un matrimonio estable en función de hacerse dueña de su propio destino. Otra vez el amor se revela fracasado, desencuentro. La protagonista pierde el hijo, que muere de fiebre súbita, Roberto va a la cárcel, desterrado, ella se queda embarazada, sola, desempleada, sube “una ladera de piedras, despacito”, rumbo a un futuro dudoso¹⁹.

En este libro cuenta las vivencias y lo cotidiano de los trabajadores y de los intelectuales que, en Fortaleza, lucharon por una concienciación social con el principal

¹⁹ HOLLANDA, Heloisa (2005), op. cit., p. 19. (La traducción es mía).

objetivo de organizar un Partido Comunista en Ceará. En el momento de la escritura de esta novela, la autora se volcó en la organización de una sede regional del PC en Fortaleza. En sus memorias la autora cuenta que ya estaba extremadamente politizada y “comunizada” cuando fue invitada a recibir el Premio Graça Aranha en 1931, entonces se asoció definitivamente al Partido Comunista y asumió algunas funciones en la Célula de Fortaleza. En Río de Janeiro, le dieron las primeras órdenes del Partido. La autora personifica en Roberto, el amante de Noemi, la protagonista, muchas de sus experiencias. Al igual que le pasó a él en *Caminho de Pedras*, la autora se encargó de recuperar el antiguo “Bloco Camponês”, es decir, tuvo la misión de crear una célula del PC en la ciudad de Fortaleza. Queiroz también ha participado en muchas reuniones y manifestaciones comunistas, estas se hacían en clandestinidad; había que tener mucho cuidado con los papeles, los documentos, los libros, etc.

Una conversación en la que Roberto aporta datos sobre su vida y su profesión. Esta exteriorización del personaje refleja rasgos autobiográficos de la escritora. Su vuelta a Ceará, tras su paso por Río, su profesión, el puesto de trabajo que iba a ocupar, etc. La escritora fue periodista durante muchos años en los dos periódicos de Fortaleza *O Diário* y *O Correio*, en los que Roberto trabajó. Al igual que Roberto, Rachel también se quejó siempre del sueldo miserable que le pagaba el periódico. Además de haber sido recibida por un operario al entablar contacto con el Partido en Río de Janeiro.

Las cartas de recomendación es otro punto que el personaje y su autora tienen en común, pero hicieron el camino al revés, Roberto tuvo que presentarse en Fortaleza y la novelista fue a Río de Janeiro a establecer contacto con los representantes del partido carioca, allí llevó con ella una carta de presentación y recomendación para que los camaradas las tuviesen en cuenta y la hiciesen secretaria del partido en Fortaleza.

Otros dos datos autobiográficos en Roberto se encuentran en su gran afición por las hamacas. La escritora dejó siempre muy claro su amor por una red, hasta en su piso de Río de Janeiro puso una para seguir con su rutina del campo. Cosas del destino, Rachel en el día que falleció también murió en la hamaca en el balcón de su piso en la Capital Carioca: “Roberto indicou a pensão, um sobradão velhíssimo por perto do Passeio Público. [...] No quarto, caiu na rede, como um doente. O pano macio abraçou-se a ele feito mulher”²⁰.

²⁰ QUEIROZ, R (2010), *Caminho de pedras*, op. cit., pp. 12- 13.

La periodista y escritora muestra que cada uno de sus personajes tiene un poco de ella y de la realidad que ésta presenció durante su militancia (Noemi, Roberto, Angelita, Filipe y Rufino). Estos personajes representan los primeros tiempos de Rachel en el partido comunista, el amor a la causa, el tiempo que estaba dispuesta a matar y a morir por el PC, así como aceptar todas las sumisiones. Cuanto más le exigía el partido, más se sometía. Fue la primera fase de su militancia, la fase de las inquietudes, del deseo de

justicia social, la presencia el lado heroico, ilegal, de un partido que en aquellos momentos seducía a los jóvenes inquietos y justicieros.

Durante los primeros años del PC era necesario dar pruebas de lealtad y Rachel lo relata perfectamente en el libro a través de Noemi. Era menester dar pruebas durante años, principalmente en lo que se refería a la sumisión ideológica al estalinismo²¹.

De igual manera y a través de otros personajes: João Jaques y Assis, describe lo mucho que le defraudó el Partido y su ruptura con él. Muestra el punto de vista más reaccionario del PC, lo que le hizo abandonar el grupo. En esta obra, su disidencia y ruptura con el partido se representan a través de los dos personajes antes mencionados. Cuando el grupo empezó a atraparla, a pedirle explicación de su vida personal y su obra, a obsesionarse con la ropa y a exigirle que se dedicase exclusivamente a la causa. Se vio obligada a pedir permiso para cualquier cosa que deseara realizar, incluso tenía que consultar la opinión de sus compañeros para temas menores: “Defrontada com a “real realidade” de um partido autoritário e totalitário, Rachel de Queiroz percebeu que o seu socialismo não era gregário, antes feito de independência intelectual e mental”²².

En la crónica “Um pão por dia”, Rachel de Queiroz comentó su ingenuidad en la época en la que formó parte del PC: la revolución no se mostró realizable y las naciones comunistas acabaron transformándose en tremendas fábricas de corrupción y tiranía²³.

Disgustada con el Comunismo, Rachel no dudó en abandonarlo cuando se sintió amenazada, cuando sintió que su autonomía intelectual estaba amenazada y su libertad de creación frente a la inapelable censura de su segundo libro. En 1932, el Partido Comunista vetó su segunda novela *João Miguel*. Justo antes de salir a la luz, se informó a la escritora de que la obra debería ser sometida a un comité antes de su publicación.

²¹ QUEIROZ, R (2010), *Tantos anos*, op. cit., p. 77.

²² CBL (2002), op. cit., p. 79. (La traducción es mía).

²³ QUEIROZ, R. de (2002), “Um pão por dia”, Estado de São Paulo, (01 de junho).

Al narrar la historia de Jaques, Queiroz hace una analogía a la historia de su primer marido, José Auto, salvo que Zé Auto no era comunista, asistía a las reuniones como oyente, pero no hacía parte de la “Quarta Internacional”. Rachel cuenta en el libro que Jaques tras su prisión, las palizas y el hambre sufridos en el tiempo de la cárcel desertó. Como Rachel pasó a ser considerado “traidor” y “elemento frágil” por los miembros del PC. En 1934, prendieron a Zé Auto, esta vez más de un mes, aunque no fuera militante. Cuando salió de la cárcel y regresó a casa, volvió muy amargado, disgustado y rebelde, por lo que no quiso seguir en São Paulo y pidió traslado a Ceará.

En los capítulos 13 y 14 de la novela se describe la experiencia

²⁴ QUEIROZ, R (2010), *Ca-minho de pedras*, op. cit., pp. 84-86

²⁵ Ciudad Brasileña al Norte del País, cerca de la Amazonía.

²⁶ QUEIROZ, R, *Tantos años*, op. cit., p. 26.

²⁷ BARBOSA, Maria de Lourdes (1999), op. cit., p. 77. (La traducción es mía).

de la prisión de muchos de los elementos de la “Quarta Internacional”. Así nos narra la prisión de Aristides Lobo, Mário Xavier y muchos otros, a los que los soltaban casi un mes después: “Roberto fora preso? [...] Quem mais? Naturalmente Samuel, Paulino, Filipe... Filipe não? [...] Os outros ainda estavam presos”²⁴.

Noemi es la única protagonista de sus novelas que no tiene raíces en el medio rural, nace y se cría en la ciudad de Acre²⁵; después de casarse, se va a vivir a Fortaleza. El viaje de João Jaques al Norte de Brasil simboliza el año 1915 cuando la escritora junto a sus padres, huyendo de la sequía, se fueron a vivir a Belém de Pará. Una aventura y un mundo diferente del suyo de Fortaleza²⁶.

La capital Cearense es el segundo espacio buscado por la protagonista en su lucha por la autoafirmación. Se siente oprimida por el medio limitado de origen, parte para la ciudad grande en búsqueda de un espacio más propicio para sus aspiraciones existenciales²⁷. De igual manera hizo Rachel, se fue a Río de Janeiro, en búsqueda de autoafirmación y mejora profesional y personal. Al igual que Noemi que tras su matrimonio dejó

Acre, Queiroz al casarse con su primer marido, también dejó la ciudad de Fortaleza y se fue a vivir con él en Bahía, Maceió y Río de Janeiro²⁸. La vida itinerante de Rachel fue de extrema importancia para su crecimiento personal y profesional. Ambas sentían que el medio las limitaba y buscaron su espacio, su autoafirmación cosa que el sertão y el Acre no les hubieran proporcionado así como ningún joven aldeano²⁹. “Tinha loucura de conhecer esse mundo [...] procurava respirar bem fundo e sentir o cheiro da liberdade”³⁰.

La familia Queiroz, al igual que la familia de Noemi, era una familia muy grande, las abuelas tuvieron muchos hijos, por lo que tenía muchos tíos y primos, además de cuatro hermanos. Era una familia un poco peculiar, hermanos que eran tíos, sobrinos que eran primos, etc³¹.

Noemi casada y madre de un niño, no tenía la ayuda de João Jaques, él no le ayudaba con los quehaceres domésticos, ni en los cuidados del hijo. Ella solo contaba con la ayuda de su comadre. Mientras Noemi trabajaba en el estudio de fotografías, la comadre se encargaba de la casa y del Guri.

Cuando Rachel contrajo matrimonio con José Auto, estos se fueron a vivir a Itabuna-Bahia. Allí estaban lejos de la familia y de los amigos. La escritora confiesa que se sentía muy sola, porque aunque el marido fuera bueno y afectuoso no era una persona solícita. Entonces se sentía en un total desamparo, igual que su personaje. Según ella, fue entonces apareció en su vida una de las personas que le marcó profundamente, una persona muy buena, generosa y maternal. Se llamaba Carmelita, Carmelita era como la comadre de Noemi, era la cocinera, la limpiadora y la niñera.

Para Rachel después de la muerte repentina de su pequeña, todo cambia, se vuelve más rebelde, y actúa más activamente en el partido, lo que le proporcionaba más libertad le permite a evadirse de su dolor. La

²⁸ Véase, las páginas del primer capítulo Síntesis Bibliográfica y Trayectoria Literaria de Rachel de Queiroz.

²⁹ HOLLANDA, Heloisa, op. cit., p. 18.

³⁰ QUEIROZ, Rachel de (1997), *Memorial de Maria Moura*, São Paulo, Siciliano, p.79.

³¹ QUEIROZ, R (2010), *Tantos años*, op. cit., p. 257. BARBOSA, Maria de Lourdes (1999), op. cit., p. 22. (La traducción es mía).

acusan de comunista, queman sus libros en la plaza Pública de Salvador de Bahía. También pisó la cárcel. Su gran dolor, por la pérdida de su hija, se vuelve insatisfacción y rebeldía ante el mundo y ante Dios. Rachel, como sabemos, en el intento de superar el dolor de la pérdida de dos seres queridos, decidió volver al Ceará y trabajar en una empresa judía de exportación, la empresa llamada G. Gradhvol et Fils³². Así como Noemi, nuestra novelista también estuvo algún tiempo trabajando en el comercio.

Ese impacto que la militancia promueve en la vida de Noemi acaba haciendo incompatible su relación con alguien que, desencantado, sólo consigue mofarse y combatir esa misma militancia. El alejamiento de João Jaques es natural y, como se ve, es desencadenado por la cuestión

³² HOLLANDA, H (2004), *Rachel de Queiroz*, op. cit., p. 18.

³³ CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno de (1997), *Romance Proletário em Rachel de Queiroz ou vindo o lado de fora pelo lado de dentro*, p. 30. (La traducción es mía).

³⁴ BARBOSA, M^a de Lourdes (1999), *Protagonistas de Rachel de Queiroz: Caminhos e Descaminhos*, op. cit., p. 56. (La traducción es mía).

ideológica³³. Al matrimonio de Rachel y Zé Auto le paso lo mismo, una vez que este fue a la cárcel en São Paulo, cuando fue liberado no quiso más saber de ideales políticos y ni de la reuniones del partido. Suponemos que a lo mejor también intentó convencer a la mujer de dejar el grupo, pero en esa época, la escritora estaba muy ciega y embocada con el PC.

Comienza el castigo social por el acto de coraje de Noemi. La sociedad la condenaba porque en la década de los 30, el matrimonio debería ser indisoluble, y era responsabilidad de la mujer conservarlo, aunque para ello tuviese que reprimir sus sentimientos más espontáneos³⁴. El patrón, hombre conservador y patriarcal le dimite.

Rachel también se separa de su marido José Auto da Cruz Oliveira en 1939, dejó Fortaleza para hacer el proceso de separación en Río de Janeiro, porque como la capital cearense era una ciudad pequeña, allí el proceso de divorcio sería más difícil y doloroso para la familia y para ella, ya que eran personas conocidas en la ciudad. Consumado la separación,

Rachel empezó a vivir con el médico Oyama de Macedo, su compañero y cómplice de ideales.

Así como la protagonista, la autora quizás haya pasado por los mismos prejuicios y comentarios, porque ambas estuvieron separadas, en una década que aún no existía la ley que apoyara el divorcio, ambas militantes y ambas mujeres en un mundo machista y conservador. No podía ser distinto en una época en que el epíteto de “mujer separada” ya era un estigma, más aún, que si esta misma mujer fuese militante del partido comunista y compartiese su vida con un camarada.

Para completar su aflicción, Guri, su único hijo, se pone enfermo y muere. En 1935, la única hija de Queiroz también fallece con apenas 18 meses, víctima de septicemia. Igual que Noemi, pierde su único hijo víctima también de una enfermedad, que según los síntomas, podía ser la misma enfermedad que tuvo la hija de la escritora porque también se murió en un espacio de veinticuatro horas, y esta personifica la muerte de su niña en la de Guri.

A continuación, y para terminar el ciclo de desastres, Noemi y a Roberto fueron detenidos y además, a él lo enviaron a una colonia penal del Sur y con ello aumentó el número de pérdidas de la protagonista. Totalmente abandonada, sin dinero, sin empleo y vivirá unos días de miseria.

En 1934 atraparon y llevaron a la cárcel a todo el grupo trotskista, menos a Rachel de Queiroz porque tenía una hija pequeña, a la que todavía le daba de mamar, y por ello los policías le dejaron en casa. Así como le ocurre a su personaje su hija la salvó de ser encarcelada pero acabó en prisión muchas veces, aunque algunos periodos entre rejas fueron muy cortos. Al igual que Roberto y Noemi, la escritora tuvo que despertar en muchas ocasiones de madrugada y distribuir panfletos revolucionarios.

Joana Courteau (1985:133) relata que a Noemi la salvaron de una derrota total, de la inutilidad, de la desesperación por su destino biológico: la maternidad. Aunque se coraje que siempre tuvo de romper cadenas,

³⁵ COURTEAU, Joana (1985), op. cit., p.133, y BARBOSA, Maria de Lourdes Dias (1999), *Protagonistas de Rachel de Queiroz: Caminhos e Descaminhos*, op. cit., p. 87. (La traducción es mía).

³⁶ HAROLDO, Bruno, op. cit., p. 65. (La traducción es mía).

³⁷ CHEVALIER, Jean y Gheerbrant, Alain (1993), *Dictionnaire des symboles*, Paris, Éditions Robert Laffont, p. 378. (La traducción es mía).

³⁸ Op. cit., p. 599. (La traducción es mía). Esto no quiere decir que esté representando o se encuentre afirmando el papel biológico de la mujer. Es simplemente simbólico, la escenificación de comienzo de una vida nueva.

en un tiempo en el que las mujeres apartadas de sus parejas se veían con malos ojos por la sociedad, y pocas cargaban ese estigma, sirve de ejemplo y abre el camino para los cambios que, poco a poco, se consiguen concretar³⁵.

La obra concluye con la escena en la que Noemi sube una rampa, indiferente, enigmática, sintiendo el embarazo como una contingencia, o como una esperanza, símbolo de continuidad y renovación³⁶. Ella lleva en el vientre el hijo de Roberto, sube despacito una ladera. La subida es un símbolo de ascensión, el conocimiento de una elevación integrada de todo el ser³⁷, y la matriz (útero) “está universalmente atada a la manifestación, a la fecundidad de la naturaleza y a regeneración espiritual”³⁸.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, K., “1915: a seca e o sertão sob o olhar de Rachel de Queiroz”, *Estudos Históricos* – CDHRP, 1, p. 25, diciembre, 2009.

ARÉAS, Vilma. “Rachel: o ouro e a prata da casa”, em Franceschi, Antonio (Dir.), *Rachel de Queiroz. Cadernos de Literatura Brasileira*, São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1, p. 98, 1997.

BARBOSA, Maria de Lourdes. L., *Protagonistas de Rachel de Queiroz: caminhos e descaminhos*. Campinas: Pontes, 1999.

BRUNO, Haroldo. *Rachel de Queiroz (crítica, bibliografia, biografia, seleção de textos, iconografia)*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1977.

CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno de., “Romance proletário em Rachel de Queiroz vendo o lado de fora pelo lado de dentro”. *Revista de Letras*, Curitiba, UFPR, 47, p. 27-28, 1997.

CASCUDO, Luís Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*, 11^a. ed., São Paulo: Global, 2002, p.545.

CHEVALIER, Jean. y GHEERBRANT, Alain., *Dictionnaire des symboles*, Paris: Éditions, 1993, p. 378.

COURTEAU, Joanna., “The problematic – heroines in the novels of Rachel de Queiroz”, em *Luso Brazilian Review*, 22, p. 133, 1985.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*, 27^a.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 101.

FRANCISCHETTO, K. & Cia., *O Quinze em análise*, Capixaba-ES: Univen, 1999, p. 3-5.

GUERELLUS, Natália de Santana. “Modernos e passadistas: os primeiros escritos de Rachel de Queiroz e a escrita de mulheres no Brasil (1927-1930)”, em *II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: culturas, leituras e representações*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 3.

HAI DUKE, Alessandro Andrade: *Chão partido: conceitos de espaço nos romances O quinze, de Rachel de Queiroz, e A Bagaceira, de José Américo de Almeida*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008, p. 75.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Rachel de Queiroz*. Rio de Janeiro: Argir, 2004 (Coleção Nossos Clássicos).

_____. *Rachel de Queiroz*. Rio de Janeiro: Global, 2005(Coleção Melhores Crônicas).

PEDRO, J. M., “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *História*, São Paulo, v. 24,1, p.77-98, 2005.

PEREZ, Renard., “Rachel de Queiroz”. In: *Escritores brasileiros contemporâneos*, 2ª. ed., São Paulo: Civilização Brasileira, 1970, p. 321.

QUEIROZ, Rachel de. *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano, 1997, p. 79.

_____., “Um pão por dia”. Estado de São Paulo, 01 de junho de 2002.

_____., *Caminho de pedras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

_____., *Não me deixes – suas histórias e sua cozinha*. São Paulo: Siciliano, 2010, p. 114.

_____., & Queiroz, M. L. De., *Tantos anos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 1990, p.16.

SOIHET, R & PEDRO, J. M. “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 27, p. 281-300, 2007.

Análise Socioambiental e Relações de Gênero: um estudo na hidrelétrica de Santo Antônio/Rondônia

Análisis Socioambiental y Relaciones de Género: un estudio en la hidroeléctrica de San Antonio/Rondônia

Socio-environmental Analysis and Gender Relationships: a study carried out at the hydroelectric dam of Santo Antônio, in Rondônia, Northern Brazil

**Edilson Bacinello
Otacílio Moreira de Carvalho**

Resumo: neste artigo, com base em bibliografia e dados empíricos, são evidenciadas questões socioambientais inerentes à construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia, enfatizando-se a importância da correta mensuração dos impactos, que poderão ocorrer com a implantação da hidrelétrica, para atendimento à proposta sustentável do projeto. Também são discutidas as relações de gênero, identificando-se a necessidade de manutenção de políticas que tratam de forma igualitária e isonômica os homens e as mulheres nas empresas, conforme previstas pelas SPM e SEPPPIR.

Palavras-chave: gênero, impactos, políticas, empresas.

Resumen: en este artículo, fundamentado en bibliografía y datos empíricos, evidencia cuestiones ambientales inherentes a la construcción de la Planta de Hidroeléctrica de San Antonio, en el Estado de Rondônia, en el que se destaca la importancia de la correcta medición de los impactos, que pueden ocurrir con la implementación de centrales hidroeléctricas, para atender la propuesta sostenible del proyecto. También, se discuten las relaciones de género, identificando la necesidad para el mantenimiento de políticas igualitarias e isonómica entre hombres y mujeres en empresas, previstas por las SPM y SEPPPIR.

Palabras clave: género, impactos, políticas, empresas.

Abstract: grounded on relevant literature and empirical data, this paper discusses socio-environmental issues related to the construction of Santo Antônio Hydroelectric Dam, in the State of Rondônia, Northern Brazil. Special emphasis is given to the need of carrying out appropriate assessment of the socio and environmental impacts of a project of such magnitude in order to meet its sustainability goals. It also discusses gender relationships and the need of maintaining egalitarian and isonomic practices and policies for both men and women in companies as advanced by The Special Secretariat of Policies for Women (SSPW) and The Special Secretariat for Policies of Racial Equality Promotion (SSPREP).

Keywords: gender, impacts, policies, companies.

Edilson Bacinello é Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Graduado em Ciências Contábeis e Mestre em Administração (UNIR). E-mail: edilsonbaci@unir.br; edbaci@bol.com.br

Otacílio Moreira de Carvalho é Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Graduado em Economia e Mestre em Administração (UNIR). E-mail: otaciliomc@unir.br

INTRODUÇÃO

O processo de globalização e os avanços tecnológicos vêm provocando grandes transformações nas estruturas e nos padrões de relacionamento entre as organizações e a sociedade que, a cada dia, cobra novo posicionamento das empresas e o meio pelo qual elas interagem.

Essa conscientização vem tomando um progressivo impulso no cenário internacional e disciplinando o comportamento das empresas, que passaram a ser observadas não somente sob o enfoque econômico, mas, também, pelo tratamento dado à dimensão socioambiental.

Tal posicionamento tem demonstrado a necessidade de se mensurar e monitorar o desperdício e ineficiências no uso de recursos energéticos e naturais. Assim, a qualidade de vida e o ambiente natural, impactados pelo crescimento econômico desigual, apontam para um cenário no qual se possa discutir a sustentabilidade do planeta.

A sustentabilidade compreende o comprometimento das organizações, causas sociais e ambientais, podendo ainda servir como estratégia comercial pelas empresas e atender a uma demanda, cada vez maior, por produtos e serviços que tenham como propósito o uso eficiente dos recursos disponíveis.

Este comprometimento socioambiental na atualidade é partilhado pela maioria dos países e o Brasil, embora possua limitações em sua distribuição de renda e na gestão de seus recursos naturais, dentre outros problemas, vem buscando alternativas para melhoramento das causas socioambientais.

Ações alternativas como forma de se alcançar a sustentabilidade têm direcionado políticas públicas para as populações de baixa renda e para preservação do ambiente natural, aliadas a recursos direcionados a projetos que busquem atender a necessidade de postos de trabalho e geração de renda para as populações.

Dentre estes projetos se destaca a construção de hidrelétricas de grande porte ao longo do território nacional. Tais projetos oferecem,

em um primeiro momento, vários postos de trabalho e, de acordo com a proposta de utilização de turbinas do tipo bulbo, redução de impacto ambiental. Importante destacar o fato de o Brasil ser uma das principais referências na geração de energia com base na utilização de recursos hídricos.

Em Rondônia, estão sendo implantados dois empreendimentos para geração de energia hidrelétrica: a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e a Usina Hidrelétrica de Jirau. Estes empreendimentos, instalados ao longo do Rio Madeira em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, têm sido alvo de impedimentos e restrições de ordem socioambiental por provocarem grandes mudanças regionais. Neste sentido, Strapasson e Job (2006) ressaltam que empreendimentos energéticos de qualquer natureza, em maior ou menor grau, representam algum impacto socioambiental.

Especificamente na Usina de Santo Antônio, em operação parcial desde março de 2013, há que se verificarem os programas de compensação socioambiental estabelecidos pelo consórcio responsável pela obra, bem como os reais impactos promovidos que, embora sejam previstos pelas empresas, devem ser corretamente mensurados e divulgados.

Outro fator que merece análise é a geração de empregos para a população local e as relações de gênero inerentes ao empreendimento. As usinas hidrelétricas do Rio Madeira apresentam, entre outros, um lado benéfico que é, em um primeiro momento, a oferta de trabalho. Contudo, estes fatores devem ser analisados para que possam atender aos requisitos necessários exigidos no atendimento às normas e leis estabelecidas pelos órgãos competentes.

Estas suposições conduzem ao objetivo central deste artigo: descrever os impactos socioambientais gerados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio em Rondônia, verificando a empregabilidade da população regional e as questões de gênero relacionadas ao empreendimento.

1. A Evolução da Consciência Ambiental

A Segunda Guerra Mundial transformou valores e atitudes no sentido do internacionalismo, trazendo alterações na agenda de discussão sobre o ambientalismo. Mesmo antes do final da guerra, estavam sendo traçados planos para promover a reconstrução e a assistência econômica aos países atingidos, particularmente das novas Nações Unidas e seus órgãos especializados (McCORMICK, 1992).

As questões relacionadas à preocupação ambiental avançaram ao longo dos tempos até que, em 1972, ocorreu a Primeira Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, em Estocolmo (Suécia), tendo como destaque o relatório do Clube de Roma. Mendonça (1998) observa que esta conferência constituiu-se em importante evento sociopolítico voltado ao tratamento de questões ambientais, significando a primeira tentativa mundial de equacionamento dos problemas ambientais.

Com a expansão do processo produtivo inerente ao sistema capitalista e o conseqüente aumento do desmatamento, a população menos favorecida da sociedade, rapidamente, foi identificada como o agente da destruição e tornaram-se alvos de campanhas ambientalistas que apoiavam a ideia de que a pobreza reduz a capacidade de as pessoas usarem os recursos de uma maneira sustentável. O avanço tecnológico e o desenvolvimento dos países ricos, por meio de empreendimentos industriais, resultaram em forte crescimento econômico, contudo, muitas vezes gerando custos ambientais (BRAUN, 2005).

Nesta ótica, o desenvolvimento se relaciona aos fatores sustentáveis de exploração dos recursos, muitas vezes negligenciados no processo de produção capitalista, gerando um crescimento econômico insustentável e contrariando a afirmativa de Sachs (2002, p. 121) de que “não há desenvolvimento sem sustentabilidade e não há sustentabilidade sem desenvolvimento”.

A recessão econômica da década de 1980 ampliou o debate sobre os impactos da produção capitalista sobre o ambiente natural, num momento

em que se questionavam as teses relativas ao crescimento econômico das nações, com base no processo de produção industrial. Nessa época, o desmatamento propulsou a floresta amazônica para o centro do debate ecológico mundial e com agravamento da crise ambiental na década de 1980, passando o Brasil a ter um papel importante nas relações internacionais (SOUZA, 1995).

Em 1992, no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo debate priorizou a integração homem-ambiente, deveres perante a geração futura e as demais espécies, clima e biodiversidade. Focou-se o ecodesenvolvimento como forma de preservar os recursos naturais e recusar a segregação social, em escala ecológica e planetária (MOTA, 2001).

Nessa conferência, foi elaborada a “Agenda 21 brasileira”, documento resultante de um processo de planejamento participativo e com *status* de plano nacional de desenvolvimento sustentável, significando um importante subsídio potencial à formulação de políticas focadas no desenvolvimento duradouro para o contexto brasileiro (MALHEIROS et al, 2008).

A partir do século XX, surgiram, no cenário internacional, movimentos visando expandir a consciência da população para a necessidade de preservar o ambiente natural, os ecossistemas e a biodiversidade existente. Esses movimentos afetaram diretamente a gestão das organizações produtoras de bens e serviços, consideradas as maiores responsáveis pelos impactos ambientais e pela degradação do ambiente (BASTOS, 2007).

O tratamento da temática ambiental é uma atividade bastante complexa, tanto do ponto de vista prático quanto do ponto de vista teórico, ganhando importância nos debates político, econômico e social por meio de discussões acerca da manutenção de vida no planeta. Somente as ações desenvolvidas do ponto de vista global da temática é que conseguem

apresentar resultados satisfatórios e, até mesmo, a maneira de como se deve conceber o ambiente natural.

Para que se possa melhorar o padrão de vida das pessoas, deve-se atentar que os efeitos ambientais dos avanços econômicos de uma industrialização capitalista voltada para o mercado, hoje não são mais ignorados pela sociedade. Valores relacionados ao ambiente natural e às causas sociais devem estar inseridas no modelo de gestão utilizado pelas empresas.

Surge então o conceito de desenvolvimento sustentável o qual, segundo o Relatório Brundtland (1987), é aquele que atende as necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade das futuras gerações em atender suas próprias necessidades. Outros autores discutem acerca do conceito de desenvolvimento sustentável como estando num patamar superior do desenvolvimento, na qual explícito está o objetivo de reduzir e eliminar a pobreza, aliando-se a preocupação ambiental com a redução de desperdício.

Os aspectos relacionados aos efeitos externos relacionados aos impactos ambientais são negligenciados tanto pelas contas nacionais quanto, também, não são devidamente apropriados pelas organizações que geram tais efeitos, arcando a sociedade com esses custos ambientais.

O contexto apresentado é o de uma união entre a gestão dos recursos naturais, humanos e econômicos das organizações empresariais. O ambiente natural e o sistema econômico interagem entre si, havendo a necessidade de integrar esses valores, apropriadamente estimados, às decisões de política econômica ambiental e aos cálculos das contas nacionais. Neste sentido, os empreendimentos sustentáveis devem também contemplar os valores de ordem social, uma vez que os mesmos fazem parte da complexa análise de toda uma cadeia de valores.

2. A Evolução da Consciência Social

A conscientização social, sistema que contempla a evolução do pensamento e da necessidade ao atendimento das necessidades das

peçoas, vem evoluindo ao longo dos tempos em cumprimento a uma exigência mundial.

Dentre as mudanças, está a expansão do capitalismo e do neoliberalismo ocorridos após a Segunda Grande Guerra Mundial. A partir desse período, de acordo com Piovesan (2006), a comunidade internacional passou a reconhecer que a proteção dos direitos humanos constitui questão de legítimo interesse e preocupação. Ocorreram mudanças de ordem estrutural em diversas áreas em seus diversos aspectos, tais como, cultural, político, social, jurídico e econômico.

Esse processo promoveu a restrição da soberania estatal, considerando que é justamente o Estado que passa a ser um dos principais violadores de direitos humanos. Analisado sob o foco universal dos direitos humanos, os mesmos não podem estar limitados a um determinado grupo, devendo ser estendido a todos (FACHIN, 2009).

Em 1946, ocorreu uma sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, na qual foi estabelecida a criação da Comissão de Direitos Humanos com vistas a elaborar uma declaração de direitos humanos, seguido de tratado ou convenção internacional e de ferramentas adequadas para assegurar o respeito aos direitos humanos e tratar os casos de sua violação (PIOVESAN, 2006).

De acordo com Comparato (2005), em 1948 foi criada a Declaração Universal de Direitos Humanos, a qual inovou o conceito de direitos humanos ao introduzir a concepção contemporânea dos mesmos, que é marcado pela universalidade e indivisibilidade destes direitos.

A década de 1960 foi um período em que se disseminou a temática relativa à responsabilidade social das empresas, a qual ultrapassa os interesses exigidos por lei, muito embora não tenha havido consenso sobre essa responsabilidade. Esse comportamento foi baseado na obrigação moral e princípios religiosos compatíveis com os valores da sociedade norte americana da época (CARROLL, 1999).

Nos anos 1970, a temática social continuou a se desenvolver, criando abordagens alternativas ao Desempenho Social, tal como o interesse

das empresas e da sociedade na realização de programas sociais como forma de aumentar lucro aos negócios. Para Schumpeter (1982, p. 106), “o processo de mutação industrial revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos.” É deste processo que se constitui o capitalismo, ao qual toda empresa deve se adaptar para sobreviver.

Nos anos 1980, surgiram novas pesquisas para mensurar o desempenho social e as expectativas da sociedade civil sobre a atuação das empresas. Essas pesquisas buscaram desenvolver projetos destinados a evitar o confronto e posterior julgamento social negativo das atividades empresariais (GRIESSE, 2003).

A década compreendida entre os anos de 1980 a 1990 foi marcada por uma fase de desenvolvimento tecnológico, em que transpareceu a volatilidade do capital dos países em desenvolvimento, tendo o Brasil como exemplo, e conseqüentemente as implicações sociais referentes a tal instabilidade.

Nesse período, os movimentos sociais nas cidades e no campo começaram a ganhar força por meio da bandeira da reforma agrária, retomada do crescimento econômico, do aumento de empregos e da expansão de direitos sociais (IGEPRI, 2013).

A temática social e seus efeitos sobre o comportamento empresarial se expandiu, no Brasil e em todos os países. Essa expansão fez com que ocorressem relações coletivas visando à produção de bens e serviços, assim também um espaço onde os agentes sociais pudessem transformar matérias-primas em produtos finais.

Neste sentido, Weber (2006) relata que a ciência põe naturalmente à disposição da sociedade determinado número de conhecimentos que permite ao corpo social dominar a vida por intermédio da previsão, tanto naquilo que diz respeito às coisas exteriores quanto ao campo de atividades dos homens.

Esta visão remete ao fato de que o comportamento empresarial é guiado e influenciado pela ação das pessoas que estão envolvidas no

processo, no qual se combina o trabalho de muitos homens para gerar um produto útil, usando entre outros recursos: máquinas, equipamentos, dinheiro, tempo, espaço e conhecimento.

Em se tratando das atividades desenvolvidas pelas pessoas (homens e mulheres), destaca-se a complexa relação de trabalho no ambiente empresarial. Os funcionários estão sempre à procura de melhor emprego que ofereça uma melhor remuneração, enquanto que as empresas buscam a melhor forma de utilizar sua mão de obra oferecendo salários, muitas vezes, abaixo das necessidades e expectativas dos empregados. Outro fator a ser verificado é a participação feminina no mercado de trabalho, o qual, ainda nos dias atuais, em alguns casos, é permeado de distinções e restrições.

3. As Relações de Trabalho nas Empresas e a Divisão Sexual

A globalização aumentou a competitividade entre as organizações empresariais, nacional e internacionalmente, implicando a perda de postos de trabalho, corte de custos de produção, aumento da flexibilidade, entre outros acontecimentos. Esses fatos geraram insegurança no emprego, desigualdade salarial, subemprego, e, conseqüentemente, diminuição do poder de negociação dos salários e condições de trabalho por parte das organizações sindicais.

O mercado de trabalho no Brasil também sofreu transformações nas estruturas produtivas, nas formas de organização e gestão e nas relações de trabalho. O processo se acelerou após o início da abertura econômica, iniciada nos anos 1990, que objetivou reduzir o protecionismo estatal em relação a determinados setores da economia nacional. Uma das conseqüências dessa nova política foi o aumento da entrada de empresas e mercadorias estrangeiras no país, acirrando a competição entre as empresas locais (FREITAS, 2006).

Essas alterações promoveram a introdução de novas tecnologias informatizadas, de novas formas de organização e de gestão, cujo objetivo

era elevar a produtividade das empresas, acompanhadas normalmente por uma redução na oferta de emprego. A nova postura empresarial a partir desse movimento busca aumentar a competitividade entre as empresas, expandindo o valor agregado e reduzindo o custo do trabalho.

O Brasil é visto perante o mundo como um país de pouca eficiência no tratamento das questões referentes à qualificação da mão de obra, apresentando baixo nível de escolaridade de seu trabalhador, embora esse quadro venha se alterando ao longo dos tempos. Contudo, o que se verifica é que as transformações na qualificação para o trabalho não significam, necessariamente, o surgimento de um trabalhador mais capacitado (BASTOS, 2007).

Em algumas situações, nas quais o trabalho requer uma menor qualificação, existe uma grande demanda por mão de obra, mesmo considerando um salário que, em muitos casos, não atende as necessidades da classe trabalhadora. Por outro lado, quando as empresas necessitam de mão de obra qualificada para alguns postos de trabalho e oferecem melhores salários, em muitos casos, os cargos deixam de ser ocupados exatamente pela falta de capacitação dos trabalhadores.

A divisão sexual do trabalho tem sido outro importante conceito para compreensão do processo de constituição das práticas sociais permeadas pelas construções dos gêneros, mediante uma base material. O uso de práticas sociais é visto como uma noção indispensável que permite a passagem do abstrato ao concreto; poder pensar simultaneamente o material e o simbólico; restituir aos atores sociais o sentido de suas práticas, para que o sentido não seja dado de fora por puro determinismo (KERGOAT, 1996).

A divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas e é construída como uma prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas.

A subordinação de gênero e a assimetria nas relações de trabalho se manifestam não apenas na divisão de tarefas, mas também nos critérios que

definem suas qualificações, nos salários pagos e na disciplina do trabalho. A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho (LOBO, 1991).

Vale ressaltar, conforme demonstra Brito e Oliveira (1997, p. 252), que:

a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação.

De acordo com Humphrey (1987), a divisão sexual do trabalho é um processo que não se resume a alocar homens e mulheres em estruturas ocupacionais, perfis de qualificação e tipos de postos de trabalho já definidos. Da mesma maneira, a qualificação é uma construção social fortemente sexuada, marcada pelos gêneros; é uma dimensão fundamental do processo de constituição das categorias que estruturam a definição dos postos de trabalho e dos perfis de qualificação e competências a eles associados.

O sistema sexo-gênero se concretiza e dá legitimidade às ideologias, representações e imagens de gênero, originando um longo processo de mediação entre os movimentos das práticas cotidianas que segregam as mulheres na esfera produtiva das empresas.

4. O Gênero e o Mercado de Trabalho

Ao longo da história, as mulheres vêm alcançando grandes conquistas, destacando-se no mercado de trabalho nas mais variadas áreas do conhecimento e de atuação profissional. A afirmação de que a mulher é considerada frágil e com limitadas funções na sociedade demonstra não ser verdadeira; ao contrário, o que se percebe é que a mulher pode ser

considerada como mais organizada, disciplinada e eficiente, dentre outras vantagens, quando comparada ao gênero masculino.

Tal evolução tem originado o surgimento de novos papéis que devem ser desempenhados pelas pessoas, como resultado das alterações no ambiente em que operam. A preocupação em criar o fato histórico com a inclusão das mulheres nos processos em curso está muito presente nas sociedades capitalistas modernas, nas quais ocorre a necessidade da força de trabalho feminina dentro e fora das casas. Isso vem provocando tensões que afetaram a estrutura das famílias, abrindo possibilidades de interlocução e modificando, inclusive, a imagem que as mulheres tinham de si próprias (SROUR, 1998).

Há que se considerar que o conceito de gênero, bem como o de identidade, está na dependência das variáveis raça e classe, o que aparece na análise das vozes feministas, segundo sua procedência e entendidas, na América Latina, como falas individuais e não como representantes de grupos.

Uma abordagem com base no pensamento de Foucault indica a necessidade de desconstrução da polaridade entre masculino e feminino e a reconstrução de poder entre as classes sociais (CALAS & SMIRCICH, 1999).

Ao considerar o processo de construção das relações de gênero, a abordagem pós-estruturalista enfatiza a análise da especificidade de cada discurso como o caminho para fazer emergir as representações sociais sobre o gênero, internalizadas por homens e mulheres.

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, sendo utilizada primeiramente entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo de forma que o “gênero” sublinhava também o aspecto relacional das definições nominativas da feminilidade (SCOTT, 1991).

Na teoria de Marx (1959), o termo “gênero” comporta um elenco tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos, porém, no que diz respeito à história das mulheres,

a reação da maioria dos historiadores não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para, posteriormente, descartá-la ou colocá-la em um domínio separado. O sentido era o de que as mulheres tinham sua história separada da história dos homens, cabendo assim às feministas fazerem a história das mulheres.

Em seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de mulheres. Este termo visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, tendo uma conotação mais objetiva e neutra do que simplesmente o termo “mulheres”. O gênero parece se integrar à terminologia científica das ciências sociais e, em consequência, dissocia-se da política (pretensamente escandalosa) do feminismo.

A categoria “gênero”, como substituto de “mulheres” é igualmente utilizada para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, tendo implicações no estudo do outro. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O gênero se torna uma maneira de indicar as construções sociais, sendo uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1991).

Cabe assinalar que “no caso específico das relações de gênero, o processo educativo circunscreve-se ao âmbito dos movimentos sociais. Esses movimentos que constroem a base de todo um trabalho político são instrumentos fundamentais na construção da identidade social” (TORRES, 2001, p. 87).

As sociedades representam o gênero, utilizando-o para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência e sem processo de significação, não tem sentido.

Para Scott (1991, p.14) a definição de gênero se constitui de várias subpartes, conforme destaca:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primeira de significar as relações de poder [...] É construído através do parentesco, mas não

exclusivamente [...] Ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente, de forma ampla independente do parentesco [...] O gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado.

Para Saffioti (1992, p. 10), “não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero”.

“Gênero constrói uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer (...) representa não um indivíduo e sim uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe” (LAURETIS, 1994, p. 210).

Cabe assinalar que os matizes e as curvas das relações de gênero compõem um universo complexo e difícil de perscrutar. Assim, cumpre observá-las *em passant*, buscando verificar apenas as aproximações possíveis dessa categoria de análise com a questão do poder trabalhada deste estudo (TORRES, 2001).

Segundo Saffioti (1992), Marx (1959, p. 232) acentua que “a igualdade na exploração da força de trabalho é o primeiro dos direitos do capital”. Essa relação de direito remete às políticas públicas necessárias à realização das sociedades no sentido de minimizar a diferenciação, ainda percebida, em termos de gênero e raça/etnia.

5. Políticas Públicas para Promoção da Igualdade de Gênero

No que se refere à força de trabalho e às leis que o regem, a Constituição Federal brasileira estabelece no inciso XX, do art. 7º, que os trabalhadores têm direito à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei. Este dispositivo sinaliza para a existência da desigualdade no mercado de trabalho em relação à mulher e se refere aos meios de que pode dispor o Estado para atuar em face da questão.

O inciso XXX do mesmo artigo 7º da Constituição diz ser direito do trabalhador a proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

O Brasil ratificou as Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2007) que tratam de forma direta ou indireta da desigualdade de gênero nas relações de trabalho. Dentre as normas relativas aos direitos das mulheres, tem-se:

- nº 100 (Salário igual para trabalho de igual valor entre o Homem e a Mulher) ratificada em 25/04/1957, com vigência nacional em 25/04/58);
- nº 103 (Amparo à Maternidade) ratificada em 18/06/65 e com vigência nacional em 18/06/66);
- nº 111 (Discriminação em matéria de emprego e Ocupação) ratificada em 26/11/65, com vigência nacional em 26/11/66);
- nº 117 (Objetivos e normas básicas da política social) ratificação em 24/03/69 e vigência nacional em 24/03/70).

A Consolidação das Leis Trabalhistas, criada pelo decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, tem um capítulo dedicado à proteção do trabalho da mulher, nos artigos 372 a 401 e, quando obedecidas determinadas condições, há nestes dispositivos, inclusive, previsão de manutenção e subvenção de escolas maternais e jardins de infância.

A lei nº 7353/1985 criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com o objetivo de promover nacionalmente política visando eliminar a discriminação da mulher e promover a igualdade de direitos.

A Lei nº 9.029/1995 dá proteção às mulheres e proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

Em janeiro de 2003, foi inaugurada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), diretamente vinculada à Presidência da República. Em março de 2003, criou-se também a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), respondendo a uma forte pressão do movimento negro no país. A missão das duas secretarias passa a ser basicamente a de gerenciar as dimensões de gênero e raça nas políticas públicas (ABRAMO, 2008).

A criação da SPM e da SEPPIR marca o momento em que o Estado brasileiro começa a compensar o considerável atraso do país em relação à

constituição de uma institucionalidade para a promoção da igualdade de gênero, vinculada ao Poder Executivo.

A SPM se baseia no princípio de adesão voluntária das empresas, sendo uma das formas importantes de combate à discriminação e promoção da igualdade de gênero no segundo Relatório Global da OIT (2007), relativo ao tema. Entre as características principais de sua metodologia, estão o comprometimento da alta direção das empresas na elaboração de um plano de ação voluntário e monitoramento da evolução de seu cumprimento no plano de ação estabelecido pelo Comitê Pró-Equidade de Gênero (SPM, 2013).

O primeiro resultado significativo do Programa e das ações do Comitê Pró-Equidade foi tornar mais visível a existência de desigualdades entre homens e mulheres em termos de ingresso, ascensão e promoção, salários e remunerações, acesso aos postos de comando e decisão no interior das empresas (ETHOS, 2013).

De acordo com Abramo (2008), entre as principais dificuldades para a execução do Programa do Pró-Equidade pode-se destacar o fato de tratar-se de empresas com estruturas internas fortemente hierarquizadas, com uma composição da força de trabalho eminentemente masculina e com uma cultura empresarial que correspondia a essas características.

Ainda segundo a autora, dentre os principais fatores de êxito do Programa destacam-se, em primeiro lugar, o fato de o programa estar inscrito no marco mais amplo de uma política de governo, sendo definido como uma atividade prioritária da SPM e ter contado com um empenho direto e especial da ministra titular da Secretaria. Em segundo lugar, o fato de ter ocorrido um comprometimento da alta direção das empresas que aderiram ao Programa.

Algumas empresas, tal como, a Eletronorte e a Caixa Econômica Federal também aderiram ao Programa no intuito de assegurar que a gestão de pessoas esteja alinhada com os desafios empresariais. Ressalta-se que nessas empresas os orçamentos destinados ao programa são garantidos.

A SEPPIR tem como principais finalidades o desenvolvimento de diretrizes para a promoção da igualdade racial, avaliação das políticas

públicas para a proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra e promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica (SEPPIR, 2013).

Dentre as melhorias promovidas pela SEPPIR, estão os avanços ocorridos em vários estados e municípios brasileiros por meio da criação de instâncias de Promoção da Igualdade Racial – PIR. Ressalta-se que, como limitação, existe a necessidade da associação dos recursos públicos aos resultados alcançados pelos programas.

Mais recentemente, foi publicado o Decreto 7037 de 21/12/2009 que contém propostas de ações governamentais para defesa e promoção dos direitos humanos. Seu artigo 2º, dentre algumas de suas ações, visa à redução de condutas e atos de violência, intolerância e discriminação, com reflexos na diminuição das desigualdades sociais.

Em síntese, pode-se dizer que as políticas para a promoção de gênero e de igualdade social/racial constituem iniciativas importantes e inovadoras e devem estar alinhadas às necessidades das empresas, ao tratar as complexas relações sociais estabelecidas ao longo dos tempos.

Tais políticas públicas atendem a uma necessidade da promoção de gênero e da busca da igualdade entre homens e mulheres em todas as áreas. Neste contexto, as empresas devem enquadrar essa visão em seus processos de gestão como forma de atender a uma demanda relativa à igualdade entre raça-gênero em toda sua extensão.

Especialmente na região amazônica -, caracterizada pelo isolamento das pequenas cidades de suas capitais, tendo como principal meio de transporte os rios da região, por ideologias e costumes passados de geração para geração e pela carência de oferta de trabalho pelo reduzido número de empresas na região -, as políticas públicas para atendimento às questões sociais e para igualdade de gênero, em muitos casos, não chegam diretamente a incidirem na vida das populações situadas nas localidades dessa região.

Há que se destacar outro panorama que diferencia as características descritas sobre a região amazônica, sobretudo por sediar um dos maiores

mananciais de água potável do mundo e por possuir rios de grande porte: a implantação de projetos para a geração de energia hidrelétrica que atrai grandes empresas para a construção das obras. Dessa forma, toda cadeia de valores socioambientais, inclusa em seus programas, atende também a região, como é o caso dos atuais projetos hidrelétricos no Estado de Rondônia por meio da construção da Usina de Santo Antônio, que se encontra parcialmente em operação, e a Usina de Jirau, ambas no Rio Madeira.

Esses projetos visam atender a uma demanda por energia elétrica no Brasil que oportuniza, por meio do Programa de Aceleração Econômica (PAC), investimentos para atender as necessidades nacionais de expansão da produção de energia. Entretanto, embora esses projetos estejam sendo implantados em Rondônia, grande parte da energia elétrica gerada será destinada a outros estados da federação, que serão os maiores beneficiados, enquanto que os problemas socioambientais gerados por essas obras ficarão reduzidos ao estado de Rondônia, menor beneficiado com esse potencial energético.

6. Matriz Energética de Rondônia e Questões de Gênero na Empresa Santo Antônio Energia

A energia elétrica consumida em Rondônia é gerada por três fontes básicas: a Usina Hidrelétrica Samuel, com capacidade instalada de 216 MW (megawatts); o parque termelétrico operado pela Eletrobrás Eletronorte, que produz 90 MW (megawatts); e produtores independentes de energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas espalhadas pelo estado que, somados, chegam a 403 MW (ELN, 2013).

Tais fontes energéticas causaram impactos socioambientais diversos, ocasionando uma grande área alagada e remoção de moradores, em sua maioria, populações tradicionais, como foi o caso da Hidrelétrica de Samuel no município de Candeias do Jamari, em Rondônia.

Atualmente, estão sendo construídas, ao longo do Rio Madeira, a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, com capacidade de 3.580 MW, e de

Jirau, com capacidade de 3.900 MW. Estas obras, por serem permeadas de problemas e restrições relativas às questões socioambientais, têm sido alvo de críticas, tanto por parte da população local quanto pelos agentes reguladores (AMAZÔNIA, 2013).

O canteiro de obras da Empresa Santo Antônio Energia é composto pelo consórcio formado principalmente pelas empresas Furnas, Odebrecht e Andrade Gutierrez, dentre outras empresas, como parceiras para a construção dessa obra.

Tal empreendimento é uma das primeiras grandes obras do PAC a entrar em operação. Nasceu mediante o desafio de instalar uma das maiores usinas hidrelétricas do país, na Amazônia Legal, aproveitando o potencial hídrico do Rio Madeira, respeitando, segundo a empresa, o meio ambiente e as populações locais (SANTO ANTÔNIO ENERGIA, 2013).

A Santo Antônio Energia estabeleceu programas de compensação socioambiental com o intuito de minimizar os impactos percebidos ao longo da construção e após a conclusão das obras. Ressalta-se que o fato de esses projetos existirem, por si só, caracteriza a incidência de modificações socioespaciais significativas na região, embora sejam bastante reduzidos quando comparados com outros empreendimentos desse porte instalados pelo território brasileiro, em períodos anteriores, conforme previsto pelo consórcio, sobretudo com a tecnologia utilizada no processo de construção e de operação da usina.

A concessionária Santo Antônio Energia está investindo R\$ 1,6 bilhão de reais em 28 programas que constam do Projeto Básico Ambiental (PBA). Dentre esses projetos, destacam-se a educação ambiental, o fortalecimento social, de gênero, de comunicação comunitária, de valorização cultural e destinação de resíduos (SANTO ANTONIO ENERGIA, 2013).

Nesse sentido, a empresa Odebrecht implantou o Programa Acreditar na Usina de Santo Antônio, objetivando capacitar mão de obra local para atuar no mercado de trabalho¹ e reduzindo, assim, o processo imigratório. Esse projeto gerou cerca de 20.000 empregos, sendo

¹ Estes cursos de capacitação são gratuitos e sem vínculo de contratação pela empresa.

que destes, 80% foram destinados a trabalhadores moradores na região de Porto Velho.

O Programa Acreditar capacitou mão de obra masculina e feminina indistintamente, tendo capacitado muitas mulheres para atuar em serviços, antes, predominantemente desempenhados por homens. No que se refere à promoção de gênero, a representação feminina chega a 10% do total, considerada marcante em obras desse porte (ODEBRECHT ENERGIA, 2013).

A Empresa Andrade Gutierrez é uma empresa certificada pela norma internacional SA 8000 de Responsabilidade Social, possuindo um compromisso com a Diversidade e o Tratamento Digno às pessoas. Na norma de funcionamento que trata do Compromisso Andrade Gutierrez de Responsabilidade Social, a empresa garante não se envolver ou apoiar a discriminação por idade, raça, origem nacional ou social, classe social, nacionalidade, religião, deficiência física ou mental, sexo, orientação sexual, responsabilidades familiares, estado civil, associação a sindicatos ou afiliação ou opinião política (ANDRADE GUTIERREZ, 2013).

Dentre as propostas do programa, também está o de não permitir comportamento, inclusive gestos, linguagem e contato físico, que seja sexualmente coercitivo, ameaçador, abusivo ou explorativo, nos alojamentos ou outras instalações fornecidas da Andrade Gutierrez, não submetendo, ainda, mulheres a testes de gravidez ou virgindade sob nenhuma circunstância.

Em 2012, o efetivo de mulheres nos canteiros de obra da empresa representou 10% do total de trabalhadores empregados na obra, o que ainda reflete a característica do segmento, majoritariamente masculino nas diversas frentes operacionais (ANDRADE GUTIERREZ, 2013).

A empresa Furnas, maior acionista do consórcio Santo Antônio Energia, aderiu à 1ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, no biênio 2005/2006, sendo considerado um marco na história da organização que possui parte do capital ainda estatal. Desde então, a empresa conquistou nas 2ª e 3ª Edições (2007/2008 e 2009/2010), respectivamente, o Selo

Pro Equidade de Gênero, da Secretaria de Políticas Para as Mulheres, sendo uma das nove empresas brasileiras que receberam as três edições do referido Selo (COEPBRASIL, 2013).

Este Grupo de Trabalho, constituído por Resolução de Diretoria (RG) n. 011/2351, tem o propósito de incorporar a perspectiva de gênero nas políticas, normas e procedimentos estabelecidos nas práticas da gestão empresarial e de seu compromisso social com o objetivo de criar mecanismos que assegurem a equidade de gênero e a valorização da mulher, no âmbito da empresa e comunidades onde atua (COEPBRASIL, 2013).

CONCLUSÃO

As evidências obtidas no desenvolvimento do trabalho mostraram a necessidade de que as empresas utilizem as causas socioambientais, seja como estratégia para seus negócios ou por imposição dos órgãos, e controle referente a esses agentes que impõem pesadas punições para quem não se adaptar aos modelos exigidos.

As relações de trabalho vêm alcançando grandes conquistas no que se refere a políticas de proteção aos trabalhadores (homens e mulheres), independente de sua classe social, raça ou etnia, como forma de fortalecer o contexto social existente em quaisquer relações trabalhistas entre empresa e pessoas.

Neste sentido, foram apresentadas algumas políticas públicas referentes à proteção e à valorização das mulheres no cenário nacional, assim também foram demonstrados alguns modelos que estimulam a valorização da mão de obra feminina, tal como, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ambas consideradas marcos nacionais referentes ao tratamento igualitário das questões de gênero nas empresas.

O Consórcio Santo Antônio Energia tem desenvolvido programas de controle aos agentes socioambientais para atender a uma demanda por produtos e/ou serviços considerados sustentáveis. Porém, verifica-se que, embora os programas existam, por serem considerados inovadores, não atendem totalmente aos desejos e anseios da coletividade e devem ser corretamente analisados e declarados pelas empresas para que, no futuro, não sejam vistos apenas como forma de desviar os reais impactos gerados por empreendimentos de grande porte.

Subsidiadas pelo referencial teórico, as análises referentes às questões de gênero no contexto de relações sociais e de poder permitiram perceber o longo caminho que deve ser traçado para que haja uma melhor equidade no percentual de participação da mão de obra feminina, quando comparada com os postos de trabalho ocupados pelos homens, embora tenham ocorrido avanços significativos na melhoria desse indicador.

Conclui-se que a perspectiva da relação de gênero na empresa Santo Antônio Energia é reforçada pelos programas, declarados por ela, em prol da valorização do papel das mulheres no mercado de trabalho, considerando sua capacidade e dedicação. Porém, ressalta-se que, assim como os outros programas de ordem socioambiental e dentre outras propostas, devem focar em uma remuneração igualitária e condições de ascensão baseadas no potencial das pessoas, independentemente de raça, sexo ou etnia.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. O Programa Pró-Equidade de Gênero: uma experiência de política pública para a promoção da igualdade de oportunidade e tratamento. In: *Ser Social*, Brasília/UNB, v. 10. n. 23, 2008.

BASTOS, Rogério de Melo. *Planejamento estratégico para gestão de empresa rural*. Disponível em <http://www.agrolink.com.br>. Acesso em 07/08/2007.

BRASIL. Lei 7353/85. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/57722047/dou-secao-1-13-08-2013-pg-7?ref=home>>. Acesso em 10/08/2013.

BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19029.htm>. Acesso em 11/08/2013.

BRAUN, Ricardo. *Novos paradigmas ambientais: desenvolvimento ao ponto sustentável*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRITO, J.; OLIVEIRA, O. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, F. e JARDIM S. (orgs.) *A damação do trabalho*. Rio de Janeiro: Te Corá.1997.

CALAS, B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher : abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. (orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*, v. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

CARROLL, A.; HOY, F. Integrating corporate social policy into strategic management. *Journal of Business Strategic*, v. 4, n.3, p.48-57, 1984.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 4. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

CONSOLIDAÇÃO das Leis Trabalhistas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 06/07/2013.

CONSTITUIÇÃO Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 06/08/2013.

CONSTRUINDO um Olhar Coletivo sobre a Mulher. Disponível em: <<http://www.coeptbrasil.org.br/grupogenerofurnas/Publico/SobreComite.aspx>>. Acesso em 09/08/2013.

DILIGÊNCIA nas usinas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira em Rondônia. Disponível em:

<<http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/07/RelatorioUsinasMadeira.pdf>>. Acesso em 10/08/2013.

ELETOBRÁS ELETRONORTE. Disponível em: <<http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/pilares/geracao/estados/rondonia/>>. Acesso em 12/08/2013.

EMPRESA Investe na Educação Ambiental. Disponível em:

<<http://www.santoantonioenergia.com.br/empresa-investe-em-educacao-ambiental/>>. Acesso em 16/08/2013.

EQUIDADE de gênero nas empresas: por uma economia mais inteligente e por direito. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/equidade-de-genero-nas-empresas-por-uma-economia-mais-inteligente-e-por-direito/#.UhezNPm5fmQ>. Acesso em 10/08/2013.

FACHIN, Melina Girardi. Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

FREITAS, José Carlos Pedreira. *Sustentabilidade*. O atributo tangível. v. 26, n. 1, janeiro de 2006.

GRIESSE, M. Ética Empresarial e Responsabilidade Social Corporativa à Luz da Teoria de

Julgamento Moral, de Lawrence Kohlberg. *Impulso*, Piracicaba, v. 14, n.35, p. 33-48, 2003.

HUMPHREY, J. Gender and work in the third world, Londres / New York, Iavistok Publications, 1987.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOBO, E. S. **A Classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio, PHILIPPI JR., Arlindo e COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 1, n. 1, p.7-20, jan./mar. 2008.

MARX, Karl. *El capital*. Trad. Wenceslau Roces. México. FCE. V. I, 1959.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MENDONÇA, Francisco de Assis. *Geografia e meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998.

MOTA, Ronaldo Serôa e MENDES, Francisco Eduardo. Instrumentos Econômicos na Gestão Ambiental: aspectos teóricos e de implementação. In: *Economia do Meio Ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: UNICAMP I.E., 1996.

OS ANOS 80-90: Década perdida para o Brasil – A estagnação político-econômica. Disponível em: <<http://igepri.org/news/2011/05/os-anos-80-90-decada-perdida-para-o-brasil-%E2%80%93-a-estagnacao-politico-economica/>>. Acesso em 20/08/2013.

OIT-Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/convention>>. Acesso em 12/08/2013.

PERFIL. Disponível em: <<http://www.santoantonioenergia.com.br/empresa/perfil/>>. Acesso em 03/07/2013.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 7. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

PROGRAMA ACREDITAR. Disponível em: <<http://www.odebrechtenergia.com.br/pt-br/sustentabilidade/responsabilidade-social/programa-acreditar>>. Acesso em 03/07/2008.

RELATÓRIO Anual de 2012 da Andrade Gutierrez. Disponível em <http://www.andradegutierrez.com.br/arquivos/ra/desempenho-direitos-humanos.html>. Acesso em 03/07/2013.

RELATÓRIO Brundtland. Disponível em:

<<http://www.marcouniversal.com.br/upload/RELATORIOBRUNDTLAND.pdf>>. Acesso em 96/07/2009.

SACHS, Ignacy. Pensando sobre o desenvolvimento na era do meio ambiente. In: STROH, P. (org). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCOTT, Joan (1959). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife, 1991.

SEPPPIR -Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/>>. Acesso em 11/08/2013.

SPM -Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em 10/08/2013.

SOUZA, M. F. *Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua importância e aplicabilidade em empresas brasileiras*. Trabalho de iniciação científica, apresentado pelo Grupo de Estudos e pesquisas em Contabilidade. Campinas: PUC, 1995.

SROUR, Robert Henry. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro : Campus, 1998.

STRAPASSON, Alexandre Bertinardi e JOB, Luis Carlos Mavignier de Araújo. Etanol, meio ambiente e tecnologia. Reflexões sobre a experiência brasileira. In: *Revista de Política Agrícola*, Brasília, ano XV, n. 3, 2006 (Publicação da Secretaria Nacional de Política Agrícola/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

TORRES, Iraildes Caldas. A perspectiva de poder em Foucault e suas conexidades com as relações de gênero. In: *Revista Pensamento e Realidade*, São Paulo, ano IV, n. 9, 2001.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

Discutindo Feminismo e Aborto no Âmbito do Catolicismo Romano no Brasil

Discutir Feminismo y Aborto en el Ámbito del Catolicismo Romano en Brasil

Discussing Feminism and Abortion within the Roman Catholicism in Brazil

Ana Patrícia Ferreira Rameiro

Resumo: este artigo versa sobre o aborto como prática social e suas relações com os preceitos religiosos e os direitos humanos, considerando-se a interpretação católica e a feminista acerca da questão. Neste sentido, elegeu-se como *corpus* de análise o discurso da instituição “Católicas pelo Direito de Decidir”(CDD- seção Brasil), cuja enunciação defende prováveis aproximações entre as formulações conceituais do movimento feminista e das organizações dos direitos humanos a respeito do aborto.

Palavras-chave: feminismo, catolicismo, aborto, direitos.

Resumen: este artículo versa sobre el aborto como práctica social y sus relaciones con los preceptos religiosos y los derechos humanos, se considera la interpretación católica y la feminista acerca de la cuestión. En este sentido, se eligió como *corpus* de análisis el discurso de la institución Católica por el Derecho de Decidir (CDD – Sección Brasil), cuya enunciación defiende probables aproximaciones entre las formulaciones conceptuales de lo movimiento feminista y de las organizaciones de los derechos humanos a respecto del aborto.

Palabras clave: feminismo, catolicismo, aborto, derechos.

Abstract: this paper focuses on abortion as a social practice and on how it relates to religious precepts and human rights organizations. It takes into account the meanings the catholic religion and the feminist movement assign to the issue. The analyzed *corpus* comprised the discourse of the female organization called Catholics for a Free Choice – Brazilian Chapter – whose formulations on abortion are aligned with those issued by the feminist movement and the human rights organizations.

Keywords: feminism, catholicism, abortion, rights.

Ana Patrícia Ferreira Rameiro é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal do Pará – Área de concentração: Antropologia. **E-mail:** patricia.rameiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

Falar sobre religião não é tarefa simples, ao contrário, é ofício complexo, plural e multifacetado, com muitas abordagens possíveis. Infundáveis são os vieses teóricos e práticos que podem delinear as experiências e análises sobre o tema. É um fenômeno que pode ser abordado de maneira individual ou coletiva, clássica ou pós-moderna, fragmentando olhares e possibilidades mutuamente excludentes ou perscrutando semelhanças e universalidades. Há até a máxima, tantas vezes reiterada em muitos e diferentes espaços de sociabilidade, que afirma que *“religião não se discute”*. O ditado sugere que religião é de cunho íntimo, pessoal, individual e que não precisa de atestados de legitimidade perante os demais indivíduos e grupos sociais.

Entretanto, religião é um mote já bastante e profundamente discutido no âmbito das Ciências Sociais. Para Marx e Engels (1996), a religião é uma espécie de fuga de um mundo permeado por desigualdades infraestruturais; é bálsamo efêmero (e muitas vezes alienante) numa sociedade cuja base é a luta de classes e a exploração do homem pelo homem. Para os autores, a necessidade da existência e entrega dos indivíduos a crenças religiosas cresce proporcionalmente ao recrudescimento dos mecanismos de opressão econômica e ideológica próprios do sistema capitalista.

Durkheim (1996), por sua vez, afirma que é possível descortinar o aparato de solidariedade social, que mantém uma sociedade coesa e as conexidades funcionais entre os indivíduos e grupos, por meio da observação de rituais, mitos e símbolos religiosos. Nessa perspectiva, a religião seria uma espécie de amálgama da solidariedade social, um fenômeno que promove momentos pontuais e sublimes de suspensão do cotidiano, nos quais o ordenamento social é celebrado e, posteriormente, sustentado nas práticas diárias (morais). A religião prescreve estratégias e define sensações e perspectivas éticas, que reafirmam e fortalecem a coesão social, promovendo reconhecimento coletivo e manutenção da organicidade dos sistemas.

Geertz (1978) analisa a religião como sistema cultural, afirmando que a viabilidade do ser humano como criatura, em todas as dimensões, depende de sua capacidade de apreender o mundo, mediante símbolos cuja finalidade é regular, dar coerência, oferecer uma forma emocional à existência por meio de explicações e sentidos de todas as coisas experimentadas pela experiência humana. Entretanto, nem todos os fenômenos naturais, relacionais, psíquicos, culturais e humanos são racionalizáveis ou inteligíveis. Neste sentido, o autor assinala que, frente aos paradoxos e complexidades próprios da existência humana, somos impelidos às crenças, rituais religiosos e mitos, entregas existenciais que evitam dilemas filosóficos e possíveis incômodos causados pelo caos ou pelo indeterminismo generalizado.

Desta noção, também se aproxima Pace (1990, p. 317), no âmbito da teoria da complexidade, afirmando que

a religião [...] cumpre a função de transformar em determinado e determinável um mundo de sentido indeterminado para o sistema pessoal e social [...] a religião, de um ponto de vista antropológico, nasce da necessidade de reduzir a indeterminação que cerca a vida do homem [...] oferece respostas satisfatórias a interrogações e necessidades de explicação das razões últimas da existência ou do sentido da vida comum, agindo sobre um terreno indeterminado, desconhecido, misterioso.

Por meio destes diálogos, observo que religião pode ser compreendida por diversas nuances, quer sejam: filosófica, política, antropológica, histórica, psicológica etc. É algo que se ramifica, se espraia por entre possibilidades de mediar o olhar. Neste caso, no presente artigo objetivo discutir religião considerando um recorte específico, ou seja, um estudo de caso com ênfase na religião Católica Apostólica Romana, nos moldes que adquire em sua atuação no Brasil, destacando a experiência de uma organização não governamental denominada Católicas pelo Direito de Decidir (CDD).

Considerando as infinitas possibilidades de recorte teórico-prático para a consecução deste trabalho, admito haver, para além do interesse

científico, questões pessoais que me acercam desta proposta de redação. Dissertar sobre aproximações entre catolicismo e feminismo é condensar uma mixórdia de impressões e ações constantemente presentes em minha história de vida.

Nascida em família de mulheres e homens católicos, de rosários entrelaçados entre os dedos às seis da tarde e oratórios em muitos cômodos da casa, muitas memórias e histórias de minha infância se dão na paróquia da comunidade ou a caminho da Igreja de São Raimundo Nonato. Outras tantas se situam na Praça de Nossa Senhora da Conceição, no interior do Piauí, estado em que nasci. No sertão do nordeste brasileiro, uma das regiões mais católicas do Brasil e lugar de onde vim, o catolicismo parece incrustado nas pessoas, nos ditados, nos comportamentos públicos, na dinâmica das famílias, nas refeições e na decoração das casas.

O feminismo teoria, estilo de vida, ciência, militância, corrente ideológica e política, se instalou em mim ainda na adolescência, por meio de vivências, negações, crises, profunda individuação e rompimentos. Portanto, a existência de uma organização não governamental feminista e católica que se finca na afirmação dessas duas propostas existenciais é um campo de tensões, ambiguidades e possibilidades de síntese no qual tenho profundo interesse e identificação.

Em face desse arcabouço de teorias e vivências, percebi a visita do Papa Francisco Bergoglio ao Brasil, no mês de julho de 2012, para participação na Jornada Mundial da Juventude Católica (JMJ) – mesmo

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada como atividade da disciplina Antropologia da Religião, ministrada pelo professor Heraldo Maués, no Mestrado em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

período em que este artigo foi redigido¹ –, como um momento propício e bastante convidativo para se discutir uma série de questões políticas, religiosas e culturais. De fato, a vinda do líder espiritual mobilizou milhares de jovens, redefiniu a dinâmica do cotidiano na cidade do Rio de Janeiro, comprometeu recursos públicos e ocupou muitas horas de programações

midiáticas.

Entretanto, o evento também promoveu protestos e manifestações por parte de coletivos e organizações feministas – em especial a CDD – que expressaram sua insatisfação quanto aos conteúdos das orientações comportamentais veiculadas pelo Vaticano, os quais visavam interferir diretamente nos direitos sexuais e reprodutivos dos jovens.

Foi nesse momento pontual de efervescência religiosa e política que, observando o conteúdo de contestação, crítica e indignação veiculado pela CDD, decidi utilizar minha condição de pesquisadora de gênero, trabalho e sociabilidade para analisar esse contexto. Para isso, realizei acompanhamento sistemático e leitura das notícias, cartas, vídeos e notas virtuais produzidas pela CDD nos meses de junho e julho, além de uma pesquisa bibliográfica sobre seu histórico, objetivos e composição. Também alguns diálogos com membros e ex-membros da organização foram realizados, muito embora não se tenha lançado mão de citações literais. Posteriormente, considerei pertinente a inclusão de leituras acerca de catolicismo, feminismo, gênero e aborto, ao observar que o encadeamento das ideias no processo de escrita permitia o diálogo com temas presentes em estudos de gênero e na Antropologia, de modo geral.

Inicialmente, proponho um debate entre diversos autores que evidenciam análises e perspectivas acerca do catolicismo brasileiro, a pluralidade, tensões e contradições existentes na relação entre o clero católico oficial (dogmático) e as manifestações do catolicismo popular, declarado e vivenciado no cotidiano pelos brasileiros leigos, a propósito, bastante sincrético e segmentado.

Em um segundo momento, proponho um debate sobre o aborto, sua relação com o catolicismo e as implicações e significados sociais que o tema incita. Finalmente, analiso as possibilidades (inauguradas pela CDD) de discutir o catolicismo numa perspectiva feminista, a crença religiosa como um campo possível de dissensos políticos, debates e negociações teológicas e comportamentais com os fiéis.

1. Algumas Observações sobre o Catolicismo Brasileiro

O catolicismo brasileiro é cheio de peculiaridades que o enriquecem enquanto tema para análise antropológica. Não bastasse o notório resguardo

das peculiaridades nacionais ante os preceitos “romanos”, “europeus”, no Brasil a fé católica se expressa ainda por meio de singularidades locais nas diferentes regiões brasileiras, não como uma imagem caótica e desorganizada, mas como um mosaico de cores e formas diferenciadas, com um todo subjacente que permite a homogeneização, a classificação como catolicismo.

Fernandes (1988), discorrendo sobre essa pluralidade, afirma que no catolicismo brasileiro há um grande distanciamento entre as crenças populares e as crenças oficiais. Há também dificuldade para se situar geograficamente o centro religioso do catolicismo brasileiro, haja vista as diferentes expressões e alegorias manifestadas por romeiros e peregrinos nas diferentes regiões do Brasil. Este autor fala sobre uma dupla significação arraigada no catolicismo brasileiro, e esse fenômeno teria a ver com a concomitância entre a necessidade de autonomia dos fiéis, de um lado, e a importância da vinculação religiosa (institucional) de outro.

Este movimento ambíguo e paradoxal por intermédio do qual o catolicismo brasileiro se manifesta não é ilógico nem representa uma negação dos dogmas e preceitos romanos, ao contrário, há a afirmação da fé e a busca por pertencimento e permanência no interior do catolicismo. Para Fernandes (1988), Maria, Nossa Senhora, considerada pelos católicos como santa, imaculada e concebida sem pecado, representa a intersecção entre os diversos catolicismos brasileiros.

Além disso, o autor acrescenta que o segmento oficial e dogmático da Igreja Católica enfatiza questões relativas “à *culpa* e à *purificação ritual*”, já o catolicismo popular se ocupa principalmente com os infortúnios da sorte e a proteção” (grifos do autor, 1988, p. 100). O autor chama a atenção ainda para o fato de os santos católicos terem três faces, acrescentando aos dois catolicismos já mencionados, aqueles rituais e práticas presentes nas religiões de matriz africana, seja por analogias entre santos e entidades, seja por um sincretismo em um sentido mais amplo.

A propósito, Maués (2002), ao desenvolver uma comparação sobre o fenômeno da cura em dois diferentes contextos, a Renovação Carismática

Católica (RCC) e a pajelança rural amazônica, infere de suas observações e análises comparativas que para os pajés e adeptos da pajelança cabocla, suas práticas não são dissociáveis do catolicismo; eles se consideram católicos, muito embora enfrentem hostilidades por parte de membros do clero.

O autor compreende os pajés rurais amazônicos como membros de um nicho integrante do catolicismo popular, que em seus termos é definido como

uma forma de catolicismo, diferente em vários aspectos daquela preconizada pelas autoridades eclesiásticas, mas que é adotada pela maioria da população católica. Não se trata de catolicismo das classes populares, como classes subalternas num sentido marxista, ou do povo, num sentido mais vago e geral. A distinção aqui proposta prende-se à dicotomia entre catolicismo oficial (hierárquico) e popular (dos leigos em geral) [...] oposição ao mesmo tempo tensa e complementar [...] este catolicismo popular se apresenta, em diferentes situações, com diferentes formas e matizes, que correspondem às especificidades culturais onde se manifesta (MAUÉS, 2002, p. 15).

Corroborando e ilustrando o trecho referido, Maués e Villacorta (2004, p. 26-51), dissertando acerca da pajelança e encantaria amazônica, reiteram que os pajés, de modo geral

consideram suas crenças e práticas como parte integrante do catolicismo que praticam, não se considerando como os sacerdotes de um novo culto, ou um culto concorrente do catolicismo [...] a identidade religiosa exibida por eles é católica, ainda que possam ser criticados e até não identificados como “verdadeiros” católicos pelas autoridades religiosas, sacerdotes e praticantes mais ortodoxos do catolicismo.

Fernandes (1988) discorre ainda sobre a trajetória histórica do catolicismo no Brasil, seus delineamentos e conquistas de espaços perante a monarquia e o Estado Republicano e, principalmente, sua relação com o povo. A mim, o catolicismo popular brasileiro parece possível de ser compreendido como mais uma “invenção antropofágica” do Brasil, nos moldes de 1922, contexto da Semana de Arte Moderna, ou seja, como

algo instaurado no bojo de uma lógica dominadora, que impôs uma religião oficial numa terra já mística e já plural e que, por isso mesmo, foi ressignificado e reinterpretado, menos num viés de assimilação do que numa perspectiva transformadora, constante e infinita, que “deglute”, dissolve e reorienta informações com base na realidade sociocultural local e ainda mais nas microrrealidades regionais.

Essas impressões me remetem ao Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade (1928, s.p), no qual o autor afirma: “Nunca fomos catequizados. Vivemos através de um direito sonâmbulo. Fizemos Cristo nascer na Bahia. Ou em Belém do Pará. [...] Nunca fomos catequizados. Fizemos foi o carnaval”. Destarte, ainda que preservando certas permanências e traços inquestionavelmente reconhecíveis do catolicismo oficial, o catolicismo popular vai além: desenha um catolicismo criativo, fluído e maleável.

Ainda no âmbito do catolicismo brasileiro, Almeida e Montero (2001) discutem o intenso trânsito religioso no Brasil, que tem se intensificado nas últimas três décadas. Na pesquisa desses autores, um dado interessante apresentado é a imprecisão conceitual que delinea a ideia de “ser católico”- conceituação muitas vezes afirmada com base em tradição familiar ou utilizada como uma forma de prestar satisfações públicas às pressões externas numa cultura em que pertencer a uma religião é valorado como algo positivo. Nos termos dos autores (ALMEIDA E MONTERO, 2001, p.96):

Observa-se que muitas pessoas têm outras práticas religiosas, mas identificam-se como católico apostólico romano” quando perguntadas “qual é a sua religião?”, principalmente entre os estratos mais pobres e menos escolarizados. Na verdade, trata-se de uma identidade religiosa pública, muito embora as crenças e práticas católicas ocupem um plano mais secundário na vida do fiel em relação ao candomblé, umbanda, espiritismo, entre outros. A esse tipo de católico que mantém simultaneamente religiosidades diferentes – cada uma localizada num plano da vida do fiel – acrescentam-se ainda os chamados “não praticantes”, categoria sociologicamente pouco precisa, mas com uma autoidentificação significativa que compõe uma parcela importante do segmento [...] Trata-

se daqueles indivíduos que acreditam na Igreja, batizarão seus filhos nela, aceitam-na como identidade religiosa, mas não a praticam, como ir periodicamente aos templos ou manter alguma devoção a um santo, por exemplo.

Retomo aqui a minha experiência diária de convivência e afeto com o catolicismo citado. Muitos de meus familiares são católicos com oratórios montados em diversas partes das casas e imagens de santo sobre os eletrodomésticos. Frequentam confissões comunitárias e grupos de orações, colecionam livros de preces e ladainhas marianas, todavia, enviam as crianças menores enfermas aos benzedeiros locais para que sejam libertas dos males do corpo (talvez males espirituais), por intermédio dos dons de um sábio com poderes sobrenaturais, capaz de restabelecer a saúde dos pequenos mediante preces católicas, saberes tradicionais e ação de seres mágicos da natureza. Além disto, são assíduos em festas de santo promovidas nos meses de dezembro em salões de umbanda, por entre imagens de santo, ramos de arruda, espadas de São Jorge e porções mágicas.

Apesar de o catolicismo brasileiro oferecer, na realidade fática, essa miríade de possibilidade de ser experimentado e vivenciado, a Igreja Católica é, segundo Almeida e Montero (2001), a que mais perde fiéis; os católicos são os que mais migram, especialmente para as religiões neopentecostais. Em suas palavras:

Os católicos foram os que mais perderam fiéis em números absolutos nas últimas décadas. Contudo, apesar da volumosa perda, o catolicismo mantém-se como o maior grupo religioso no Brasil, com 67,4% da população, dividido equilibradamente entre os sexos, com maior concentração nas regiões norte/nordeste e sendo mais confesso por pessoas com idade superior a 41 anos e jovens com menos de 25 anos.

Quanto à intensificação do trânsito religioso no Brasil nos últimos anos, Carranza (1997, p.40) comenta que

esse manancial de opções religiosas, aliado ao aumento do exercício da democracia formal no país e à valorização do sujeito e do seu *eu*

(individualidade) pela indústria cultural constituem, no seu conjunto, elementos que favorecem olhar para a realidade religiosa como um caleidoscópio: multifacetado e multiforme. Realidade que emerge como fruto da liberdade de escolha, fazendo da religião um fato a mais na vida: migrar à procura daquilo que *faça sentir-se* melhor é plenamente válido. (grifos da autora - BENEDETTI, 1997, p.1 *apud* CARRANZA, 1997, p. 40).

Corten (1996), em pesquisa que acompanha e analisa o intenso trânsito de católicos brasileiros para igrejas neopentecostais nos anos de 1990, discorre inicialmente acerca da teologia da libertação, movimento que emergiu no seio da igreja católica latino-americana nos anos 60 e 70, e que conclamava os pobres à participação, à politização e à transformação das estruturas sociais mediante a fé católica. Significava a libertação do eurocentrismo, das noções abstratas e metafísicas em nome de direcionamentos sociológicos de compreensão da vida.

Entretanto, esse movimento não afetou as populações subalternas e oprimidas. De acordo com Corten (1996), a teologia da libertação mobilizou e envolveu apenas intelectuais e a classe média brasileira, configurando momento de intensa politização e posição da Igreja como fomentadora de movimentos progressistas de esquerda. A teologia da libertação, além de ter sido acusada de comunismo no interior da Igreja, não foi útil para a multiplicação de fiéis católicos.

O autor prossegue afirmando que este movimento

perdeu a batalha para a hierarquia católica e para o pentecostalismo [...] não corresponde aos anseios da heresia popular – contato direto com Deus, livre acesso à bíblia e valorização da pobreza à imagem de cristo (a igreja dos pobres firma-se em uma pequena elite, pouco proselitista, isolada, que considera alienados e manobrados os mais pobres (CORTEN, 1996, p. 80).

O insucesso dessa tentativa de aproximação da Igreja Católica com as populações pobres por meio de um discurso político, científico e esquerdista é mais um fator a ser considerado ao se observar a intensa migração de católicos (praticantes ou não) para as religiões neopentecostais e de

matriz africana, que exigem práticas rituais constantes e comportamentos necessariamente condizentes com a doutrina religiosa.

Neste contexto, a CDD traz uma proposta nova e desafiadora. Esta organização é um coletivo feminista de mulheres acadêmicas, críticas e católicas. Para além das possibilidades sincréticas, vivências singulares do catolicismo e possibilidades de trânsito religioso ou inauguração de novas igrejas, o que essas mulheres reivindicam é que a Igreja Católica se renove e se modernize, dialogue demandas específicas com os diversos segmentos sociais. A CDD requer amplas discussões teológicas de temas não dogmáticos (como as questões do aborto, da homossexualidade e dos contraceptivos), cujas tensões e discordâncias internas são ocultadas por grupos de maior poder na hierarquia eclesiástica.

2. Católicas pelo Direito de Decidir (CDD): diálogos possíveis entre o catolicismo e o feminismo

A CDD é uma organização não governamental existente em diversos países do mundo, presente no Brasil desde 1993. “Busca a justiça social, o diálogo inter-religioso e a mudança nos padrões culturais e religiosos que cerceiam a autonomia e liberdade das mulheres, especialmente no exercício da sexualidade e a liberdade das mulheres.”² É um coletivo de mulheres feministas, intelectuais católicas de muitas áreas de atuação profissional, que possui representantes e multiplicadoras em todos os estados da federação, para a promoção de eventos, difusão de materiais e de pesquisas produzidos pela instituição.

² Disponível em www.caticasonline.org.br/quemsomos

A organização opera em articulação com movimentos sociais e outras instituições de natureza análoga, manifestando-se acerca de elaboração e execução de políticas para as mulheres, treinamentos em órgãos públicos, entre outras atividades. Dentre as principais questões abordadas, pesquisadas e discutidas pela CDD estão os direitos humanos que descortinam diálogos sobre temas vivenciados pela maioria das mulheres brasileiras como tabus, quais sejam: sexo, o direito a ser ou não

ser sexual, o direito ao aborto, contraceptivos, a escolha do número de filhos, o corpo feminino como ente dominado pelas estruturas simbólicas patriarcais, entre outros.

A propósito disso, por ocasião da visita do Papa Francisco Bergoglio recentemente ao Brasil para participação na JMJ, que ocorreu entre os dias 23 e 28 de julho de 2013, a CDD lançou uma campanha virtual, denunciando o caráter altamente conservador desse evento e os retrocessos manifestados pelos discursos e materiais distribuídos pela Igreja Católica aos participantes da Jornada.

Inicialmente a campanha alegava a ausência de espaço para a pluralidade e diálogos teológicos e políticos no âmbito da JMJ, além disso, a organização lançou uma carta aberta ao Papa, intitulada “*Queremos uma nova Igreja*”, cujas principais reivindicações estão contidas no seguinte excerto:

Respeitamos e admiramos os gestos do novo Papa de simplicidade e acolhimento das pessoas. Por isso, esperávamos que trouxesse à Igreja outros ares [...] que abençoasse todas as famílias, hetero ou homossexuais, [...] foi por isso que, com tristeza, lemos sua primeira carta dirigida ao povo católico reafirmando a união heterossexual como a única expressão do amor verdadeiro [...] queremos uma nova Igreja [...] na qual as mulheres sejam reconhecidas por si mesmas, em seu direito à autonomia na condução de suas vidas [...] como animadoras de comunidades, com pleno acesso ao exercício do sacerdócio e às instâncias decisórias da instituição [...] que reconheça o valor moral da decisão de mulheres católicas pela interrupção de uma gravidez. Dados de pesquisas indicam que são católicas, em sua maioria, as mulheres que abortam em nosso país.³

³ Disponível em www.cato-licasonline.org.br/editorial/conteudo.asp?cod=1374

O conteúdo das diversas notas emitidas pela CDD afirma ainda que 2013 tem sido um ano peculiar de interferência do conservadorismo católico na vida da população e ressalta a distribuição de mais de dois milhões de exemplares de um manual de bioética da Igreja católica, durante a JMJ, que classifica e condena a utilização de pílulas anticoncepcionais, dispositivo intrauterino (DIU) e contraceptivos de emergência, acusando-os de abortivos. O

manual, bastante criticado por intelectuais e especialistas em bioética, foi distribuído durante a visita do Papa ao Rio de Janeiro, e também orienta gestantes vítimas de estupro a levarem em frente a gravidez.

Nesse contexto permeado pelo que a CDD denomina “interferências conservadoras”, há também uma forte campanha em curso nas redes sociais e correios eletrônicos no Brasil contra a sanção de um projeto de lei que regulamenta o direito à informação, medicações e assistência à saúde física e psicossocial de mulheres vítimas de violência sexual, incluindo o direito ao abortamento, previsto em lei nos casos de estupro ou quando a gravidez oferece risco de morte à gestante: o PL 03 de 2013, de autoria da Deputada Iara Bernardi.⁴

A polêmica em torno desse projeto de lei, já aprovado pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, requer o veto total da Presidenta Dilma Rousseff, alegando que a instauração de uma lei dessa natureza, na prática, estaria legalizando o aborto do Brasil. Por outro lado, organizações, coletivos e movimentos feministas se mobilizam a favor da sanção integral desse projeto de lei, haja vista ele não criar novas permissões ou dispositivos que alterem as proibições concernentes ao aborto no Brasil. Por essa lógica, a sanção da proposta não inauguraria novas possibilidades, apenas regulamentaria a assistência às vítimas de violência sexual, criando mecanismos para assegurar o direito ao aborto legal no Brasil, haja vista diversas pesquisas já terem constatado que esses serviços jamais foram implementados em muitos estados brasileiros ou funcionam precariamente na maioria deles.

Pesquisa realizada por Talib e Citeli (2005) entre os anos de 2004 e 2005, para verificar a existência de serviços de aborto legal no Brasil e suas condições de funcionamento, concluiu que esses serviços são pouco oferecidos, e quando existem é de maneira precária e estigmatizada, haja vista a ilegalidade e as marcas moralmente negativas que envolveram (e ainda envolvem) o aborto. Estas marcas tendem a reservar a esse

⁴ No dia 01.08.2013, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou integralmente o referido Projeto de Lei.

procedimento, nos hospitais públicos, um caráter marginal e evitado, especialmente pelos profissionais de medicina.

Não há conhecimento público sobre em que casos a legislação permite o abortamento, o que ocasiona uma série de irregularidades que vão desde a exigência de comprovações inexecutáveis em tempo hábil para a gestante, especialmente as vítimas de estupro (boletim de ocorrência, autorização Judicial, laudo do Instituto Médico Legal etc.), até atendimentos deliberadamente preconceituosos e moralizadores. Na pesquisa referida, muitos hospitais que oferecem o serviço negaram a existência do procedimento entre suas funções, delineando um quadro que torna o abortamento legal um serviço desconhecido até mesmo por muitos membros do quadro profissional da instituição.

Talib e Citeli (2005, p.146) acrescentam ainda que o número de abortos não aumentara exponencialmente após a legalização da prática nos casos específicos previstos, e constatam a partir disto que

outro mito que se esboroa é aquele construído com base no imaginário que atribui fragilidade, debilidade moral, irresponsabilidade às mulheres, supostamente dissimuladas e mentirosas, que formariam filas intermináveis nas portas dos serviços de aborto legal para burlar as restrições legais e enganar os profissionais de saúde.

E não há dúvida de que este estigma voltado às mulheres que optam pela interrupção de uma gravidez e aos profissionais que viabilizam os procedimentos necessários para a sua prática – mesmo nos casos previstos e assegurados em lei – possui um fundamento religioso que se fortalece no imaginário, mitos, medos e legislações nacionais.

Contraditoriamente, pesquisa feita pela CDD recentemente sobre a opinião dos brasileiros acerca de temas como aborto, união homossexual, contraceptivos de emergência, celibato sacerdotal e punição para religiosos envolvidos com pedofilia ou corrupção atesta que os brasileiros, sobretudo, os mais jovens, dariam apoio se a Igreja Católica optasse por mudanças nos rumos da moral sexual que defende.

Se resolvesse permitir o uso da pílula do dia seguinte, a Igreja receberia o apoio total ou parcial de 82% dos católicos jovens e de 75% dos católicos com mais idade. Se decidisse aceitar a união entre pessoas do mesmo sexo seria apoiada em 56% dos jovens católicos e por 43% dos fiéis da mesma religião com mais de 31 anos [...] no que se refere à prisão de uma mulher que recorreu ao aborto, verifica-se completa homogeneidade no índice de discordância manifestado por jovens do norte e do centro-oeste, nordeste e sudeste (60%), percentual que chega a 77% no sul do país.⁵

A pesquisa conclui que essa juventude pratica o catolicismo, seus rituais e discute comportamentos num viés católico, porém

⁵ Disponível em www.catolicas.org.br/pesquisas/conteudo.asp?cod=3981

não pratica a doutrina imposta em sentido estrito. Outro ponto bastante enfatizado pela recente campanha da ONG foi a crítica aos altos investimentos públicos para a recepção, segurança e estadia do Papa no Brasil, que compareceu à JMJ por ser um líder espiritual de um segmento específico da população e, portanto, não visitou o Brasil como chefe de Estado, o que esvazia a legitimidade do vultuoso repasse estatal destinado ao evento.

O aborto, tema que permeia grande parte das discussões e práticas propostas pela CDD, é um assunto frequente em diversos âmbitos da sociedade, em especial no religioso e no político. O primeiro condena a prática e tem influenciado historicamente a legislação penal brasileira, que prevê punições às mulheres e/ou terceiros que a realizem ou facilitem. Mas nos campos filosófico, antropológico, teológico e científico, em geral, não há consenso sobre o que é suficiente para constituir uma pessoa/ indivíduo, quando se dá o início da vida e o que esta significa. Estes são conceitos fluídos, maleáveis, porém rigidamente categorizados ao se definir o aborto em termos de crime, pecado e assassinato.

Aborto é também um tema caro ao feminismo, que compreende o corpo das mulheres como um campo de batalha, historicamente determinado e controlado por estruturas sociais machistas e opressoras. O feminismo reivindica a autonomia, o direito de escolha às mulheres, de serem reconhecidas como seres capazes de decidir acerca da interrupção de uma gravidez, sem serem julgadas e condenadas por Deus, pela justiça e pelos demais mecanismos estatais de vigilância e punição.

No Brasil, é interessante observar que os argumentos antiaborto situam-se em um sistema de poderes que dá ao feto condição de pessoa e à grávida o status de mãe, esta última, figura central na constituição de um sistema de parentesco burguês ideal, formalizado pelo Estado e pela Igreja, heteronormativo, decente, moralmente respeitável, ideologicamente viável no modelo vigente.

Del Priore (s.d, p.5), historicizando olhares sobre a mulher que abortava no período colonial, afirma que a concepção corrente é que esta “rompia seu acordo com a natureza passava a ser vista, então, como uma transgressora porque lasciva, cheia de paixões libidinosas, incapaz de ater-se à sexualidade saudável e produtiva do casamento, dentro do qual o ‘crescei e multiplicai-vos’ seria a regra”.

No entanto, os abortamentos no período colonial, de acordo com a mesma autora, eram correntes, comuns, tal qual nos dias atuais, nos quais se mantêm muito da repressão sexual jurídica e religiosa da época, ressignificada e em novos moldes.

No desespero diante da gravidez indesejada e do fruto que não se queria, as mulheres de todas as épocas sempre contaram em interromper a gravidez através de drogas abortivas. Algumas delas tão perigosas, que sua ingestão requeria vontade férrea. Por conseguinte, as duplas mortes, de mãe e filho, não eram inusuais. Ao tentar livrar-se do fruto indesejado, as mães acabavam por matar-se. O consumo de chás e porções abortivas acabava por envenená-las (DEL PRIORE, s.d, p.12).

A mesma autora destaca a concepção médica e científica colonial sobre as condições físicas, psicológicas e morais nas quais se encontra uma mulher após realizar um aborto.

O ventre que devia ser um poço de vida e calor tornava-se “frio”, os “olhos encovados”, o “olfato da boca malcheirosa” e a gestante era perseguida por “sonhos molestos, tristes, como coisas de mortos e lugares imundos”. O corpo, no entendimento dos médicos, devia transpirar, exsudar, a tristeza e horror do aborto. Tal como o feto que morria, a mulher devia aparentar um corpo morto, destituído de vivificante presença que a animava. A imagem da árvore seca, desfolhada e sem frutos personificava a mãe do filho morto (DEL PRIORE, s.d, p.95).

Esta concepção do procedimento do aborto como ato punitivo é algo bastante comum no imaginário social sobre esta prática. É o que Chauí (1984) denomina “açougues”, lugares com cheiros e características degradantes, onde não há qualquer tipo de cuidado ou humanidade. Nos termos da própria autora:

Os açougueiros são açougueiros porque compartilham a ideologia repressiva antiaborto e descarregam sobre as mulheres o rancor e o ressentimento pelo ato que, cinicamente, se dispõem a realizar: não usam anestésicos, não há assepsia, o local de “trabalho” é organizado de modo a marcar sua ilegalidade e nele prevalece o estilo “linha de montagem” ou de “supermercado”. Usam linguagem agressiva, culpabilizadora. Fazem propostas obscenas a mulheres ainda estendidas nas mesas de cirurgias. Em suma: transformam o aborto num ato de castigo e punição, maneira pela qual imaginam “normalizar” uma conduta “desviante” (CHAUÍ, 1984, p. 219).

Ressalta-se que no campo dos abortos clandestinos no Brasil, há de fato esse tipo de espaço, mas é reservado às mulheres pobres e negras sem condições de financiar abortos em clínicas particulares, nas quais há a observância de redução de danos no procedimento. Os danos causados pela prática do aborto são bastante discutidos e dizem respeito a uma perversa associação de fatores jurídicos, religiosos, morais e culturais que proíbem e estigmatizam essa prática ou a intenção de praticá-la.

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) feita por Diniz e Medeiros (2010, p.9) indica que no Brasil

ao final da vida reprodutiva, mais de uma a cada cinco mulheres já fez aborto, ocorrendo os abortos em geral nas idades que compõem o

centro do período reprodutivo das mulheres, isto é, entre 18 e 29 anos. Não se observa diferenciação relevante na prática em função de crença religiosa, mas o aborto se mostrou mais comum entre mulheres de menor escolaridade [...] o aborto é um fenômeno comum na vida reprodutiva das mulheres brasileiras [...] ao final de sua vida reprodutiva mais de um quinto das mulheres no Brasil urbano fez aborto.

Diniz e Medeiros (2010) ao relatarem a trajetória da pesquisa que chegou a tais resultados, comentam sobre o quão difícil e desafiador é realizar esse tipo de estudo, já que exige tratar de assuntos de cunho extremamente privado e, mais do que isso, adentrar o campo dos tabus, dos crimes e medos humanos, principalmente porque essa pesquisa não se baseou apenas em prontuários ou dados estatísticos gerais, mas foi realizada por meio de questionários, urnas e dados tabulados.

Motta (2008), também pesquisadora do tema, discute o difícil tratamento de dados em estudos sobre aborto. Numa pesquisa com mulheres de camadas populares no sul do Brasil, ela afirma que - por mais que esteja claro que as mulheres realizam ou já realizaram procedimentos abortivos, e que não possuem construções discursivas de corpos abstratos ou higienizados pela medicina tradicional e os padrões burgueses de apreensão e lida com o corpo – elas silenciam ao tratar do tema aborto, fenômeno classificado pela autora como “ruidoso e flagrante”, construído pelo medo (do Estado e da Igreja) arraigado que se sobrepõe aos valores e práticas tradicionais que caracterizam seu cotidiano. E este silêncio reverbera nas políticas públicas, nas quais o abortamento é um tema com pouquíssima incidência de serviços na rede de assistência à saúde.

Rebouças e Dutra (2011, p.421) destacam que no Brasil estima-se a ocorrência anual de mais de um milhão de abortos provocados, o que coloca o aborto como a quarta causa de morte materna, aproximadamente 11%. Num viés histórico, as autoras afirmam que “o aborto, ao longo da história foi proibido ou permitido conforme interesses econômicos e políticos de cada época”. O século XVIII foi um marco na história e nas representações sociais sobre o aborto no ocidente, foi quando se

passou a privilegiar o feto, que antes era considerado apenas um apêndice do corpo feminino. Num contexto de grandes revoluções, urbanização, formação de cidades e recrutamento massivo de trabalhadores, o aborto foi combatido, não conveniente na medida em que sua alta incidência significaria redução da quantidade de trabalhadores – postura que ganhou endosso no seio da Igreja Católica.

A primeira legislação que falava explicitamente sobre proibição do aborto no Brasil data de 1830, sem avanços significativos até o ano de 1940 no qual foi promulgado o atual Código Penal. Antes dele, o aborto era amplamente condenado em qualquer circunstância, com alguns atenuantes subjetivos e de difícil mensuração. O Código de 1940, por sua vez, prevê entre seus artigos 124 e 128 que é passível de reclusão provocar aborto com ou sem o consentimento da gestante, porém classifica como “aborto necessário” aquele que ocorre quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e quando a gravidez é resultante de estupro. Importante ressaltar que no último caso, a interrupção não é obrigatória e deve, necessariamente, ser precedida de consentimento da gestante.

Acrescente-se aqui que em abril de 2012 o Supremo Tribunal Federal julgou procedente uma ação ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde (CNTS), o que significou, na prática, retirar a interrupção de gravidez no caso de fetos anencéfalos dos enquadramentos suscetíveis à punição para a mulher que consente e o profissional que realiza o procedimento. Portanto, a partir de então, é possível que se realize aborto neste caso específico, inclusive em hospitais da rede pública.

Rebuças e Dutra (2011) apresentam uma série de pesquisas que atestam que o aborto marca intensamente a vida de uma mulher e que essa experiência é permeada de sentimentos contraditórios, persecutórios e punitivos, apesar da certeza dessas mulheres sobre sua incapacidade ou a inconveniência de um filho nesse momento de sua vida, ou seja, a convicção de que está fazendo o melhor para ela e àquele novo ser, por não haver disponibilidade para assumir o papel social materno nem desejar se submeter aos sintomas e procedimentos próprios do período

de gravidez e parto. Esta mixórdia de pensamentos e emoções tem sido desencadeadora de transtornos mentais para muitas dessas mulheres, como a depressão.

Essas autoras destacam ainda que toda esta culpa e aflição ocorrem porque essas mulheres se sentem “dívida para com os valores morais e religiosos. As mulheres sentem que agiram contra sua própria natureza e contra o que é valorizado socialmente, devendo, segundo elas, pagar pelo que fizeram na forma de um castigo” (REBOUÇAS E DUTRA, 2011, p.246). Há inúmeros relatos correntes acerca de processos catárticos de cunho religioso ou psicoterapêutico nos quais a experiência de abortamento é, para as mulheres, relatado como algo traumático, um drama existencial, cuja superação é um processo longo de sofrimento contínuo. Há três grandes dilemas que permeiam o aborto como prática social,, segundo Chauí (1984): o fato de ser ele considerado um pecado, um crime e um assassinato.

Esse castigo, por sua vez, muito embora já lhes seja imputado por processos psíquicos autoimpingidos, são também, em muitos casos, externos, promovidos por terceiros, familiares, padres, instituições públicas, legislações e profissionais de saúde, estes últimos, por meio de fustigações no corpo – demora no procedimento clínico ou não utilização de anestésicos –, situam-se como os executores dos castigos divinos moralizadores das mulheres que provocam abortos e precisam recorrer a serviços públicos de saúde para eventuais reparos.

Sarmento (2006) expõe um raciocínio interessante quanto à legislação brasileira, que prevê a possibilidade de aborto quando a gestante foi vítima de violência sexual. O autor levanta a discussão sobre o estupro justificar o aborto, perante essa lei, no sentido em que a mulher não quis a relação sexual, não desejou o sexo fora do casamento e desprotegido. Ou seja, caso ela tivesse consentido, feito por livre vontade, teria que – compulsoriamente – assumir seu “erro”.

Recente alvo de polêmicas, embates e atos públicos é o projeto de lei que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro, datado de 2007. Nesta

proposta, o nascituro é o ser humano concebido, mas ainda não nascido, incluindo os seres gerados mediante reprodução assistida, enfatizando que “a natureza humana” é reconhecida desde a concepção.

O projeto inclui ainda direitos sociais e civis ao nascituro como acesso à saúde e à não discriminação. Também o nascituro concebido por meio de atos de violência (estupro) não deve sofrer restrição de direitos e deverá receber pensão alimentícia por parte do Estado até completar 18 anos. Essa ideia foi denominada por organizações feministas como “bolsa-estupro”.

A lógica que delineia essa ideia desconsidera o sofrimento da mulher que traz o filho no ventre e que, além de ter sofrido grave violência sexual, submete-se a uma gravidez obrigatória e a procedimentos parturientes e puerperais. Causar culposamente um aborto, isto é, sem intenção, a partir da aprovação desta lei, seria suficiente para alguns anos de detenção para a mãe. É alvo de críticas também a posição exacerbadamente punitiva e encarceradora da proposta de legislação. Por fim, o Estatuto do Nascituro prevê a inclusão do aborto no campo dos crimes hediondos.

No atual contexto brasileiro -, além de um deputado pastor evangélico fundamentalista estar presidindo a Comissão de Justiça e Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e de o Estatuto do Nascituro estar tramitando no Congresso -, há alguns meses esteve em trâmite uma proposta na qual psicólogos e outros profissionais de saúde estariam autorizados a “curar” indícios de homossexualidade nos indivíduos⁶. Diniz (2012) chama a atenção ainda para o Projeto de Lei nº 99/2011, segundo o qual “entidades religiosas com representação nacional passariam a compor a lista de notáveis autorizada a interpelar o Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional”.

⁶ Em julho de 2013, este Projeto de Lei foi arquivado, no entanto, em 2014 poderá ser repostado em tramitação.

A autora sustenta que a aprovação deste projeto de emenda constitucional seria bastante deletéria para a laicidade do Estado, que está ainda em processo de construção, instauração, haja vista tantos

traços de nossa democracia (partidos, frentes parlamentares e coletivos de magistrados) estarem extremamente comprometidos com princípios declaradamente religiosos. A luta, portanto, deve se dar num sentido inverso, não na institucionalização de um Estado confessional, mas em avanços na implantação de um Estado laico.

Em uma conjuntura como esta, marcada por dispositivos estatais de cunho fortemente conservador teme-se um recrudescimento do controle a temas como aborto, homossexualidade, transsexualidade e direitos humanos. Entretanto, de acordo com Sarmento (2006, p. 56), no que tange, especificamente, ao aborto:

há uma tendência à liberalização da legislação sobre o aborto em razão da proteção de direitos humanos das gestantes em países com tradições constitucionais relativamente próximas a nossa e que também possuem constituições em que os direitos fundamentais desfrutam de posição privilegiada no sistema jurídico [...] de um modo geral, reconheceu-se estatura constitucional ao interesse da preservação da vida do nascituro, que aumenta na medida em que progride a gestação [...] de um modo geral, o que buscam as legislações modernas nessa matéria é um ponto de equilíbrio entre, de um lado, os direitos humanos das gestantes, e, de outro, a proteção à vida do embrião ou feto.

Ainda para Sarmento (2006), a repressão legal intransigente promove esse número exorbitante de abortos clandestinos que põe em risco a saúde e a vida das mulheres, sem proteger o feto, sobretudo, porque não há qualquer tipo de diálogo, orientação ou serviço de apoio ao abortamento (salvo raras exceções), o que agrava a situação. É necessário, nessa lógica, alterar, reformar as leis, afirmando a laicidade e pluralidade do Estado no Brasil contemporâneo.

Uma proposta viável e pertinente de legalização do aborto preveria, necessariamente, planejamento familiar, educação sexual, acesso à informação em todos os níveis e distribuição de contraceptivos. A quantidade significativa de abortos clandestinos e as situações vexatórias, extremas e suicidas às quais muitas mulheres se submetem são também consequências da ausência de um aparato estatal que cumpra seu papel de

educador, laico e plural, para além dos tabus, mitos ou medos, impostos por escolhas religiosas, de cunho pessoal e subjetivo.

3. O Olhar da Igreja Católica sobre o Aborto: debates e perspectivas

Uma matéria midiática publicada em 6.março.2009 em veículo de comunicação de grande alcance informou sobre uma menina pernambucana de nove anos, vítima de estupro pelo padrasto, que se submeteu a um procedimento de aborto. O padrasto confessou que abusava há alguns anos dela e de sua irmã mais velha, de 14 anos, esta última, pessoa com deficiência (PCD).

Para os médicos que acompanhavam o caso, a menina correria sério risco de morte caso o aborto não fosse realizado. Logo, havia nesse caso o acúmulo de fatores suficientes para o aborto legalizado: a situação de violência sexual e o risco de morte para a gestante. A Igreja Católica, na época representada no estado de Pernambuco pelo arcebispo José Cardoso Sobrinho, excomungou a mãe da menina e os médicos que realizaram o procedimento, alegando que “a lei de Deus está acima de todas as coisas”. Chama-se a atenção aqui para o fato de o padrasto da menina, cuja atitude promoveu toda a situação, não foi excomungado.

Hurst (2000, p.9), pesquisadora de temas relacionados à religião, em especial, catolicismo, afirma que:

sempre houve divergências, no interior da Igreja Católica, sobre a questão do aborto [...] a opinião dos eruditos e teólogos da Igreja com relação ao aborto nunca foi unânime. [...] até hoje, uma significativa minoria de teólogos acredita que o aborto é admissível nas primeiras etapas da gravidez e que a proibição está baseada em uma teologia imperfeita.

Del Priore (s.d) reforçando esse argumento destaca que no Brasil colonial a atitude católica condenatória com relação ao aborto devia-se ao fato de o procedimento ser considerado “um mau fim para uma situação irregular”, extraconjugal, fora do seio das famílias, ilegítimo. Não tinha diretamente a ver com a defesa da vida, mobilizações com vistas a evitar um suposto homicídio, como é difundido atualmente. Nessa lógica, também

foi construída a imagem da mulher que aborta atrelada a da mulher que vive um tipo de união profana, sem a bênção eclesial do sacramento.

Além disso, é preciso considerar nesse debate as posições oficiais e públicas da Igreja Católica com relação à sexualidade, cuja virtude desta estaria em ser vivenciada com vistas somente à reprodução em sentido restrito. O aborto, nesse âmbito, denunciaria que os parceiros mantiveram relações sem o intuito progresso da procriação, portanto, cometeram um erro (HURST, 2000).

No período medieval

o debate teológico sobre a questão de saber se o aborto é homicídio ou não, prosseguiu. A maioria ainda afirmava a teoria da hominização posterior. Esses teólogos concordavam, geralmente, em afirmar que a hominização acontece quarenta dias depois da concepção nos homens e oitenta dias depois da concepção nas mulheres. Essa distinção também era adotada por Santo Agostinho. Santo Tomás de Aquino, por exemplo, afirmava que o aborto não é um homicídio, a não ser que o feto já tenha recebido a alma e se tornado, portanto, um ser humano pleno. Ele tinha certeza de que isto acontecia algum tempo depois da concepção. Ao mesmo tempo, Santo Tomás apoiava a oposição da Igreja à contracepção e ao aborto, como forma de contracepção, ensinando que ambos eram pecados contra o casamento (HURST, 2000, p.87).

Por outro lado, existe uma concepção no interior da Igreja denominada hilemórfica, segundo a qual, Cristo, salvador da humanidade, é ao mesmo tempo plenamente humano e plenamente divino, numa unidade de alma e corpo. Assim, “uma vez que corpo e alma se unem para formar um ser humano, não pode existir alma humana em corpo que ainda não é plenamente humano. O feto em desenvolvimento não tem a forma substancial da pessoa humana” (HURST, 2000, p.85).

Mas essa não é a lógica que predomina nas bases eclesiais oficiais; o que prevalece é a doutrina da hominização, seja imediata (desde a fecundação), seja poucos dias após a fecundação. Como destaca a mesma autora, o Vaticano tende a intensificar sua influência com relação a assuntos de teologia moral, condensando arbitrariamente diferentes ideias

dissociáveis e tornando-as rígidas e inflexíveis, assim ocorre com a questão do aborto (HURST, 2000).

Para Candotti (2006), a Igreja, com este tipo de orientação, deixa de lado a solidariedade humana sob o argumento de defender a vida, que define inexoravelmente como algo que se dá a partir da fecundação, olvidando que o óvulo pertence ao corpo feminino que, por sua vez, também guarda, alimenta e viabiliza a existência desse embrião. Este pensamento constrói definições morais se utilizando de dados genéticos, omitindo, no final das contas, a compreensão do que é a vida.

Rosado-Nunes (2006) reitera que é preciso enfatizar duas questões basilares ao se discutir aborto. A primeira é que o posicionamento da Igreja Católica com relação ao aborto não é unânime nem livre de questionamento no interior da teologia católica, que é bastante plural e controversa. E o segundo ponto que merece ser desconstruído é a ideia corrente de que quem defende o aborto desrespeita a vida, pois essa é uma assertiva errônea que leva em conta uma dualidade apenas ilusória.

A ciência, por sua vez, não apresenta consenso quanto ao início da vida, que é considerado um processo de múltiplos significados. De acordo com Segre (2006, p.76), “a ciência pode apenas ‘informar’ quanto aos fenômenos biológicos que ocorrem em qualquer fase da ‘vida’, sendo problema filosófico e conceitual a demarcação do início da vida”. Nas palavras de Boff (2006, p.11):

Não dá para pensar a vida humana fora do contexto maior da vida em geral, da biosfera e das condições ecológicas que sustentam o processo inteiro [...] devemos entender a vida humana processualmente. Ela nunca está pronta. Lentamente ela vai desenrolando o código genético que conhece várias fases até que o ser concebido possa ter relativa autonomia [...] estamos sempre em gênese. Todo esse processo é humano. Mas ele pode ser interrompido numa das fases, quando não chegou ainda a sua relativa autonomia. [...] devemos proteger o máximo possível o processo, mas devemos também entender que ele pode ser interrompido por múltiplas razões, uma delas pela determinação humana.

Rosado-Nunes (2006) discute ainda o fato de a gravidez, no Brasil, ser compulsória, destacando que a imposição a uma mulher de manter uma gravidez não planejada e não desejada restringe sua liberdade e nega sua autonomia, é como se atestasse a sua incapacidade e direito de decisão sobre o próprio corpo; é negar sua condição humana e restringi-la a um repositório irracional de novos seres. A autora analisa também o quanto este tipo de norma é influenciada pela condição biológica feminina que, neste caso, funciona como um determinante arbitrário do destino das mulheres. Em seus termos:

a gravidez e a maternidade são vistas como resultado “natural” de um processo biológico em que não entram pensamento, emoção, relações, mas apenas a capacidade biológica das mulheres de gerarem. Porque a biologia no-lo permite, “somos” mães. Reais ou potenciais. Já no caso do aborto, exige-se pensamento, decisão, escolha, capacidades eminentemente distintivas dos seres humanos. Tomam-se em conta as relações em questão e as consequências reais do ato abortivo, para a mulher e para o seu entorno. Não é comum se perguntar a uma mulher por que ela engravidou. Ou se pesou bem as consequências de seu ato de colocar no mundo mais um ser humano. Já no caso da decisão por um aborto, essas são as primeiras perguntas que se fazem. Pedem-se razões (ROSADO-NUNES, 2006, p.90).

Da interlocução com esses autores, depreende-se que o aborto é um fenômeno complexo e com muitos desdobramentos, que inclui aspectos subjetivos, sociais, culturais, históricos e políticos. Os grandes dilemas morais, éticos e religiosos que se situam ao redor do tema têm a ver com a determinação do início da vida. Posicionamentos conservadores envolvem o aborto em uma aura de símbolos ligados ao pecado, crime e morte, ideias que são intensamente absorvidas pelas mulheres que abortam, deliberadamente ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que o aborto ainda corresponde a um tabu para a maioria dos brasileiros, especialmente quando o debate se aproxima do campo religioso (católico), no qual apenas se fala sobre o tema em discursos de repulsa e aversão à prática ou à intenção de realizá-la, classificando como pecado, crime e assassinato até mesmo a utilização de métodos contraceptivos.

Como fenômeno sociocultural, é possível descortinar múltiplas concepções e orientações relativas à prática do aborto em diferentes épocas e em diferentes sociedades numa mesma época, inclusive contemporaneamente. Também no interior da Igreja Católica, que hoje apresenta uma rejeição, que aparenta a inexorabilidade quanto ao aborto, já teve opiniões diferentes em épocas pregressas.

Nesta lógica, torna-se interessante uma perspectiva reformista e crítica no interior da Igreja Católica, questionadora da rigidez de uma teologia não consensual e não inexorável. Aqui se discutiu essa possibilidade mediante o discurso da instituição denominada Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), entidade feminista e católica que defende o direito das mulheres a disporem de seus corpos e decidirem acerca da interrupção de uma gravidez, entre outras escolhas importantes referentes às questões reprodutivas.

O que essas mulheres buscam é a possibilidade do encontro e do diálogo com vistas a transformações necessárias e urgentes. Em vez de preferirem transitar por diferentes religiões em busca de preceitos e doutrinas que caibam em suas individualidades e demandas pessoais e coletivas, a perspectiva que elas trazem é a da permanência na instituição religiosa de sua tradição, que é parte de sua história e suas memórias, ou mesmo fruto de suas escolhas mais tardias.

São mulheres que levam em consideração a historicidade dos fenômenos sociais e as possibilidades de transformação, propondo uma nova Igreja, sem cogitar a multiplicação de igrejas novas, recém-inauguradas, visto acreditarem na reforma e diálogo no seio mesmo da instituição que agrega vários outros traços já suficientes e necessários aos seus anseios espirituais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de; MONTERO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. *São Paulo em perspectiva*, 15(3), p 92-101,2001.

ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: Apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

AGÊNCIA FOLHA. *Menina violentada deixa hospital após interromper gravidez em PE*. Disponível em <http://www1.folha.uol.br>. Acesso em: 26.jun.2013.

BOFF, Leonardo. Entrevista. In: *Em defesa da vida: aborto e direitos humanos*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

BRASIL. *Código Penal Brasileiro: Decreto-Lei n. 2848 de 07 de dezembro de 1940*. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22.jun.2013.

BRASIL. *Projeto de lei s /n de 2007* (autoria de Luiz Bassuma e Miguel Martini) – Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.

CANDOTTI, Ênio. Na terra como no céu. In: *Em defesa da vida: aborto e direitos humanos*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. 10 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CORTEN, André. 1.A participação e os pobres: teologia da libertação. 2. A emoção e os pobres: o pentecostalismo. In: *Os pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEL PRIORE, M. L. M. A árvore e o fruto: um breve ensaio histórico sobre o aborto. *Revista Bioética*. Cons. Fed. Medicina. Brasília 2(1), s.d.

DINIZ, Débora. *PEC 99/2011 e a laicidade do Estado*. 2012. Disponível em www.catolicasonline.org.br. Acesso em: 23.jun.2012.

_____ ; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. In: *Ciência e Saúde Coletiva*, 15 (Supl.1), p. 959-966, 2010.

DURKHEIM, E. *O sistema totêmico na Austrália: as formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURANTE Visita do Papa, a Igreja Distribuirá “Manual” que Trata Pílula e Diu como Aborto. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/durante-visita-do-papa-igreja-distribuir-manual-que-trata-pilula-e-diu-como-aborto.html>. Acesso em: 17.jun.2013.

FERNANDES, Rubem César. Aparecida: Nossa rainha, senhora e mãe, saravá! In: FERNANDES, Rubem César; DAMATTA, R *et al.*: *Brasil e EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 85-109.

GEERTZ, Clifford. A religião como sistema cultural. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 101-142.

HURST, J. *Uma história não contada: a história das ideias sobre o aborto na Igreja Católica*. 4ª. edição. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2000 (Coleção Cadernos 1).

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAUÉS, R. Heraldo. Catolicismo e xamanismo: comparação entre a cura no movimento carismático e na pajelança rural amazônica. *Ilha: revista de Antropologia* 4 (2), p. 51-77, 2002

_____ ; VILLACORTA, Gisela Macambira. Pajelança e encantaria amazônica. In:

MOTTA, Flávia de M. Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2), p. 440, maio-agosto, 2008.

O PARÁ Vem Aí: ele crê no estado laico. Disponível em www.catolicasonline.org.br. Acesso em: 7.jul.2013.

PACE, Enzo. Sociedade complexa e religião. In FERRAROTTI, Franco *et al.* *Sociologia da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

PELO DIREITO a uma Vida Livre de Dogmas. Disponível em http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=8491&Itemid=1. Acesso em: 20.jul.2013

PRESIDENTE do Grupo Católicas pelo Direito de Decidir Critica o Conservadorismo da JMJ. Disponível em <http://catolicas.org.br/noticias/conteudo.asp?cod=3972>. Acesso em: 18.jul.2013.

QUEREMOS uma Nova Igreja – Carta Aberta de Católicas ao Papa Francisco. Disponível em <http://www.catolicas.org.br/editorial/conteudo.asp?cod=1374>. Acesso em: 17.jul.2013.

REBOUÇAS, M. S. S; DUTRA, E. M. do S. Não nascer: algumas reflexões fenomenológicas existenciais sobre a história do aborto. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n 3, p.419-428, jul-set, 2011.

ROSADO-NUNES, Maria José. Aborto, maternidade e dignidade da vida das mulheres. In: *Em defesa da vida: aborto e direitos humanos*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

SARMENTO, Daniel. Legalização do aborto e constituição. In: *Em defesa da vida: aborto e direitos humanos*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

SEGRE, Marco. Considerações éticas sobre o início da vida: aborto e reprodução assistida. I: *Em defesa da vida: aborto e direitos humanos*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

TALIB, Rosângela A.; CITELI, Maria Teresa. *Serviços de aborto legal em hospitais públicos brasileiros (1989-2004)*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2005.

ENTREVISTA: Denise Machado Cardoso

Depoimento de Denise Machado Cardoso, Consultora Ad Hoc no Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres(SPM/PR).

RGa – Início de suas atividades na UFPA (ou antes - um pouco de sua vida acadêmica)?

DMC – Entrei na UFPA na condição de professora de Antropologia, em 1994. Antes disso, era professora de História, na Escola Marista Nossa Senhora e Nazaré e em escolas públicas de Ensino Médio (Edgar Pinheiro Porto e Deodoro de Mendonça). Durante a graduação em História, trabalhava em escola particular para crianças na chamada Pré-escola, mas parei devido à incompatibilidade de horários e atividades desenvolvidas na UFPA, pois cursava, também, Administração e Língua Francesa.

RGa – Na área do ensino de Antropologia, quando e como você iniciou a desenvolver os estudos sobre a questão da mulher e as teorias de gênero?

DMC – Desde o ensino médio, eu tinha interesse pelo tema e ao ingressar na graduação me deparei com inúmeras obras sobre gênero na Biblioteca Central da UFPA. Foi uma grata surpresa saber que se tratava o tema com seriedade acadêmica. Até então, conhecia apenas artigos de revistas femininas. No mesmo período, houve a realização de dois Seminários sobre a Mulher. As palestrantes eram pesquisadoras de renome e os temas tratados eram inovadores para minhas perspectivas. Esses eventos foram determinantes para minha escolha preferencial para os estudos sobre relações de gênero. No mestrado em Antropologia Social e, anteriormente, na Especialização em Teoria Antropológica, fui apresentada às obras de antropólogas e antropólogos que desenvolveram estudos com essa problemática. Tinha interesse em realizar pesquisa sobre gênero e sexualidade, mas, devido a uma série de fatores, passei a desenvolver pesquisa sobre gênero e meio ambiente.

RGa – E sua inserção em outros grupos de estudos e no GEPeM/UFPA?

DMC – Desde o início do mestrado, entrei em contato com o GEPeM ao consultar sua coordenadora (profa. Luzia Álvares) sobre meu projeto

de pesquisa. Apesar de não tê-lo desenvolvido, ficou a “porta aberta” para novas incursões nesse tema e grupo de pesquisa. Em tempos recentes, ingressei também no Grupo de Estudos Nismulheres que dá ênfase ao recorte gênero e raça; e no Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas (GEPI), no qual atuo com maior ênfase na temática da educação indígena.

RGA – Quais as principais linhas do estudo de gênero que você tem desenvolvido até hoje?

DMC – A educação, a questão socioambiental, sexualidade e participação política são temas que estão presentes de modo recorrente em projetos que desenvolvo nos Grupos de Estudo em que participo.

RGA – Principais correntes que você tem estudado nessa teoria?

DMC – A escola americana de Antropologia, na pessoa de Margareth Mead em determinado contexto são de relevância ímpar. Na abordagem sobre Antropologia e questões socioambientais, também são relevantes os estudos de outros pesquisadores e pesquisadoras da tradição americana. Nas questões de gênero, há no Brasil uma série de estudos relevantes que envolvem a sexualidade, tanto na Antropologia quanto na Psicologia.

RGA – Você considera importante a inserção desse conceito nos estudos atuais, ao tratar de diversidade social (e marcadores sociais) e a conexão com as demais áreas das ciências de um modo geral?

DMC – Sem dúvida, a inserção de gênero permite que as realidades sociais sejam analisadas de modo mais apropriado, na medida em que vislumbram uma aproximação das pessoas em sua plenitude. Em tempos de identidades e seus vários marcadores sociais, problematizar considerando gênero, cor/raça/etnia, classe, religiosidade, dentre outros, permite interpretações e ações menos equivocadas.

RGA – Quais os principais autores que você utiliza nesses estudos?

DMC – É uma tarefa difícil indicar autores e autoras importantes nos estudos em que realizo, mas me arrisco a apontar alguns deles como, por exemplo: Judith Butler, Margareth Mead, Ligia Simonian, Maria Angélica Motta-Maués, Joan Scott, Sérgio Carrara, Paulo Roberto Ceccarelli, Michel Foucault, Pippa Norris. Embora haja uma infinidade

de autores e autoras de destaque, essas são algumas referências relevantes. Nos encontros acadêmicos, se percebe que há gerações de pesquisadores(as) que englobam a temática gênero, e isto se reflete nas produções.

RGA – Considerando sua contribuição na pesquisa no norte, e pode-se dizer brasileira, sobre gênero e a área antropológica, quais os trabalhos que você considera importantes nas discussões sobre a diversidade social?

DMC – Os estudos realizados por Maria Angélica Motta-Maués e Edna Alencar são referenciais para quem investiga a presença da mulher na atividade pesqueira; Mônica Conrado desenvolve pesquisa sobre a diversidade racial e sexual de modo instigante e inovador; Luzia Álvares em seus estudos sobre participação política feminina em várias realidades e contextos; Telma Amaral, Adelma Pimentel e tantas outras pesquisadoras que abarcam a temática gênero e suas interfaces com marcadores sociais diversos são exemplos desses estudos.

RGA – No seu ponto de vista, há avanços da mudança de olhar à nova situação da orientação sexual de brasileiros/as?

DMC – Os movimentos sociais provocaram mudanças sociais significativas com base em suas demandas e ações em rede. É inegável que os estudos realizados por Grupos de Estudos contribuíram na compreensão, reflexões e análises. Contudo, o mérito dos movimentos sociais precisa ser reconhecido como propulsor desse novo olhar.

Denise Machado Cardoso é Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (Pós-Graduação do Trópico Úmido PDTU/ NAEA/UFGA); Mestre em Antropologia Social (UFGA) e graduada em História (UFGA). Pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará e membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UFGA. Coordenadora o Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia e do Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem (Visagem). É vice-coordenadora do Grupo de pesquisa NOSMULHERES. Consultora Ad Hoc no Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. É membro do GEPEM, GEPI e Pet/GT/CS. E-mail: denise@ufpa.br

ENTREVISTA: Maria Luzia Miranda Álvares

Reprodução do depoimento concedido pela coordenadora do GEPEM ao Jornal Amazônia, no Dia Internacional da Mulher (8/3/2013).

JA – Dia 25 de outubro foi instituído pela ONU como o Dia Internacional Contra a Exploração da Mulher. Como cientista política você tem um estudo na área dos direitos da mulher, não é isso? Você poderia falar um pouco sobre esse estudo e sobre como teve essa ideia e o porquê de estudá-lo?

MLMA – Desde 1986, já docente do então Departamento de Ciências Sociopolíticas/IFCH/UFGA, na área da Ciência Política, iniciei meus estudos nesse tema sobre mulher & política. Primeiramente, tendo como base um projeto de pesquisa transformado em plano de trabalho da pós-graduação (mestrado) a que me submeti então como aluna do NAEA/UFGA. Tratando da história política do Pará, levantei os dados em várias fontes (livros de história regional e nacional, documentos, jornais e revistas, depoimentos pessoais etc.) com o objetivo de avaliar, nesse período (século XIX e XX), se as mulheres paraenses participavam da política local. Com essa matéria, elaborei minha dissertação de mestrado de título: “Saías, Laços e Ligas: Construindo Imagens & Lutas (um estudo sobre a participação política e partidária das mulheres paraenses- 1910-1937)”, defendida em setembro de 1990.

Se no primeiro momento esse estudo surgiu como interesse acadêmico de minha inserção na área da Ciência Política, o outro aspecto era identificar a participação político-partidária das paraenses na Primeira e na Segunda República. Essa área foi vitalizada, posteriormente, com a minha inserção em novas pesquisas (aprovadas institucionalmente). Incluí-me nas abordagens mundiais sobre a sub-representação política feminina, um assunto que ainda hoje suscita muito interesse porque as Conferências Internacionais sobre a questão da mulher (desde a década de 1970) foram assumidas pela ONU, incluindo estudos sobre a desigualdade feminina na política formal e obrigando os governos nacionais a manter uma agenda

de debates sobre os direitos humanos das mulheres, onde foram incluídos ainda vários temas como a violência doméstica, a pobreza etc. Na linha inicial, mantive meus projetos de pesquisa até hoje, inclusive, defendendo tese de doutorado no assunto: “Mulheres na Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil”(IUPERJ, 2004). Assim, da empiria à teoria política tenho construído meus estudos numa questão-chave até hoje: mulher & política.

JA – As mulheres lutam por direitos iguais há bastante tempo, e ao longo dos anos conseguiram conquistas importantes. Para você, quais foram as principais conquistas das mulheres na história?

MLMA – Dos sete bilhões de pessoas no mundo, a metade são mulheres. Daí a importância de se fazerem reconhecer como humanas. A história deste gênero tem demonstrado que além das conquistas específicas pela igualdade legal e contrárias às restrições aos direitos, a luta tem se dado também contra as barreiras que impedem o seu desenvolvimento como pessoas. A exigência do direito do voto deslocou-se para a demanda por outros direitos como o acesso à educação formal e à formação profissional sem restrições ao seu sexo. Com isso, ampliou-se, na sociedade, a perspectiva de uma melhoria na qualidade de vida da metade da população e subsidiou o aumento de oportunidades em todos os âmbitos em que lutaram, fortalecendo o sistema democrático com essas práticas de alargar as conquistas para outros setores considerando a participação popular como o efeito necessário das mudanças sociais. Demanda por políticas públicas é um meio de mostrar a responsabilidade das mulheres em sensibilizar o Estado para questões como saúde, violência doméstica, maternidade e tantos outros aspectos que restringiam a presença delas e de outros cidadãos não incluídos. Vê-se, portanto, que ao vencer as barreiras culturais, sociais e econômicas tendentes a bloquear os postos de maior relevância social, as mulheres são reconhecidas ao reafirmar seus direitos como direitos humanos, fundamentais ao pleno desenvolvimento da sociedade. Essas são, ao meu ver as conquistas que elas estão conseguindo ao longo de suas lutas por serem tratadas como humanas.

JA – E na história recente, qual você apontaria como uma conquista importante para os direitos da mulher?

MLMA – A problematização da situação das mulheres diante da violência doméstica que as acomete no cotidiano da casa sendo vista por elas mesmas e pela sociedade como conflitos entre marido e mulher que não se deveria “meter a colher”, pessoalmente, considero hoje um marco fundamental para as conquistas da cidadania feminina. Em nível mundial, hoje se denuncia essa violação dos direitos das humanas e, no Brasil, se acha respaldado pela Lei Maria da Penha, nº 11 340. E políticas públicas que sejam aplicadas para o empoderamento das mulheres, ou seja, o reconhecimento por essas mulheres de que são importantes e devem lutar por si próprias – no caso, o acesso á informação qualificada sobre seus direitos – são meios de atingir um nível mais objetivo e integral das mudanças sobre o seu pesado “destino”.

JA – Segundo a constituição federal e segundo o que é disposto pela ONU, mulheres e homens têm direitos iguais. Na prática, como você diria o que acontece e quais as diferenças entre os gêneros que ainda imperam atualmente?

MLMA – Se as regras formais dispõem sobre a igualdade de direitos aos diferentes creio que esse recorte demonstra que algo está ocorrendo na base social, pois, a formalização de políticas só se faz quando o apelo dos movimentos sociais e de mulheres se torna insistente e atinge a quem de direito. Mas há ainda muito “chão para percorrer” até que as normas sejam aplicadas e a cultura sexista seja eliminada tornando a vida das mulheres num nível de qualidade que opere objetivamente. Tenho conhecimento de que, por exemplo, os estudos de gênero e a reflexão sobre a situação das mulheres defendida por alunas de um curso universitário da UFPA têm sido questionados pelos colegas homens que dizem que os temas que elas defendem identifica-as como “mulheres livres” (pra não dizer outro termo). Ou seja, a cultura sexista está no meio de pessoas letradas que acham que a condição feminina que hoje questionamos

como de desigualdade deve ser vista como parte da vida “normal” das mulheres.

JÁ – Como você descreveria o cenário atual das mulheres? É realmente mais favorável que antigamente?

MLMA – Sem dúvida, hoje os avanços e conquistas das mulheres lhes deram possibilidade de ir às ruas e lutar pelo que acham que está incorreto em suas vidas. Elas pedem políticas, elas pedem melhorias de vida não só para si, mas para sua família, seus filhos, seus maridos, sua comunidade. E com certeza o cenário mudou. Hoje temos uma presidenta no Brasil, num país extremamente conservador e sexista integrado aos padrões latino-americanos. Mas não se pode dizer que ontem (no passado) as mulheres deixassem de lutar por seus direitos. Foi na briga feia, entre greves e passeatas, que mundialmente conquistaram o direito do voto e foram incluídas nos caminhos da cidadania.

JA – Em sua opinião, o que a mulher ainda precisa conquistar?

MLMA – Se as conquistas até agora fortaleceram novos caminhos nem sequer cogitados para elas percorrerem como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à cidadania política, mostrando-lhes que a escolaridade, a maternidade, o salário igual para trabalho igual, os cargos eletivos de representação política são processos necessários para a transformação e a justiça social, as mulheres devem manter-se atentas ao nível de empoderamento que conquistaram e bloquear as pedras no meio do caminho que ainda são muitas. A exemplo, sabe-se que houve avanço nas denúncias de violência doméstica e sexual, entretanto, ainda são mortas muitas mulheres. É a lei Maria da Penha que não resolve? Não, é a aplicação da lei pelos operadores do Direito que ainda fica a dever.

JA – Se você pudesse dar um conselho às mulheres de hoje, o que diria?

MLMA – Continuemos na luta por qualidade de vida e pela identificação de nossos direitos, pois muitas de nós ainda estão morrendo pelas mãos dos que continuam a dizer que a violência doméstica é fato de briga entre marido e mulher e nesta não se mete a colher.

JA – Por fim, você também é crítica de cinema. Não poderia deixar de pedir algumas indicações de filmes que tenham algo ligado a esse tema para quem se interessar poder pesquisar e saber mais. Quais filmes relacionados ao tema você indica?

MLMA – Há alguns filmes importantes nas locadoras sobre as várias situações mencionadas. Abaixo uma relação dos títulos que temos exibido no “Cine-Gênero”, atividade de discussão temática do GEPEM/UFPA.

- **Minha Vida em Cor de Rosa** (*Ma Vie en Rose*, Bélgica/ França/ Inglaterra, 1997, 110 min. Diretor: Alain Berliner. Elenco: Michele Laroque, Georges Du Fresne e Jean-Philippe Ecoffey.

Sinopse: conta as desventuras do garoto Ludovic (Georges du Fresne). Ele cresce imaginando que nasceu no corpo errado: na verdade, acredita ser uma menina. Logo na primeira sequência, aparece em uma festinha promovida pelos pais para atrair a nova vizinhança em um lindo vestidinho. A impressão e o mal-estar não saem das cabecinhas dos vizinhos, que começam a pressionar e ridicularizar o garoto. (<http://www.terra.com.br/cinema>)

- **Uma Mãe em Apuros** (*Motherhood*, EUA, 2009, 90min.) – Diretora e roteirista: Katherine Dieckmann, com: Uma Thurman, Anthony Edwards, Minnie Driver.

Sinopse: o filme se passa em um único dia na vida Eliza Welch (Uma Thurman), escritora de ficção, mãe e blogueira, que precisa preparar a festa de aniversário de seis anos de sua filha, cuidar de seu filho mais novo que está começando a andar, lutar por uma vaga no estacionamento, socializar com outras mães no playground e resolver uma encrenca após postar uma confissão de sua melhor amiga em seu blog. E, além de tudo isso, Eliza decide entrar em um concurso organizado por uma revista sobre pais e tudo que ela precisa fazer é escrever uma redação de 500 palavras sobre o que a maternidade representa para ela”. (<http://cinema.cineclick.uol.com.br>).

- **Flor do Deserto** (*Desert Flower*, UK/Alemanha/Austria, 2009, 124 min.) – Direção de Sherry Horman, com Liya Kebede, Sally Hawkins, Craig Parkinson, Meera Syal, Anthony Mackie, Juliet Stevenson e outros. Roteiro de Smita Bhide, baseado no romance de Waris Dirie

Sinopse: baseado no best seller *Desert Flower*, é autobiografia da modelo somali Waris Dirie (Liya Kebede), circuncidada aos cinco anos e vendida para

um casamento arranjado aos 13 anos. A garota fugiu, atravessando o deserto por dias até chegar a Mogadishu, capital da Somália, onde passou o resto da adolescência sem ser alfabetizada. Ao trabalhar em um restaurante fast food, foi descoberta pelo fotógrafo Terry Donaldson que a levou para os Estados Unidos, onde se tornou uma modelo mundialmente conhecida, além de ser embaixadora da ONU no combate à mutilação genital feminina”. (<http://cinema.cineclick.uol.com.br>)

- **Shirley Valentine** (Inglaterra/EUA, 1989, 109 min.) - Direção de Lewis Gilbert, com Pauline Collins, Tom Conti, Silvia Syms, Julia McKenzie e outros.

Sinopse: o filme trata de uma mulher de meia-idade, dona de casa, da classe trabalhadora de Liverpool, cujas atividades se concentram nas tarefas domésticas. Não tendo com quem dialogar o dia inteiro (filhos criados e fora de casa e marido despercebido de sua presença) literalmente conversa com as paredes, com as panelas e com o espectador para não se desesperar. Convidada por uma amiga acompanha-a a Mikonos (Grécia) e nessa viagem descobre-se como mulher e como pessoa, revisando a condução de sua própria vida. (LA)

- **Osama** (Afeganistão, Japão, Irlanda, 2003, 82 min.) – Direção de Siddiq Barmak. Com: Marina Golbahari, Arif Herati, Zubaida Sahar.

Sinopse: o filme trata da história de uma menina afegã forçada a passar-se por um garoto com o objetivo de conseguir sustentar sua mãe e avó, presas em casa pelas regras fanáticas do regime implantado pelos Talebans, que em 1996 assumem o poder no Afeganistão, caindo somente dez anos depois. Trata-se de uma história verídica. (LA)

- **Pelos Meus Olhos** (Te Doy Mis Ojos, Espanha/2003, 106 min.) direção de Iciar Bollain.

Sinopse: trata da história de vida de uma jovem mulher que foge para a casa de sua família com o filho menor. A insistência do marido após um certo tempo em que já está aclimatada em um emprego e uma nova vida, são deixados por ela ao acreditar que ele havia mudado seu modo de trata-la. “Ao longo do filme, as personagens vão revelando um fascinante quadro familiar, através do qual saberemos quem é quem e onde os conceitos de lar, amor e proteção se confundem com inferno, dor e medo” (Interfimes)

- **Anjos Rebeldes** (Iron Jawes Angels, EUA, 2004) direção de Katja von Garnier.

Elenco: Anjelica Huston, Boorke Smith, Brooke Smith, Frances O'Connor, Hilary Swank, Julia Ormond, Laura Fraser, Lois Smith, Margo Martindale, Molly Parker, Patrick Dempsey, Vera Farmiga.

Sinopse: nos Estados Unidos, no século XIX, duas mulheres arriscam suas vidas pelo direito de votar. Juntas desafiam as forças conservadoras de seu país para a aprovação de uma emenda constitucional que mudará seu futuro e o de muitas outras. (Sky)

- **O Diabo Veste Prada** (The Devil Wears Prada, EUA, 2006), direção de David Frankel, baseado em livro de Lauren Weisberger, com Meryl Streep, Anne Hathaway, Stanley Tucci, Gisele Bundchen etc.

Sinopse: o tema do filme trata de assédio moral. Enfoca o modo como se dá esse processo no mundo da alta costura. Apresenta o caso de uma jovem que consegue um emprego na revista de moda mais conceituada de Nova York e precisa lidar com uma exigente executiva que a hostiliza e humilha. As estratégias de sobrevivência no relacionamento evidenciam certa convivência aparentemente normal no trabalho. E o filme trata como “comédia” a dramatização do relacionamento conflituoso.

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA), graduada em Ciências Sociais (UFPA), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e Doutorado em Ciência Política/IUPERJ, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É Coordenadora Regional do OBSERVE e do GEPEM/UFPA. **E-mail:** luzia@ufpa.br.

Normas de publicação

A **Revista Gênero na Amazônia** (www.generonaamazonia.ufpa.br) é uma publicação semestral (junho e dezembro) do GEPEM/UFPA. Com o objetivo de fomentar o debate sobre mulher e relações de gênero em diferentes manifestações e enfoques teórico-metodológicos, numa perspectiva inter e multidisciplinar, a revista recebe artigos, resenhas bibliográficas, traduções, entrevistas, dossiês temáticos e outras manifestações intelectuais de autores/as brasileiros/as ou estrangeiros/as.

Neste sentido:

- 1 – Os textos devem ser enviados para efsantos47@gmail.com ou para luzia@ufpa.br no formato de arquivo doc, sem exceder a 1MB, incluindo as imagens; ou em CD-ROM e postado no Correio para a Editora GEPEM – Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH – Altos) – Av. Augusto Corrêa, s/n- Guamá, 66075-110- Belém/PA.
- 2 – Os textos serão submetidos à avaliação do Conselho Científico, mantido o sigilo mútuo. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo serão comunicadas ao/à(s) autor/a (es/s), com prazo para reapresentação.
- 3 – O/a(s) autor/a (es/s) e coautores/as (se for o caso) de texto selecionado assinarão termo de cessão de direitos autorais, permitindo a publicação.
- 4 – No caso de artigos que mencionem o nome social de pessoa (física ou jurídica)e/ou depoimentos *ipsis litteris/ipsis verbis*, deve ser enviada uma declaração assinada pela pessoa citada no texto ou pelo/a seu/sua representante legal, autorizando a menção a quaisquer das exposições públicas referidas. As imagens originais só serão publicadas com autorização da fonte (autor/a) e das pessoas que eventualmente possam ser identificadas nas fotos.

5 – no caso de artigos e resenhas, o texto deve ser redigido em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, inglês) e formatado de acordo com as seguintes orientações:

5.1 – Artigos:

a) oito a vinte páginas (incluindo anexos) no tamanho A4; texto justificado, margens 2,5cm e parágrafos a 1 cm da margem; entrelinhamento 1,5; resumo/resumen/ abstract (cada um em torno de 600 caracteres com espaço – é recomendável tradução especializada), contendo três a cinco palavras-chave (substantivos citados no título e/ou no texto do resumo); nome(s) do/a(s) autor(es)/a(s) e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;

b) fonte Garamond: 12 (texto, título de seções e de tabelas); 11(citações com mais de 3 linhas) e 10(legendas e notas);

c) citações e figuras (máximo de 10) de acordo com as normas ABNT específicas;

d) referências: ao longo do texto, usar remissão ou sistema autor/data; ao final do artigo, listar segundo a ABNT (NBR 6023);

e) notas bibliográficas e/ou explicativas, em rodapé;

f) usar letras maiúsculas para indicação de anexos(Ex: Anexo A; Anexo B etc.).

5.2 – Resenhas Bibliográficas:

I) tratar de livro publicado nos últimos dois anos (considerar a edição da revista);

II) não exceder a cinco páginas tamanho A4;

III) digitalizado em fonte Garamond 12 (texto e seções); justificado com margens de 2,5cm e parágrafos a 1cm da margem; entrelinhamento 1,5;

IV) conter os seguintes tópicos, respectivamente:

a) referências editoriais do livro, segundo a ABNT;

b) nome do/a resenhador/a e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;

c) resumo informativo= descrição/enumeração sucinta da estrutura da obra: divisão e assunto dos capítulos;

d) resumo do conteúdo da obra= assunto tratado, abordagens essenciais e ponto de vista do/a autor/a do livro (perspectiva teórica, método, linguagem etc.);

e) comentários avaliativos = apreciações/percepções do/a resenhador/a sobre o enfoque, a qualidade do conteúdo, o modo como o texto está formulado/elaborado/ constituído (recomenda-se evitar, ao longo do texto, inserções de trechos (citações diretas) da obra resenhada.

OBS: é recomendável que os itens **c, d, e** sejam apresentados em seção com título específico.